

Mundo rural,

regiões e fronteiras no
processo de (re)apropriação
territorial e agrária

Organizadores

Ironita Adenir Policarpo Machado

Diego José Baccin

João Carlos Tedesco



UPF

EDITORA



CAPES

Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Bernadete Maria Dalmolin

Reitora

Edison Alencar Casagrande

Vice-Reitor de Graduação

Antônio Thomé

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Rogério da Silva

Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Cristiano Roberto Cervi

Vice-Reitor Administrativo

UPF Editora

Editora

Janaína Rigo Santin

Revisão

Cristina Azevedo da Silva

Daniela Cardoso

Programação visual

Rubia Bedin Rizzi

Conselho editorial

Altair Alberto Fávero (UPF)

Alvaro Sanchez Bravo (Universidad de Sevilla)

Andrea Michel Sobotka (UPF)

Andrea Oltramari (Ufrgs)

Antônio Thomé (UPF)

Carlos Alberto Forcelini (UPF)

Carlos Ricardo Rossetto (Univali)

Cesar Augusto Pires (UPF)

Fernando Rosado Spilki (Fecvale)

Gionara Tauchen (Furg)

Héctor Ruiz (Uadec)

Helen Treichel (UFFS)

Jaime Morelles Vázquez (Ucol)

Janaína Rigo Santin (UPF)

José C. Otero Gutierrez (UAH)

Kenny Basso (Imed)

Luis Francisco Fianco Dias (UPF)

Luiz Marcelo Darroz (UPF)

Nilo Alberto Scheidmandel (UPF)

Paula Benetti (UPF)

Sandra Hartz (Ufrgs)

Walter Nique (Ufrgs)

Mundo rural,

regiões e fronteiras no
processo de (re)apropriação
territorial e agrária

Organizadores

Ironita Adenir Policarpo Machado

Diego José Baccin

João Carlos Tedesco



2019



Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais

Copyright dos organizadores

Cristina Azevedo da Silva

Revisão

Rubia Bedin Rizzi

Projeto gráfico, diagramação e produção da capa

ALBERNAZ II, João Teixeira. *[Atlas do Brasil]*. [1666?]. 1 atlas ms. (16f.), 29 cartas col, 40 x 56,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075/cart1079075.pdf.

Imagem da capa

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações, das opiniões e dos conceitos emitidos, bem como das imagens, das tabelas, dos quadros e das figuras, é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M965 Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária [recurso eletrônico] / Ironita Adenir Policarpo Machado, Diego José Baccin, João Carlos Tedesco, organizadores. – Passo Fundo: EDIUPF, 2019. 7.500 Kb ; PDF.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso gratuito: www.upf.br/editora.

ISBN 978-85-523-0078-6 (E-book)

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Santa Catarina - História. 3. Agricultura e política. 4. Movimentos sociais rurais. 5. Fronteiras. I. Machado, Ironita Adenir Policarpo, org. II. Baccin, Diego José, org. III. Tedesco, João Carlos, org.

CDU: 981.6

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

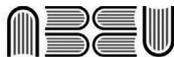


Campus 1, BR 285, Km 292,7, Bairro São José

99052-900, Passo Fundo, RS, Brasil

Telefone: (54) 3316-8374

afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Financiamento

Produzido e editado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Edital nº 12/2015, Memórias brasileiras: conflitos sociais, Projeto Bases Históricas dos Conflitos Agrários Contemporâneos no Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina: indígenas, quilombolas e pequenos agricultores, coordenado por João Carlos Tedesco (UPF).

Sumário

8 **Introdução**

17 **Região, frente em expansão, situação colonial:
categorias em diálogo e confronto**

Silvana Winckler | Arlene Renk

42 **Arquétipo da propriedade privada: um olhar sobre o
norte do Rio Grande do Sul**

Ironita Adenir Policarpo Machado | Diego José Baccin

85 **Os judeus e os “bandoleiros”: a intrusão e os
conflitos pela terra no norte do RS – primeira
metade do século XX**

João Carlos Tedesco | Isabel Rosa Gritti

145 **A multidimensionalidade do pequeno agricultor
intrusado**

Luiz Fernando Ferrari

172 **Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais
no oeste de Santa Catarina**

Samira Peruchi Moretto | Marlon Brandt

202 Elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo

Humberto José da Rocha

231 Discussões acerca dos elementos motivadores da desapropriação da Fazenda Annoni: tensão social no imóvel e uma análise do contexto regional no início da década de 1970

Simone Lopes Dickel

271 Políticas públicas para a agricultura familiar: a trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Passo Fundo, RS

Indaia Dias Lopes | David Basso

317 Sobre os autores



Introdução

O livro *Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária* é fruto do trabalho de uma rede de pesquisadores do sul do Brasil. Eles se ocupam da problemática do acesso à terra sob a ação de variáveis político-jurídicas, econômicas e sociais no processo de (re)ocupação do espaço. Na interface entre história, antropologia, geografia, economia, sociologia rural e direito, discutem as diversas realidades rurais do norte do Rio Grande do Sul e do oeste de Santa Catarina, na perspectiva constitutiva de fronteiras e de regiões em seus múltiplos desdobramentos pretéritos e contemporâneos.

Para a compreensão dos conflitos sociais, das políticas públicas e/ou da ausência delas, das relações políticas e socioculturais acerca da terra, atualmente, é necessário contextualizar as bases históricas que os configuraram na região norte do Rio Grande do Sul e na região oeste de Santa Catarina. Entende-se que esses conflitos agrários são passíveis de compressão se interpretados como resultados de um processo histórico, marcado por mudanças implementadas entre meados do século XIX até meados do século XX, atingindo a propriedade

privada da terra, a prática do extrativismo e as políticas de colonização e indigenistas. Visto que aproxima as duas regiões, em termos de semelhanças, no que tange a ocupação, apossamento da terra, processos de colonização, presença indígena e políticas de aldeamentos, práticas extrativistas (erva-mate e madeira), produção agrícola com intensa presença de pequenas unidades familiares de produção com características policultoras, em geral, vinculadas aos processos agroindustriais.

Em decorrência desse processo histórico, agentes sociais estabelecidos historicamente – indígenas, caboclos e quilombolas – foram excluídos do acesso à propriedade da terra e das políticas de colonização, que favoreceram os pequenos agricultores, o que deu origem a conflitos localizados, socialmente invisibilizados, mas latentes. Recentemente, esses conflitos agrários assumiram novas proporções, colocando sob suspense a propriedade privada da terra, envolvendo pequenos agricultores, de um lado, e indígenas e quilombolas, de outro, apontando para um cenário de confrontos e questionamentos que ultrapassam esses grupos e têm ressonâncias sociais, políticas, jurídicas e econômicas. Portanto, trata-se de uma temática histórica e, também, do tempo presente, que atende a demandas sociais e que se inscreve teórico-metodologicamente nas perspectivas da História Social, da História Cultural, da História Ambiental e da História Regional.

Portanto, as temáticas de estudo tratam de cenários de intensos conflitos agrários, frutos de políticas públicas de exclusão de sujeitos sociais, no passado, das contradições da propriedade privada da terra, dos modelos de mo-

dernização produtiva, dentre outros aspectos. Vale dizer que os sujeitos sociais envolvidos compõem um quadro de coletividades subalternizadas na história brasileira, vítimas de processos históricos mal constituídos no passado e, também, mal resolvidos no presente; sujeitos sociais alijados ou incluídos marginalmente nas dinâmicas econômicas, nas políticas de desenvolvimento e de permanência como *moradores da terra*, produtores rurais ou não, extrativistas, sujeitos de amplas dimensões culturais, antropológicas e sociais no contato e na sua relação integrativa como constituintes de comunidades.

A terra, para os atores sociais envolvidos nos conflitos, carrega consigo horizontes amplos, simbólicos e materiais, econômicos e culturais; é sinônimo de patrimônio e de reprodução; sua legitimidade se funda em múltiplos horizontes da história pessoal e grupal. Essa razão também cultural da propriedade da terra, além de objeto de trabalho, manifesta o valor dos grupos sociais, a cidadania no meio rural, a descendência, a aquisição pela via mercantil, o trabalho, a transmissão de saberes e as possibilidades históricas de continuidade da identidade social e cultural de trabalhador/morador rural.

Os pesquisadores, entre eles os autores dos textos que compõem este livro, têm vínculo com o Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), especificamente, o projeto “Bases históricas dos conflitos agrários contemporâneos no norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina: indígenas, quilombolas e pequenos agricultores” (Memórias Brasilei-

ras: conflitos sociais/Edital nº 12/2015), articulados de forma interinstitucional (PPGH/UPF, PPGH/UFSC, PPGCA/Unochapecó e PPGH/UFFS/Chapecó). Por motivo desses vínculos que se constituiu a rede de pesquisa que, também, mantém relações de cooperação com a Argentina (CEAR-UNQ/CONICET) e o Uruguai (DCS-UdelaR), tendo como tema central de articulação “regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária, desdobrando-se em agro, políticas públicas e desigualdades regionais na América do Sul”, sob as variáveis: a relação com os modelos econômicos e suas transformações existentes, para analisar a construção social do território e das regiões associada com o poder, as políticas públicas e os efeitos produzidos nestas economias altamente dependentes do mercado externo.

Nessa perspectiva, com os objetivos de fortalecer e ampliar a rede de pesquisa, os pesquisadores estão redimensionando o projeto de investigação e integrando argentinos e uruguaios por meio dos eixos de abordagens comuns, como, por exemplo: regiões e fronteiras agrícolas/agroindustriais – o poder e as políticas públicas que abordam especificamente as áreas rurais de diferentes países da América do Sul. O objetivo que orienta o projeto e o debate é combinar as continuidades e as singularidades do agro sul-americano heterogêneo, para elaborar um compêndio de estudos em comparação com o perfil político-econômico e sociocultural sul-americano.

Este estado de arte das pesquisas, e seus investigadores, em parte, está presente em três obras: *Indígenas, quilombolas e agricultores: história e conflitos no sul do Brasil*, de 2018; 2) *Estado, configuração da terra e conflitos*

*agrários: Norte do RS e oeste de SC, de 2019; e 3) Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária, de 2019.*¹

O livro que ora entregamos à comunidade, nos seus três primeiros capítulos, traz a discussão teórico-metodológica, historiográfica e empírica acerca dos conceitos de região, fronteira e propriedade da terra, numa trama histórica do processo de colonização e racionalização capitalista.

No primeiro capítulo, *Região, frente em expansão, situação colonial: categorias em diálogo e confronto*, Silvana Winckler e Arlene Renk discutem o rural na região oeste catarinense, intersectando os usos das categorias região, frente em expansão e situação colonial, nas dimensões diacrônicas e sincrônicas, apontando a complexidade da “região”, à medida que, de um lado, não se conforma com os supostos traçados e, de outro, pelas fronteiras internas que são criadas e recriadas nas últimas décadas.

Ironita A. Policarpo Machado e Diego José Baccin, no segundo capítulo, *Arquétipo da propriedade privada: um olhar sobre o norte do Rio Grande do Sul*, problematizam as configurações e os significados históricos e jurídicos da propriedade da terra, com base no estudo da apropriação do espaço e da constituição territorial no norte sul-rio-grandense dos séculos XIX e XX, por meio da identificação de três fases de apropriação e constituição da territorialidade: o apossamento da terra pelas elites políticas (“senhores da

¹ MACHADO, I. A. P.; RENK, A.; NODARI, E. S.; TEDESCO, J. C.; KLUG, J.; GERHARDT, M.; NEUMANN, R. M.; WINCKLER, S. T. *Indígenas, quilombolas e agricultores: história e conflitos no sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2018. v. 1. p. 112.

guerra”); as redes familiares, divisão patrimonial e elites econômicas; e compra, divisão, demarcação e legitimação.

Dando continuidade ao debate, na mesma perspectiva interpretativa, no terceiro capítulo, *Os judeus e os “bandoleiros”: a intrusão e os conflitos pela terra no norte do RS – primeira metade do século XX*, João Carlos Tedesco e Isabel Rosa Gritti estudam a intrusão e a exclusão social de camponeses-caboclos, com base em alguns conflitos pela terra no interior da Colônia ICA (Colônia de Judeus) no norte do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX, demonstrando os processos de subalternização dos deserdados dela, principalmente pela criminalização e repressão, explicitando o caso do “Bando” do João Inácio, o grupo do “Capitão Belo” e a liderança de Gaudêncio dos Santos como expressão e materialização de uma dinâmica social de marginalização e luta pela terra.

Nos capítulos quatro e cinco, as reflexões centram-se na ocupação espacial e na constituição territorial do oeste de Santa Catarina, sob temáticas singulares e temporalidades diferentes, ambos contemplam o momento em que as relações de mercado passaram a conquistar sua hegemonia na região, as mudanças significativas em relação à concepção da terra e da floresta, passando a serem colocadas num patamar de mercadoria.

Desse modo, em *A multidimensionalidade do pequeno agricultor intrusado*, Luiz Fernando Ferrari problematiza a intrusão e suas múltiplas dimensões nas cercanias de Campo Erê, oeste catarinense, traçando um panorama do processo de intrusão dos pequenos agricultores nas déca-

das de 1970 e 1980, sob multi-identidades e multidimensionalidades.

Samira Peruchi Moretto e Marlon Brandt, no capítulo cinco, *Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina*, discutem de que modo as práticas de uso e acesso à terra pela população cabocla do oeste de Santa Catarina modelaram a paisagem dos espaços rurais dominados pela Floresta Ombrófila Mista até a primeira metade do século XIX, identificando as atividades que combinavam os usos privado e coletivo da floresta, ligadas a criação de animais soltos, extração da erva-mate e agricultura.

Os três últimos capítulos refletem, de uma forma ou de outra, os movimentos sociais no campo, partindo do entendimento de que eles se compõem da organização da sociedade civil, coletivamente reivindicam determinada mudança social, historicamente constituída, por meio do debate político e, conseqüentemente, da possibilidade de suas necessidades serem atendidas por políticas públicas específicas. Portanto, a sociedade brasileira, especificamente, marcada pelos movimentos sociais no campo, é debatida teórica, empírica e historiograficamente, com a força coletiva representada pelo movimento de resistência e luta pelas diversas formas de inclusão social.

Assim, no sexto capítulo, *Elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo*, Humberto José da Rocha apresenta elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo, estipulando como recorte temporal aproximado os anos entre 1930 e 1980, em função da ação dos mediadores correspondendo a um processo

de sistematização e estabelecimento de consciências sociais que estruturaram movimentos sociais clássicos. O autor baseia-se numa profunda e extensa revisão historiográfica e conjuntural, que lhe permite situar marcos temporais e conceituais para a interpretação histórica dos movimentos sociais no campo.

Simone Lopes Dickel, no sétimo capítulo, *Discussões acerca dos elementos motivadores da desapropriação da Fazenda Annoni: tensão social no imóvel e uma análise do contexto regional no início da década de 1970*, trata da complexa história da Fazenda Annoni, localizada no norte sul-rio-grandense, conhecida como uma importante referência em termos de realização da reforma agrária no país. Atravessada nesta narrativa, problematizam-se diferentes disputas e conflitos pela terra, perpassando a ocupação da fazenda, a desapropriação por função social e, principalmente, a perspectiva causal desse processo. A autora apresenta, de um lado, a demanda por terras no estado em função do desalojamento de rurícolas na região da construção da Barragem do Passo Real e, de outro, a existência de um estado de “tensão social” no interior do próprio imóvel.

Finalizando, no capítulo oito, *Políticas públicas para a agricultura familiar: a trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Passo Fundo, RS*, Indaia Dias Lopes e David Basso debatem a política pública da alimentação escolar articulada à agricultura familiar. Os autores contextualizam o processo de inserção dos agricultores familiares enquanto fornecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas públicas de Passo Fundo, município localizado no norte do estado do Rio

Grande do Sul, a partir da Lei nº 11.947/2009. O estudo indica a existência de espaço para ampliar a participação da agricultura familiar no mercado institucional da alimentação escolar nesse município.

Sem dúvida, trata-se de um complexo e amplo campo de investigação, de uma imensa e conflitante realidade, que nunca é, entretanto, fácil de circunscrever e cujo conteúdo varia de acordo com as experiências ao longo do tempo e as interpretações, de uma região para outra, de um país para outro, de uma pesquisa para outra. No entanto, a pesquisa e seu resultado devem continuar sendo mobilizados para a compreensão do presente.

Ironita Adenir Policarpo Machado

Diego José Baccin

João Carlos Tedesco



Região, frente em expansão, situação colonial: categorias em diálogo e confronto

Silvana Winckler

Arlene Renk

Introdução

Dada sua complexidade, o rural não é monopólio de uma única disciplina. A pergunta que se faz é “quem dele faz parte e de onde se fala ao estudar o rural?”. O *leitmotiv* de nossos trabalhos acerca do mundo rural tem consistido em pensar o problema de pesquisa no oeste catarinense, e não em estudar exatamente o oeste, o que poderia nos levar à armadilha de indagar o que seja este oeste: é um espaço social, cultural, econômico (nunca puro), com trama histórica, um produto sempre em construção? Abordá-lo sob a perspectiva de uma região traz vantagens, mas, igualmente, incorre-se em problemas, para os quais se requer a constante vigilância. Um

desses problemas é a região ser expressa como um conteúdo homogêneo, esquecendo-se as fissuras internas.

Um dos desafios contemporâneos das pesquisas voltadas ao mundo rural consiste na naturalização que, ignorando a construção social de noções e conceitos herdados e reproduzidos, atribui-lhes um estatuto de verdade. A região é, por excelência, um desses casos. É uma categoria polissêmica que transita pela ficção bem fundamentada, fruto da obnubilação do arbitrário social, quando não polissêmica e essencializada. Em determinadas circunstâncias, recortam-se limites permitindo a ampliação ou a redução do contorno da área em estudo ou sob administração, procurando um fundamento para legitimação. O que está em jogo é a taxionomia empregada para apresentá-la naturalizada, sem os questionamentos dos pressupostos da construção e arbitrariedade desses critérios. Um dos recursos mais frequentes é a tendência de delimitar fisiograficamente uma região, criando fronteiras naturais:

A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na 'realidade' segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas ou mais ou menos fortes (*dando por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxionomia trata como semelhantes*) (BOURDIEU, 1989, p. 114-115, grifo nosso).

Com o caso empírico, o do oeste catarinense, pretendemos abordar a apropriação e reapropriação territorial, dinâmicas e relações de força decorrentes. Na medida do possível, pretendemos apontar a complexidade, as mudanças, metamorfoses e dificuldades de traçados imprecisos que uma região configura. Para tal, será necessário recor-

rer a conceitos e ressignificação destes, como o de “fronteira em expansão” (LITTLE, 2002) e “situação colonial” (BALANDIER, 2001), no sentido lato, bem como no das ressignificações e reapropriações.

Historicamente, do ponto de vista oficial, a taxionomia do estudo das regiões esteve em disputa por geógrafos e economistas (BOURDIEU, 1989). No caso brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conseguiu o casamento das duas áreas de conhecimento e se propõe a legitimar, ante o Estado e a sociedade, quais são as regiões brasileiras.

Cabe lembrar que o IBGE é o órgão oficial brasileiro cujas atribuições vinculam-se à organização do território e às estatísticas sociais, demográficas e econômicas. Sob sua responsabilidade estão a organização de cartas e mapas, a realização dos censos, a organização das informações obtidas e a disposição destas ao Estado e ao público em geral.

Numa territorialização nominada Regiões Rurais, o IBGE, em estudo de 2015, com previsão de atualização decenal, classificou o Brasil em 104 regiões rurais, designadas por uma ou mais cidades que as articulam.

O recorte para a construção de uma região obedece a critérios geográficos e econômicos:

As Regiões Rurais têm por objetivo elaborar a divisão regional do Brasil a partir da dinâmica geográfica traçada pela produção agroindustrial no território nacional. Em termos conceituais-metodológicos, ele se alinha ao movimento de complementaridade entre a produção geográfica e estatística do IBGE ao propor uma base regional adequada para a divulgação das estatísticas agropecuária dessa instituição.

As Regiões Rurais configuram uma regionalização aderente não só às diferenças geográficas que caracterizam o espaço rural brasileiro, como em sintonia com as terras legalmente delimitadas para fins de preservação cultural e ambiental e os grandes espaços urbanos do país. Nesse sentido, a divisão regional irá proporcionar uma divulgação dos dados censitários mais próxima às demandas da sociedade em torno da produção de informações segundo recortes territoriais cada vez mais ajustados às diversas formas de ocupação construídas ao longo do tempo (IBGE, 2019b, não paginado).

Do caso empírico em estudo, o órgão governamental classificou o oeste catarinense em duas Regiões Rurais: a 4002 (da capital regional de Chapecó) e a 4001 (do centro sub-regional de São Miguel do Oeste).

Como veremos adiante, ambas as regiões tiveram o mesmo processo de colonização, em nada se diferenciando, inclusive, do noroeste do Rio Grande do Sul e do sudoeste do Paraná. Tampouco há significativas diferenças de paisagens, o que as torna homogêneas é a divisão administrativa (pois ambas são vinculadas a Santa Catarina), a inserção do agronegócio e da integração vertical na produção de aves e suínos.

Oeste catarinense: eventos e reconfigurações

Poder-se-ia perguntar: como se constituiu o chamado oeste catarinense, ou a região rural (ou as regiões rurais) do oeste catarinense? Embora o IBGE empregue, para fins pragmáticos, uma delimitação com critérios geográficos e de produção agropecuária, encompassadora, esquecem-se as diversidades internas. Podemos inverter a possibilida-

de de leitura sobre a região, para além de fronteiras naturais, elegendo eventos no sentido empregado por Sahllins (1990), como atos não rotineiros demarcadores de tempos e paisagens. Um destes é a ocupação e reapropriação do território, expressa no processo que, como tal, traz marcas implícitas e explícitas de dominação. O impulso à colonização ganhou força com o fim da Guerra do Contestado (1912-1916). A incorporação desse território a Santa Catarina observou o movimento de grandes glebas de terras que foram concedidas ou vendidas a empresas colonizadoras sul-rio-grandenses para fins de repovoamento, desconsiderando a população local, os caboclos e os Kaingang.

A criação do Município de Chapecó, em 25 de agosto de 1917, representou para a região oestina: a) a definição da região como parte integrante do contexto catarinense - nova unidade político-administrativa; b) a necessidade urgente de uma ação de colonização para a região por parte das autoridades constituídas em nível local e estadual; c) a transferência da colonização para a iniciativa particular. Assim, a colonização da região inicia-se com as primeiras manifestações no sentido de a região receber ações e empreendimentos das Companhias de Colonização, através da venda e/ou doações de terras por parte do governo. [...] As Companhias Colonizadoras chegam à região oestina instalando-se com capital próprio. O governo de Santa Catarina participava concedendo alguns incentivos para a iniciativa empresarial colonizadora – pela necessidade premente de ocupação da região. Inaugura-se assim a *colonização sistemática da região* (IBGE, 2019a, não paginado, grifo nosso).

O censo realizado pelo IBGE em 1920 precisava em 11.315 habitantes a população do município de Chapecó, criado em 1917, numa extensão de aproximadamente

14.000km², num retângulo inserido entre a Argentina, o Rio Uruguai, o Paraná e o Rio Irani. O informe daquele órgão ressaltava:

Se, administrativamente, havia ali [Chapecó] uma região, isto não ocorria sob o ponto de vista geográfico, pois o recenseamento de 1920 encontrou, naquela área, a população de 11.315 habitantes. Chapecó, no princípio do século [XX], não era um espaço vivido, pois não possuía contingente humano para a vida regional. (Peluso, 1892) (IBGE, 2019a, não paginado, grifo nosso).

Em que pese a consideração do IBGE de ser ou não ser *geograficamente* uma região, salvo administrativamente, pela baixa densidade demográfica, a maioria da população era constituída por autóctones, indígenas e caboclos. Esse Chapecó ancho constituía-se, no sentido literal, em *fronteira em expansão* (LITTLE, 2002) – quando um grupo social se desloca em territorialidades de outros já estabelecidos. Traduzindo, os agricultores descendentes de europeus, geralmente de menor capitalização, como estratégia de reprodução social camponesa (RENK, 2000, 2006; WERLANG, 2006), migravam para aquisição de suas colônias (24,2 ha), no intento de permanecerem como agricultores. *A colonização sistemática da região* à qual se refere o IBGE levou diversas companhias colonizadoras a se estabelecer no território, concorrendo entre si na disputa pelos compradores, isto é, os colonos do estado do Rio Grande do Sul (WERLANG, 2006; VICENZI, 2008). Temos, neste caso, a coincidência da “fronteira em expansão” com a “situação colonial”. Com a devida distância, a noção de “situação colonial”, cunhada por Georges Balandier (2001 [1951]) para o contexto africano, serve para compreender o processo de

colonização do oeste catarinense. O sociólogo francês, referindo-se ao imperialismo europeu na colonização do continente africano, disse tratar-se de:

[...] um dos eventos mais marcantes da história recente da humanidade, é a expansão, pelo globo, da maioria dos povos europeus. Isso provocou a perseguição – quando não o desaparecimento – de quase todos os povos ditos atrasados, arcaicos ou primitivos. A noção colonial, ao longo do século XIX, é a forma mais importante, a mais repleta de consequências, tomada por esta expansão europeia. Ela perturbou brutalmente a história dos povos a ela submetidos, impondo-lhes, ao se estabilizar, uma situação de um tipo bem particular. Não se pode ignorar este fato, que condiciona não somente as reações dos povos “dependentes”, mas explica, ainda, certas reações de povos recentemente emancipados (BALANDIER, 2001, p. 9).

Cabe explicitar o uso da categoria “colonial” para evitar ambiguidade. Na citação do autor, o adjetivo “colonial” indicava o processo de expansão do capitalismo europeu nas áreas conquistadas. No caso em estudo, o colonial refere-se ao processo de expansão das pequenas propriedades rurais, em regime familiar, com descendentes de europeus, em que herdaram do Estado brasileiro a rubrica colonial como categoria administrativa (SEYFERTH, 1974).

Num caso e noutro, pode-se observar o traçado retilíneo das possessões europeias e das áreas das empresas colonizadoras brasileiras em retalhamento das glebas em colônias com medida de 24,2 hectares delimitando seus contornos. No caso brasileiro, entra em jogo o serviço prestado pela agrimensura, indispensável para a instalação das colonizadoras. Por escassez de profissionais no Brasil, foram importados agrimensores da Europa para atuarem na

medição dos empreendimentos rurais, na delimitação dos lotes com os devidos marcos, no serviço da cartografia dos mapas e dos croquis das áreas rurais, para comprovação do tamanho e confrontação do imóvel, bem como anexação à escritura quando fosse lavrada. Os limites das propriedades rurais, quando não bem explicitados ou com margem de dúvidas, sempre foram matéria de melindre e desavença entre lindeiros. Apesar do retalhamento do território em colônias, ainda permaneceram intocadas partes das fazendas remanescentes do século XIX, seja dos campos, com as fazendas de criar, seja das glebas florestais adquiridas e mantidas intactas. No último caso, os proprietários residiam fora do estado.

Não obstante as críticas formuladas ao conceito de frente de “pioneira”, como aquelas da lavra do sociólogo José de Souza Martins (2009), vale recorrer ao conceito do geógrafo Leo Waibel (1955, p. 391-392, grifo nosso), cuja inspiração fora buscada na marcha ao oeste dos Estados Unidos, como limite entre a mata virgem e a região civilizada:

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o *afluxo de uma forte corrente humana*. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um boom ou rush. Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população.

Entre as zonas pioneiras do Brasil atual [1955], Wai-bel (1955, p. 18) elenca que, “[...] mais para o oeste, nas bacias dos rios Xaçecó, Antas e Peperi, ao norte do rio Uruguai, a expansão da cultura ainda está em plena marcha.” Ao distinguir as cinco zonas pioneiras do país, apresenta a de Xaçecó-Pato Branco.

A crítica de Martins (2009) consiste em estabelecer a diferença entre a frente pioneira, de caráter econômico, e a fronteira de expansão, empregada pelos antropólogos, com teor demográfico, levando uma suposta bagagem de “civilização” em direção aos grupos já estabelecidos no território.

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está à frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 2009, p. 138).

Este ponto acopla-se com a categoria “situação colonial” (BALANDIER, 2001), à medida que o processo de colonização das empresas incumbidas da venda das terras e das agências que as acompanham introduzem a alteridade, desconsiderando as posses estabelecidas dos povos autóctones, caboclos e terras indígenas, exigindo sua limpeza e estabelecendo lógica e organização societária diferentes. Entra em jogo a ação de profilaxia das colonizadoras e das agências “civilizadoras”. Ao contrário do caso africano, aqui,

os colonizadores, tomando as empresas, os agentes civilizadores e os agricultores, são numericamente superiores, e os colonizados sofrem a premência da dominação, imposta por instrumentos como igrejas, escolas, noções de higiene e saúde, cultivo da terra, imposição da criação dos animais com cerca. Estabelece-se um processo de etnogênese (BANTON, 1979; BARTOLOMÉ, 2006), de diferenciação entre colonizadores e colonizados, surgindo os brasileiros/caboclos como campesinato expropriado para ceder espaço ao campesinato de descendente de europeus. A história oficial não cedeu lugar à alteridade. Há registros do processo da entrada dos colonos para transformar o espaço em região “sob o ponto de vista geográfico”, deslocando-se os colonos para ocupar seus lotes. Não há registro do despovoamento da minoria criada pela etnogênese do caboclo que foi adiante, ao “Paraná”, uma geografia imaginária (SAID, 2001). Vale o mesmo para a população indígena. Narrados como personagens que vivem aqui ou acolá.

Por mais que as configurações da região tendam a ser homogêneas, podemos pensar que não conseguem ser encompassadoras. A vida corre à revelia dos contornos. Por exemplo, moradores que viviam em áreas ribeirinhas faziam o comércio e a busca de recursos médicos no outro lado do Rio Uruguai; crianças, por décadas, foram à escola do lado sul-rio-grandense, de caíco (WINCKLER; RENK, 2018). E o que dizer daquelas crianças, vivendo na fronteira com a Argentina, que frequentavam escola no país vizinho e em seus cartórios eram registradas? E do comércio feito entre os dois países? (D’EÇA, 1929). As igrejas, instituições nucleadoras para a constituição das comunidades confesso-

nais ou laicas, principalmente a católica e a luterana, presentes nas propagandas de vendas de terras, tiveram seus centros eclesiásticos e de decisão administrativa em outros estados. No início da colonização, a atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), então nominada Sínodo Rio-Grandense, tinha sua sede em São Leopoldo, RS, e a Igreja Católica, nas décadas iniciais, esteve vinculada à Prelazia Palmas, no Paraná. Mais tarde, a elite colonizadora movimentou-se para a formação do Estado do Iguçu, unindo o oeste catarinense ao sudoeste do Paraná.

Outro exemplo pode ser visto com os caboclos no período anterior à colonização e no início desta, aqueles ainda não espoliados das terras. O costume desses camponeses era escolher um sítio, tempo depois ir adiante em busca de novo lugar para morar e reencontrar-se com os vizinhos por ocasião da festa do Divino Espírito Santo, formando assim sua comunidade, mesmo que espalhada territorialmente. No caso de expropriação, quando perguntado pelo destino daqueles já retirados das terras, a resposta recorrente é a de que foram para o “Paraná”. O que temos são fatos que podem ajudar a pensar situações em que a região não tem um traçado retilíneo, mas uma aproximação ao que Clifford Geertz (1964), ao estudar Bali, informava acerca de suas aldeias justapostas e cujos contornos não eram coincidentes.

Região, o híbrido não fractal

Apresentamos a configuração da região, respaldada pelo modelo do espaço da colonização que, no entanto, pode ser tomado como provisório. Ao pensar-se a região tendo

como suporte a colonização, deve-se levar em conta que esta não foi e não é um destino, pelas clivagens e multiplicidades de experiências vivenciadas, incorporando a noção de “fronteiras em expansão” (LITTLE, 2002), o que encontra afinidade com o conceito de Balandier (2001), sugerindo interpretá-lo como novas situações coloniais, dadas ao contexto de globalização. Esse é um requisito dos contornos prévios a ser problematizado, porque consiste numa forma de ver e ler a região. Independentemente do recurso teórico, uma região está conectada com o mundo, recebe seus reflexos, suas cargas, num processo relacional.

Invertendo a perspectiva, apontando aos heteróclitos da chamada “região”, tomamos a fronteira em expansão não se deslocando a Sinop, Sorriso e outras paragens do Centro-Oeste, a exemplo do processo de enxamagem que se referia Roche (1969), mas rebatendo internamente.

No caso das terras indígenas, em especial do povo Kaingang, seu território não se enquadraria na região. Extrapola-o. Toldo Pinhal, Toldo Chimbanguê, Reserva Condá e Terra Indígena Xapecó estão situados no oeste, mas a Terra Indígena de Nonoai fica no Rio Grande do Sul. As Terra Indígenas de Palmas e a Reserva Indígena de Mangueirinha situam-se no Paraná. Há a delimitação administrativa de área, sem dúvidas, mas esses limites não restringem os indígenas quanto à circulação no território. A partir da década de 1980, os Kaingang, num movimento de etnogênese (BARTOLOMÉ, 2006) e de busca de recuperação das terras ancestrais, ampliaram suas áreas. O primeiro impulso ocorreu nas terras de Nonoai, com a expulsão de agricultores estabelecidos havia décadas na terra indígena.

na. Movimento similar repetiu-se na TI Xapecó (1976) e, depois, nas demarcações do Toldo Chimbangué (1985) e do Toldo Pinhal (1998), áreas espoliadas por ocasião da colonização (SILVA, 2017; BRIGHENTI; NÖTZOLD, 2009). A luta pelas terras Guarani no Araçá'I encontra-se em litígio judicial desde 2007. Não obstante a recuperação de terras indígenas, a exemplo da TI Xapecó, lideranças as têm arrendado ao agronegócio regional. Denúncias ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal dão conta de que 75% da área da TI Xapecó teriam sido arrendados na safra de 2018, com subterfúgio de formação de cooperativa para lavoura (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019).

Aos territórios de estigma que foram as áreas declivosas, em barrancas de rios, não concorridas pelo mercado imobiliário, transformadas em guetos e ocupadas por caboclos que não alcançaram o “Paraná”, acresceram-se os acampamentos de sem-terra, personagem novo, fruto da ineficácia do processo de colonização, à medida que não garantiu terra às gerações seguintes que pretendiam viver da agricultura. No segundo caso, o capital simbólico acumulado na luta pela obtenção da terra transformou o estigma em emblema. É nesse momento que as fazendas até então intactas são desapropriadas e transformadas em assentamentos de reforma agrária. Paisagem nova e novas formas de produzir são implantadas. Se a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, foi o marco inicial das ocupações de terra, as ocupações simultâneas organizadas e levadas a cabo em 25 de maio de 1985 resultaram em dezenas de assentamentos da reforma agrária (POLI, 1995; MASIERO PEREIRA, 2015).

Não são só fronteiras da metade do século XIX, com a expulsão e dominação dos grupos indígenas e a implantação de frentes pastoris; novas fronteiras são definidas, também, pelos projetos de grande escala (PGEs) (RIBEIRO, 2008), como as barragens, que loteiam bacias hidrográficas e expulsam ribeirinhos e bem estabelecidos agricultores. Contraditoriamente, um dos últimos recursos “territoriais” a ser “desbravado” é o hídrico. O processo de privatização instaurado no país regulamentou, por meio de agências reguladoras, o uso da água para fins econômicos. A geração de eletricidade torna-se negócio rentável, com empreendimentos de grande porte, a exemplo de Usinas Hidrelétricas (UHEs), e outros menores, porém numerosos, como as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), cujas ações giram em torno do hidronegócio (VAINER, 2007). Entre outros impactos (sociais, ambientais, culturais), o hidronegócio representou a diminuição de área cultivável e o remanejamento compulsório da população rural, os “atingidos”, no sentido amplo, as vítimas do desenvolvimento (ROCHA; PASE, 2015; BARON, 2012; RENK; WINCKLER, 2017). Neste caso, a natureza, isto é, a água, é o domínio, extrapola a dimensão administrativa. Santa Catarina e Rio Grande do Sul são frentes em expansão para os projetos de grande escala. Esses processos são novas roupagens de situações coloniais, ancoradas no Estado, com ações revestidas de legitimidade.

Um dos indícios de mudança verificado foi a diminuição da população rural, conforme registro dos censos demográficos. Uma constelação de fatos é reflexo desse fenômeno. Um deles foi a nucleação das escolas, isto é, o

fechamento das escolas rurais e o transporte dos alunos às escolas urbanas, sob o argumento de que aquelas eram inviáveis. Tem sido observada a migração de jovens das áreas rurais, em busca de emprego, bem como o consequente despovoamento rural, nos últimos anos. Esse fenômeno pode ser repensado como uma marcha ré da fronteira, retirando a população. Nessa região, dentre os desafios, está o de pensar os limites entre urbano e rural, que estão esgarçados. Atividades urbanas migram para o rural. Habitantes do rural trabalham no urbano, mas há carência de lazer para o espaço do rural – apesar das motos, do celular e da internet (RENK; DORIGON, 2014; CHAUVEAU, 2014).

Se, nos anos 1980, houve ocupações de terras e a busca destas por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o número decaiu nas últimas décadas, sendo observado o fenômeno de propriedades sem sucessores, ou sem herdeiros, e daquelas marcadas pelo celibato masculino (GOLDSCHMIDT; VITORINO, 2010). No outro extremo, situam-se as políticas públicas, a exemplo da Previdência Social, que, a partir da Constituição de 1988, passou a permitir a aposentadoria aos trabalhadores rurais, com valor de um salário mínimo, o que representa uma renda fixa ao final do mês – ao contrário da safra, cujo rendimento é anual e está sujeito às intempéries.

A vegetação mudou. A madeira já foi vilipendiada, exportada em balsas há algumas décadas, pelo Rio Uruguai, em direção à Argentina e com destino final ao velho mundo; ou serviu de matéria-prima para as serrarias da região, que até recentemente estavam em funcionamento. Plantas exóticas, como eucalipto e uva-do-japão, foram introduzi-

das quando da Revolução Verde, nas práticas da extensão rural (VIEBRANTZ, 2008). O novo é o verde do monocultivo do eucalipto e do pinus para as caldeiras de fábricas, estacas da construção civil, indústria de móveis e celulose. Seus proprietários não são os agricultores, mas investidores urbanos em busca de novas fontes de rendimento. O avanço do plantio de eucalipto, em detrimento de grãos, como o feijão, é interpretado como inversão e subversão à lógica camponesa.

Processos de mobilização social intensos têm ocorrido e encontrado seu substrato na área rural, dando fundamento à formação ou consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), exemplificativamente. O desenho cartográfico dos latifúndios remanescentes da primeira ocupação dos campos, na primeira metade do século XIX, foi reconfigurado em assentamentos de reforma agrária, em vários pontos da região. Novos personagens, como os acampamentos rurais, sob lonas pretas, foram a marca por muitos anos. Verifica-se a tensão entre o agronegócio e a agroecologia, retratada nas pautas dos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina (WINCKLER; MUNARINI, 2019). Esses movimentos não ocorrem isoladamente. À medida que assentamentos da reforma agrária foram implantados, outros lotes rurais foram adquiridos por urbanos, em geral profissionais liberais, para servir de áreas de lazer, sítios de finais de semana, descaracterizando-as como áreas de lavoura e incrementando-as com considerável valor imobiliário, num processo de gentrificação.

Nos padrões de herança familiar tradicional, entre os agricultores, no sistemático deserdamento das mulheres, de acordo com o grau de capitalização do pai de família, a noiva levava de dote a novilha e a máquina de costura. Na esfera econômica da miudeza, da economia feminina, os gêneros lácteos e outros excedentes eram comercializados (SHANIN, 1973). No entanto, nas últimas décadas, vivenciaram-se mudanças. As indústrias de laticínio demandam matéria-prima e há aumento da atividade leiteira, que deixa de pertencer à alçada feminina. Ocorre a tecnologização da bovinocultura de leite, outrora considerada “salvação da lavoura”, na perspectiva dos agricultores. A produção em escala, com insumos e tecnologias, deixou os estábulos, substituindo-os pelas salas de ordenha, caminhando para a financeirização da atividade. Região da bacia leiteira?

Tal como ocorre com os projetos de grande escala, o agronegócio ou *agrobusiness* reconfigura a região. Incorpora as terras passíveis de mecanização, com o monocultivo da soja, fazendo desaparecer algumas pequenas propriedades e comunidades. A paisagem oscila do verde ao amarelo ocre, cor do caule já colhido. Não vem desacompanhado; seu irmão gêmeo é a integração vertical, que, com as inovações biotecnológicas, insere a agricultura local na divisão mundial do trabalho, produzindo *commodities*, tornadas indispensáveis ao Estado brasileiro para a saúde de sua balança comercial. Reduz o número de produtores rurais e aumenta a quantidade de aves e suínos por unidade produtiva. O capital amplia-se, insere-se capilarmente nas propriedades e as integra ao capital internacional, tendo como foco a exportação. Vivenciamos uma fronteira em transforma-

ção, passível de interpretação de um recurso para pensar uma nova colonização mediada pelo mundo do agronegócio, impondo o novo padrão de produzir, de vivenciar novas sociabilidades, impactando a vida social dos agricultores, tudo isso costurado por um *Codex Alimentarius*, em nome da proteção à saúde do consumidor e às boas práticas do mercado internacional de alimentos instaurado e instituído (PAULA; BASTOS, 2009). Some-se a isso a retirada de aves e suínos “crioulos”, que passam a ser objeto de carnes verdes, com rótulo de consumo politicamente correto no mercado interno por uma camada populacional. A fronteira estará traçada entre os formuladores do bem-estar animal e aqueles que pregam o retorno da domesticação e da biodiversidade doméstica (DIGARD, 2012). Cabe a ressalva em relação à fumicultura em integração vertical: integração dos pobres; dedicam-se a ela os pequenos agricultores, como uma das únicas alternativas de renda, não obstante o tabaco ser *commodity* vinculada às indústrias tabageiras transnacionais.

Situações coloniais transmutam-se, estão nas legislações e interpretações minuciosas. Antes estavam nos calhaços de normas (sempre as ferramentas de Estado) em relação à erva-mate (antes e depois do Instituto do Mate), proibindo os carijos, normatizando os barbaquás, eliminando-os por medidas profiláticas de higiene, concentrando o beneficiamento da erva-mate nas indústrias e não mais nos processos artesanais (BACILLA, 1946; LINHARES, 1969). Quantos produtos, nas pequenas propriedades, os chamados produtos coloniais, correm hoje o risco de tornar-se clandestinos (“não inspecionados”)? Vê-se, neste ponto,

a disputa entre a tradição e as boas práticas empregadas pela vigilância sanitária, derivativas do *Codex Alimentarius* (WHO/FAO, 2019; ANVISA, 2016).

Os braços da vigilância sanitária estendem-se aos chamados “produtos coloniais”, os produtos diferenciados, igualmente sob a justificativa da necessidade de garantia de produção higiênica, o que, de certo modo, tem inibido que produtos com tradição de longa data circulem oficialmente no mercado, pela carência de selo. Quando muito, instaura-se ao lado do agronegócio a circulação em caráter clandestino dos produtos coloniais, transformando-se região em encolhimento, perda de território, do saber fazer e da substituição por produtos padronizados que o mercado está ávido a oferecer. De outro lado, dada a elasticidade do rótulo “colonial”, profissionais liberais têm registrado sob ele produtos manufaturados. Há uma variedade de ofertas de rapaduras, cucas, doces, melados, salames produzidos em pequenas fábricas com apropriação da nomenclatura no sentido positivo do termo (DORIGON *et al.*, 2015).

Considerações finais

Poderíamos arrolar diversos indicativos apontando as relações diacrônicas e sincrônicas da construção de região, apontando a reconfiguração das categorias “fronteira em expansão” e “situação colonial”, deixando explícita a arbitrariedade dos limites e contornos dos órgãos oficiais, pausados fisiograficamente. Contra essa naturalização, entendemos que o uso da categoria “situação colonial”, apesar de ser gestada num contexto histórico, dá conta para estudo

de contexto histórico, ou evento, como o da colonização, de ocupação do espaço, apropriação da terra, por um grupo em detrimento de outros. Observá-lo diacronicamente, em retrospectiva, como diferente forma de narrar os eventos, tem facilitado as lentes dos estudos. No entanto, no eixo sincrônico, heterogeneidades e “olhares borrados” fazem com que essas categorias estejam longe de serem esgotadas. Empreendimentos como os projetos de grande escala, a exemplo das hidrelétricas, são passíveis de serem lidos sob esta ótica. O mesmo pode ser dito a respeito da produção de *commodities*, cujas regras são ditadas pelo mercado externo.

No que se refere à fronteira em expansão, se inicialmente ela se expandia, de modo literal, pode-se repensá-la à medida que se volta à criação de fronteiras internas, dentro do que se chamou de “região”. Centra-se aqui a etnogênesis no caso dos povos indígenas e da luta pelas terras, no embate com agricultores que, na qualidade de posseiros de boa-fé, as adquiriram de empresas colonizadoras. As etnicidades e lealdades primordiais afloram e tornam-se beligerantes. Não é só isso: o surgimento dos movimentos sociais serve como outro exemplo de fronteira em expansão, das pautas da agroecologia, do feminismo e assim por diante.

Os eventos e movimentos apontados dão conta de que a fronteira entre o rural e o urbano tornou-se esgarçada. De um lado, a pluriatividade leva membros da família rural a exercer atividades na área urbana; de outro, a fábrica urbana desloca-se para o meio rural. Os meios de comunicação, como internet e celular, tornaram-se compulsórios aos agricultores, à medida que a própria Previdência Social só

responde os agendamentos dos atendimentos previdenciários por e-mail. Os meios de transporte tornaram-se mais acessíveis que há algumas décadas, permitindo o deslocamento com facilidade. Recursos urbanos são acessíveis à camada rural. Moradores da cidade passam a desejar os ares do campo, adquirindo lotes rurais ou parte destes para sítios de finais de semana, num processo de gentrificação.

Enfim, falar de região supõe contemplar aspectos em perspectiva histórica e no eixo da contemporaneidade. O caminho aqui percorrido foi ler uma realidade multifacetada a partir de categorias trabalhadas e utilizadas para determinado contexto histórico, mas entendendo que seriam perfeitamente aplicáveis ao nosso caso.

Referências

ANVISA. *Codex Alimentarius*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388701/Codex+Alimentarius>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BACILLA, Antonio. *O drama do mate*. Curitiba: Guaíra, 1946.

BALANDIER, Georges. La situation coloniale. Approche théorique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. 110, p. 9-29, Janvier/Juin 2001.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: 70, 1979.

BARON, Sadi. *Usina hidrelétrica – UHE Foz do Chapecó: estratégias, conflitos e o desenvolvimento regional*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2012.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRIGHENTI, Clovis; NÖTZOLD, Ana Lucia Vulfe. D. José Gomes e as Terras Indígenas: análise de uma experiência de intervenção em políticas públicas. *Cadernos Ceom*, Chapecó, n. 30, p. 207-225, 2009.

CHAUVEAU, Hélène. O lugar do acesso (ou do não-acesso) ao lazer e à cultura que os jovens rurais têm com o território do interior catarinense. In: RENK, A.; DORIGON, C. *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, 2014. p. 99-114.

D'EÇA, Othon Gama. *Hespanhoes confinantes*. Florianópolis: Moderna, 1929.

DIGARD, Jean-Pierre. A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 205-223, 2012.

DORIGON, Clovis *et al.* *Produtos coloniais – tradição e mudança*. Chapecó: Argos, 2015.

GEERTZ, C. Tihingan: a balinese village. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 120, 1964, no: 1, Leiden, 1-33.

GOLDSCHMIDT, Ilka Margot; VITORINO, Cassemiro dos Santos. *Celibato no campo*. Documentário. 0,52 min. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil em Síntese. Santa Catarina. *Chapecó, História & Fotos*. 2019a. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/historico. Acesso em: 4 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões Rurais*. 2019b. Disponível em: www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15780-regioes-rurais.html?t=perguntas-frequentes. Acesso em: 4 ago. 2019.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002. (Série Antropologia, 322).

Região, frente em expansão, situação colonial: categorias em diálogo...

MARTINS, José de Sousa. *Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MASIERO PEREIRA, Paula. *Reforma Agrária e Ditadura Militar: a ocupação da fazenda Burro Branco na memória dos trabalhadores rurais*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Em ação do MPF em Chapecó, ex-cacique e consultores são condenados a devolver valores cobrados por arrendamento de terras indígenas*. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/em-acao-do-mpf-em-chapeco-ex-cacique-e-consultores-sao-condenados-a-devolver-valores-cobrados-por-arrendamento-de-terras-indigenas>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PAULA, Nilson; BASTOS, Livia Tiemi. Inserção do agronegócio alimentar brasileiro nos mercados mundiais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 304-331, 2009.

POLI, Odilon. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1995.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. De atingidos a vítimas do desenvolvimento: um estudo junto à população afetada direta ou indiretamente pela UHE Foz do Chapecó na região Oeste de Santa Catarina. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, Caxias do Sul, v. 7, n. 2, p. 187-211, 2017.

RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, 2014.

RIBEIRO, Gustavo Linz. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 80, p. 109-125, mar. 2008.

ROCHA, Humberto José da; PASE, Hemerson Luiz. O conflito social e político nas hidrelétricas da bacia do Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 99-113, jun. 2015.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2.

SAHLLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAID, Edward. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí Mirim*. Um estudo do desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SHANIN, T. The nature and logic of the peasant economy. *The Journal of Peasant Study*, n. 2, jan. 1973.

SILVA, Thiago. *A práxis política da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970 e 1980)*. Passo Fundo: Artigo, 2017.

VAINER, Carlos B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007.

VICENZI, Renilda. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.

VIEBRANTZ, Kerli Paula Melz. A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. *Revista Grifos*, Chapecó, n. 25, p. 127-145, dez. 2008.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.

WHO/FAO. *Codex Alimentarius*. International Foods Standards. Rome, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/en/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

Região, frente em expansão, situação colonial: categorias em diálogo...

WINCKLER, Silvana; MUNARINI, Ana Elsa. Riscos socioambientais oriundos da liberação de organismos geneticamente modificados no ambiente. **Revista Direito Culturais**, Santo Angelo, v. 14, p. 119-140, 2019.

WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene. Tecendo memórias de mulheres chapecoenses. *In*: CHAPECÓ 100 anos – histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. v. 1. p. 459-487.



Arquétipo da propriedade privada: um olhar sobre o norte do Rio Grande do Sul

Ironita Adenir Policarpo Machado

Diego José Baccin

Introdução

Os estudos da questão da propriedade da terra e da racionalidade capitalista exigem o exame da manifestação concreta das flutuações de conjuntura e das relações sociais de força. Para tal propósito, é necessário lançar sobre o problema de investigação as variáveis necessárias ao reconhecimento dos poderes (político, econômico e jurídico) como “elemento de força” e “estratégia” de frações de classe – grupos com poder político no governo e com poder econômico –, para a dinamização de seus projetos político-econômicos, assim como grupos sociais marginalizados pelo processo de modernização, que buscam obter seus direitos à terra.

Perante essas premissas teórico-metodológicas, interpreta-se a questão da terra (posse, domínio e propriedade) como “fenômeno orgânico”, com base nos pressupostos de Karl Polany, para quem “trabalho”, “terra” e “dinheiro” são transformados em “mercadoria fictícia” como elemento fundamental da economia. Como Polany (1980, p. 84) afirma,

[...] o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado [...]; [portanto], trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizado em mercado e, de fato, esses mercados formam uma parte vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias.

Dessa forma, ao estudar o processo de constituição da propriedade da terra e a formação socioeconômica brasileira, por meio de suas regionalidades, neste estudo do Norte do Rio Grande do Sul, da metade do século XIX em diante, até as primeiras décadas do século XX, tem-se clareza de que não se trata de uma economia de mercado – concepção liberal de autorregulamentação. Entretanto, é o período em que se processam suas bases, em que o Estado, por intermédio de política intervencionista, promove a formação desse mercado e, conseqüentemente, os rendimentos capitais são formados pela venda da terra e sua ocupação ao desenvolvimento agrícola. Portanto, inicia-se o delineamento do território, da estrutura fundiária e de fronteiras agrárias.

Ainda, é necessário esclarecer que a propriedade se edifica em um espaço, portanto, um território. Assim, o ter-

ritório não se reduz a uma entidade jurídica e não pode ser assimilado a uma série de espaços vividos sem existência sociocultural, política ou administrativa reconhecidas. De acordo com Saquet (2007), o território resulta das relações entre sociedade/natureza e condição para a reprodução social; campo de forças historicamente determinadas. O autor considera que:

As forças sociais efetivam o território, o processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios (SAQUET, 2007, p. 127-128).

Para Santos (1994), “espaço geográfico” (sinônimo de “território usado”) é compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente. Ele chama atenção para o novo funcionamento do território, por meio de horizontalidades (ou seja, lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais). O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas, além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço de

todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço de todos (SANTOS, 1994, p. 16-17).

Portanto, amparados nestas concepções teórico-metodológicas, concebemos a questão de terra (posse, domínio e propriedade da terra) como categorias que agregam elementos históricos em processo (o homem e suas relações sociais e o trabalho tendo a terra como elemento principal para produção, resultando numa territorialização identitária do território e dos grupos socioculturais), desde o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX.

Defendemos a proposição de que a estrutura socioeconômica e política brasileira, sob sua diversidade regional, tenha passado por diversas transições até configurar a estrutura fundiária contemporânea. Trata-se de um “movimento orgânico” (relativamente permanente), com o qual, conseqüentemente, emergem os fenômenos de conjuntura que, por sua vez, podem ser traduzidos no desenvolvimento de uma série de polêmicas ideológicas, políticas, sociais e jurídicas acerca da propriedade da terra.

Aqui, especificamente, centramos a discussão pela narrativa histórica de ocupação/apossamento do espaço e da formação territorial do Norte sul-rio-grandense, como arquétipo da constituição da propriedade privada, a qual se dá em três fases, as quais correspondem às seções deste texto: apossamento da terra pelas elites políticas (“senhores da guerra”); redes familiares, divisão patrimonial e elites econômicas; e compra, divisão, demarcação e legitimação.

Elites políticas – “senhores da guerra”, tenentes e coronéis – no antigo território de Passo Fundo

A historicidade da região de Passo Fundo pode ser narrada a partir de tempos que remontam às atividades desenvolvidas pelas nações dos povos naturais Gês e Tupis-guaranis que habitavam a região. Isso antes mesmo da fundação da Redução de Santa Tereza dos Pinhais e Ervaçais em 1632.

O espaço, o território e a territorialidade da região podem ser contados nesta perspectiva, entendimento que no transcorrer do tempo tem encontrado ressonância em pesquisas atuais, as quais reconduzem o entendimento sobre o processo de ocupação do espaço regional na formação de seu território, como sendo um fenômeno não circunscrito às atividades dos senhores desbravadores de terras do século XIX.

Por mais que registremos a importância dessas perspectivas compreensivas, centramos nosso olhar para o processo de apropriação de terras na região norte do estado do Rio Grande do Sul, a partir da atuação dos assim nominados “senhores da guerra”, que, ao longo de um processo de ocupação e apropriação dos espaços na formação de um território, transformaram-se em os “senhores da terra”.

Antonino Xavier e Oliveira, considerado do “pai da história de Passo Fundo”, em *Annaes do Município de Passo Fundo*, descreve que a ocupação de povoamento do território passo-fundense acontece em princípios do século XIX, depois de atenuados os perigos eminentes que ofereciam aos moradores civilizados as comunidades indígenas. Um desses primeiros moradores foi o alferes (antigo posto militar equivalente a um 2º tenente) Rodrigo Feliz Martins, que se estabeleceu junto

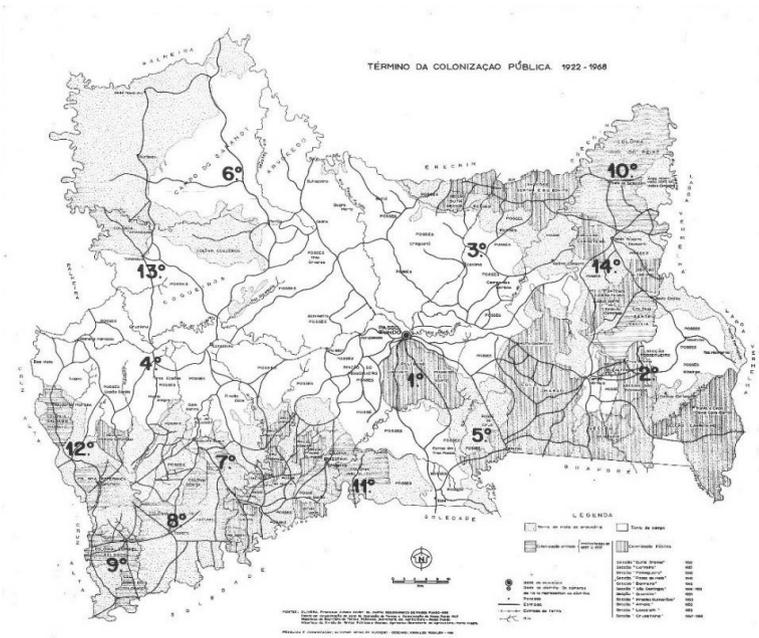
ao Rio Jacuizinho, não muito distante da estação de Pinheiro Mercado (hoje distrito do município de Carazinho, na época 4º distrito de Passo Fundo). Além deste, outros foram chegando, Alexandre da Motta, Bernardo Paes e Manoel José das Neves, domiciliando-se na Estância Nova; 4º distrito, no Pessegueiro, 1º distrito e no local em que seria edificada a cidade de Passo Fundo (OLIVEIRA, 1990, p. 74-75). Na Figura 1, observamos a localização do antigo território de Passo Fundo no espaço sul-rio-grandense e, na Figura 2, o município de Passo Fundo, respectivos distritos onde, em sua maioria, ocorreu colonização pública entre 1922-1966.

Figura 1 – Estado do Rio Grande do Sul, em destaque antigo território de Passo Fundo (1920)



Fonte: elaboração de Alex Vanin, Comissão de Assuntos Municipais (2002).

Figura 2 – O território de Passo Fundo e seus distritos (colonização pública entre 1922-1966)



Fonte: Rückert (1997).

Oliveira (1990) afirma que 1827 é o ano trágico do Combate do Passo do Rosário ou de Ituzaingo, como os platinos denominaram o evento. É também o ano em que o alferes Rodrigo Felix Martins ergue uma vasta estância de seu estabelecimento, obtida em 1824 por concessão do Comando da Fronteira de São Borja, que era, naquele tempo, a autoridade a quem pertencia a distribuição dos campos devolutos desta região das Missões (OLIVEIRA, 1990, p. 197).

O que a historiografia local legou foi que a fundação de Passo Fundo está associada à vinda do cabo (depois capitão) de milícias, Manoel Jose das Neves. Este, entre os

anos de 1827/1828, recebeu, do Comando Militar de São Borja (ou das Missões), uma sesmaria de terras, devido a serviços prestados à Coroa e a ato de heroísmo na campanha militar do Paço do Rosário, na Guerra da Cisplatina.

Paulo Afonso Zarth (1997), em *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*, retrata a relação existente entre a apropriação de terras, a formação de estâncias pastoris no sul do Brasil e a presença militar. Insere compreensivamente o militarismo na perspectiva de categoria de classe privilegiada que, desde a ocupação portuguesa do território sulino pela coroa no século XVII, recebia prêmios com áreas de campos como incentivo para defender e conquistar áreas dos castelhanos da bacia do Prata (ZARTH, 1997, p. 37). O autor observa, nesta relação, as concessões de terras efetivadas no século XVIII, sendo que, ao analisar os registros de terras, em sua maioria, os concessionários eram de origem militar. Zarth (1997, p. 37) destaca que, no caso sulino, os assim nomeados “usurpadores de terra” procuravam obter um respaldo moral que legitimasse suas apropriações, apresentando-se como defensores da pátria.

Há, na interpretação de Zarth, uma conformidade de ideias análogas, estas presentes na obra *A trajetória da terra*, de Aldomar A. Rückert (1997), em trecho que o autor trata da formação da sociedade senhorial escravocrata e da grande propriedade fundiária. Ele considera que o fenômeno de ocupação e apropriação de terras desenvolvido em Passo Fundo a partir da segunda metade do século XIX encontra sua essência nas petições realizadas ao comandante da fronteira de São Borja ou aos comandantes dos povos das Missões, mas considera que os apossamentos fundiá-

rios poderiam ser realizados individualmente, a partir da figura do proprietário fundiário emergente (RÜCKERT, 1997, p. 57).

As argumentações de Paulo Zarth, Aldomar Rückerte e do próprio Antonino Xavier, dentre outros, ratificam, cada uma a seu modo, que o processo de apossamento fundiário da região na formação do território de Passo Fundo deu-se basicamente a partir das concessões de terras autorizadas pelo comando (ou comandantes) da fronteira, das Missões ou de São Borja.

Entre muitos autores, uma obra é constantemente referenciada, primeiramente publicada em 1909, de autoria do advogado Hemetério José Velloso da Silveira, *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Nesta, o objetivo do autor é retratar, em série de capítulos (40 ao todo) que se assemelham a artigos, traços historiográficos das diversas regiões que compunham o território que estava sob as ordens do Comando das Missões. O capítulo XX da obra é um estudo sobre Passo Fundo. Para o autor, a região e seus campos foram descobertos em 1816, por escolta de exploradores paulistas, tendo os nomes do alferes Athanagildo Pinto Martins e de Antônio da Rocha Loires como responsáveis. Essa expedição teria acontecido por ordem do governo de São Paulo, partindo dos campos de Guarapuava, buscando uma ligação mais breve com a capitania do Rio Grande do Sul. Na data de 1816, teria Athanalgildo encontrado um local deserto, não estanciado por bugres, prosseguindo seu caminho até chegar em São Borja (SILVEIRA, 1979, p. 289-290).

Sobre o contexto que desencadearia o processo de ocupação dos campos passo-fundenses, descritos como sendo um “local deserto”, Hemetério Silveira relata dois episódios que contribuíram para a concretização desses eventos. A primeira característica que haveria contribuído para a ocupação destas terras seria o fato de a população da fronteira já ter obtido concessões de quase todas as terras lá encontradas devolutas, assim sendo, era necessária, para suprir a demanda, a ocupação de outras terras mais afastadas, como as que se encontravam na região serrana (SILVEIRA, 1979, p. 290).

A outra circunstância seria em decorrência da invasão da fronteira por Fruto Rivera, o que teria forçado o então major Manoel da Silva Pereira do Lago, que administrava os povos das Missões, a fugir de São Borja, buscando refúgio na região de Passo Fundo, em 1826, com demais famílias da fronteira. Silveira (1979, p. 290) considera que esse fato teria deixado a região mais conhecida e menos temida em sua travessia, sendo que já existia núcleo de povoação em Cruz Alta, as terras de Passo Fundo passariam a ser conhecidas por sua fama de fertilidade e pela abundância de erva-mate, o que teria aguçado o desejo de homens pobres para adquirir terras.

Nesse sentido, o autor descreve a facilidade que era obter um campo de terra e relata que não haveria a necessidade de recorrer, para isso, ao expediente das sesmarias, até porque, naquele tempo, encontrava-se revogado. Relata que na região bastava uma petição ao comando da fronteira, ou aos comandantes dos povos das Missões, e o despacho deferido ratificava um título de legitimação da aquisi-

ção. Considera, também, que tantos outros não se davam a este trabalho, simplesmente tomavam posse de um rincão devoluto e ali se conservavam em sua posse, afirmando que a lei de terras de 1850 tornava legitimáveis todas as ocupações e as concessões dos comandantes, desde que se comprovasse a cultura sobre a terra e a moradia (SILVEIRA, 1979, p. 291).

Podemos pensar que o acesso à terra no norte do Rio Grande do Sul pode ser entendido como tendo se desenvolvido em ciclos de ocupação que ocorreram entre o século XIX e o início do século XX. No século XIX, principalmente no período imperial, temos o acesso à terra via ocupação e domínio, na tomada de posse, por milicianos, que obtêm campos via concessões ou apossamento individual direto dos recursos fundiários disponíveis.

Ainda no século XIX, mas já em transição para o XX, na República, há ocupação dos “vazios” fundiários, ocorrendo a constituição de um mercado de terras que emergirá de um processo de colonização pública e privada de terras. Nesse sentido, os territórios indígenas são cada vez mais expropriados, concomitante a isso, iniciativas estatais e individuais esquadriavam o território na perspectiva do estabelecimento de assentamentos coloniais.

Como se observa, o processo de ocupação dos campos na região norte do estado desenvolveu-se sob o mote do princípio das concessões e dos apossamentos livres. Há de se ponderar que, a partir de 1822, no período pós-independência, até a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, a terra no Brasil passaria por uma fase de apropriação fundiária

livre. Casuística ou não, trata-se justamente do período em que vários “senhores da guerra” passam a se estabelecer na região, exercendo domínio na apropriação de algumas extensões fundiárias.

A Lei de Terras de 1850 traria, em seus dispositivos normativos, questões que iriam além da disciplinação acerca das terras devolutas do Império, as terras possuídas por sesmarias ou outro título, e da colonização. Ela modifica substancialmente a perspectiva compreensiva sobre a terra no Brasil, proporcionando o fundamento jurídico que modificou o *status* da terra, sendo que esta passa a ser uma mercadoria. A Lei de Terras passa a ser a síntese jurídica de uma tensão que demarcará a transição de uma concepção fundiária, talvez vista como arcaica, sendo que sua prática tem origem no sistema sesmarial português, adaptado às necessidades mercantis na metrópole portuguesa nos trópicos, para uma concepção moderna, em que o acesso ao bem fundiário se dá pela compra.

Assim, os “senhores da guerra”, transpostos em “senhores da terra”, veem-se na condição de proprietários fundiários, desde que seus apossamentos fossem legitimados. O povoamento e a ocupação extensiva do solo se intensificavam no norte do estado do Rio Grande do Sul, a partir do estabelecimento da colonização. Esse fator influenciou a preocupação em medirem e demarcarem suas posses, a fim de conseguirem as titulações, provando que estas pertenciam a particulares e, assim, não se encontravam devolutas.

Dentre as circunstâncias apresentadas e analisadas, alguns dos “senhores da guerra” foram nomeados e identificados no distrito do antigo território de Passo Fundo em

que se estabeleceram. Porém, um caso que consideramos emblemático é o de um processo de medição, demarcação e desmembramento, requerido no Juízo Distrital do Cível e Crime de Passo Fundo em 1920, de uma fazenda que pertencia ao tenente-coronel Amancio de Oliveira Cardoso. A referida fazenda localizava-se no 3º distrito de Passo Fundo, como demonstra a Figura 3.

Figura 3 – 3º distrito de Passo Fundo, em destaque a Fazenda da Roseira



Fonte: elaboração de Alex Vanin. No original, constam os quatorze distritos que compunham o território de Passo Fundo em 1929. Dados da Secretaria de Terras (OLIVEIRA, 1929).

Amancio de Oliveira Cardoso nasceu, provavelmente, em 1830 e foi adotado por Maria Luiza de Oliveira, esta oriunda de São Paulo e uma das primeiras ocupantes da região, suas posses estavam localizadas no 3º distrito de Passo Fundo. O Sr. Amancio foi vinculado ao Partido Liberal, lide-

rado em Passo Fundo pelo major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, além disso, aderiu ao Partido Republicano Rio-Grandense, foi vereador e integrou as tropas federalistas na região durante a Revolução Federalista, ocorrida nos estados do sul do país entre 1893-1895 (SANTOS, 2009, p. 135).

Será em torno da posse de uma fazenda, a Fazenda da Roseira, localizada no 3º distrito de Passo Fundo, nas proximidades do atual município de Coxilha, que o processo de medição se ajuíza, principalmente, em decorrência do falecimento do tenente-coronel Amancio em 1904. Após sua morte, seus bens são inventariados e partilhados entre sua esposa e os demais herdeiros. A tensão entre os herdeiros e os demais “proprietários” fundiários que circunvizinhavam as delimitações fundiárias da fazenda se acirra, o que motivou a demarcação das terras, com vistas a sua regularização, divisão e titulação definitiva.

Redes familiares, divisão patrimonial e elites econômicas

Em 1920, um condômino, o Sr. Adolpho Schell Loureiro, solicita, no Cível e Crime de Passo Fundo, o requerimento que visava aferir as dimensões territoriais da Fazenda da Roseira. Até então, era uma área de “domínio comum” indivisa entre os herdeiros de Amancio de Oliveira Cardoso e os demais “proprietários”, que se confrontavam pelos limites da fazenda, a qual possuía uma extensão de 43.692.043 m² de área, o que equivale a 4.300 ha, aproximadamente.

A solicitação de medição e demarcação que faz o Sr. Adolpho Schell Loureiro pode ser entendida, neste primei-

ro momento, em duas situações correlatas. Na primeira, em 1918, houve a compra de dois herdeiros, parte de campo, que estes haviam adquirido no processo do bem inventariado. No segundo, nos autos do processo de inventário, todos os herdeiros receberam parte do território da Fazenda da Roseira, mas de forma imprecisa, sem exatidão nas delimitações possessórias de cada herdeiro.

Nos autos do processo, é descrito que todos os herdeiros receberam uma quantia em dinheiro e uma parte de terra, entre outros bens não arrolados. Ao que se refere à parte de terra, aquilo que os inventariantes recebiam deixava margem para dúvidas sobre a exatidão das posses de cada beneficiário. No texto do inventário, está descrito que os herdeiros recebiam:

[...] um campo e mato, situado no terceiro distrito deste município, lugar denominado, Fazenda da Rozeira afrontando-se, por um lado com campos do Coronel Gervasio Lucas Annes, e outros, de outro lado com campos dos herdeiros, do Coronel Miranda, e outros, no fundo com o Caraquatá, e no nascente com campos da herança e outros (RIO GRANDE DO SUL, 1920, p. 4).

Essa descrição localiza e determina que os herdeiros possuem parte da Fazenda da Roseira, mas não especifica qual parte cabe ao domínio de cada sucessor. O Sr. Adolpho Schell Loureiro estava então a requerer a divisão da aludida fazenda, sendo que este informava que estava vivendo em estado de comunhão territorial com os demais condôminos, por isso vinha a juízo propor a ação de demarcação das terras para proceder a sua divisão.

O processo trata os proprietários da Fazenda da Roseira como condôminos do bem, ou seja, indivíduos que con-

juntamente a outros exerciam o domínio sobre um direito de propriedade, não havendo a necessidade de que estes residissem no domínio possessório. A questão que motivava a ação de medição era o fato de a área de domínio estar sendo utilizada conjuntamente por outros, o que impossibilitava a precisão sobre os limites possessórios de cada condômino.

Com a morte de Amancio de Oliveira Cardoso, foram transferidos, via inventário, a posse e o domínio do bem fundiário aos herdeiros, pois não havia propriedade juridicamente registrada em cartório ou direito de propriedade legitimamente reconhecido sobre a Fazenda da Roseira. O Sr. Amancio falece em 1904, e seu inventário é de 1905, enquanto o título de legitimação de propriedade conferido pelo estado do Rio Grande do Sul é de 27 de julho de 1919. Neste se ratificam as confrontações da circunvizinhança e dos limites territoriais da Fazenda da Roseira, conforme o inventário da propriedade. É informado que foi procedida a medição judicial e, por via desta, requerida pelos sucessores a expedição de título de posse, em conformidade ao art. 11 da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850,¹ e ao art. 51 do Decreto-lei nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.²

¹ “Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por effeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienal-os por qualquer modo”.

² “Art. 51. Se o julgamento do Presidente approvar a medição, serão os autos remetidos ao Delegado do Director Geral das Terras Publicas para fazer passar em favor do posseiro, sesmeiro, ou concessionario o respectivo titulo de sua possessão, sesmaria, ou concessão, depois de pagos na Thesouraria os direitos de Chancellaria, segundo a taxa do Art. 11 da Lei Nº 601 de 18 de Setembro de 1850. Os titulos serão assignados pelo Presidente”.

Considera-se que, pelos autos de medição expedidos pelo agrimensor engenheiro responsável e em conformidade com a legislação, ficava expedido o título pelo qual se legitimava a posse das terras pertencentes aos sucessores de Amancio de Oliveira Cardoso, que ficavam investidos do direito de propriedade das referidas terras.

Amancio de Oliveira Cardoso, a exemplo de outras personalidades destacadas como sendo os “senhores da guerra”, que galgaram a possibilidade de se transformarem em “senhores da terra”, pode também ser identificado como membro deste estrato social no qual se consolidaram os proprietários de terras em boa parte do território da região norte do estado do Rio Grande do Sul.

As terras que herdara de sua mãe adotiva, no 3º distrito de Passo Fundo, eram, de certo modo, privilegiadas, devido às riquezas naturais, como madeira, erva-mate e campos irrigados por rios e lajeados. Esses recursos carregavam consigo as condições de possibilidade de serem utilizados na obtenção de renda nas atividades extrativista e pecuarista. Terras que, quando apropriadas, eram percebidas como “desertos” desocupados, que gradativamente foram sendo preenchidos pela força do apossamento individual. Essa prática de apossamento e posterior regulamentação legitimou as posses livres realizadas, forjando uma rede de sociabilidade entre uma elite local detentora dos imóveis fundiários.

O próprio Amancio de Oliveira Cardoso, filho de Maria Luiza de Oliveira, ativa estas redes, primeiro por meio da descendência familiar de sua mãe adotiva. Um dos fatores que nos parecem ter solidificado essas relações é o fato de Amancio ter contraído matrimônio com Balbina Prudência de

Souza, irmã de Maria Prudência de Souza, esposa de Francisco Barros de Miranda, personalidade que individualmente possuía domínio sobre quase toda a extensão territorial que abrangia o 3º distrito de Passo Fundo, era juiz de paz neste distrito, foi vereador e um dos líderes do Partido Liberal em Passo Fundo, tendo atuado também na Guerra do Paraguai.

Perante esta condição de parentela, Amancio se fortalece em vínculos que possibilitariam o enquadramento social na elite local, formada por pioneiros, desbravadores das terras, na formação da propriedade privada na região, o que lhe permitiu maior participação política, social e econômica na sociedade regional. Nos autos do processo em análise, é possível identificar questões que induzem crer no estreitamento desta reciprocidade parental, como o casamento de Estanislau Barros Miranda, filho do coronel Francisco Miranda, com sua prima, Eufrosina Cardoso, irmã do tenente-coronel Amancio Cardoso.

A Fazenda da Roseira, do tenente-coronel Amancio, possuía dimensões limítrofes que confrontavam com as posses territoriais de outras personalidades políticas; destaca-se o nome de Gervasio Lucas Annes, jornalista e chefe do Partido Republicano local, homem de confiança de Júlio de Castilhos. Contudo, para além da questão política, Gervasio Lucas Annes pode ser compreendido como o fundador de uma colônia, denominada Colônia do Alto Jacuí, que deu origem aos municípios de Tapera e Não-Me-Toque, ou seja, um “senhor da guerra” que se transformou em “senhor da terra”.

Cardoso, Barros Miranda e Lucas Annes, todos carregaram a alcunha de alguma patente militar e se envolveram em conflitos desta ordem no território regional sulino.

Na Guerra do Paraguai, na Revolução Federalista ou, ainda, em rivalidades políticas, as personalidades convergiam para um mesmo estamento social, o de serem membros de uma elite local possuidora de extensões de domínios sobre os bens fundiários que compunham alguns distritos do antigo território de Passo Fundo.

Essa análise demonstra, por meio do processo judicial, a trama de relações constituídas em torno de uma propriedade, que é a Fazenda da Roseira. Examinando a petição a partir de um nexos causal entre as partes envolvidas ou citadas no processo, esta relação nos permite considerar que houve um processo de apossamento dos campos por parte de alguns “senhores da guerra”, que se transformaram em elites políticas e sociais da região, que permeavam a administração pública e o domínio sobre boa parte das terras existentes.

O caso da Fazenda da Roseira é ilustrativo neste aspecto, mas também, a partir dele, é possível vislumbrar características que indicam, ao menos em parte, o processo de valorização fundiária e comercialização de terras que estavam sob domínio de individuais no norte do estado do Rio Grande do Sul. É perceptível no processo que, finalizado o inventário de Amancio Cardoso e recebida a herança, muitos dos beneficiários optaram por comercializar as terras recebidas.

A esposa de Amancio Cardoso, a Sra. Balbina Prudencia de Souza, é propriamente quem inicia esse desmembramento do domínio útil familiar da fazenda, abrindo a propriedade ao interesse de terceiros. Balbina é identificada nos autos do processo como a viúva meeira, esta vende um campo e mato, casa e mais benfeitorias a Leoncio Amancio Osana Rico, com escritura lavrada em 15 de março de 1907, pela quantia de onze contos de reis (11:000\$000).

Em outra ocasião, por uma quantia de sete contos e duzentos mil reis (7:200\$000), Balbina Prudencia de Souza realizava nova relação comercial, vendendo a Frederico Guilherme Fauth as terras denominadas como “Rincão do Gado Chucro”, na Fazenda da Roseira, também em 1907. Frederico Guilherme Fauth amplia suas posses depois de alguns anos, quando adquire, em 1917, de Manoel da Silva Rocha e sua esposa Elvira da Silva Boeira, mais uma parte de terras na Fazenda da Roseira, pelo valor de oito contos de reis (8:000\$000).

Manoel Amancio Teixeira foi outro indivíduo que, pelo que os indícios possibilitam compreender, aproveitou o período de comercialização de terras decorrente do inventário da Fazenda da Roseira. Em 1906, adquire terras de Trajano Gabriel de Oliveira Lima e sua esposa, Josephina de Oliveira Cardoso Lima, e, em 1908, como especificado nos autos do processo, compra cerca de 76 hectares de Felisberto de Oliveira Cardoso, tanto Josephina quanto Felisberto são descendentes e beneficiários de Amancio Cardoso.

Depois, em 9 de dezembro de 1914, Leondio A. O. Rico e sua esposa, Maria C. B. Rico, vendiam a Ricardo Rico a parte da Fazenda da Roseira que haviam comprado de Balbina P. de Souza, pela quantia de dezoito contos e duzentos mil reis (18:200\$000), especificando como sendo uma área de aproximadamente 700 ha, com casa de material, galpão, cercado e mais benfeitorias.

Em escritura traslada para os autos do processo, Estanislau de Barros Miranda e sua esposa, Eufrosina de Oliveira Miranda, vendiam a Theodoro Rodrigues de Oliveira uma parte de campo e mato que obtiveram por meio de in-

ventário e partilha dos bens após do falecimento do pai e sogro, Amancio de Oliveira Cardoso, em 5 de maio de 1907, dois meses após a venda realizada por sua mãe. Esta parte de campo e mato estava avaliada em um conto setecentos e vinte e dois reis (1:722\$000), mas a venda foi concretizada pela metade do valor, conforme consta em extrato de compra e venda.

Em 5 de dezembro de 1911, Baptista Santetti e sua esposa, Francisca Ferreira Santetti, vendiam um potreiro de campo e mato e mais benfeitorias, este com especificações de confrontações e limites próprios. As compradoras foram Dursulina Maria de Lemos, Maria Custodia de Lemos e Conceição Moreira de Lemos, residentes em Lagoa Vermelha. O valor negociado foi de três contos e oitocentos mil reis (3:800\$000), propriedade limítrofe da Fazenda da Roseira, com área que continha aproximadamente 134 hectares.

Outro caso de território em que havia confrontação e que, por isso, foi anexado aos autos do processo de demarcação e divisão das terras da Fazenda da Roseira é o caso das terras do “Passo da Generosa”. Uma área de terras descrita no processo como sendo de 344 hectares foi adquirida por sete contos de reis (7:000\$000) por Lucio Rodrigues Nunes, conforme escritura de 19 de janeiro de 1915. Este comprara as terras de Jovino da Silva Freitas e sua esposa Juliana de Melo Freitas, que tinham adquirido, no 3º distrito de Passo Fundo, uma parte de campo e mato, com galpões, casas, duas invernadas, potreiro e mais benfeitorias. Essas terras tinham sido compradas por Jovino e Juliana em 1912, que a ampliaram em 1914, com a aquisição do campo comprado de Leogildo Carlos Vernes.

Em boa parte desses contratos ou extratos de compra e venda e escrituras de terras, destaca-se que o adquirente estava a obter parte de um campo e mato e mais benfeitorias, na Fazenda da Roseira, situada no 3º distrito do município de Passo Fundo. Em vários trechos desses documentos, exarados nos autos do processo de demarcação e divisão de terra, estava a notificação da situação de titulação possessória da propriedade, isto é, identificada como “indivisa”. Situação que, como já observado, não foi um entrave comercial que impedisse a comercialização de terras, mesmo inexistente a titularidade individual, as terras da Fazenda da Roseira, após seu inventariamento, foram sendo redistribuídas entre compradores. É possível inferir que a necessidade de regularização fundiária dessas terras se deve ao desejo e à necessidade de comercialização, perante as expectativas de valorização fundiária da qual oscilavam os preços em ascendência na região.

Todavia, é preciso compreender que o processo de medição, demarcação e desmembramento da Fazenda da Roseira é requerido no início da década de 1920. Em um contexto em que a região norte do estado do Rio Grande do Sul apresentava uma estrutura burocrática favorável à regulamentação das posses fundiárias. Também havia o desdobramento de circunstâncias contingenciais, que acreditamos ter contribuído para a regularização fundiária na região.

Sobre a estrutura burocrática mencionada, destacamos os trabalhos da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, criada em 1907, que possuía diversas atribuições, sintetizadas na atuação que visava à legitimação das terras devolutas do Estado na região, que está relacionada às ativida-

des de verificação e regularização das posses fundiárias, um órgão público que servia de elemento regulador e fiscalizador da constituição da propriedade individual em formação.

No processo em análise, é possível entender que os condôminos da Fazenda da Roseira eram “posseiros em comum”, isto é, eram indivíduos que possuíam em conjunto a mesma propriedade. Essa posse em conjunto é o fato determinante que motiva a ação de medição e demarcação das terras, com vistas ao seu posterior desmembramento.

O processo é ilustrativo para se pensar que a “categoria posseiro” não deve ser entendida somente como referente aos indivíduos que viviam da atividade agrícola ou extrativista de subsistência. No contexto do processo, posseiro representa indivíduo em condição de proprietário de grande extensão territorial de um bem fundiário que serve para produção ou especulação comercial-financeira.

Outra questão é o fato de que, com a instalação da independência político-administrativa brasileira em 1822, era necessário criar condições de governabilidade do Estado-nação que se criara. Sob essas condições, é gerida uma estrutura jurídica que possibilitasse esse empreendimento, que estava em vigor na década de 1920, por mais que o contexto político fosse outro. Acreditamos que, nesse contexto, foi imprescindível a (re)organização político-jurídica nacional, em que, dentre tantos atos, destacamos a Carta constitucional de 1822, o Código Criminal de 1830, a Lei de Terras e o Código Comercial de 1850, bem como o Código Civil de 1916.

O direito à propriedade fundiária estava garantido em toda a sua plenitude e inviolabilidade, como expresso no art. 179 da Constituição de 1822. O Código Criminal de 1830

possuía dispositivos acerca dos crimes contra a propriedade. O Código Comercial de 1850 foi revogado em 2002, ao menos sua primeira parte, que tratava do comércio em geral, estando em vigência o conteúdo sobre o comércio marítimo. O Código Civil de 1916 teve sua vigência até o século XXI (2002), substituiu o conjunto de carta, florais e as ordenações portuguesas. Seu terceiro livro tratava do direito das coisas, no qual estão: posse, aquisição, propriedade, usucapião, ocupação, enfiteuse, usufruto, uso, habitação, rendas, penhor, anticrese, hipoteca, buscando estabelecer o regramento das relações que os indivíduos estabelecem com as coisas, isto é, o que existe na natureza e aqui está na terra.

É possível, ainda, acrescentar a esta contextualização a circunstância da constituição de casas bancárias. No caso do Rio Grande do Sul, o Banco da Província foi fundado em 1858, o qual visava criar condições que facilitassem as relações comerciais. Em Passo Fundo, o banco chegou em 1912 e passou a representar o avanço econômico municipal, sendo uma alternativa plausível de aquisição de crédito financeiro.

O processo de medição, demarcação e desmembramento da Fazenda da Roseira insere-se neste contexto. Trata-se de um processo de racionalidade capitalista que se desenvolve de forma sistemática e multifacetada na estrutura política, administrativa, jurídica, econômica e social. A terra, ou a compreensão sobre o bem fundiário e sua utilização, passa a ser profundamente alterada.

Para o Estado, há a preocupação com as demarcações de terras, suas legitimações e titulações. Procedendo desta forma, o território é esquadrihado, estabelecendo quais par-

celas do solo estavam sob o domínio legal individual e público, com vistas ao projeto de colonização das terras devolutas.

Para individuais, a legitimação concedia a regularização fundiária necessária para a expedição de um título de propriedade que retificava a exclusividade de domínio sobre um bem. Com isso, demarcavam-se os limites das propriedades, de posse desta circunstância e aliado a um processo de valorização fundiária na região, facilitava-se o processo de comercialização das terras.

Compra de terras, divisão e legitimação

O processo de medição, demarcação e desmembramento da Fazenda da Roseira foi possível a partir do processo judicial instalado, o que se respalda em pareceres de laudos emitidos do trabalho *in loco* de agrimensor e arbitradores, profissionais que realizaram o levantamento do traçado demarcatório, localizando benfeitorias, vias de acesso, recursos naturais, característica produtiva e possível valor de mercado na propriedade.

O relatório de medição judicial da propriedade foi realizado e apresentado de forma a ser anexado aos autos do processo, conjuntamente a um caderno de campo, em 26 de março de 1921. Na “Caderneta de Campo”, como se intitula o material nos autos do processo, é possível observar sua estrutura e organização.

O relatório, no geral, é apresentado em duas sessões, uma primeira parte com laudo descritivo geral das atividades de medição realizadas, e uma segunda com uma tabela dividida em cinco colunas que descrevem: estações, ângu-

los, altitude, distância e observações. As estações são os lugares de parada de referência para a medição; ângulos, os posicionamentos geográficos, em que já eram aferidas a altitude e a distância percorrida, finalizando com uma descrição física natural do terreno, os marcos referenciais de delimitação dos limites territoriais da fazenda.

Considerando principalmente as informações contidas no relatório, este ratifica que a Fazenda da Roseira possuía 43.693.680 m², como constante no inventário da propriedade finalizado em 1905. Nomeia os principais indivíduos que se limitam com a fazenda, estabelecendo os principais marcos que delimitam o perímetro espacial que demarca o território abrangente da fazenda. Informa quais são as principais vias de acesso, sejam as estradas férreas ou de rodagem e os rios que atravessam ou perpassam a propriedade.

No relatório, diz-se que os trabalhos de medição se iniciam em um marco de pedra colocado à cabeceira de um valo junto à estrada que conduz até a estação de Coxilha, prosseguindo rumo N.O. 13^o,27, a medição margeou a estrada por 3.407 m, quando foram encontrados alguns marcos de madeira fincados pela Comissão de Terras. Essa descrição ilustra dois aspectos: a racionalidade do próprio trabalho de medição desenvolvido e a presença da atuação da Comissão de Terras na região.

A fazenda é relatada como sendo um polígono irregular, constituído por matos e campos. Os campos são apresentados como cobertos por pastagens de regular qualidade e possuindo capões e restingas. No aspecto industrial, ou seja, econômico, a terra possui capacidade agropastoril e existem algumas lavouras de pequena escala.

Destaca-se que, no imóvel, há águas, sendo que este é banhado por arroios, como do Caraguatá, Bugre e Engenho Velho, além das demais sangas, que são de pouca importância. Sobre as estradas, a estrada do Bugre atravessa o imóvel em sua parte norte, sendo que essa via conduz à cidade de Passo Fundo e à estação de Coxilha e Erechim.

Este relatório foi realizado por um engenheiro agrimensor designado judicialmente para executar a medição da fazenda. Além desse relatório, há o laudo técnico realizado pelos arbitradores, que data de 28 de abril de 1921, no qual se considera que as terras do referido imóvel eram relativamente homogêneas, não havendo razão para a variedade de preço entre elas, sendo que estavam avaliadas, neste laudo, em cento e setenta e quatro contos, setecentos e setenta e quatro mil setecentos e vinte reis (174:774\$720), estipulando a razão de quatro reis por metro quadrado. Ainda no laudo, recomendava-se a partilha do imóvel a partir da análise do agrimensor, a fim de discriminar, na forma da lei, o quinhão de cada condômino.

Desde a partilha realizada em 1905 e o processo de medição e demarcação dos limites possessórios de cada condômino, iniciado em 1920, tem-se um período de quinze anos. Quando, por morte de Amancio de Oliveira Cardoso, a Fazenda da Roseira foi inventariada, esta foi avaliada em trinta contos de reis (30:000\$000), certamente uma diferença substancial dos mais de cento e setenta e quatro contos, que passa a ser avaliada ao final do processo de medição, demarcação e desmembramento da propriedade.

Nesse contexto de valorização fundiária pelo qual passam as terras da Fazenda da Roseira, considerando os

principais condôminos posseiros beneficiários do processo, organizou-se um quadro comparativo para demonstrar, financeiramente, em contos de réis, a valorização que as terras tiveram entre os anos de 1905 a 1920, com o valor da terra no inventário, devido à morte do tenente-coronel Amancio, e o valor no processo, após realizada a medição e sugerido um valor de mercado para as terras (Tabela 1).

Tabela 1 – Valorização financeira da Fazenda da Roseira

Condôminos	Valor no inventário	Área (m ²)	Valor no processo
Frederico Fauth	8:000\$000	11.052.000	44:208\$000
Ricardo Rico	6:479\$166	8.950.978	35:803\$912
Adolpho Schell Loureiro	3:465\$166	4.787.147	19:148\$588
Italino Sartori	1:722\$083	2.379.062	9:516\$248
Porfírio Cardoso	1:722\$083	2.379.062	9:516\$248
Lucio Rodrigo Nunes	1:220\$000	1.685.445	6:741\$772
José Rodrigues de Oliveira	861\$041	1.189.531	4:758\$124
Theodoro Rodrigues de Oliveira	861\$042	1.189.531	4:758\$124
Manoel Amancio Teixeira	2:090\$000	1.740.469	6:961\$876
Ozorio Teixeira	1:212\$000	1.009.303	4:037\$212
Iracema Teixeira	1:212\$000	1.009.303	4:037\$212
Romullo Teixeira	1:212\$000	1.009.303	4:037\$212
Cicero Teixeira	1:837\$000	1.529.779	6:119\$116
Aracy Teixeira	1:837\$000	1.529.779	6:119\$116
Felisberto Cardoso	2\$083	2.876	11\$504
Florinda Cardoso Vieira	1\$083	1.434	5\$736

Fonte: elaboração dos autores com base em Rio Grande do Sul (1920).

Entre os condôminos, estão o Sr. Frederico Fauth, que comprara terras da Sra. Balbina Prudencia de Souza,

viúva de Amancio de Oliveira, “Rincão do Gado Chucro”, e Ricardo Rico, que adquire terra em 1914 de Amando Osana Rico (possivelmente seu parente), terra que havia comprado, também, da Sra. Balbina em 1907, que recebera em inventário.

Por iniciativa de Adolpho Schell Loureiro, proprietário de terra que se confrontava com a Fazenda da Roseira, é aberto o processo de medição, demarcação e desmembramento independente das terras que estavam em domínio comum, a fim de estabelecer a titulação individual da propriedade. Mas Adolpho Schell Loureiro, em 1918, compra do herdeiro Daniel de Oliveira Cardoso parte da Fazenda da Roseira, que o herdeiro havia tomado no inventário, no valor de um conto seiscentos e vinte e dois mil e oitenta e três réis (1:722\$083), o que lhe faz condômino da fazenda. Este contratará para lhe representar na causa o advogado Augusto Loureiro Lima, seu filho, que passará a representar, também, os demais condôminos na causa de medição. O Sr. Adolpho Schell Loureiro é citado inúmeras vezes no processo, sendo como autor suplicante do pedido judicial de medição, seja como proprietário ou procurador representante de outros condôminos.

Será mediante algumas solicitações de providência, requeridas ao “Juízo Distrital do Cível e Crime de Passo Fundo”, que alguns procedimentos serão cumpridos. Como a solicitação de oficial de justiça *ad-hoc* para realizar as citações dos condôminos da Fazenda da Roseira, para comparecerem à audiência da ação de proposta de divisão da propriedade, o que ainda não tinha sido realizado, sob a

alegação de os oficiais de juízo estarem ocupados em diligências criminais.

Itacino Sartori, ao que se indica, esposo de Felippina de Oliveira Cardoso, filha de Balbina de Souza e Amancio de Oliveira Cardoso, que, na época em que os herdeiros receberam seus bens por meio do inventário, ficou com “uma parte de campo e mato situado na Fazenda da Roseira” e a quantia de um conto setecentos e vinte e dois mil e oitocentos e três réis (1:722\$083). Também filho de Amancio, Porfirio de Oliveira Cardoso recebe descrição de domínio de terra igual à irmã (como todos no inventário) e quantia equivalente em dinheiro.

Lucio Rodrigues Nunes entra no processo da Fazenda da Roseira em 28 de outubro de 1920, tendo adquirido, de Jovino da Silva Freitas e de sua esposa, Juliana de Mello Freitas, uma área de 344 ha, localizada na escritura como sendo, mais ou menos, no 3º distrito de Passo Fundo, sendo campos e matos e mais benfeitorias, mas ainda indivisa, com casas, galpões, duas invernadas, potreiro, em lugar denominado de Passo da Generosa.

Jovino e Juliana Freitas haviam comprado terras de Oliveira Alves de Farias, campos de João Antonio (assim denominado no processo) e Leogildo Carlos Vernes; dessas compras de terras indivisas, foi constituída a abrangência da extensão do território chamado de Passo da Generosa, que se conflitava em suas confrontações com a Fazenda da Roseira, havendo, neste caso, a necessidade de acrescentar os domínios do Sr. Lucio Rodrigues Nunes ao processo.

Sobre José Rodrigues de Oliveira não consta nada no processo, com exceção de uma procuração que este reali-

za em conjunto com Theodoro Rodrigues de Oliveira, para que o advogado José Lucas Dias os represente no caso de medição da Fazenda da Roseira. Já no nome de Theodoro Rodrigues de Oliveira consta uma escritura de compra e venda em que adquiriu a posse de Estanislau de Barros Miranda e sua esposa, Eufrosina de Oliveira Miranda. Nesta, descrevia-se que os outorgantes vendedores transferiam, livres e desembaraçados de qualquer embargo, uma parte de campo e matos da Fazenda da Roseira, obtida no inventário e partilha por falecimento do tenente-coronel Amancio, respectivamente, genro e filha, em 1907.

No inventário de Amancio Cardoso, Manoel Amancio Teixeira aparece como sendo coerdeiro, que recebe um campo parte de campo de mato localizado na Fazenda da Roseira, no valor de um conto setecentos e vinte e dois mil e oitenta e réis (1:722\$083). Da mesma forma, sua esposa, Esolina Cardoso Teixeira, filha de Amancio, também recebe parte da fazenda e mesma quantia de dinheiro.

Em 1906, Manoel Amancio Teixeira comprava de Trajano Gabriel de Oliveira Lima e sua esposa, Josephina de Oliveira Cardoso Lima, sua cunhada e filha de Amancio Cardoso, parte da Fazenda da Roseira. Na escritura, tratava-se de uma parte de campo e mato com setenta e seis hectares (76 ha), observada como indivisa e obtida em inventário. Manoel Amancio Teixeira é citado nos autos do processo como responsável por seus filhos impúberes, Cícero, na época com 15 anos de idade, e Aracy, com 10 anos, e como assistente dos púberes Ozório, Iracema e Romullo, respectivamente com 20, 18 e 17 anos de idade. Alguns anos depois, em 1908, comprava de Felisberto de Oliveira

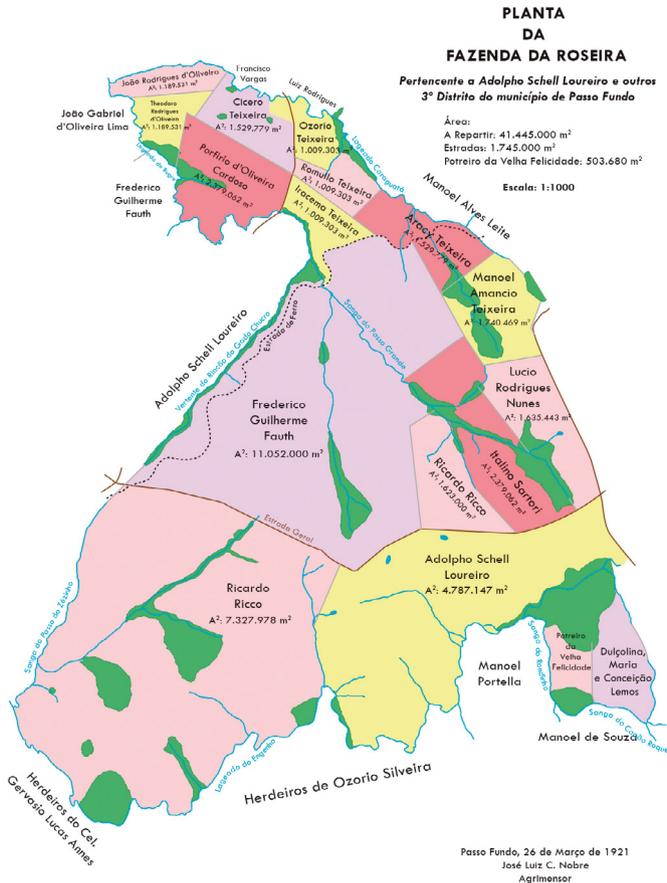
Cardoso parte que recebera no inventário do pai, descrita na escritura como uma parte de campo e mato, também com setenta e seis hectares (76 ha), da Fazenda da Roseira, obtida em decorrência da partilha da herança de Amancio Cardoso.

Sabe-se que Manoel Amancio Teixeira e Julião Luiz Almeida, outro proprietário de terra, são considerados os formadores de um núcleo de comercialização de terras, chamado de Sede Teixeira, que adquiriram de Santos Bonetes, que legalizou uma área de aproximadamente 1.714.057 m², após a Revolução Federalista de 1893. Essa região, em 1929, passa a ser o 14º distrito de Passo Fundo, hoje município de Tapejara.

Outra questão é que, com a morte do tenente-coronel Amancio de Oliveira Cardoso, a avaliação no inventário de sua propriedade foi de 30:000\$000 de réis. Entretanto, na ocasião dessa avaliação, esta foi analisada separadamente de uma outra área, um potreiro cercado, denominado como “Velha Felicidade”, que cabia à herdeira Florinda de Oliveira Cardoso, casada com Joaquim Bernardes Vieira, que venderam a Baptista Santetti, que vende, ainda, em outra ocasião, às irmãs Lemos.

Assim, a partir dos trabalhos realizados, os autos do processo determinam que foi possível “deduzir” as respectivas áreas a serem repartidas, conforme planta da fazenda apresentada na Figura 4, de modo que a área total da fazenda era de 43.693.680 m²; a do potreiro e das estradas, respectivamente, 1.745.000 m² e 503.680 m², formando um total de 2.248.680 m²; conclui-se que a área total da fazenda era 41.445.000 m², a ser repartida.

Figura 4 – Planta da Fazenda da Roseira



Fonte: elaboração de Alex Vanin (RIO GRANDE DO SUL, 1920).

Na audiência de 23 de abril de 1921, foi requerido que, para as partes de Felisberto Cardoso e Florinda Cardoso Vieira, no total de 3\$166, representando a área de 4.310 m², fossem cortadas, divididas e também atribuído o quinhão que pertencia a Adolpho Schell Loureiro.

Aos 29 de junho de 1921, às 14 horas, no juízo distrital, levando em consideração as medições e demarcações

do agrimensor, tendo o cálculo e o orçamento da divisão de acordo com laudo dos arbitradores, tem-se o despacho de deliberação favorável à divisão da Fazenda da Roseira.

É estabelecida a razão de quatro réis por metro quadrado, sendo a área de quarenta e três milhões seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta metros quadrados (43.693.680 m²), a deduzir a área do potreiro e servidões (estradas), com a área de 2.248.680 m². Então, estabelece-se a importância total de cento e setenta e quatro contos, setecentos setenta e quatro mil setecentos e vinte réis (174:774\$720) como o valor da propriedade na audiência que delibera sobre sua divisão.

É inegável a valorização fundiária que ocorre nas terras da Fazenda da Roseira. A Tabela 1 demonstra o valor que elas possuíam no ato de seu inventário e, como que em um período de 15 anos, aproximadamente, passam a custar, logicamente, com base nos laudos técnicos realizados pelos trabalhos desenvolvidos entre agrimensor e arbitrador.

O preço do bem foi estipulado levando em consideração a extensão do território que estava sendo demarcado, as suas principais vias de acesso e circulação, a partir de estradas de rodagens e linhas férreas e sua proximidade a estações, os recursos naturais disponíveis, água, campos e matos. A possibilidade e a viabilidade econômica que estes campos e matos representavam para o extrativismo, como o corte da madeira e o estabelecimento de madeireiras e o escoamento desses recursos, é um argumento também válido, pensando nos campos e em sua destinação para a produção agrícola ou a atividade pecuarista.

Considerações finais

Basicamente, durante a conjuntura do Brasil colonial e imperial (antes da Lei de Terras de 1850), a terra não possuía valor de mercado, sua importância econômica estava alicerçada naquilo que ela poderia produzir. A riqueza da terra não era propriamente a terra, mas, sim, a renda que dela poderia ser aferida em produtos dela decorrentes, como açúcar, cacau, látex, café e gado.

A Lei de Terras demarcará duas concepções distintas sobre o processo de aquisição fundiária no Brasil: uma em que a Coroa portuguesa era, por excelência, a detentora das terras, permitindo o assentamento por meio de concessões; outra em que a terra passa a ser vendida, pois ela mesma é uma mercadoria.

O fundamental é perceber que, entre 1822, quando as concessões de terras são suspensas e ficam sem regramento, até a Lei de Terra de 1850, o acesso à terra passou a ser efetivado por aquele que possuía as melhores condições, que lhe possibilitava ocupar determinados espaços, e a terra torna-se uma mercadoria, ou seja, tendo um preço, seria acessível a determinados setores sociais que dispunham de capital financeiro que possibilitassem a efetivação da relação comercial.

Contudo, são reconhecidas as dificultadas práticas que a Lei de Terras encontrou em cada espaço do território brasileiro, pois teve que ir penetrando conforme a vontade política das elites locais e as condições de sua realização, em contraste com a realidade conflitante e, muitas vezes, contraditória, em que os ocupantes se transformaram em

posseiros de domínio sobre os bens fundiários por eles reivindicados. Isso implicou uma reformulação das práticas consuetudinárias que orientaram os processos de ocupação das terras. Podemos considerar que a posse ou o apossamento de áreas foi o modelo de ocupação de terras aplicado no Brasil e sancionado juridicamente pelo direito vigente no país. A Lei de Terras representou uma imposição normativa que impactou no costume apropriativo dos indivíduos, mas não foi coercitivamente eficiente a ponto de erradicar essa prática de apropriação fundiária.

Ainda, diante dos custos com laudos técnicos de agrimensores e arbitradores necessários para realizar as medições e demarcações, nem todo posseiro possuía recursos financeiros suficientes para que se regulamentassem as medições e se efetivasse o pagamento dos tributos estatais para que o título de proprietário fosse expedido.

A lei também regulamentou antigas posses, oriundas do sistema sesmarial ou obtidas por processo de posses mansas e pacíficas. Porém, entendemos que a grilagem foi uma constante na realidade brasileira, havendo estudos que indicam que esta prática de falsificação de documentos foi constante em algumas regiões do país. Entretanto, as posses tomadas ilegalmente foram legitimadas e regulamentadas com a emissão de títulos de propriedade.

Por meio da análise da Fazenda da Roseira, cremos que foi possível interpretar a questão da terra no norte do estado do Rio Grande do Sul, na região de Passo Fundo. Tendo como base da discussão aspectos que se referem ao processo de ocupação, ao estabelecimento das posses e dos domínios territoriais na formação da propriedade indivi-

dual em face de um contexto de legitimação e regulação fundiária.

Neste processo, ficou perceptível um imbricado sistema de relações intersubjetivas correlacionadas a estruturas familiares, redes parentais, acesso privilegiado a estruturas políticas-administrativas e acesso aos bens fundiários. A necessidade que se imputava aos condôminos da Fazenda da Roseira era realizar a medição, a demarcação e o desmembramento da propriedade, justificando nos autos que a motivação era o “estado de comunhão” indivisa que se encontrava a propriedade.

Chegamos à compreensão de que na região norte do estado do Rio Grande do Sul havia uma preocupação político-administrativa acerca das legitimações e regulamentações de terras, isso perante os desdobramentos socioeconômicos que ensejavam as práticas da atividade de colonização dessas terras, sendo necessário precisar o que era solo individual, de domínio exclusivo, daquilo que era público, ou seja, encontrava-se devoluto.

Discutimos a temática em uma tríade compreensiva que objetivou estabelecer uma visão sobre a constituição da propriedade privada, vista nos autos do processo da Fazenda da Roseira como o desenvolvimento de um processo de readequação de uma propriedade a uma nova expectativa de relacionamento econômico com a terra. Entre os herdeiros, houve uma intensa comercialização da área, mesmo sendo indivisa, pois acredita-se que o aspecto importante que se consolidava naquele contexto era o da valorização monetária da terra.

Discutimos em uma tríade compreensiva a noção de formação da propriedade privada correlacionada a um “mercado de terras”. Nosso primeiro ponto de inflexão foi demonstrar a existência de um arquétipo do apossamento e ocupação de terras em relação à realidade do norte do estado do Rio Grande do Sul, a partir dos denominados “senhores da guerra”.

Buscamos, ao longo da argumentação, evidenciar que o apossamento de terras nesta região realizou-se diante de um processo de ocupação do território. Este descrito como autorizado pelo Comando Militar das Missões (São Borja), mediante concessões de terras a indivíduos que desempenharam atividades variadas em campanhas militares e, com isso, foram agraciados com terras em reconhecimento aos serviços prestados, principalmente, à Coroa.

Um processo de asenhoramento das terras demarcou novas sociabilidades, sendo que, diante do avanço dessas ocupações, povos tradicionais e antigos posseiros eram “empurrados” a novos espaços de apossamentos. Foi uma dinâmica constante de delimitação de fronteiras e limites territoriais que só foram consagrados com as titulações de propriedade que ratificavam a legitimidades das posses realizadas.

Os “senhores da guerra”, na conjuntura político-social em transição, no advento da independência ou da república, beneficiaram-se e transformando-se em “senhores da terra”. Esses “terratenentes” promoveram a expansão do domínio das fronteiras agrárias, o que influenciou litígios judiciais que cumpriam a função de procurar equilibrar os expedientes de reconhecimento de direitos à terra, em re-

lação às práticas de apropriação e às leis que regulamentavam a propriedade.

Nossa segunda inflexão teve como princípio compreender a formação de redes familiares de inter-relação na formação de elites político-econômicas e a divisão deste imobiliário fundiário na formação da propriedade privada, a partir de um arquétipo da parentela. Manoela Pedroza (2008), em seu estudo intitulado *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*, desnuda estas redes de parentela e de transmissões de terras e direitos de propriedade no século XIX, com um olhar para Campo Grande e Rio de Janeiro. Esse estudo é exemplar para se compreender a importância da documentação como os processos judiciais e os inventários, como forma de perceber os mecanismos de estratégias familiares, em um contexto socioeconômico que analisa questões referentes a herança, matrimônios e intercâmbios de parentela. Algumas dessas características são encontradas também na realidade em relação ao mercado de terras que se constituía entre: o apossamento da terra, sua legitimação e o desmembramento comercial de uma realidade endógena e exógena ao grupo familiar.

É possível identificar que boa parte das relações financeiras relacionadas à Fazenda da Roseira se dera de forma intrafamiliar, o que fazia com que a concentração fundiária, por mais que já não estivesse centralizada na figura do patriarca da família, o tenente-coronel Amancio Cardoso, ainda se mantinha como parte do patrimônio imobiliário familiar. E quando as relações de compra e venda aconteciam fora do âmbito familiar, preservava-se, em cer-

ta medida, a trama de parentela acionada e mantida por meio de uma rede matrimonial.

Essas relações consolidavam a perspectiva de hierarquização de uma elite econômica mutualmente constituída em laços de reciprocidade interfamiliar, que perpetraria determinadas famílias em uma estrutura privilegiada de acesso a bens econômicos, principalmente fundiários, e a extratos político-administrativos de poder, na consolidação de uma elite político-econômica. Esta característica também é evidenciada na terceira inflexão que orientou a argumentação, nesta objetivamos retratar este mercado de terras familiar e parental endógeno e exógeno; sua divisão familiar, centrada no inventário *post-mortem* de Amancio Cardoso, e a distribuição da herança entre sua esposa e seus descendentes. Ainda, na solicitação do pedido de medição, demarcação e desmembramento do principal bem fundiário herdado, que era a Fazenda da Roseira, até o desfecho do processo em seu despacho e na deliberação em prol da divisão e regulamentação de titulação individual da propriedade.

No decorrer desta análise, tivemos a intenção de demonstrar que, em cada etapa de desenvolvimento da argumentação, estava presente um arquétipo, ou seja, um modelo ou princípio compreensivo de um processo histórico de formação da propriedade privada no norte do estado do Rio Grande do Sul, em relação ao território de Passo Fundo, em análise de um de seus distritos, mas que pode muito bem ser transposta para outro distrito desta região ou para outra realidade distinta.

Rosa Congost (2007), em *Tierras, Leyes, história: estudos sobre “La gran obra de la propiedad”*, considera que

o grande esforço do historiador é de pensar a propriedade como obra, ou seja, conceber a propriedade como reflexo, produto e fator resultante das relações sociais existentes. Essa forma de pensar o objeto de pesquisa encontra ressonância no caso da Fazenda da Roseira, nossa demonstração pensa a formação da propriedade privada na região a partir de algumas características peculiares daquela realidade em relação aos atores sociais ali presentes e à estrutura conjuntural do período.

Nosso primeiro arquétipo foi, do apossamento, o processo de ocupação e asenhoramento do território no estabelecimento dos “senhores da guerra”, que se transformaram nos “senhores da terra”. O segundo arquétipo ficou compreendido como sendo da parentela e como as redes e tramas de relacionamento familiar possibilitaram a mercantilização da terra na constituição de uma novo *ethos* comportamental em relação aos bens fundiários, em um contexto de relacioná-los a um mercado de terras e não necessariamente a uma relação de produção ou de trabalho.

Por fim, tem-se a questão da necessidade e dos benefícios que a regulamentação e a titulação oportunizavam a esta nova relação que se estabelecia com a terra, em contraste a um arquétipo da regulamentação. Tem-se a necessidade de regulamentação fundiária como reflexo de uma conjuntura que propiciava esse comportamento perante o bem fundiário.

A existência, em Passo Fundo, da própria Comissão de Terras, um sistema bancário financeiro que se organizava, um aparato jurídico que em seus dispositivos que consolidava uma ideia de propriedade individual, os tributos de

taxas, tarifas e impostos que eram revertidos à Coletoria do Estado em Passo Fundo, as movimentações cartoriais de escrituras e serviços de escrivão, as taxas judiciais, isso tudo relacionava-se ao processo de regulamentação fundiária.

Contudo, acima das diversas circunstâncias estava a noção que começava a arraigar-se, a perspectiva do entendimento jurídico de que havia uma única forma de ser proprietário, e esta condição seria possível por meio do processo de regulamentação fundiária das posses, com a obtenção da titulação que atestava a propriedade exclusiva do bem fundiário, juridicamente reconhecido e legitimado.

Referências

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS. *Evolução Municipal: Rio Grande do Sul 1809-1996*. Porto Alegre: 2002.

CONGOST, Rosa. *Tierras, Leyes, história: estudos sobre “La gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007. 347 p.

IMPERADOR da República, com rúbrica e guarda do Visconde de Mont’Alegre. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. *Coletânea da Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. 1961.

MIGLIORANZA, Cristiane. As elites passo-fundenses e sua relação com o poder após a proclamação da república 1889-1893. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 2007. Passo Fundo. *Anais [...]*. Passo Fundo, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/15576680/As_elites_passo-fundenses_e_sua_rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_poder_ap%C3%B3s_a_Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_1889-1893. Acesso em: 16 jul. 2019.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Mappa Geographico do Municipio de Passo Fundo*. Passo Fundo: [s. n.], 1929. 1 mapa. Escala 1:200,000.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. 2008. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280338>. Acesso em: 31 ago. 2019.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIO GRANDE DO SUL. Juízo Distrital do Cível e Crime de Passo Fundo. *Medição*, Adolpho Schell Loureiro, Gervasio Lucas Annes, Manoel Alves Leite e outros. 20/10/1920. (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, autos nº 369, maço nº 10, estante 116).

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul - 1827/1931*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1997. 200 p.

SANTOS, Milton. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. 332 p.

SANTOS, Sherol dos. Territórios étnicos no pós-abolição: o caso do quilombo da Mormaça (RS). *Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 19, p. 127-141, jan./jun. 2009.

SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 120-139.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Erus, 1979. 548 p.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed Unijuí, 1997. 156 p. (Formato PDF).



Os judeus e os “bandoleiros”: a intrusão e os conflitos pela terra no norte do RS – primeira metade do século XX

João Carlos Tedesco

Isabel Rosa Gritti

Introdução

A região norte do Rio Grande do Sul evidencia uma intensa luta pela terra desde meados do século XIX até os dias atuais. Os sujeitos sociais foram e continuam sendo variados, mas o contexto, em geral, sempre foi o mesmo: expulsar os que habitavam a terra e favorecer os que vieram de fora, afastar os “improdutivos” e colocar os “produtivos”. Os mediadores do processo também foram múltiplos e variados: a esfera pública, com suas legislações, como a Lei de Terras de 1850, e as suas várias regulamentações estaduais, as políticas de venda da terra

como decorrentes dessas, de suas regularizações e/ou legalizações. Foram constituídas instituições e órgãos públicos com a deliberação de averiguar a titulação das terras e com o intuito de *fabricar* as que passaram a ter conotação de públicas (denominadas de devolutas) com o objetivo de comercializá-las e engordar os cofres públicos. Decorrentes dessa dinâmica, estavam as colonizadoras, privadas e públicas, com as funções de materializar as trocas, viabilizar a reocupação, transformar o espaço *natural* em território produtivo de excedentes e com conotação capitalista (ZARTH, 1997).

Atualmente há, nessa região, vários conflitos envolvendo indígenas, quilombolas e agricultores. O contexto das demandas está no horizonte histórico ligado ao que já mencionamos, ou seja, sinteticamente, ações públicas e privadas de esbulhos, de extinção e/ou redução de áreas indígenas para colonização e/ou reforma agrária, intrusões incentivadas nas áreas demarcadas, políticas integracionistas, dentre outros processos, que a atual legislação constitucional está permitindo reaver e compensar os equívocos do passado.

Nesse longo e amplo espectro de relações, alguns sujeitos sociais tornam-se um estorvo e necessitam ou entrar na lógica, ou dar o fora, migrar para outros lugares, ou, então, para não produzir tantos conflitos e impedir quem queria se inserir, aceitar algumas ofertas de uma inclusão marginal, mas com a obrigação da intermediação mercantil, nem que seja num prazo mais elástico, ou trabalhar na infraestrutura e no extrativismo para outrem (que poderia ser o estado, empresas colonizadoras ou, também, latifun-

diários e madeireiros). Dentre esses estavam os indígenas, os negros que habitavam o meio rural, em geral, em terras de uso e habitação coletiva, e os camponeses, em geral, caboclos que, também, possuíam no seu *ethos* um *modus vivendi* diferenciado daquele que estava sendo implantando nas primeiras décadas da República (CHRISTILLINO, 2008).

O norte do estado sulino, nas primeiras décadas do século XX, tornou-se um dos últimos espaços a passar pela nova lógica em razão da dinâmica dos processos migratórios, em particular, de colonos, imigrantes e/ou descendentes europeus de várias etnias, os quais habitavam em espaços das denominadas colônias velhas. Esse *atraso* da configuração e pressão pela terra deve-se também em razão da distância do centro decisório e das instâncias públicas que a viabilizavam, da intensa presença de indígenas e de outros grupos sociais, dentre eles, os caboclos, os quais, como vimos, possuíam outra dinâmica de vida na/ com a terra.

Para a esfera pública, o espaço norte deveria ser bem feito, normatizado, controlado pela mão governamental, evitando conflitos, se possível, não promover injustiças, mas, não deixar de imprimir a sua lógica mercantil e capitalista da terra. O estado, nesse espaço, deveria mostrar sua cara, ou seja, o novo *espírito do tempo*, considerado modernizador, sob a ótica capitalista da produção de excedentes, viabilização de estágios de evolução social para alguns grupos sociais. Para isso, seria interessante inserir alguns deles nesse novo horizonte, dentre eles, os indígenas, negros e caboclos. Já havia um grupo social no estado

que estava, em grande parte, enquadrado nessa nova lógica que guiava as ações públicas: os imigrantes europeus e seus descendentes. Esses, por onde passavam, na visão de governos, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, constituiriam o denominado progresso como sinônimo de modernização e adaptação aos novos ventos sociais.

Nessa parte norte havia, no período que indicamos, um *mix* de relações sociais e produtivas que se autolegitimavam na terra: posseiros, indígenas aldeados e muitas parcialidades, vivendo em territórios que eles mesmos, simbolicamente, demarcavam, negros e caboclos que exerciam atividades extrativistas e de lavoura para viabilizar seus meios de vida, pecuaristas e latifundiários, muitos desses últimos, absenteístas, os quais se apropriaram de grandes extensões, legitimando-as pelos trâmites legais da Lei de Terras de 1850, dentre outros grupos de pequenos agricultores com atividades variadas (JACOMELLI, 2004). Mesmo antes da presença mais efetiva do estado, com seus órgãos de fiscalização e averiguação, muitos conflitos se apresentaram em razão de apropriações indevidas, exploração de ervais, anexações contíguas, expropriações de terras, mudanças de cercas e de marcos, etc., principalmente entre fazendeiros e camponeses.

Com a chegada, na região norte do estado, da Comissão de Verificação de Posses, no início do século XX, com a função de averiguar as terras para, em geral, torná-las públicas, houve mudanças e instituiu-se conflitos, ou melhor, institucionalizou-se a *questão agrária*. O órgão atestou muitas irregularidades ou alegações dessas,

o que facilitava a passagem de terras para as mãos do Estado, a fim de serem comercializadas, normatizadas em termos burocráticos e funcionais à produção agrícola, bem como direcionadas à grande demanda por ela por parte de migrantes de outras regiões, produzindo, com isso, um território de insegurança e intranquilidade social aos que já estavam nela. Evidentemente, essas áreas eram, de preferência, as melhores e mais caras. Pequenos camponeses foram os que mais sofreram em razão de não saberem, não quererem e não terem condições de legalizar aquilo que, para eles, já era seu ou do grupo social (terras comuns, faxinais, ervais comuns, etc.), foram os que mais sentiram o temor de perder as terras, viram-se sujeitos aos desmandos e à truculência dos funcionários do Estado. Esse processo de intervenção estatal revestia-se com a roupagem de *ação moralizadora*, que, na verdade, mostrou ser uma verdadeira *grilagem oficial* de terras, em grande parte, legitimamente ocupadas (KLIEMANN, 1986; ZARTH, 2002).

Tendo presentes essas realidades históricas na região referida, o texto objetiva, de uma forma simples, panorâmica e genérica, pontuar alguns desses elementos históricos situados, em grande parte, nas primeiras décadas do século XX, tendo a Colônia Erechim, fundada em 1908, e a Comissão de Terras e Colonização (CTC) como centrais na dinâmica dos conflitos e contradições, ambas, em geral, promovidas pela ação pública do Estado com a finalidade de imprimir a dimensão capitalista da terra.

Centraremos as figuras de três lideranças caboclas que, vitimadas pela nova situação que se materializava,

tornaram-se expropriadas e deserdadas da terra. Diante disso, imprimiram lutas sociais e pressões; foram vistos como intrusos e, por suas ações, criminalizados, reprimidos pela força pública, utilizados, em determinadas situações, por lideranças políticas e/ou do campo do latifúndio para a promoção de interesses escusos aos caboclos. Esses são João Inácio e seu “bando”, Capitão Belo e Gaudêncio dos Santos. Cada um, ao seu modo e com os recursos que possuíam, lutou para ser contemplado na nova lógica que o excluía.

No espaço deste capítulo,¹ tentaremos esboçar alguns elementos nesse sentido. Baseamo-nos em revisão de literatura, em algumas notícias de jornais, alguns documentos públicos e outros estudos que já efetivamos sobre o tema. A intenção é dar uma breve contribuição para o entendimento de alguns dos processos que envolvem as atuais demandas por terra na região, registrar a presença de conflitos e de alguns sujeitos, reforçar a afirmação de que a região norte do estado sulino, no que tange à terra e às suas configurações de apropriação, constituiu-se na ótica do conflito e das contradições.

¹ O texto foi escrito primeiramente para apresentação no 1º Colóquio de Estudos do Mundo Rural, na Universidade de Passo Fundo, no dia 23 de maio de 2019. Porém, parte de sua base analítica e documental já está presente e diluída em outros materiais produzidos pelos autores em torno do tema.

Os de “dentro” e os “de fora”: contemplá-los ou não? Ambiguidades e contraposições nas políticas de colonização e a intrusão – apontamentos

Uma das questões primordiais nas primeiras décadas da República no estado sulino foi a “questão da terra” (KLIEMANN, 1986). A terra tornou-se central na esfera política, na filosofia de governo, nas novas diretrizes de desenvolvimento social e progresso econômico, essas, sob a égide da concepção positivista de base comptiana, já por demais conhecida na literatura, bem como os processos de reocupação, ordenamento, apropriação privada e produção na terra. Os caminhos do progresso, no período, eram entendidos pela esfera governamental, passando pelos caminhos da reconfiguração da terra.

No final do século XIX, no Rio Grande do Sul, as questões ligadas à terra ficaram a cargo da Secretaria das Obras Públicas; essa criou um órgão especial para a questão da terra, que foi a Diretoria de Terras e Colonização (DTC). No entanto, para melhor averiguar e decidir sobre as terras que se tornariam devolutas (públicas), em 1897, o governo castilhistas criou, como vimos, comissões para averiguar e discriminar o que era ou passaria a ser e o que não, viabilizar e/ou criar as condições para a mediação das colonizadoras nos processos de colonização (SCHMITZ, 2019), moralizar o acesso à terra, coibir fraudes e ilegalidades no seu apossamento, reavaliar a questão das terras indígenas ainda demarcadas em meados do século XIX, as que estavam em estudos para sua definição, etc.

O papel central de tudo isso, na prática, coube à DTC, a qual imprimiu ou pelo menos tentou viabilizar a filosofia de governo no âmbito da normatização da terra e no controle dos sujeitos que a demandavam. O papel central coube ao engenheiro civil Carlos Torres Gonçalves, que atuou na Secretaria de Obras Públicas de 1899 a 1935 (CASSOL, 2003); entre 1910 a 1928, esteve diretamente na DTC. No referido órgão, ele buscou imprimir uma concepção considerada mais humanista nas questões que conduziam o processo de apropriação da terra, principalmente pelo canal das colonizações públicas e/ou privadas, buscando contemplar os deserdados dela, ou seja, os pequenos camponeses, em geral, caboclos, e indígenas (NUNES, 2017). Ele buscou adotar medidas que evitassem conflitos sociais, que pudessem interferir na viabilização do regramento e progresso econômico, esse associado à ordem social.

A região norte do estado estava sendo olhada com atenção pela esfera pública nos primeiros anos do século XX, em particular, no período em que Torres Gonçalves assumiu o cargo. A verificação das terras públicas, a legitimação das privadas, a questão dos aldeamentos indígenas, o problema dos posseiros, as vias públicas (estradas e ferrovia), enfim, o papel central do estado em todas essas questões que envolviam a terra. Nessa concepção é que se originou a Colônia Erechim, iniciada em 1908, pensada com planejamento e ações mediadas pelo estado e com concessões às colonizadoras; essas controladas pela CTC, no caso em questão, com sede em Passo Fundo, mas com atuação em territórios alargados no norte do estado, dentre esses, Erechim por alguns anos iniciais.

As CTCs, como ramificações da DTC, de uma forma geral, buscavam organizar a situação fundiária no estado, demarcar e efetivar colonizações, legitimar posses, regular e fiscalizar os processos que envolviam a apropriação da terra, principalmente para evitar fraudes, atrair compradores, legitimar os já existentes nas áreas que se tornaram devolutas, evitar conflitos com posseiros, indígenas, latifundiários e outros proprietários que haviam registrado as suas terras.

A CTC de Passo Fundo² teve muitos problemas em todo o seu tempo de existência, em razão de reduzidos funcionários, por ser uma região de presença de várias parcialidades indígenas, as quais definiam de longa data sua territorialidade e não aceitavam as propostas de aldeamentos, também por ser uma vasta região e não ter domínios territoriais e nem condições técnicas para deslocamentos geográficos. Havia muitos posseiros, de variadas identificações, latifundiários que também reagiam perante a possibilidade de ver áreas de suas posses transformarem-se em terras devolutas e/ou de serem lindeiras com as demarcadas para serem reservas indígenas, principalmente, pós-primeira década do século XX. Enfim, havia conflitos de

² A CTC de Passo Fundo, como falamos, foi criada no ano de 1907 – através do decreto n.º 1.090 de 17 de maio de 1907; ela abarcava uma ampla área, a qual adentrava para município como Soledade, Guaporé, Erechim e até parte do município de Santa Cruz do Sul. Com o passar dos anos, algumas das áreas tiveram suas próprias comissões. Em 1921 ela foi sob o argumento de que não havia mais muitos trabalhos a realizar, porém, a de Erechim continuou e assumiu atividades que correspondiam ao município de Passo Fundo. Porém, em razão de inúmeras questões ligadas à intrusão, ela foi restabelecida em julho de 1924 e, nesse restabelecimento, acabou por incorporar a zona da antiga CTC de Soledade (NEUMANN, 2018; SCHMITZ, 2019).

muitas ordens, fato esse que exigia trabalho intenso e dificuldade para imprimir a noção de regramento/ordem para viabilizar o progresso.

A intervenção estatal na Colônia Erechim esteve em adequação com o ritmo das migrações e a pressão social pela terra, com as tentativas de solução das questões ligadas aos indígenas e aos posseiros, com as inúmeras tentativas de impedir a denominação de terras devolutas por latifundiários e outros proprietários que requeriam posses. A referida colônia tornou-se um espaço primordial para a resolução dos problemas enfrentados em boa parte do estado em anos anteriores e que se reproduziam, talvez, de uma forma mais intensa nesse local (SILVA, 2011). Talvez tenha sido essa forte ação pública nesse território que fez com que a referida colônia ganhasse, uma década depois – 1918 –, a condição de município e, analisado por muitos que escreveram sobre ele em períodos posteriores, como de grande expressão econômica e populacional.

Como já observado, Torres Gonçalves foi o grande idealizador das ações que viabilizariam o tão alardeado progresso da Colônia Erechim, principalmente no que tange à tentativa de inclusão de pequenos camponeses ao processo de colonização, aos aldeamentos indígenas, ao incentivo à pequena propriedade do imigrante europeu e/ou seu descendente, à infraestrutura necessária à produção agrícola, etc. Borges de Medeiros, governador do estado, por longos anos nas primeiras décadas do século XX, tinha na região colonial italiana e alemã um apreço especial em razão das dinâmicas da produção agrícola e sua ligação industrial, em particular, com agroindústrias (banha, suínos,

vinho, moinhos, dentre outras), a cultura do trabalho familiar, o desejo de ascender economicamente pela aquisição privada e, se possível, sempre ampliada da propriedade da terra. A venda de terras a esses reduziria a produção da intrusão (compradores inadimplentes ou *invasores* que não tinham condições de comprar, ou posseiros que foram pressionados a sair e que resistiram), visto que eram bons pagadores em razão do desejo de serem proprietários, de ampliarem áreas, de produzir excedentes comercializáveis e propensos a reproduzir unidades familiares novas em razão de casamentos e, com isso, não ter de ver limitadas essas condições pelo bloqueio fundiário (pouca terra para produzir novas unidades familiares).

Não obstante o reconhecido progresso na Colônia Erechim, os conflitos não foram poucos, bem como os registros e pagamentos nem tão eficazes assim. Fraudes, abusos de companhias colonizadoras de múltiplas ordens, discordâncias entre as diretrizes da DTC e as ações da CTC, autos de legitimação pendentes e que não se resolviam, problemas de divisas e de medições mal realizadas ou reclamadas em juízo, intrusões que passaram a ser lugar comum, falta de pagamento, pressão e expulsão de caboclos e colonos do interior das colonizações, abandono de terras, compras e recompras, colonizadoras que adquiriam terras de grandes proprietários, sendo aquelas adquiridas e/ou legitimadas de forma pouco edificante e reclamadas, posteriormente, por quem se sentira lesado, intensa repressão e esbulho aos que passaram a ser intrusos e que não aceitavam a alternativa da saída e/ou da aquisição de terra em outro espaço, com custo menor ou com formas variadas de

pagamento, dentre elas, o trabalho na abertura de estradas, na derrubada de mata, etc. (SCHMITZ, 2019). Enfim, é um cenário em que o denominado progresso econômico deu-se não sem conflitos sociais. Eles foram expressivos das contradições das formas de apropriação capitalista da terra. A intrusão foi a sua marca maior.

Sair ou ficar? O intruso e a intrusão

A intrusão e o intruso no empreendimento colonizador e da reconfiguração da propriedade da terra no norte do estado são processos relacionais complexos, dinâmicos, constantes, conflituosos, com dificuldades de resolução e que ainda respingam em demandas pela terra atual, principalmente junto a indígenas, quilombolas e sem-terra. A intrusão revela múltiplas situações, vários sujeitos, para além da dimensão étnica e/ou racial, ainda que, nesse conjunto de diferenciações, o mais vitimado tenha sido o caboclo, pequeno camponês e pequeno posseiro, agricultores familiares empobrecidos, indígenas que viam seus territórios serem tomados por madeireiros, colonos, ervateiros, dentre outros. Ao tornarem-se intrusos, em geral, no interior do empreendimento colonizador, eles eram caracterizados como invasores, pois sua ação não condizia com os preceitos positivistas preconizados no Estado (SILVA, 2011). Esse processo passou a fazer parte do rol de preocupações dos dirigentes do Estado, visto que a exclusão alimentava a intrusão, fato esse que poderia prejudicar ainda mais a dinâmica do ordenamento social, como filosofia de governo nas primeiras décadas do século XX. Segundo a DTC, a intrusão,

[...] iniciadas a colonização, em princípios do século passado [XIX], com agricultores europeus, em terras de matas, começaram as mais próximas a despertar interesse. [...]. A intrusão teve, pois, como origem, o abandono em que estiverem por longo tempo as terras devolutas. Tornou-se hábito com o correr dos anos. E avolumou-se á medida do rápido crescimento da população colonial que tendo constituído sempre viveiro de agricultores, ascende hoje a mais da terça parte da população do Estado. Outros fatores concorreram também para a intrusão. Entre eles o último movimento revolucionário do Estado [Revolução Federalista, 1893-1895]. E mais recentemente, entre os anos de 1907-1914 o estabelecimento da nova corrente imigratória encaminhada pela União, retardando as providências para a normalização da situação deles (RELATÓRIO..., 1919, p. 351-355, grifo nosso).

A DTC adotou como prática notificar os intrusos, via editais, sobre as medidas a serem aplicadas, conferindo um perfil de legalidade às práticas do governo, bem como externando a sua preocupação com o destino dos indivíduos afetados com as medidas adotadas. Em seu relatório de 1907, o Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, Lindolpho da Silva, defendia a elevação cultural e tecnológica dos caboclos, por meio da formação de colônias étnicas mistas, mas o projeto de colonização não incluía o indígena e já se aventara seu deslocamento.

[...] é muito provável que à vista de todo esse movimento os “toldos” de índios sejam deslocados para margem esquerda do rio do Peixe, ao sul da colônia em projeto. Naturalmente eles estão sobre a vertente oriental da “Serra do Ligeiro” e próximos deste rio. São índios de boa índole, fáceis de serem encaminhados para onde convier, e cultivam terra à moda do país, vivem entre os caboclos, quase com os mesmos usos e costumes destes (RELATÓRIO, 1907, não paginado, grifo nosso).

Schmitz (2019) afirma que o apoio à imigração espontânea e à regularização de caboclos, defendido pelo presidente do Estado, Borges de Medeiros, “[...] traria os grandes benefícios de reduzir consideravelmente as despesas públicas e aumentar a renda proveniente da venda das terras, ao mesmo tempo que facilitaria a observância do regime florestal e a regularização das posses precárias” (MEDEIROS, 1914, p. 25). Nesse sentido, percebe-se que a preocupação com os nacionais, caboclos, foi constante e expressou-se junto à CTC de Passo Fundo, pois sabia-se que, se não fosse resolvido o problema onde eles já estavam inseridos, a sua saída significaria apenas mudar o problema de lugar, pois tornar-se-iam intrusos em outro empreendimento colonizador. Em geral, para a esfera pública e, também, para as colonizadoras privadas, quem havia recebido terra e não cumprido com as formas acordadas de pagamento (dinheiro, produtos da lavoura ou da extração da erva e prestação de serviço) seria considerado intruso. A saída, via expulsão, ou, então, na possibilidade de adquirir um pedaço menor de terra em espaços mais íngremes e, portanto, de baixo valor (os “fins das picadas”), eram os expedientes mais utilizados para, justamente, evitar maiores conflitos (SILVA, 2008).

Schmitz (2019, p. 109) coloca que “[...] a manutenção da presença de nacionais na região em que também iria receber colonos e imigrantes ainda era vista como algo benéfico por conta das trocas entre esses grupos”. Haveria, com isso, assimilação de saberes, de filosofia de vida, além de miscigenar para evitar enclaves étnicos. Essa dimensão integracionista e considerada evolutiva na esfera do desenvolvimento tendia a homogeneizar o coletivo de produtores

no meio rural, tendo o colono imigrante como referência; a experiência dos colonos no desejo da propriedade privada da terra poderia contagiar os demais, em particular, os caboclos, o que seria importante para as colonizadoras, para os cofres públicos e para a produção agrícola. Nesse sentido, houve várias tentativas de proteção aos nacionais pelas comissões, principalmente as de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Santa Rosa e Palmeira das Missões, em razão da grande presença deles, os quais atuavam em várias atividades agrícolas e extrativistas entre as últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX.

Schmitz (2019, p. 150) destaca que se buscou, “[...] dessa forma, orientar a presença de nacionais, tidos pelo governo estadual como intrusos, já que se instalaram sem o consentimento do governo ou do particular dono da área, ou sem lhes pagar o devido valor pela terra ocupada”. A regularização desses viabilizaria a organização em lotes, sua venda aos que tinham condições de pagar e não haveria grandes problemas, pois, sendo contemplados, os posseiros, em geral, caboclos, não teriam necessidade de migrar para outras áreas e se situar novamente como intrusos. Nas colonizações públicas havia esse interesse, nas privadas praticamente não. Como coloca Rückert (1997, p. 128), nas colonizações privadas, em geral, os caboclos foram “[...] sendo empurrados para zonas sempre mais distantes das colônias e forçados a compor a força de trabalho nas fazendas, ao invés de serem efetivamente incorporados aos projetos de colonização, o que é, na época, de interesse de alguns positivistas”.

Áreas de matas atraíam a presença de colonos e de grandes proprietários em razão da intensa presença de

madeira e erva-mate. Pequenos camponeses não possuíam recursos para viabilizar a legalização de suas posses, em particular, as terras de uso comum, em terras que passam a ser públicas, para extração de erva-mate (TEDESCO; ZARTH, 2009). Além disso, havia muita pressão de colonizadoras e de grandes proprietários no sentido de adquirir essas áreas e transformá-las em grandes espaços para extração privada da erva-mate. A filosofia de governo materializada pelas CTCs e a pressão das colonizadoras pela mercantilização da terra acabaram empurrando os subalternizados da terra ou os que se tornaram deserdados dela para áreas inóspitas, regiões de matas, para atividades de diaristas no campo extrativista (erva-mate e madeira) e para fazendas de criação.

Nesse sentido, houve uma grande distância entre as preocupações de inclusão, de integração, de dimensões mistas, de “proteção fraterna” com indígenas e *nacionaes* reveladas pela DTC e materializadas pela CTC de Passo Fundo. O que houve, sim, foi uma lógica de (re)ocupação desocupação-ocupação, com exclusão, inclusão marginal, realocações, expulsões, migrações, etc. A intenção expressa pela esfera pública no sentido de evitar e/ou resolver os conflitos não foi tão evidente e nem fácil como *a priori* os governos das primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul pensavam (JACOMELLI, 2004; SCHMITZ, 2019). A categoria de posseiro e sua passagem para a de intruso produziam uma ampla transformação na vida e na cultura principalmente do caboclo, sendo a primeira legitimada pela sua concepção de propriedade e a segunda criminalizada pela nova concepção dessa pela esfera pública e pela dinâmica social. A

dificuldade de regularização e/ou de pagamento do lote o criminalizava, tornava-o um fora da lei. Tornando-se um sem-terra, o intruso, caboclo em geral, seria também impedido de colher erva-mate, caçar e fixar residência numa porção de terra, além disso, a prática de uso comum de terras ou de terras de uso comum passou a ser subtraída.

Práticas de violência, saques, ataques, envolvimento em grupos políticos mais sensíveis à causa dos empobrecidos, ou que os utilizavam nas suas fileiras (ou trincheiras) para resolver suas questões com a esfera do poder político estatal (como veremos mais adiante em relação aos três sujeitos específicos), a fuga para o mato adentro em regiões ainda pouco habitadas e mercantilizadas, como é o caso do extremo norte do estado, beirando o Rio Uruguai, dentre outras ações, foram expedientes muito comuns nesse cenário pretendido ser regrado como forma de contraposição às inúmeras formas de violência que foram produzidas junto aos que se viam empobrecidos da terra (CHRISTILLINO, 2008).

Nessa lógica de reocupação da terra no norte do estado, o invasor passou a ser quem já estava na terra e não o fazendeiro, o colonizador, a esfera pública com suas práticas mercantilistas da terra. Para algumas colonizadoras, em algumas situações, não era de todo ruim a existência de camponeses que se tornavam intrusos pelo não pagamento do lote, pois esse processo viabilizaria sua legitimação de expulsão, muitas vezes, sem a compensação pelo que pagou e a possibilidade de o mesmo lote ser vendido a um colono por um preço bem superior. Como já mencionamos, em vários momentos e lugares, tentou-se viabilizar colonizações mistas, com a intenção de contemplar caboclos intrusos

para, com isso, reduzir conflitos e acomodar parte da situação, que, em alguns espaços da parte norte do estado, estavam recebendo grandes levadas de migrantes provenientes de regiões de colonização italiana, alemã e polonesa, e esse fato, na relação com o anterior, poderia ser contraproducente para os objetivos do estado e das colonizadoras.

A documentação da CTC de Passo Fundo, em seus relatórios, revela a preocupação e as tentativas de assentar e/ou resolver a questão dos intrusos dando-lhes condições várias para a regularização do lote e/ou de sua posse, pois o retardo na resolução disso complicaria a normalidade do empreendimento colonizador, dificultando a aquisição da terra para os migrantes e para os novos interessados (JACOMELLI, 2004; SCHMITZ, 2019; NEUMANN, 2018). Desse modo, percebe-se que a intrusão era intrínseca ao projeto de colonização e à toda sua carga simbólica na esfera do progresso e da ordem social. A intrusão era fabricada, resultante de múltiplas dinâmicas contraditórias da apropriação privada da terra e da resultante lógica da produção de excedentes.

Um caso emblemático de intrusão e de difícil resolução foi a Fazenda Sarandy. A localizaremos em razão de que ela possui relação direta com nossos sujeitos “bandoleiros”. Segundo a pesquisa de Schmitz (2019), o apoio à imigração espontânea e à regularização de caboclos foi defendido pelo presidente do Estado, Borges de Medeiros, pois isso

[...] traria os grandes benefícios de reduzir consideravelmente as despesas públicas e aumentar a renda proveniente da venda das terras, ao mesmo tempo que facilitaria a observância do regime florestal e a regularização das posses precárias (MEDEIROS, 1914, p. 25).

A autora, baseando-se na documentação da CTC de Passo Fundo, afirma que havia, no interior dessa fazenda e em suas adjacências, grande contingente de, em geral, caboclos, que se tornaram intrusos quando a Companhia Colonizadora Sarandy, entre 1923 e 1924, atuava para loteá-la (MACHADO, 2012). Houve muita tensão no interior da referida fazenda em razão também de que, em seu interior, constituiu-se um grande foco de resistência à oposição política que lutava contra o grupo de apoio a Borges de Medeiros na denominada Revolta de 1923 no estado (SCHMITZ, 2019). Os intrusos, nos embates que o conflito produziu, acabaram, com uso de violência física e armas, opondo-se às demarcações que estavam sendo efetivadas no interior da referida fazenda, resultando na morte de um dos agrimensores, fato esse que vai produzir uma maior vigilância pública no interior dela com as forças de repressão (NEUMANN, 2018).

Essa realidade obriga muitos dos intrusos a fugirem, o próprio governo a tentar algum tipo de acordo e ofertar terras a eles para amenizar ou acabar com as intrigas e intrusões em outros espaços, dinheiro para adquirir um lote, ação essa que vinha ao encontro das colonizadoras, dentre outras ofertas de trabalho (RÜCKERT, 1997). Essas tentativas, no entanto, na prática, revelaram-se ineficazes. Camponeses considerados intrusos desconfiavam das intenções do governo, bem como de suas exigências de produção, quanto da possível propriedade privada da terra, fato esse que revela a cosmovisão de posseiro, de habitante da terra, pequeno camponês de posses comuns (SCHMITZ, 2019; SILVA, 2008). As tentativas do governo e das coloni-

zadoras nesse sentido, além de ter surtido pouco efeito, passaram a ser criticadas por fazendeiros, por abrir precedentes às invasões para, como compensação, conseguir terra, além do alto desembolso financeiro. Se a colonização seria importante para “engordar” os cofres públicos, essa prática de facilitação estaria na contramão. Na realidade, a intrusão, além de revelar uma série de questões estruturantes, também atestava a fragilidade do estado em promover a igualdade, a ordem e o equilíbrio social; era o atestado do não cumprimento do processo (SCHMITZ; NUNES, 2018).

Enfim, as intrusões foram consequências de um processo de exclusão e/ou inclusão marginal de sujeitos sociais no interior das ações de normatização associadas à mercantilização da terra e à sua consequente apropriação privada. Elas acabaram sendo o contraponto, quando não a contradição desse processo; desafiaram a organização e o método de ocupação e apropriação da terra, ambos planejados pelos positivistas; significaram o descontrole e a ausência do poder do Estado, o desejo de fazer frente a uma realidade que produzia exclusão, na sua grande maioria, como uma ação em adequação ao *status quo*, ou seja, de serem (os intrusos) também contemplados na nova dinâmica da apropriação privada da terra (SILVA, 2008).

Os casos a seguir são paradigmáticos do que discutimos até então; eles aconteceram na área de colonização e/ou entorno de um grande projeto colonizador para judeus, o qual demonstrou ser conflituoso, mas estratégico, para sujeitos sociais excluídos de um macroprocesso que se desenvolvia intensamente na região do Alto Uruguai e/ou da antiga Colônia Erechim no início do século XX.

“Aos judeus sim, a nós não”! Intrusos e “bandoleiros”: a outra face de uma das colonizações privadas no norte do Rio Grande do Sul

A Companhia Colonizadora Judaica Jewish Colonization Association, mais conhecida como ICA, foi criada em 1891, pelo Barão Hirsch, um rico judeu responsável pela construção de ferrovias no continente asiático (GRITTI, 1997). Dessa forma, tinha conhecimento das perseguições e violências que os judeus residentes no leste europeu e, particularmente, no Império Russo sofriam. Ela decide, então, que a única alternativa era assentá-los em regiões onde pudessem viver livremente. Argentina e Brasil foram espaços escolhidos. Após experiências na Argentina, em 1902, a ICA expande sua atuação para o Brasil e, em 1909, adquire a Fazenda Quatro Irmãos (Figura 1), no então município de Passo Fundo, a quem também pertencia a Colônia Erechim, até 1908. A Fazenda Quatro Irmãos foi comprada de quatro irmãos em 1909, e a instalação dos imigrantes judeus iniciou em 1911 (GRITTI, 1997). A ICA era responsável pelo recrutamento, transporte e assentamento desses imigrantes. Ela permanece com a referida colônia até por volta de 1962, quando são esgotadas as possibilidades de exploração florestal e a venda de terrenos. Durante todo o período em que esteve na fazenda, isto é, de 1909 até 1962, a companhia instala apenas 453 famílias judias nos seus 93.985 hectares. O assentamento de 453 imigrantes e seus familiares não significa a sua permanência na fazenda, uma vez que o êxodo foi constante e permanente.³

³ Uma análise ampla e detalhada da ICA pode ser encontrada em Gritti (1997).

Figura 1 – Fazenda Quatro Irmãos – norte do Rio Grande do Sul



Fonte: Gritti (1997, p. 35).

Em 20 de julho de 1903, o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, publica a autorização concedida pelo governo do Estado para que a Empresa ICA pudesse atuar no Rio Grande do Sul. Entre outros argumentos apresentados pelo presidente do Estado, encontramos “[...] que os fins da Companhia são de utilidade pública concorrendo para fomentar a imigração e ativar o progresso material [...].” (A FEDERAÇÃO, 1903, p. 5). Assim sendo, a ICA contribuiu para a concretização de uma proposta do governo do Estado, isto é, a ocupação das terras ditas devolutas e a valorização dessas por meio do trabalho do imigrante. A ICA oferecia aos imigrantes judeus um lote de terra, uma casa, ferramentas, sementes e um subsídio nos anos iniciais. Ela criou toda uma infraestrutura que incluía escola, sinagoga, hospital e ramal férreo ligando a sede da fazenda à Estação Erebangó da Viação Férrea Gaúcha.

Analisando a extensa correspondência trocada entre a direção da ICA de Quatro Irmãos e a sua direção geral, sediada em Paris, observamos que a companhia não se preocupou e se ocupou com o assentamento dos imigrantes e a conseqüente fixação deles na fazenda. Daí o constante abandono. O argumento de que os imigrantes judeus não conheciam o trabalho com a terra, como explicação para a procura de condições de vida melhores nas cidades próximas, revela-se frágil, uma vez que eles eram agricultores na Europa (GRITTI, 1997).

Em 1922, os 93.985 hectares da fazenda encontravam-se praticamente despovoados. Daí a nova tentativa de povoamento por meio da criação de dois novos núcleos populacionais dentro da fazenda: Barão Hirsch, em 1926, e Baro-

nesa Clara, em 1927. Para a seleção dos novos ocupantes, a ICA envia para a Europa um imigrante que prosperará, não com o trabalho agrícola, mas com a exploração madeireira. Entre abandonos, intrusões, insatisfações de assentados, reclamações e requerimentos jurídicos de áreas da ICA por proprietários de terras que as julgavam serem suas, ameaças de desapropriação pela esfera pública, extração desmesurada de madeira (o que mereceu certa vigilância do Serviço de Proteção Florestal do Estado), favorecimento da viação férrea para o escoamento da madeira, píffias colheitas agrícolas, dívidas dos colonos com a ICA, venda de terrenos a colonos de outros credos e etnias, etc., foram expedientes que marcaram a história da presença da ICA no norte do estado.

Contudo, a grande questão foi a prática de intrusão. Foram vários os conflitos desencadeados em seu interior bem como nas áreas limítrofes do latifúndio da ICA, tornando-se um espaço de conflitos e luta pela terra. As intrusões foram constantes e permanentes durante todo o período de atuação da Jewish em Quatro Irmãos. Foram vários e diferentes grupos que ocuparam as terras do latifúndio da ICA (GRITTI, 1997). Porém, em dois momentos essas ocupações foram mais significativas pelo seu objetivo e por atingirem uma intensa repercussão, mobilizando o governo do Estado e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ocupações essas efetivadas pelos chamados nacionais ou caboclos. É importante destacar que as intrusões não foram características apenas das terras da Jewish. Toda a Colônia Erechim, como genericamente já falamos, vivenciou esse problema.

É comum encontrarmos no Arquivo Histórico Municipal de Erechim documentos que revelam reclamações diri-

gidas ao governo do Estado pelos imigrantes proprietários, solicitando providências em relação aos intrusos presentes em suas terras e que foram adquiridas do Estado. A título de exemplo, citamos o ofício de 1925 para o diretor de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas, informando da intrusão de terras, desta vez nas florestas Formiga (atual distrito de Souza Ramos) e Castilhos (atual município de Viadutos), onde se estabeleceram “cerca de 130 famílias de nacionais que não contam com recursos próprios” (ERECHIM, 1925, não paginado). Porém, as intrusões nas terras das companhias privadas de colonização apresentavam característica diversa daquelas das terras dos pequenos proprietários, notadamente nas das companhias estrangeiras, e aqui especificamente nas terras da ICA; elas diferem pela sua organização e pela clareza de sua ação. Ciente da disputa pela posse da terra, a companhia arma-se, jurídica e materialmente, para proteger sua propriedade. Nesse sentido, ela se utiliza da imprensa e publica o seguinte aviso:

[...] chegando ao nosso conhecimento *que certos indivíduos, instigados por terceiros, pretendem invadir a Fazenda de Quatro Irmãos, estabelecendo posses clandestinas*, levamos ao conhecimento público que faremos no caso aplicação do artigo 502 do Código Civil que diz: ‘O possuidor turbado, ou esbulhado poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo’. Prevenimos mais que nas zonas ameaçadas se encontram empregados nossos encarregados de evitar a invasão (O NACIONAL, 1927, p. 2, grifo nosso).

Essa publicação feita pela companhia em 1927 foi em decorrência da intrusão de 1927/1929 ligada à contestação da posse da fazenda. As medidas tomadas pela ICA para

combater as ocupações constantes e crescentes e, portanto, para proteger sua propriedade foram variadas: a vigilância armada, a reintegração de posse via judicial e a destruição das construções e plantações dos “intrusos”, formação de milícia, presença de destacamentos da Brigada Militar, dentre outros expedientes.

[...] nós temos recorrido às *expulsões judiciárias e destruição de ranchos*, construídos pelos intrusos, mas estes últimos, aconselhados pelo Senhor Vasconcellos têm começado a praticar outro sistema: *sendo expulsos de um lugar, eles se transportam para outro, e os novos intrusos ocupam os lugares evacuados*; nós temos obtido menos de 60 restituições judiciárias, cujo resultado é, por assim dizer, nulo. No último tempo, o número de intrusos começou a aumentar de uma maneira inquietante atingindo atualmente 200 (COR-RESPONDÊNCIA..., 1930, não paginado, grifo nosso).

Como dissemos, as ocupações no latifúndio da Jewish Colonization Association foram constantes e permanentes. Gritti (1997) enfatiza que uma das maiores preocupações da ICA era com a segurança e a preservação de sua posse sobre a fazenda – uma área total de 93.985 hectares –, uma vez que, desde o início da ocupação, a fazenda de Quatro Irmãos foi alvo de intrusões. Gritti (1997, p. 97) ressalva também que:

[...] a partir de 1927, a Companhia começa a se deparar com uma nova forma de invasão. As invasões agora têm objetivo político bem definido. Os invasores pretendem tomar posse da área invadida. As invasões, apesar de se apresentarem oscilantes quanto à sua intensidade, adquirem caráter de perenidade devido à constância das mesmas.

Intrusões também foram utilizadas por requerentes da fazenda para produzir conflitos, fatos sociais e políticos e fazer com que a esfera pública voltasse os olhos para

a ICA; alguns sujeitos invadiam a fazenda e promoviam saques, provocavam incêndios às casas, destruíam benfeitorias, tudo com a intenção de produzir uma realidade de temor e produzir a desistência de assentados. Várias lutas judiciais se apresentaram, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930. Todos os depositários judiciais foram contestados veementemente pela ICA, a qual afirmava que todos eram patrocinadores dos diversos intrusos que adentravam os limites da fazenda, causando prejuízos à empresa. A companhia sempre deixava muito claro que a situação de sequestro e litígio da posse da fazenda gerava enormes prejuízos, quer fosse pela insegurança que gerava entre os colonos assentados, quer fosse pela exploração que os depositários judiciais e os intrusos faziam na área de matos e ervais da fazenda – fora da área de sequestro (CHRISTILINO, 2008). A fim de comprovar que as intrusões ocorriam não apenas na área sequestrada pela justiça, mas também em toda a extensão da fazenda, a ICA solicitou que vários colonos, moradores da Fazenda de Quatro Irmãos e de ocupações diversas, fossem à delegacia para testemunhar que os intrusos que infestavam a fazenda agiam não apenas na área em litígio, mas em toda a extensão da fazenda.

Nesse contexto, como medida de proteção à sua propriedade, a ICA decidiu organizar um grupo de homens “chefiados pelo comissário da Seção para policiar os limites da Fazenda, principalmente nos pontos de mais fácil penetração e nos lugares mais ricos” (O NACIONAL, 1928, p. 2). Preocupada com a defesa da colônia perante os intrusos, a direção da empresa toma a decisão de usar de força para defendê-la, porém, alguns a invadiam com um grupo amplo. Sobre isso, trataremos a seguir.

a) Gaudêncio dos Santos e seus “bandoleiros” no Tapir

A região de Erechim foi diretamente atingida pela Revolução de 1923. Nesse espaço ocorreram significativos combates, uma vez que era atravessada pela ferrovia São Paulo – Rio Grande. Na luta entre maragatos (opositores) e chimangos (borgistas), encontramos Gaudêncio dos Santos liderando um grupo de combatentes que confundiu seus contemporâneos quanto ao objetivo de sua luta.

Durante o conflito, encontramos os “coronéis” que lideravam determinados grupos, de oposição ou situação, isto é, os chimangos, defensores de Borges de Medeiros, o presidente do Estado que venceria sua quinta reeleição consecutiva, e os opositores, liderados por Assis Brasil, também conhecidos como maragatos. Se o movimento liderado pelo “Capitão Belo” e o do João Inácio são um pouco mais conhecidos, embora insuficientes os estudos em torno deles, o de Gaudêncio dos Santos é praticamente desconhecido, sendo, diferentemente dos outros dois citados, confundido com a Revolução de 1923, entendendo ser mais um dos vários “coronéis” regionais surgidos no período e que lideravam determinado grupo de rebeldes. Razões para tal confusão não faltam, além de estudos, é claro. Temos um único estudo sobre este movimento. Trata-se de um trabalho de conclusão de curso realizado por uma acadêmica do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul. As primeiras referências ao Gaudêncio dos Santos encontramos nas obras dos primeiros estudiosos (basicamente, autodidatas) sobre Erechim. Esses fizeram um registro do que ocorria na região a partir do que vivenciavam e ouviam. Assim, segundo Ducatti Neto (1981, p. 138):

[...] em 1926, pelo que sabemos, havia três grupos de bandoleiros operando no município de Erechim: um destes grupos, ao mando de Gaudêncio dos Santos, operava na região de São Valentim; outro chefiado por João Inácio, na zona de Lajeado Grande, e ainda um terceiro grupo sob as ordens de José Calegari, operava na região de Monte Alegre e Rio Carolina.

Observa-se que Erechim vivenciou um período de intensa disputa política e intensos conflitos sociais. Num único período, é necessário enfrentar três grupos de “bandoleiros”, enfrentamentos estes de responsabilidade do poder público. Contudo, sabemos que estes não eram os únicos movimentos comandados por “bandoleiros”. Em 1923, a Jewish Colonization Association enfrenta a ocupação de seu latifúndio pelos chamados nacionais ou caboclos em busca de terras.

Os locais ocupados pelos “bandoleiros”, conforme Duccatti Neto (1981), ficavam relativamente próximos uns dos outros e, na época, a região era coberta por mata fechada, o que facilitava o deslocamento no enfrentamento com seus perseguidores e construía suas moradas nas regiões extremamente acidentadas e de difícil acesso. Da mesma forma, é importante destacar que essas áreas em disputa eram limítrofes ao latifúndio da Jewish.

A luta política era expressa entre os adeptos de Borges de Medeiros e de Assis Brasil na região e pela tomada da cidade de Erechim pelas forças maragatas em março de 1923. Segundo Bruna Baldin (2017), a passagem dos assististas e borgistas pela região do Alto Uruguai se caracterizava por bandos de homens armados, que se perseguiram uns aos outros e que foram se espalhando até a Região do Tapir, como efeito da continuação do movimento revolucio-

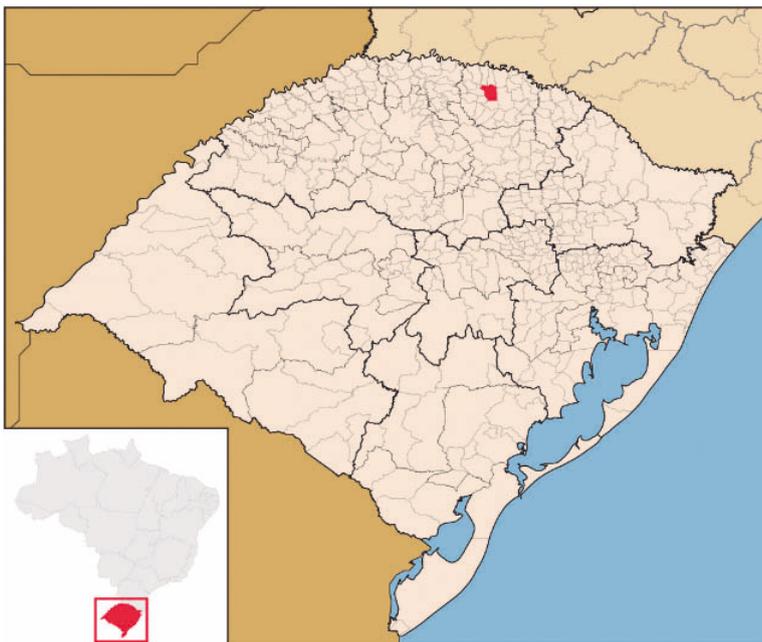
nário e com a conflagração da região nos anos de 1923 e 1924.

Na obra *O Combate no Desvio Giareta: Revolução de 1923*, de autoria dos erechinenses Menegatti e Carraro (2002), estudiosos autodidatas da história regional, destaca-se a tomada de Boa Vista do Erechim pelos maragatos. “O General Portinho, que invadiu o Estado pelo Pinhal, município de Lagoa Vermelha, estava acompanhado de sua tropa – 700/800 homens” (MENEGATTI; CARRARO, 2002, p. 18). Valendo-se de um número expressivo de homens, as tropas se movimentavam para outros lugares, inclusive por uma questão estratégica. Quatro Irmãos, Capo-Erê e Nono-ai eram frequentemente visitados.

Segundo Menegatti e Carraro (2002), em 12 de março de 1923, Portinho tomou a cidade de Erechim, dando liberdade a 13 presos da cadeia pública, prendendo os policiais na própria cadeia e apreendendo o armamento; após um período de grande agitação, pelo fato de as tropas maragatas estarem se hospedando na região, no dia 12 de abril de 1923, ocorre a nomeação do maragato Themístocles Celso Ochoa como administrador da cidade. Seu mandado trouxe satisfação tanto para maragatos como para chimangos, tendo fim em 18 de setembro de 1923. Entretanto, esse fato não estava agradando Borges de Medeiros, que, obviamente, não via com simpatia a cidade sendo administrada por seus opositores, os maragatos. Assim é que assina o decreto de emancipação de Erechim e determina, ao general Firmينو de Paula, “a retomada da cidade” (MENEGATTI; CARRARO, 2002, p. 20).

O povoamento do hoje município de Barão de Cotegipe (Figura 2), no qual se instalaram Gaudêncio dos Santos e seus “bandoleiros”, iniciou em 1911, com a chegada dos primeiros poloneses. Na época, a localidade recebia o nome de Povoado Floresta e compreendia 16 colônias. Já em 1917, iniciou-se a demarcação de terras, elevando o povoado à categoria de Vila Floresta. Cada novo morador tinha de abrir espaço na mata, utilizando foices, enxadas, fazendo roça e plantando para sua subsistência.

Figura 2 – Mapa: localização de Barão de Cotegipe no Rio Grande do Sul



Fonte: Wikipedia.⁴

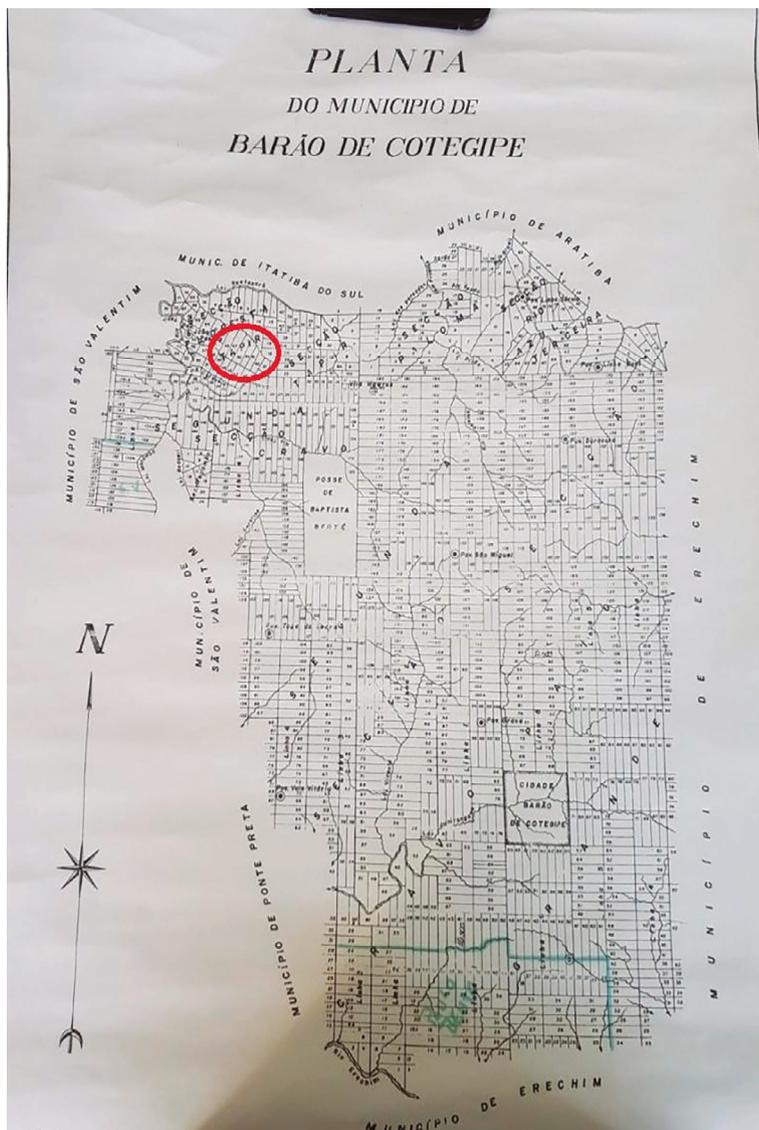
⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bar%C3%A3o_de_Cotegipe#/media/Ficheiro:Locator_map_of_Bar%C3%A3o_de_Cotegipe_in_Rio_Grande_do_Sul.svg. Acesso em: 05 set. 2019.

Sobre a Região do Tapir, na qual se encontrava, em 1923, o grupo liderado por Gaudêncio dos Santos, Bruna Baldin (2017) afirma que se localiza no município de Barão de Cotegipe, distante aproximadamente 18 quilômetros do centro da cidade e 40 quilômetros de Erechim. No ano de 1914, iniciou-se o povoamento do Tapir, conhecido por relevo extremamente acidentado, mata fechada e alguns moradores. Situa-se ao norte do município de Barão de Cotegipe, fazendo divisa com Itatiba do Sul, ao norte com o município de São Valentim, mais a oeste com o Rio Guataparã e o Lambedor. É um local montanhoso, pedregoso e, conseqüentemente, de difícil cultivo. Ainda conforme a autora, as terras não eram escrituradas, documentadas, o que evidencia o problema da legalidade na posse da terra. Dessa maneira, o Tapir (Figura 3) se constituiu como uma válvula de escape, com mistérios e segredos por detrás de uma mata fechada e de uma natureza deslumbrante, que, por algum tempo, foi palco de conflitos envolvendo duas forças opositoras: de um lado, o grupo liderado por Gaudêncio dos Santos, os maragatos; e, do outro, a Força do Governo, os chimangos. O padre Benjamim Busata (1968, p. 20), um dos pioneiros no registro da história da região de Erechim, escreve:

[...] de repente o Tapir ficou sendo o reduto armado inquietando e assustando a região toda. E estradas para entrar no Tapir? Só trilhos. Trilhos tipo labirinto. E imensa mata, alevantada, em faixa larga, cobrindo precipícios e sangas com poucos e difíceis váus. Existia, porém, uma corrente ininterrupta de pombeiros levando e trazendo notícias. Tapir era um acampamento misterioso, sinistro, perigoso.

Os judeus e os “bandoleiros”: a intrusão e os conflitos pela terra no norte do...

Figura 3 – Planta do município de Barão de Cotegipe com destaque para a região do Tapir



Fonte: Baldin (2017, p. 37).

Quatro anos após a Revolução de 1923, isto é, em 1927, o principal jornal do estado do Rio Grande do Sul, o *Diário de Notícias*, informa que os companheiros de Gaudêncio dos Santos são prisioneiros no Tapir e colaboram na construção das obras públicas, no caso das estradas. Não encontramos nenhuma outra referência ao fato de o grupo de rebeldes estabelecidos no Tapir serem prisioneiros naquele momento, a não ser que consideremos a condição deles de prisioneiros durante todo o período de disputa entre chimangos e maragatos e, posteriormente, opositores do governo municipal de Erechim. Segundo o jornal *Diário de Notícias* (1927, n. 35):

[...] os prisioneiros rebeldes trabalham em Tapyr, na construção da estrada de rodagem por ordem do Comando do 30º corpo auxiliar da Brigada Militar, sendo obrigados a esse serviço [...] o major Marcos Bandeiras, Comandante do 30º corpo auxiliar, o que estava com o seu batalhão acampado em Tapyr, aproveitou os serviços dos rebeldes que se apresentavam, para fazer a construção de estradas, independente do pagamento.

Em *Meu Erechim Cinquentão*, obra do Padre Busata, encontramos uma descrição de Gaudêncio dos Santos feita pelo padre Benjamim Busata. É a única descrição que encontramos. Os autores que fazem referência ao conflito do Tapir têm publicações posteriores. Segundo Busata (1968, p. 21):

Gaudêncio era de estatura reforçada, amorenado, com barba pouca e rala, cabelo preto, liso. Devia ser descendente da nossa índiada charrua. Olhar vivo, esperto, sempre desconfiado, enxergando tudo, possuía visão fulminante do que se passava ao redor. Num golpe de vista penetrava no fundo da alma de quem se aproximasse. Sabia

qualquer coisa de escrita e contas. E era inteligente. Não era de índole má. Não tolerava absolutamente o crime, nem a injustiça. Um buenacho enérgico. Sabia mandar e determinar. O ótimo serviço de patrulha de observação nos pontos mais indicados prova a capacidade de comando. Seu braço direito era Laudelino, irmão mais novo, solteiro. Mais delgado, de movimentos rapidíssimos, audaz e calmo ao mesmo tempo.

Se a luta de Gaudêncio dos Santos e seus “asseclas” é confundida com a dos “coronéis” da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, pelos poucos autores que estudaram a Revolução de 1923 em Erechim, é compreensível, dado que ninguém, exceto Bruna Baldin (2017), dedicou-se ao estudo de tal movimento. Porém, temos indícios de que a luta de Gaudêncio fora maior, pois insere-se no mesmo grupo do Capitão Belo, do João Inácio, isto é, na luta pela terra. É o próprio Gaudêncio quem nos diz, na carta que escreveu em 6 de fevereiro de 1926 aos coronéis Pedro Pinto de Souza, João Cancio Bastos e Theodoro Silveira e ao Dr. Amynthas Maciel:

[...] sou forçado a vir a presença dos dignos amigos, por motivos que muito interessam a união e a concordia do povo de Erechim, mesmo para evitar explorações que se fazem em torno do meu obscuro nome e de humildes companheiros. Já disse uma vez quando aqui veio o dr. Amynthas Maciel, que ficávamos certos de não sermos mais perseguidos, e que a minha força se ia dissolver, sem outra preocupação, de todos os seus membros, do que a volta ao trabalho e ao lar. Infelizmente, não podemos vive ainda sem alguma cautella e por isso nos conservamos mais ou menos aproximados. A nossa gratidão pelo govêrno é grande, porque afinal, além das garantias que elle nos prometeu, entregou-nos terras onde pudéssemos nos entregar ao trabalho agrícola (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1926, p. 6).

É claro que a questão da segurança de seu grupo preocupava Gaudêncio, bem como as calúnias em torno dele. Gaudêncio confiava nas autoridades municipais, acreditava que cumpririam o acordo feito. Ele era grato por terem destinado terra para que nela trabalhassem e produzissem. Gaudêncio prossegue, dizendo que:

[...] depois do acordo que, por intermédio do dr. Amynthas, fizemos com o coronel Travassos, jamais pensamos em alterar a ordem e é completamente mentira que tivéssemos dito que não respeitaríamos as autoridades, porque isso seria em prejuízo nosso, visto que teríamos de abandonar as terras que o governo nos cedeu, e nas quais temos fixado residência (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1926, p. 6).

Tanto cumpriu com o acordo feito que, ao noticiar a morte de Gaudêncio, o jornal *Diário de Notícias* entendeu como traição o assassinato do líder rebelde em março de 1926. O acordo que Gaudêncio havia feito com o 6º Corpo Auxiliar fora rompido pelo 30º, uma vez que o 6º retornou a Passo Fundo. O *Diário de Notícias* (1927, n. 33) noticiou:

[...] quando foi das negociações: entre o tenente-coronel Travassos Alves, então comandante do sub-sector, e Gaudêncio dos Santos, este comprometeu-se a não mais pegar em armas contra o governo, recebendo, como recompensa, terras para serem povoadas. Gaudêncio começou a povoar as collonias que lhe haviam sido cedidas, porém logo em seguida elementos do 30º ou a elle ligados, começaram a provocar distúrbios em Tapyr com o intuito de demonstrar ao Governo que Gaudêncio continuava em armas, rompendo assim, o pacto que fizera.

Sentindo-se ameaçado e inseguro, Gaudêncio resolve pegar em armas outra vez. De acordo com as notícias, Gaudêncio manda seu filho de nome João solicitar ao 6º Corpo Auxiliar uma garantia para que pudesse se apresentar em dia, hora e local marcado, a fim de entregar as armas ao governo e também para circular livremente na zona militar, uma vez que estes iriam depor as armas. Prossegue a notícia:

[...] iam Gaudêncio e sua gente de confiança pela estrada de Boa Vista com o fim de se apresentar quando foram surpreendidos no lugar denominado Lageado do Laço por uma patrulha do 30º corpo auxiliar, comandado pelo oficial Manoel Patrício. Foram aí todos presos e, depois de lhes serem tirados os revolvers, únicas armas que possuíam, foram amarrados aos cavalos e, então interrogados. Perguntaram a Gaudêncio onde estava sua família. O ex-chefe revolucionário respondeu que estavam em Vaca Branca, mas que fossem busca-la com cautela [...]. Ouvindo isso, o comandante da patrulha mandou que Gaudêncio e seus companheiros, amarrados como estavam aos cavallos, se afastassem um pouco, no que foi obedecido. Em seguida o piquete estendeu linha e preparou as armas para o fuzilamento: Em face dessa attitude da força, Gaudêncio gritou: Não me façam isso: estou garantindo por um passaporte do 6º [Corpo Auxiliar] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1927, n. 33).

Até o ano 2004, restava no Tapir um único documento material do conflito desencadeado: uma cruz do chamado Cemitério do Combate (Figura 4). Não sabemos se Gaudêncio fora ali enterrado, mas o local passou a ser usado pelas comunidades próximas. Um morador das terras em que fica o cemitério relata o seguinte em entrevista:

[...] esse lugar onde ficava o Cemitério era tudo nosso. Mas fazem alguns anos que a gente vendeu. O cemitério era tudo cercado, ele era completo. Cercado de arrame farpado. Ele era grande mais ou menos de 30 por 25 metros. Então enquanto a terra era nossa, a gente não mexeu no Cemitério. Na época nossa, nos tinha plantado grama, porque tinha um cipó que invadia o cemitério então para preservar e não deixar o cipó tomar conta, a gente plantou grama. Mas depois quando a gente vendeu a terra, o comprador destruiu e fez lavoura, começou a plantar. O Cemitério era bem cuidado. Tinha flor. Era enterrado na terra com as valas. Só que tinha gente que não era do combate. Tinha de outras pessoas, não só do combate (BALDIN, 2017, p. 12).

Figura 4 – Cemitério do Combate em 2004



Fonte: Baldin (2017).

b) João Inácio e seu “bando”

João Inácio tornou-se paradigmático no final da década de 1920, na questão da intrusão e na luta pela terra junto à ICA e ao seu entorno, em particular na Fazenda Sarandi. Vários estudiosos da Colônia Erechim o referencia-

ram.⁵ Até o ano de 1927, quando foi apresentado ao coronel Candido Pinheiro Barcellos, João Inácio era desconhecido. Em entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 17 de novembro de 1929, João Inácio contou algo de sua história como intruso. Ele começou contando de onde veio:

[...] morávamos na colônia Sarandy, e tendo, em 1923, explodido a revolução, para não aderirmos, fomos, aos poucos, nos retirando até que em 1924 viemos para o município de Boa Vista do Erechim, onde ficamos 8 famílias, morando. Tratamos logo de nos colocar, e para isso nos instalamos em terras pertencentes a uns judeus, e arrendadas, posteriormente à nossa chegada, a João Pedro Barbosa, vindo de Lagoa Vermelha (CORREIO DO POVO, 1929, p. 6).

Já falamos algo sobre a Fazenda Sarandi e a presença de caboclos em seu interior, bem como os conflitos durante a Revolta de 1923 e a tentativa de colonização do latifúndio. João Inácio diz que foi se afastando da Fazenda Sarandi para não tomar parte na revolução de 1923, saindo definitivamente em 1924, ano em que, de acordo com Rückert (1997, p, 132), os caboclos foram expulsos com grande violência e alto índice de mortandade, “[...] sendo costume levar à sede da companhia – em Sarandi – as orelhas dos caboclos assassinados, trabalho que é recompensado pelo número de pares de orelhas cortadas”.

⁵ João Frainer; Chico Tasso – pseudônimo do Pe. Benjamin Busata; Juares Miguel Illa Font; Antônio Ducatti Neto. Ernesto Cassol escreveu um artigo para a revista *Destaque*, em 1981, intitulado “Tapir e Vau feio – a definitiva expulsão do posseiro”, tratando especificamente desse tema.

É importante ter presente que, no início da década de 1920, principalmente durante os eventos da Revolução de 1923, a pecha de “bandoleiros” recaiu sobre muitos dos elementos revolucionários sul-rio-grandenses que se levantaram em oposição à perpetuação de Antonio Augusto Borges de Medeiros na Presidência do estado do Rio Grande do Sul, eleito para o quarto pleito seguido, em 1922 (TEDESCO; CARON, 2012). Os descontentamentos com a política estadual englobavam uma série de reivindicações de diversos revolucionários, bem como a diversidade daqueles que fizeram oposição armada às forças da Brigada Militar.

Em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, João Inácio revela informações que são importantes para se compreender a posterior ação que iria desempenhar: vieram em famílias (oito famílias) e se instalaram *em terras pertencentes a uns judeus, e que posteriormente foram arrendadas* (CORREIO DO POVO, 1929, p. 6). Essas informações são também encontradas no arquivo particular organizado por Aldo Castro. Neste arquivo, encontra-se um memorial enviado ao presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas, em 27 de dezembro de 1928, o qual diz que João Inácio ocupava desde muito tempo as terras na Fazenda Quatro Irmãos, *com o consentimento tácito da Companhia*. Implica dizer, então, que, após sair da Fazenda Sarandi em 1924, João Inácio foi se estabelecer na região do Vau Feio, ocupando também terras pertencentes à Jewish Colonization Association. É importante pontuar que a região denominada Vau Feio foi limítrofe da Fazenda Quatro Irmãos (TEDESCO; CARON, 2012).

Um jornal do Rio de Janeiro, em setembro de 1927, denunciava a presença de bandoleiros no norte do Rio Grande do Sul, chefiados “por um tal João Inácio”. Descrevia o jornal que batalhões da Brigada do estado foram designadas para Erechim, para a região do Vau Feio, na qual se encontravam, “[...] embrenhados nas matas, 9 homens e 3 rapazes, com 22 mulheres e 20 crianças. O grupo obedecia à chefia de João Inácio”, e o jornal ainda dava ênfase ao trabalho de controle dos conflitos pela terra do governador Borges de Medeiros (O JORNAL, 1927, p. 32).

Em dezembro de 1928, teve início o envio de tropas da Brigada Militar (Figura 5), a fim de debelarem o grupo de desordeiros, os quais, constantemente, invadiam a “Fazenda dos Judeus”, saqueavam, montavam acampamento e amedrontavam os colonos e a direção da ICA. A repressão a esses indivíduos pretendia ser exemplar:

[...] nestes últimos dias agravou-se a situação do município de Erechim. O grupo de bandoleiros referidos no telegrama acima renovaram as suas incursões pelo município, tendo assaltado a Fazenda Quatro Irmãos. Em vista disso, a chefia do Estado tomou enérgicas providências para restabelecer a tranquilidade em Erechim. Assim é que ontem seguiu desta capital, em trem especial para Erechim, um contingente de Brigada Militar composto de 103 praças, sendo 48 do grupo de metralhadoras. Comandando essa força especial, seguiu o capitão Annibal Kintznel. A oficialidade foi composta dos tenentes Alberto Barcellos, Anato Feio, Tácito dos Santos, Aureliano Gomes e Hugo Belenzanni. De outros pontos do Estado tem também seguido para Erechim, forças da Brigada (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1928, não paginado).

Figura 5 – João Inácio (sentado em frente, ao centro, com indicação) na região do Vau Feio, norte do RS, por ocasião de sua apresentação ao 2º Batalhão de Infantaria, agosto de 1927



Fonte: Arquivo Particular Castro, Erechim, RS.

A referência mais contundente ao nome de João Inácio surge no jornal *Correio do Povo*, de 14 de dezembro de 1928. A notícia diz que o grupo era formado de “[...] mais de cem homens, bem armados e municiados [...]” (CORREIO DO POVO, 1928, p. 8). O jornal *A Federação*, órgão do governo do estado, demonizava a figura e o “bando” do João Inácio. Várias matérias de 1928 foram estampadas nesse sentido. Em uma dessas, dizia o jornal:

João Inácio, ex-revolucionário, nos últimos tempos vem praticando saques, depredações e assassinatos [...]. O bando de fascinosas compõe-se de 19 homens conhecidos e outros desconhecidos; infestam o lugar denominado Vau Feio (A FEDERAÇÃO, 1928, p. 6).

O jornal *A Manhã*, também do Rio de Janeiro, em dezembro de 1928, estampava uma notícia dando ênfase

Os judeus e os “bandoleiros”: a intrusão e os conflitos pela terra no norte do...

à forte presença militar na região de Erechim, para dar “um choque mortal na pirataria”, a qual, segundo a mesma matéria, “[...] anda empestada por bandoleiros, tão ferozes que estão a despovoar a região. [...] eles conturbam villas, campos e lavouras” (A MANHÃ, 1928, p. 2). Coronéis da região norte do estado também enviavam correspondências ao governador do estado informando a presença do grupo do João Inácio e pedindo providências para que não ocorressem conflitos com proprietários de terra na região (Figura 6).

Figura 6 – Telegrama da Brigada Militar a Oswaldo Aranha sobre a existência de bandidos relacionados com João Inácio nas margens do Rio Erechim, Boa Vista do Erechim



Fonte: Telegrama de Vazulmiro Dutra a Getúlio Vargas, Palmeira das Missões (1929).

No início de 1929, a situação continuava tensa e problemática no interior da ICA. O jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, que veiculava constantemente notícias sobre ela,

em 17 de janeiro de 1929, continuou trazendo notícias sobre os intrusos em Quatro Irmãos: “Continuam os salteadores a agir em Quatro Irmãos”. O artigo do jornal afirmava que o alvo dos salteadores era, então, os capatazes da fazenda e funcionários da ICA. Acusavam a municipalidade de Erechim de nada estar fazendo para solucionar o problema e asseveravam que iriam novamente se dirigir ao governo do Estado (O NACIONAL, 1929, não paginado).

Há um amplo acervo de correspondências de comandantes da Brigada Militar de Erechim enviadas ao comando geral de Porto Alegre informando sobre as ações dos “bandoleiros” no norte do estado, em particular, no já informado Vau Feio. O ofício a seguir é expressivo dessa questão (OFÍCIO, 1930) sobre operações efetuadas pelas forças de repressão, baixas de soldados, proteção a fazendas da região, etc., fato esse que revela amplo envolvimento de destacamentos da Brigada na região, bem como o conflito instituído com o grupo do João Inácio.

A partir de 1930, a esfera pública passou a mediar negociações que visavam garantir a retirada de João Inácio e sua gente do Vau Feio (Figura 7). A “pacificação” do Vau Feio implicou a saída de João Inácio e sua gente das terras que ocupavam. O acordo firmado com o major Leopoldino Silva e também com o coronel Candido Barcellos, em consonância com o governo do Estado, fizera com que o bando de João Inácio fosse se estabelecer na colônia de Santa Rosa (TEDESCO; CARON, 2012). Quando indagado se estava satisfeito de estar instalado na colônia Santa Rosa, João Inácio respondeu:

[...] a proposta do coronel Barcellos de parte do governo veio ao encontro dos nossos desejos: saímos daí para outro ponto do estado. O armamento, assim como a munição que possuíamos, entregamos a essa autoridade no mesmo dia. Estou satisfeito em vir para Santa Rosa, depois aqui há mais caboclos e é nesse meio que nós estamos bem. Si ficássemos onde estávamos, as perseguições continuavam e a luta por certo teria também que continuar (A MANHÃ, 1928, p. 2).

Figura 7 – Ofício do capitão João Scherer

URGENTE

CAPITÃO JOÃO SCHERER
BOA VISTA DO ERECHIM

- Accusando recebimento vossa comunicação referente ataque bandoleiros, muito lamento factu occorrido com bravos ca maradas cabo Fagundes, soldado Freitas que, immediatamen te, mandei promover conforme pedistes, lamentando também ferimentos recebidos outros valentes camaradas. Relati- vo insucesso inevitavel na difficil conjuntura em que vos achastes não diminuiu valor operação emprehendida, pondo mais uma vez em evidencia vosso valor e capacidade militares. Acceitae, pois, expressão applausos vossa actuação.

Vou levar caso conhecimento Governo, afim providenciar sobre vosso recolhimento com pessoal, respectiva substi- tuição. Enquanto são tomadas essas providências procura- reis amparar contingentes vaqueanos para que não se tor- nem victimas alguma cilada bandoleiros.

Cordiaes saudações

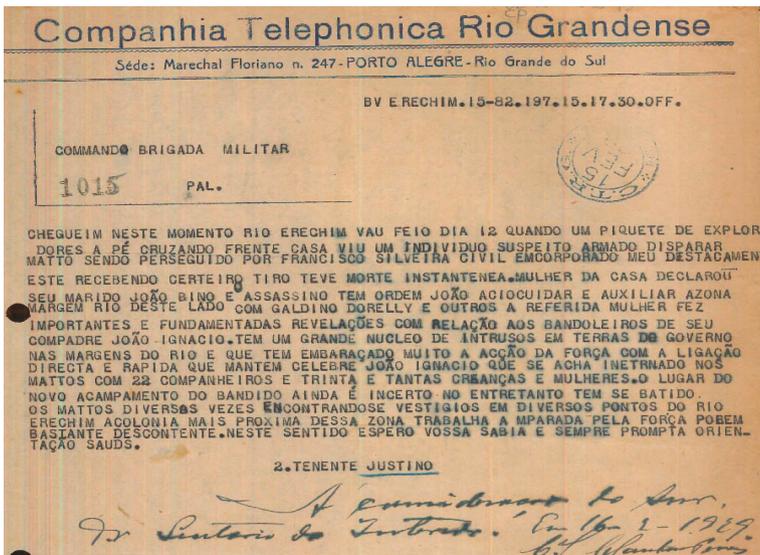
Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Osvaldo Aranha.

João Inácio já saiu de cena na região, não obstante ter sido o pioneiro na luta pela terra no interior dos projetos de colonização e na categorização externa do *ser intruso*. Na realidade, João Inácio revelou-se um líder camponês,

que lutou em prol da obtenção da propriedade da terra no interior da ICA, entre 1927 e 1930.

O referido líder organizou uma milícia armada (Figura 8) para invadir a referida fazenda, porém, em muitas das suas investidas, foi reprimido pelas forças militares e da própria colônia de judeus. Sua luta revela e condensa um amplo processo histórico de exclusão e marginalização dos pequenos camponeses no norte do Rio Grande do Sul, em razão das várias formas de colonização pública e privada da terra. Suas ações expressam contraposição e revolta à exclusão e, ao mesmo tempo, o desejo de ser incorporado na nova dinâmica de configuração da terra que se desenhou nas primeiras décadas do século XX no sul do Brasil.

Figura 8 – Telegrama do Comando da Brigada Militar enviado a Osvaldo Aranha



Fonte: Telegrama do 2º tenente Justino, do Comando da Brigada Militar, enviado a Osvaldo Aranha, Secretário do Interior do Rio Grande do Sul (1929).

c) Capitão Belo e seus “asseclas”

Da mesma forma que João Inácio e seu bando, o Capitão Belo e seus “asseclas” também foram vítimas de uma estrutura fundiária profundamente desigual. A luta de ambos contra tal exclusão ocorre no mesmo latifúndio e contra ele, separados apenas temporalmente. O primeiro na década de 1920, portanto, nos anos iniciais da presença da Jewish Colonization Association na Fazenda Quatro Irmãos, período que sofre contestação de posse dos mais de 98 mil hectares de sua propriedade. Capitão Belo se faz presente no final da década de 1940, momento em que a Jewish inicia a exploração florestal da Fazenda Quatro Irmãos.

Como demonstrado, esses não são os únicos conflitos pela terra ocorridos no latifúndio da Jewish, mas, sem dúvida, são os mais conhecidos. Se João Inácio é um excluído da Fazenda Sarandy, a origem do Capitão Belo, assim como seu destino após a Quatro Irmãos, ainda é desconhecida. Diferentemente da ocupação realizada por João Inácio, a do Capitão Belo recebe amplo destaque no principal jornal do Rio Grande do Sul, que envia um repórter ao local com o objetivo de acompanhar o desenrolar do conflito (conforme matéria apresentada na Figura 9). A ampla divulgação em torno do “Capitão Belo e de seus asseclas” na Fazenda Quatro Irmãos deve-se às discussões ocorridas na Assembleia Legislativa em torno da questão.

Figura 9 – Matéria jornalística enfatizando o “terror” estabelecido pelo Capitão Belo



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre (1949, p. 4).

As discussões desencadeadas na Assembleia Legislativa devem-se à proposição do deputado estadual Guido Giacomazzi, morador do município de Getúlio Vargas, emancipado de Erechim no ano de 1934, tendo em seu território terras do latifúndio da Jewish Colonization Association, portanto vizinho da companhia e conhecedor dos conflitos lá vivenciados. A intencionalidade da proposição do deputado era a de que a ICA fosse responsabilizada pela não ocupação de seu latifúndio, ou seja, pelo baixo assentamento de imigrantes judeus. Após muitas discussões em torno da atuação da Jewish Colonization Association na Fazenda Quatro Irmãos, tendo no deputado Guido Giacomazzi um dos principais críticos da companhia, é proposta a desapropriação

da área intrusada. Referindo-se ao fato de que a principal causa do malogro ocorrido com o primeiro grupo colonizado pela ICA em Quatro Irmãos residia no fato de os israelitas terem sido instalados em terras de campo, o deputado Guido Giacomazzi dizia, em junho de 1949, que:

[...] é realmente de estranhar que numa enorme extensão de terras, onde há todo tipo de solo, onde se encontram terras de cultura e terras estéreis, uma empresa tão poderosa que dispunha de tantos recursos, devendo por isso, determinar com todo acerto, a localização dos israelitas, é de estranhar que esta empresa os localizasse nas terras improdutivas, nos campos, desinteressando-se por completo de atraí-los para as terras de cultura, onde domina a mata virgem (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1949, p. 608).

Apesar da avaliação do deputado Giacomazzi nos Anais do ano de 1949, encontramos o seguinte registro sobre a ocupação liderada pelo Capitão Belo:

[...] esta nova ocupação da Fazenda Quatro Irmãos fora comandada por José da Rosa Sutil, conhecido como o “Capitão Belo”. Segundo a Companhia ele recebia ordens de antigos arrendatários, cujo contrato fora rescindido pela Companhia. Nos Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de julho de 1949, encontramos uma breve descrição do objetivo do “Capitão Belo”. O “Capitão Belo” propagava a distribuição gratuita dos terrenos ocupados, pois dizia “que a terra por ele e seu bando ocupada não é ‘bem legal’ ou que o registro está viciado. É, portanto posse duvidosa e, como tal, é terra ‘de todos’ que deve ser partilhada entre os atuais ocupantes. Mas, admite, também, que é terra particular que ao Estado cabe desapropriar ou comprar para distribuir ou vender ‘baratinho’, sem prazo e sem quotas determinadas de pagamento (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1949, p. 531).

As matérias do jornal *Diário de Notícias* e as discussões desencadeadas na Assembleia Legislativa ocorriam no sentido oposto aos argumentos do deputado Giacomazzi. A tônica das reportagens foi sempre a de descaracterizar a luta dos ocupantes e marcá-los como “intrusos”. O mesmo que vemos nos registros da “Casa do Povo”. No longo texto do jornal, entre outras afirmações, encontramos:

[...] é preciso atentar, lucidamente, para os perigos que carregam em seu bojo casos como este do intrusamento da “Fazenda Quatro Irmãos”. Os ajuntamentos armados em torno das ilusões de um pretensão direito à terra como este que estamos focando, são bem íncubo dos “contestados” e dos “canudos”, cujos capítulos finais são sempre escritos com sangue, se o mal não for atalhado tempestivamente. Cumpre não esquecer que, além do desassossego e das agitações que está provocando numa ampla região, tradicionalmente dedicada ao trabalho pacífico e fecundo, este gigantesco instrumento e todos os casos similares, interessam a própria ordem social, pois aberto o precedente, sem o mediato e mais enérgico corretivo, outras propriedades serão invadidas e ocupadas por aventureiros e “profiteurs”. Não se pode deixar de notar que a invasão ocorreu em propriedade sobre a qual o titular manteve, sempre, posse mansa e pacífica, sem sofrer turbacão até maio do ano passado, e sem que existam ali divisas duvidosas, ou litígios com quaisquer confrontações (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1949, p. 14).

Godoy Ilha, também representante da região, integra a referida comissão. Após estudo sobre a possível desapropriação da área “intrusada”, a comissão entende que ela não é viável, porque abriria precedentes a outros ocupantes, de modo que a desapropriação se tornaria demasiadamente onerosa ao Estado. Dessa forma, a área “intrusada”, também conhecida como “sequestrada” e pertencente ao

município de Getúlio Vargas, tem sua desapropriação recusada. Argumenta a comissão que:

[...] o alto valor da terra no local determinaria a desapropriação por elevado preço, o qual, somado às custas, etc., oneraria demasiadamente o Estado. Além disto, abrir-se-ia um perigoso precedente: imediatamente, do dia para a noite, nova área seria intrusada para foçar o Governo do Estado a novas desapropriações, e assim, até a desapropriação de toda a área da fazenda, bem como das propriedades vizinhas (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1949, não paginado).

A comissão entendeu também que a venda dos terrenos deveria ser feita diretamente pela companhia, o que evitaria a burocracia estatal e a conseqüente morosidade no encaminhamento da questão, e não oneraria os cofres do Estado. Além disso, comprometeria os envolvidos na solução do problema: a companhia, o governo do Estado e os “intrusantes”. Sentencia-se que a Companhia proprietária da terra se obriga a medir, lotear, demarcar e vender toda a área disponível e aproveitável para lavoura e criação, sob preços e prazos razoáveis aos ocupantes que dispusessem de condições financeiras ou credenciais para garantir o pagamento a prazo.

Na reportagem do dia 29 de junho de 1949, o *Diário de Notícias* circulava com a seguinte manchete de capa: “Cumprindo as finalidades da imprensa moderna: em face da campanha do *Diário de Notícias*, resolveram retirar-se da serra do Facão os intrusos do Capitão Belo” (Figura 10). No corpo do texto, afirmava-se:

[...] as reportagens do Diário de notícias sobre a tensa situação existente na Serra do Facão constituíram fator decisivo na solução do caso. Lida aos chefes dos intrusos reunidos em assembleia no arraial do 'Capitão Belo', os nossos repórteres persuadiram os mais cordatos a se retirarem do local para as terras que lhes foram oferecidas pelo governo do Estado por intermédio da Secretaria da Agricultura, nos municípios de Iraí e Três Passos. Com a defecção da massa dos intrusos e dos muitos dos lugares-tenentes de José da Rosa Sutil, partiu-se a espinha dorsal da organização armada que o 'Capitão Belo' criara a fim de oferecer resistência cruenta as autoridades incumbidas de executarem a sentença do despejo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1949, p. 16).

Figura 10 – Retirada dos “intrusos” da Fazenda Quatro Irmãos

FOI BRIO MAR
o pelo nome do sr. os três
rrosa Lima Sobrinho e
são, restaria apenas
s, Dr. Mário Mangabeira,
tudo político, visando
para a sucessão por-
partidos, visando para
nacionais o sr. Paulo
limitados a favor dos
fim de completamento
são de São Paulo para
em que se falará mais
ta que encerramos a se-

ARIDIDADE
CHERER
DE NOTÍCIAS
o período anual de seca
sustentada para, sem in-
terrompida a distribuição de
alimento no trabalho de
da guerra. Desastrosos
são logo após a colheita
são os agricultores im-
são os agricultores, ve-
tagias)

**CHRISLER CO.,
QUE O BRASIL
SAS POR DIA**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
ANO XXIV - P. ALEGRE, 14-FEVER, 1949 - PAG. 16

**EM FACE DA CAMPANHA DO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», RESOLVERAM
RETIRAR-SE DA SERRA DO FAÇÃO OS INTRUSOS DO CAPITÃO BELO**

Cumprindo as finalidades da imprensa moderna

João da Rosa Sutil, "capitão Belo", o chefe dos intrusos que sobreviveu "na Serra do Facão, arma sua posse (inter) e controla, sempre
derradeira tentativa para que restitua a Serra do Facão. Os intrusos, "rebelados pelo momento social e es-
clarecidos do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, não tinham a mais de 200 habitantes para o campo armado e o qual tinha o "capitão Belo". Ademais como se se
na diligência e rapidez na tomada de posse do terreno não haviam realizado um apertado cerco em torno do arraial.

João da Rosa Sutil, chefe dos intrusos, sendo os intrusos transportados para Iraí | João da Rosa Sutil, chefe dos intrusos, sendo os intrusos transportados para Iraí

Fonte: Diário de Notícias (1949, p. 3).

Aproximadamente 70 famílias dos intrusos foram instaladas nas terras do Estado, sendo os lotes demarcados: 10 em Tenente Portela, município de Três Passos, e 10

na Volta D. José, costa do Rio Uruguai, município de Iraí, todos na jurisdição da Inspetoria de Terras do Norte; 20 lotes no município de Erechim, jurisdição da Inspetoria de Terras do Nordeste. Porém, aproximadamente 100 famílias ficaram desabrigadas. A solução para estas ocorre somente após o deputado Guido Giacomazzi ter visitado a região e pedido que o governo do Estado tomasse providências. Só depois disso é que o governador vai em busca de novas terras nos municípios de Três Passos e Iraí.

[...] há pouco estiveram na região chamada de ‘Novo Contestado’ o Dr. Jorcely, ilustre juiz de Direito, o Deputado Guido Giacomazzi, e o Sr. Plácido Scussel, prefeito Municipal, acompanhados de figuras destacadas de Getúlio Vargas a fim de tomarem parte de uma importante reunião de ‘sequestra’ na Fazenda Quatro Irmãos de propriedade da ICA (A VOZ DA SERRA, 1949, p. 6)

Nesse contexto, alguns jornais da capital falaram sobre esse delicado assunto, tendo mesmo o *Diário de Notícias* afirmado que tudo estava sendo resolvido amigavelmente, tendo a ICA fornecido a condução para levar toda a gente para as terras oferecidas pelo governo do Estado nos municípios de Palmeira das Missões e Iraí. Entretanto, tal afirmativa não corresponde à verdade. “Existem completamente deseparadas algumas famílias no relento e outras recolhidas por piedade por moradores daquela zona e abrigados em modestas choupanas” (DIÁRIO DE NOTÍCIA, 1949, p. 16).

As notícias dos jornais sobre a solução encontrada pelo governo do Estado para a instalação dos intrusos da Fazenda Quatro Irmãos e as discussões na Assembleia Legislativa encerram por aqui. Aliás, o *Diário de Notícias* assume inteira responsabilidade na resolução do problema:

[...] [na] madrugada de quinta-feira última, o destacamento da Brigada Militar enviado ao local, sob o comando do tenente Aquino, estendeu um círculo de aço em torno do arraial do ‘capitão Belo’ e seus principais asceclas [sic], de vez que os demais já haviam voltado à razão, em consequência das reportagens do Diário de Notícias, que lhes haviam sido lidas (DIÁRIO DE NOTÍCIA, 1949, p. 16).

Segundo o mesmo jornal, o Capitão Belo recusou-se a ir para as terras do Iraí, ofertadas pelo Estado. Ficou nas proximidades da Fazenda Quatro Irmãos, sem uma solução para os “intrusos”. Porém, para os donos da fazenda, encontrou-se uma solução, os quais sempre encontraram apoio do governo do Estado para resolver os problemas de ocupação de seu latifúndio pela força, por repressão e, em algumas situações, resultando em mortes dos camponeses. A alegria pela solução do conflito foi tamanha, que teve até lugar para “uma confraternização entre os ‘sequestras’ e os dirigentes da ICA”, sob os auspícios do *Diário de Notícias* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1949, p. 3).

Considerações finais

Apesar dos poucos e insuficientes estudos sobre a luta pela terra na região correspondente à então Colônia Erechim, criada em 1908, podemos afirmar que, por meio de conflitos armados, ela foi intensa no início do século XX na região, apesar da ideia de que no referido espaço o assentamento dos imigrantes europeus fora tranquilo, sem conflitos. Na realidade, o processo de exclusão dos chamados nacionais ou caboclos foi decorrente do processo de ocupação da terra comandado pelo Estado e pelas companhias privadas de colo-

nização. Os conflitos ocorreram tanto nas áreas administradas pelo Estado como nas das companhias privadas, porém, foram mais intensos e constantes nas áreas pertencentes ou limítrofes ao latifúndio da Jewish Colonization Association.

As lutas lideradas por João Inácio, Capitão Belo e Gaudêncio dos Santos, para citar as mais conhecidas, são reveladoras do processo de exclusão do acesso à terra. Embora classificados por seus contemporâneos como movimentos de bandoleiros, de vagabundos e até mesmo de maragatos opositores de Borges de Medeiros, um olhar mais atento nos revela exatamente o oposto. Foram lutas de excluídos da posse e da propriedade da terra, reagindo a ela e buscando incluir-se no processo de produção.

A exclusão dos “nacionais” – ou o “tornar-se estranho em sua própria terra” – foi mais intensa e violenta nos espaços ocupados pelas companhias estrangeiras. Estas contavam com o aparato do Estado na “limpeza” de sua propriedade. A força policial pública protegia as referidas propriedades para que não houvesse mais ocupações e auxiliava na expulsão dos já ocupantes. Os casos que brevemente analisamos refletem uma lógica de exclusão e/ou de inclusão marginal nos processos de configuração agrária. Esses casos somam-se a vários outros que, em razão das ações públicas, militares e jurídicas, tornaram-se estranhos ou estranhados no espaço que consideravam ser seu e/ou de direito. Eram caboclos, nacionais, expropriados de seu meio principal de sobrevivência, que era a terra e a sua sociabilidade nela, e não podiam contar com nenhuma política pública que os amparasse. Só a luta provocaria a busca de uma solução. Houve, sim, como vimos muito ra-

pidamente, o envolvimento da Assembleia Legislativa do estado Rio Grande do Sul na tentativa de encontrar solução para o conflito na Fazenda Quatro Irmãos, porém, como resultado, não se alteraram em nada os privilégios da companhia. Os ocupantes foram parcialmente atendidos, apesar de uma grande parte deles continuar abandonada à própria sorte, ou melhor, não restando outra solução que o enfrentamento e a constituição de uma luta social.

A Jewish tornou-se expressiva e o epicentro de um amplo processo no norte do Rio Grande do Sul. Na concomitância com a privatização da terra, a legalização fundiária de latifúndios e o intenso fatiamento das terras pelas colonizadoras, todos esses processos mediados pela esfera pública, novos contingentes de expropriados começam a aparecer e produzir tensões sociais. Estas expressam contradições da propriedade privada da terra e dos processos que conduziram a produção dos deserdados dela.

Referências

BALDIN, B. *Tapir*: uma região cercada de mistérios e apreciada sob distintos ângulos pela bibliografia, pelos jornais e pela memória.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

BUSATA, B. L. *Meu Erechim Cinquentão*. Erechim: Carraro, 1968.

CASSOL, E. *Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado*. Erechim: São Cristóvão, 2003.

CHRISTILLINO, C. L. O mato rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. *Revista Coletâneas do Nosso Tempo*, Rondonópolis, v. 8, ano VII, n. 8, p. 87-111, 2008.

DUCATTI NETO, A. *O Grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: Grafosul, 1981.

GRITTI, I. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

JACOMELLI, J. A atuação da Comissão de Terras e Colonização no projeto de ocupação da Região da Grande Palmeira/RS: 1917-1930. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

KLIEMANN, L. H. S. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MACHADO, I. P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul – 1890-1930*. Passo Fundo: UPF Editora, 2012.

MENEGATTI, A.; CARRARO, G. *O Combate no Desvio Giareta: Revolução de 1923*. Erechim: [s. n.], 2002.

NEUMANN, R. M. O espaço colonial no olhar do imigrante: expectativa e realidade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH RS, 14, 2018. *Anais eletrônicos* [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2018.

NUNES, R. M. M. *Toldos indígenas sob a administração da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: a legislação de terras e sua aplicação (1889-1930)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

RÜCKERT, A. A. *A trajetória da terra – Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931*. Passo Fundo: UPF Editora, 1997.

SCHMITZ, K. de O. *Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

SCHMITZ, K. de O.; NUNES, R. M. M. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira: atuação nos toldos indígenas sob suas jurisdições. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 20, p. 05-15, 2018.

SILVA, M. B. da. *Babel do novo mundo – povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011.

SILVA, M. B. da. Construção do intruso: o processo de apropriação da terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889-1925). *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2008.

TEDESCO, J. C.; CARON, M. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho: o caso do 'bando de João Inácio. *Revista Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS), Porto Alegre, v. 38, p. 161-185, 2012.

TEDESCO, J. C.; ZARTH, P. A. Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 150-170, 2009.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno – o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ZARTH, P. A. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

Fontes

A FEDERAÇÃO. *De Erechim*. Porto Alegre, n. 283, 11 dez. 1928, p. 06. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/65429>. Acesso em: 12 jan. 2019.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 20 de julho de 1903, p. 5.

A MANHÃ. *Dobrarão a parada?* Rio de Janeiro, n. 1021, 14 dez. 1928, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116408/7945>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. 1949, p. 608.

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. 1949, v. 25, p. 531.

A VOZ DA SERRA. Erechim, 23 de julho de 1949, p. 6.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 17 nov. 1929, p. 6.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1928, p. 8.

CORRESPONDÊNCIA de Quatro Irmãos para Paris, abril de 1930. Arquivo Histórico Judaico de São Paulo. AHJSP-SP.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 20 de junho, 1949, p. 14.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 28 jun. 1949, p. 3.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 29 jun. 1949, p. 16.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 1926, p. 6.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 1927, n. 35.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 1927, n. 33.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 29 de junho 1949, p. 16.

ERECHIM. Ofícios expedidos em 1925. 14 de outubro de 1925.

AHMJMIF. Erechim, RS.

MEDEIROS, A. A. B. de. Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1914. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação. p. 25.

OFÍCIO do Capitão João Scherer enviado ao Coronel Claudino Nunes Pereira, da Brigada Militar de Porto Alegre. Boa Vista do Erechim/RS, 17 ago. 1930. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Osvaldo Aranha.

O JORNAL. *Procurando normalizar a situação em Erechim*. Rio de Janeiro, n. 2684, 04 set. 1927, p. 32. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/33724. Acesso em: 12 jan. 2019.

O NACIONAL. Passo Fundo, 17 jan. 1929.

O NACIONAL. Passo Fundo, 1927, p. 2. Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo.

O NACIONAL, Passo Fundo, 3 nov. 1928, p. 2.

RELATÓRIO. Passo Fundo, julho de 1907. Lindolpho A. Rodrigues da Silva, Chefe da Comissão de Terras e Colonização ao Dr. Vespasiano Correa, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização. Livro Alfabético 1907 a 1908, Fl. 41. A.2.4.2 – Correspondências. A-2.4. OP. AHR.

RELATÓRIO da Diretora de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'“A Federação”, 1919, p. 351-355. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

TELEGRAMA de Vazulmiro Dutra a Getúlio Vargas, Palmeira das Missões, 12/10/1929. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Osvaldo Aranha.

TELEGRAMA do 2º tenente Justino, do Comando da Brigada Militar, enviado a Osvaldo Aranha, Secretário do Interior do Rio Grande do Sul, 16 fev. 1929. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Osvaldo Aranha.



A multidimensionalidade do pequeno agricultor intrusado

Luiz Fernando Ferrari

Introdução

Este estudo é uma discussão da intrusão e suas múltiplas dimensões nas cercanias de Campo Erê, oeste catarinense. Este ensaio pretende traçar um panorama do processo de intrusão dos pequenos agricultores nas décadas de 1970 e 1980. Pretende-se trazer alguns apontamentos sobre as multi-identidades e a multidimensionalidade do pequeno agricultor intruso nessa região. A presença de determinados grupos de caboclos e de pequenos agricultores na região, sem o título de posse, resultou em sérios conflitos, processos judiciais e despejos. A Companhia Territorial Sul Brasil, que atuou nesse espaço, no decorrer de suas ações, encontrou muitas dificuldades com a “limpeza da área”, pois havia um grande número de intrusos na sua frente de atuação.

A colonização do oeste catarinense teve como indícios, em momentos distintos, a prática da violência e o enfrentamento de grupos sociais diferentes, desde a década de 1920, período em que a Companhia Territorial Sul Brasil atuou. Com a presença das colonizadoras, sinalizou-se uma intensificação de conflitos na região, a intrusão. Pretende-se recuperar alguns pontos relevantes que ajudam a identificar problemas de intrusão nas cercanias de Campo Erê.

A partir do momento em que as relações de mercado passaram a conquistar sua hegemonia na região oeste catarinense, acontecem mudanças significativas em relação à concepção da terra, passando a ser colocada num patamar de mercadoria, que se possa vender, trocar. A colonização tinha como proposta promover a reocupação de seus imóveis, com o objetivo de formar núcleos coloniais que atendessem a premissa das relações de mercado. Exemplo da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil no oeste catarinense. Assim, grupos que não possuísem o perfil estabelecido por lei poderiam ser excluídos, ou seja, passariam na condição de intrusos.

A intrusão nas cercanias de Campo Erê

O texto busca trazer alguns elementos da intrusão do pequeno agricultor intrusado nas cercanias de Campo Erê no oeste catarinense. A intrusão nessa região apontará elementos significativos para compreender quem é o pequeno agricultor intruso. A colonização do oeste catarinense teve como indícios, em momentos distintos, a prática da violência e o enfrentamento de grupos sociais diferentes, desde

a década de 1920, período em que as companhias colonizadoras começam a atuar nesse espaço. Com a presença das colonizadoras, sinaliza-se uma intensificação de conflitos na região, a intrusão. Pretende-se recuperar alguns pontos relevantes que ajudam a identificar contrariedades que permitem visualizar um cenário marcado por grande instabilidade social.

Na região oeste catarinense ocorrem mudanças significativas em relação à concepção da terra, principalmente, quando é colocada num patamar de mercantilização, em que se possa vender, trocar. As terras ocupadas pelos pequenos agricultores deixam de cumprir sua necessidade primária de sobrevivência para se tornar uma mercadoria.

Os pequenos agricultores ou grupos de pequenos agricultores que estavam em desacordo com esse ponto de vista seriam capazes de atrapalhar os negócios de comercialização das terras. A reocupação das terras poderia trazer dificuldades a ambas as partes, de um lado, as colonizadoras, os comerciantes de terras e, de outro, os que iriam adquirir a titulação da terra. Por isso a necessidade de efetuar a “limpeza da área” (RENK, 2006). Com a implantação do projeto de colonização, um dos desafios é efetuar a “limpeza da área”, pois estava ocupada de intrusos.

Os *intrusos* eram, em grande parte, colonos nacionais que, por não possuírem recursos e não serem contemplados pelas políticas de colonização, buscavam as áreas de terras não aproveitadas e não valorizadas para ali estabelecerem-se à margem da sociedade, da economia e da lei, sobrevivendo em condições precárias. Também poderiam ser colonos estrangeiros ou de origem (TEDESCO; CARON, 2012, p. 165).

A maioria dos considerados intrusos era de pequenos agricultores de origem ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa e cabocla. O que faz com que os de “origem” sejam considerados intrusos? Intrusos eram todos aqueles que não possuíam titulação da posse da terra, assim, independe de sua origem étnica. Sem um levantamento prévio do número de intrusos, as autoridades e as companhias colonizadoras não tinham noção do número de intrusos ou de ocupantes ilegais/legais em suas concessões de terra. O processo de se apoderar da terra foi excludente e criou as circunstâncias para a formação de um grupo de agricultores privados da propriedade da terra.

Ao limitarem de alguma forma a expansão dos fazendeiros com suas costumeiras construções de ranchos, aberturas de roças, derrubadas de madeiras e extração de erva-mate, pequenos lavradores e posseiros foram convertidos em invasores e *intrusos* e citados judicialmente, sobretudo no período republicano (ORTIZ, 2014, p. 240).

Os pequenos agricultores e, principalmente, os caboclos foram utilizados para trabalhar nas diversas atividades, como cortar erva-mate e árvores, arrastar e construir balsas, serrar, abrir estradas, trabalhar na agricultura, demarcar lotes, entre outras, ao passo que os imigrantes de descendência europeia foram deslocados para outras funções. Dessa forma,

[...] o posseiro era um camponês que ocupava pequenas áreas e era vítima constante de expulsão à medida que avançava a fronteira agrícola. O posseiro não possuía documentos da terra que ocupava e, por isso, sofria uma série de dificuldades de toda a ordem. Quando a posse não sofria contestações, ele tinha problemas de falta de recursos financeiros para legitimá-la (ZARTH, 2002, p. 54-55).

O caboclo, na condição de posseiro, comercializava seus direitos de posse da terra para o migrante. Os caboclos se adiantavam na fronteira agrícola, mas em condições precárias, peculiar das frentes de expansão. Dificilmente os caboclos conseguiriam ser proprietários de uma área de terra e manter seu roçado.

[...] havia um tipo nativo na região que deveria ser expulso, pois não trabalhava, vivendo como verdadeiro parasita do que a natureza fornecia. Os colonos-camponeses [...] viam o caboclo como sujeito atrasado ou degenerado, pois a lógica mercantil pressupõe como única forma de viver, a direcionada à acumulação de bens (WOLOSZYN, 2007, p. 6).

O caboclo poderia ser duplamente estigmatizado na sua condição de intruso. Primeiro, pelo seu *ethos* e, segundo, por seu modo de vida. A concepção da terra para o caboclo esteve relacionada ao seu *ethos*, pois acreditava que a posse da terra era divina, portanto, de quem efetivamente tivesse a posse. A dificuldade financeira foi um fator determinante para pertencer à categoria de intruso, independentemente de sua origem social ou étnica. Pela dificuldade financeira em não conseguir a titulação das suas posses, caracterizava-se a intrusão. Nesse discurso, o caboclo estava inserido duplamente no descrédito em sua condição de intruso. Fundamentalmente, pelo fator étnico, pois se criou um contexto negativo a respeito de sua etnia e, depois, pela sua condição de intruso. Mas, esse mesmo grupo que possuía o crivo de intruso passaria à condição de não intruso, quando conseguisse comprar a terra, ou seja, a titulação. Dessa forma, não corria o risco de ser chamado de intruso e, conseqüentemente, despejado.

Os pequenos agricultores se estabelecem em pequenos núcleos agrícolas, comunidades. Como esses pequenos agricultores vão se constituir, como vão trabalhar nesse território? Os pequenos agricultores produziam seus excedentes, pressupondo uma economia de excedentes. Os caboclos também estão inseridos nesse processo de produção de excedentes, e isso pressupõe também uma economia de excedentes. O caboclo é também circunstanciado a um caboclo de uma região, a um caboclo de um período, o caboclo das cercanias de Campo Erê, os pequenos agricultores das cercanias de Campo Erê. Portanto,

[...] a palavra “caboclo”, como categoria analítica, passou a ser empregada para fazer referência a um tipo de camponês pobre, geralmente mestiço e que pratica um tipo de agricultura voltada para a subsistência da unidade familiar, além de ser dono de um modo de vida próprio, semelhante ao indígena e marcado por sua mobilidade nas áreas de fronteira agrária [...] (SILVA, 2014, p. 345).

O caboclo via o trabalho como meio de garantir a sobrevivência, produziam o que precisavam para se manter. A presença e os costumes dos caboclos que ocupavam, por meio de posse, a terra, por muito tempo, foram menosprezados. Muito se falou em intruso, mas quem era considerado intruso? Faremos algumas considerações a respeito. Muitos autores trabalham com o termo intruso, mas conversaremos com alguns. A fim de perceber elementos relacionados aos intrusos, podemos trazer Zarth (2002, p. 55, grifo do autor), que conceitua desta forma: “[...] algumas fontes denominam *intruso* ao camponês que ocupava terras públicas ou privadas sem consentimento prévio das autoridades ou de proprietários [...]”. Nessa perspectiva,

[...] a *intrusão* deve ser entendida em seu contexto histórico, como uma forma ilegal de ocupação da terra. Intrusos eram os colonos – nacionais ou descendentes de imigrantes – que por não possuírem condições de adquirir terras nos moldes ditados pela Lei de Terras de 1850 e nem serem alvo das políticas de colonização oficiais, estabeleciam-se espontaneamente em terras devolutas ou em terras não aproveitadas e/ou consideradas não valorizadas. As intrusões desafiavam a organização e a metodicidade da ocupação da terra planejada pelos positivistas, uma vez que geravam ou poderiam ser geradoras de conflitos e desordens, significava descontrole e ausência do poder do Estado sobre o bem natural e sobre os sujeitos que o apropriavam (cobrança de fisco, etc.) (TEDESCO; CARON, 2012, p. 162, grifo dos autores).

O título de proprietário da posse da terra daria ao intruso condições de poder ser inserido no cenário de possuidor, de dono de uma área de terra. A titulação de uma propriedade iria permitir a esses intrusos uma conjuntura de aceitação, de pertencimento, começava, assim, a ser considerado, aceito, recebido numa outra perspectiva, da não intrusão. De outro modo, esse intruso que adquire a titulação da posse da terra também pode enxergar o grupo a que ele pertencia anteriormente como intruso, pois o intruso ainda não possuía a titulação da posse.

Tão somente e a partir da aquisição da terra e transformado em proprietário teria seus direitos reconhecidos. Para o caboclo, havia um agravante perante o colono. Ele ainda passaria pelo crivo de sua etnicidade e de seu *ethos* para ter o reconhecimento da comunidade. Esse ambiente de intrusão encontra um cenário, um palco no qual se sucedem inúmeras passagens de conflitos por terra, nas cercanias de Campo Erê. O aumento de intrusos ocorreu

em razão do aumento populacional aliado à dificuldade de acesso à terra, perante o avanço da cerca da colonização e o valor cobrado pela terra no Rio Grande do Sul. Assim, o oeste catarinense passou a receber um grande contingente de pequenos agricultores, que passaram pelo mesmo processo e entendimento de intrusão.

A companhia conjectura que a posse violenta é a adquirida e mantida pelo intruso por meio de fatos acompanhados de violências materiais ou morais; e posse clandestina pressupõe que sua natureza e o modo de ser exercida ocorrem fora do conhecimento daquele de quem é usurpada. Os intrusos vinham sendo tolerados pela companhia e, posteriormente, pelos então compradores. O fato de um grupo social se impor sobre os demais, entre colonizador e posseiros, pode apresentar aspectos da prática de poder. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e constituída historicamente. Nos projetos das companhias colonizadoras, o “nacional”, ou seja, o “caboclo”, passa a ser visto como intruso. Assim, “[...] ao tornar-se ‘intruso’, o nacional caracterizava-se como desordeiro, o que não conduzia como preceitos positivistas preconizados pelo Estado [...]” (TEDESCO; CARON, 2013, p. 157).

Mas a intrusão não está associada à sua etnicidade, mas, principalmente, a seu modo de vida, sua percepção do meio, sua condição socioeconômica, enfim, são elementos que buscam compreender o universo do intruso nas cercanias de Campo Erê. A companhia tinha por prática caracterizar o caboclo que trabalhava para o pequeno agricultor como posseiro, e os “verdadeiros posseiros como intrusos”. Os posseiros possuíam certo respaldo junto aos colonos,

pois auxiliavam com a mão de obra, e os intrusos deveriam ser despejados.

A Companhia Territorial Sul Brasil considerava intrusos todos aqueles que não possuíam titulação da posse da terra, assim, independentemente de sua origem étnica. A companhia procurava realizar um levantamento prévio do número de intrusos. Sem esses dados, não se tinha noção do número de intrusos ou de ocupantes ilegais/legais em suas concessões de terra. A reocupação de intrusos ou de ocupantes ilegais/legais poderia ser uma estratégia do governo ou das companhias colonizadoras, pois:

[...] tinham a possibilidade de obter a terra legalmente, desde que se dispusesse a pagar integralmente, em prazo curto, o valor estipulado para o lote e sua medição definitiva. A posse, podia constituir-se em um direito potencial à propriedade, confirmada na própria documentação (SEYFERTH, 1996, p. 42).

Nesse sentido,

[...] a posse consiste numa relação de pessoas e coisas, fundada na vontade do possuidor [...]. A propriedade é a relação entre a pessoa e a coisa, que se assenta na vontade da lei, implicando um poder jurídico e criando uma relação de direito [...] (MACHADO, 2012, p. 198).

Mas, ao sul das cercanias de Campo Erê, essa relação de posse foi extremamente conturbada, ocasionando uma instabilidade social, vinculada a uma situação de intrusão e não posse de direito. Antes da presença do colonizador, a região contou com a presença de comunidades indígenas, as quais vivenciaram a introdução do português e a fase cabocla.

Outro aspecto de conflito entre os intrusos e as colonizadoras nas cercanias de Campo Erê foi a desvalorização das terras ocupadas pelos intrusos no mercado imobiliário, pois a presença do intruso intimidava a compra da terra pelo colonizador. A concessão dos lotes de terra, em muitos casos, passava pela apreciação do agente, encarregado da companhia. Em muitos casos, grande área de terra tinha a intervenção de grupos que passavam a se aproveitar dos pequenos agricultores com a dupla venda, venda fria, venda recibo e venda de contrato.

De um modo geral, o caminho até a posse definitiva de um lote era longo e intermediado pelo agente local responsável pelos assentamentos, qualquer que fosse a condição legal dos colonos. A este funcionário cabia o parecer inicial sobre o pedido de concessão e arbitrar o preço do metro quadrado do lote pretendido. Informava, também, sobre as dívidas incidentes sobre o preço da terra quando se tratava de lote abandonado pelo primeiro ocupante (SEYFERTH, 1996, p. 45).

A manifestação formal do agente encarregado, mostrador, podia ser decisiva para o posseiro/intruso adquirir seu lote. As identificações e os levantamentos efetuados pelas colonizadoras para identificar o posseiro/intruso demonstram que as regras do sistema concedem a legitimação da posse da terra ao pequeno produtor. Essa reocupação poderia ser comprovada mediante o cultivo da terra e a constatação de benfeitorias. A roça e as benfeitorias

[...] constituíram a condição da posse tanto para os que possuíam o título provisório expedido legalmente como para os que podiam ser classificados como “posseiros criminosos” (SEYFERTH, 1996, p. 45).

Nesse âmbito, acredita-se que:

[...] [o] posseiro era aquele que, com o consentimento tácito ou expresso do proprietário, ou ao menos, sem oposição da parte deste, se investia de posse, que era, no caso, mansa e pacífica, portanto, tolerável. Já o intruso era aquele que invadia a terra, desmatando-a sem possuir, ou possuindo criminosamente, sem caráter de estabilidade ou legitimidade no uso de determinado espaço territorial. Enquanto o primeiro trabalhava, fazendo serviço de agricultura para o bem comum, o último, aventureiro, não fazia senão destruir as riquezas existentes, devastando inutilmente as terras e tirando-lhes as essências florestais mais valiosas (WERLANG, 2002, p. 73).

Para tanto, havia a necessidade de efetuar a “limpeza da área”, que seguia uma estruturação quanto à disposição das terras; as melhores terras ou as que tivessem localizadas próximas aos recursos, os núcleos coloniais já constituídos e próximos das estradas; as terras consideradas não acidentadas e com madeiras e, por fim, aquelas áreas consideradas “terras enguiçadas”. Esse enguiço¹ é em decorrência da reocupação de intrusos (RENK, 1995). Isso pode ser percebido nas cercanias de Campo Erê, onde essas denominações ocorreram com extrema ênfase.

A mercantilização das melhores terras, ou seja, das mais acessíveis e melhor localizadas, fez com que o intruso buscasse outra área, até o momento em que essa fosse disputada pelo mercado imobiliário. Com a negativa da mercantilização das terras, por parte dos intrusos, as colonizadoras, respaldadas pelo poder público (Estado), promoveram a “limpeza da área”.

¹ Enguiço é um termo utilizado por Renk (1995) para mencionar as áreas de terras que estariam ocupadas por intrusos.

A intrusão não era uma prática que ocorria apenas nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, também fazia parte do cotidiano de outras companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catarinense. As companhias colonizadoras tinham por prática a realização de levantamentos referentes ao número de intrusos que havia em suas terras, mas a rotatividade era grande e esses intrusos poderiam estar em outros levantamentos elaborados pela companhia, ou até fazer parte de um levantamento de outras companhias.

Na visão do Estado e das colonizadoras, pequenos agricultores ocuparam áreas de terras no sistema de posses. Dessa forma, passaram a ser vistos como intrusos, sendo uma reocupação ilegítima da terra, uma invasão de áreas devolutas ou sem título de posse. Nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, o número de posseiros² era significativo, não havia o reconhecimento do direito de posse da terra.

Temeroso em seu regresso em suas terras, a companhia obrigava o posseiro a assinar um termo em que se comprometia a deixar as terras, assim, o posseiro vendia sua casa e roça ao colonizador. Poucos posseiros tinham condições de comprar os lotes, em virtude de suas condições financeiras.

² Em linhas bastante gerais, posseiro é aquele que se encontra na posse, ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser dono efetivo, sem ser portador de um título legal de propriedade. Posto dessa forma, o termo pode ser aplicado tanto na zona urbana quanto na rural. Ainda que se caracterize, entre outros elementos, pela ausência de um documento legal de propriedade, a posse enquanto forma de apropriação da terra é, ela mesma, legalmente definida, enquadrada juridicamente (GRYNS-PAN, 2005, p. 373-374).

A companhia procurava impedir o ingresso de novos posseiros em suas terras, pois já havia núcleos de caboclos e outros estavam em formação, dessa forma, os impedimentos ao acesso às terras da companhia eram necessários. Essas áreas formaram-se, geralmente, em áreas não demarcadas. A presença de famílias posseiras intrusas demonstra que esse número nesse período era considerável, visto que a atuação do Incra ocorrera nas décadas de 1970 e 1980 na região.

A presença de um número significativo demonstra que era peculiar a rotatividade de pessoas dentro das cercanias sul-norte de Campo Erê. Mas, por que essas áreas tiveram maior concentração de intrusos? Justamente, por fazer parte de uma região que geograficamente era considerada dobrada ao sul das cercanias de Campo Erê e, ao norte, as cercanias de Campo Erê eram áreas de campo e não atraíam possíveis compradores, por possuírem essas características, mas também por haver grande número de intrusos, o que inibia a compra ou possíveis confrontos indesejáveis. Essas seções faziam parte do sul das cercanias de Campo Erê. Esse posseiro migrou, geralmente, para o norte, em direção a Campo Erê, Paraná, mas uma grande cifra desses grupos se fixou ao sul das cercanias de Campo Erê.

A mobilidade dos intrusos era constante nas cercanias de Campo Erê. Se levarmos em consideração o receio de ser encontrado, era comum o caboclo ou o colono vender a posse da terra, o sítio, o direito, e ir em busca de outro lugar, inclusive, na própria área das cercanias de Campo Erê, até o momento em que a companhia ou um possível comprador

reclamasse o direito de propriedade pela titulação e não a posse da terra.

O projeto de colonização nas cercanias de Campo Erê caracterizou-se pelo uso da violência física, exercida pelo aparato estatal e pelas colonizadoras, disseminaram-se por toda uma estrutura social, econômica e cultural, tornando-se visível quando observadas minuciosamente as disputas pela legitimação da posse da terra. O processo de exclusão foi marcado pelo uso da violência, geradora

[...] de exclusão social, a colonização da região pelo elemento 'branco', em sua maioria oriundo do estado do Rio Grande do Sul, pareceu de fato estar diante do discurso usado por ele na sua justificação, nem sempre se mostrando com as cores com as quais insistiram em afirmar que havia sido pintada (MARQUETTI, 2008, p. 40).

As cercanias de Campo Erê foram envolvidas por uma escala de problemas que poderiam dificultar sua ação, somada a aspectos que vitimaram a população local. Antes da presença do colonizador, a região contou com a presença de comunidades indígenas Kaingang, a qual vivencia a introdução do português e a fase cabocla.

A Companhia Territorial Sul Brasil e outras companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catariense tinham como projeto de colonização arrematar os pequenos agricultores do estado do Rio Grande do Sul para obter lotes de terras.

A partir do estabelecimento dos pequenos agricultores nas cercanias de Campo Erê, faz-se com que esses grupos se tornem múltiplos, por suas ações, seus conflitos, suas dificuldades, sua aceitação e seu reconhecimento. São

elementos que pretendemos discutir, as multidimensionalidades do pequeno agricultor intruso.

As multidimensionalidades do pequeno agricultor intruso

Os considerados intrusos foram se deslocando e se fixando em grande número nas cercanias de Campo Erê. As terras nas cercanias sul e norte de Campo Erê eram desprovidas de núcleos de colonos e de estradas e possuíam terras de campo e terras bastante acidentadas, o que não era a preferência dos colonos. Isso fez com que não houvesse interesse dos colonos em adquirir um lote nas cercanias de Campo Erê, pelo menos no início da colonização, pois a presença do intruso inibia uma possível compra.

Nas cercanias de Campo Erê, não constava a mesma delimitação étnica e religiosa que a Companhia Territorial Sul Brasil promoveu no início de sua colonização na região de Palmitos e São Carlos, área fronteira com o Rio Grande do Sul. Isso possibilita entender que a colonização promovida pela colonizadora fomentou um deslocamento de grupos de pessoas nas cercanias de Campo Erê. Isso levou a que o intruso buscasse outra área, até o momento em que essa fosse disputada pelo mercado imobiliário. Sem recursos financeiros, a maioria deles se preocupava em produzir apenas para viver, contentando-se em ocupar determinadas áreas em que exclusivamente produziam para sua subsistência. Com a negativa da comercialização das terras, por parte dos pequenos agricultores, a Companhia Terri-

torial Sul Brasil, respaldada pelo poder público (Estado), promove a “limpeza da área”.

Resumindo, a limpeza da área obedeceu a uma hierarquia de terras: primeiro as melhores áreas, isto quanto à localização e proximidade de recursos; em segundo, aquelas não muito acidentadas, e com madeiras, terceiro, as áreas mais acidentadas, isto é, aquelas que externamente eram qualificadas como “terras enguiçadas”. O “enguiço”, neste caso, por estarem ocupadas com intrusos (RENK, 1995, p. 245).

Os pequenos agricultores ocuparam áreas de terras no sistema de posses, na perspectiva do Estado e da Companhia Territorial Sul Brasil. Portanto, eles passaram a ser vistos como intrusos, sendo uma ocupação ilegítima da terra, uma invasão de área devoluta ou sem título de posse. Podemos considerar as cercanias de Campo Erê ao sul e ao norte como sendo um grande enguiço, pois a região estava ocupada por um número significativo de intrusos. Para tanto, havia a necessidade de fazer a “limpeza da área”, pois o número de posseiros era significativo, não havia o reconhecimento do direito de posse da terra. As terras da Companhia Territorial Sul Brasil que ficavam ao sul das cercanias de Campo Erê eram particularmente mais acidentadas, já as do norte eram caracterizadas por áreas de fazendas não muito acidentadas.

Devido à insegurança nas cercanias de Campo Erê, o intruso vendia sua casa, suas benfeitorias e sua roça ao colonizador. Em sua área de atuação e em particular nas cercanias sul de Campo Erê, a Companhia Territorial Sul Brasil obrigava esse indivíduo a assinar um termo em que prometia deixar as terras da companhia. Os pequenos agri-

cultores, caracterizados como intrusos, deixavam seus lotes e buscavam outras áreas, muitos, inclusive, dentro da própria área da companhia, outros na cercania de Campo Erê.

Ainda, era comum a prática de comercializar o sítio entre os pequenos agricultores. A compra do direito da terra do pequeno agricultor por parte do colonizador era frequente, mas o colono precisava comprar a terra da companhia. A mobilidade era constante dentro das cercanias sul e norte de Campo Erê.

As possíveis hipóteses a considerar, nesse sentido, são o receio de ser encontrado, a prática de comercializar o sítio entre os pequenos agricultores, o direito, e buscar outro lugar, até o momento em que alguém reclamasse o direito de propriedade pela titulação e não a posse da terra, assim como a intimidação por parte das colonizadoras; uma possível instabilidade na posse da terra ou na localidade; e discórdia entre os pequenos agricultores. Enfim, todos esses elementos ajudam a entender essa conjuntura da mobilidade dentro das cercanias sul e norte de Campo Erê.

A companhia procurou caracterizar o caboclo que trabalhava para o colono como posseiro e os verdadeiros posseiros como intrusos. Os posseiros possuíam certo respaldo junto aos colonos, pois auxiliavam com a mão de obra, e os intrusos deveriam ser despejados. Geralmente, a “limpeza da área” ocorria antes da comercialização das terras. A destruição da floresta por parte do intruso talvez não se confirme, pois era feita em pequena escala, apenas para a sua sobrevivência. Era nesses espaços que o intruso conseguia realizar sua existência social e cultural. Entretanto, isso não significa que ele vivia em um mundo ou espaço à

parte, de forma isolada. Isso porque o próprio deslocamento era um fator crucial nas cercanias de Campo Erê e permitia que ficassem aquém dessas fronteiras.

Da mesma maneira, é importante destacar que a existência da fronteira era provisória, uma vez que o objetivo traçado pelos intrusos era o de não serem encontrados, ocupando espaços definidos como vazios. Essa integração empurrava o intruso a vários espaços, tornando-o móvel, dentro de um mesmo espaço. A relação do intruso com a sociedade resulta como ambígua. De um lado, há presença de uma série de generalizados preconceitos sobre o intruso, de outro, há a inevitabilidade de que o contato desse intruso acontecesse em virtude de que existiam interesses que o intruso não podia produzir em suas posses: sal, ferramentas, querosene, tecidos, entre outros.

Esse intruso também conseguiria ter contato nas sedes dos imóveis, em que poderia contar com um pequeno comércio, no qual seria capaz de fazer a comercialização de seus produtos ou a troca desses. Diante da mobilidade nas cercanias de Campo Erê e das singularidades de sua híbrida relação com a sociedade, o intruso caracterizava-se pela prática da agricultura comum entre os imóveis. Em consequência, todas as ações realizadas no sentido de limpar a área de locais em que houvesse intrusos eram desenvolvidas para minimizar o problema no imóvel, pois essa situação poderia estar impedindo o progresso na região.

A conjuntura da intrusão era cíclica, e não eram levadas em consideração as circunstâncias da realidade desses grupos. Os pequenos agricultores tinham dificuldades de defenderem seus litígios, por quê? Não bastasse isso, a

luta desses pequenos agricultores em preservar sua posse estava sujeita ao despejo ou a ações violentas para que se evadissem do local.

Outro fator pertinente e objeto de reflexão nesse processo é o distanciamento do poder público e de suas instituições, que permitiu que os imóveis nas cercanias de Campo Erê fossem uma área em que a incidência de intrusos era considerada.

A temática da intrusão está relacionada à imigração e à colonização promovidas pelo Estado e pelas companhias colonizadoras, que não estão dissociadas, uma vez que exteriorizam e configuram a construção de um delimitado território. Ou seja, “[...] um espaço geográfico que também é social e que, historicamente, foi e é objeto de disputa, tanto em termos de sua empírica quanto em relação às narrativas elaboradas sobre ele” (SILVA, 2016, p. 197). Essa perspectiva é vista por Silva (2016) como um grande mosaico, que apresenta e possibilita visualizar as múltiplas formas de inserção social e entendimento na reocupação do espaço.

Mas o que os imóveis nas cercanias de Campo Erê possuíam em comum? Talvez seja a intrusão. Esse fato, somado a outros, faz com que a intrusão seja o principal fator que desencadeou os possíveis conflitos nas cercanias de Campo Erê, tanto na parte sul quanto na parte norte. Ainda nesse sentido, é importante destacar que esse fenômeno ocorreu num espaço próximo à fronteira com a Argentina. A grande maioria dos pequenos agricultores passa por características semelhantes a intrusão, instabilidade social, insegurança, despejo, atuação das companhias colonizadoras, com uma possível rotatividade talvez no mesmo imóvel

ou nas cercanias de Campo Erê. Possivelmente esses sejam os principais motivos que causaram a problemática da intrusão nas cercanias de Campo Erê.

O cenário da intrusão nas cercanias de Campo Erê entra no rol das querelas, pois podemos nos remeter a um universo de grupo de pequenos agricultores que ocupa um determinado espaço, atrelado ao regime de posse da terra. Pode-se constatar que a grande maioria já estava próxima das cercanias sul e norte de Campo Erê, pois a grande maioria desses intrusos estava nas localidades de Maravilha e de Campo Erê.

Talvez esse deslocamento tenha ocorrido por motivos de intrusamento na posse de terras em que esses sujeitos estavam anteriormente ou por haver nesses locais alguma instabilidade social. O universo social que figura a esfera do intruso é muito complexo, pois está inserido num cenário de incertezas. O espaço que se configura nas cercanias sul de Campo Erê caracteriza-se por ser uma área de terras dobradas, já o espaço das cercanias ao norte de Campo Erê caracteriza-se por ser uma área de terras de campo de fazenda. São diversos fatores que estão na base da intrusão, o espaço que o pequeno agricultor ocupa, a sua forma de relacionar-se com a comunidade que o cerca, o modo de trabalho desenvolvido, a instabilidade social que se estabeleceu nos imóveis, a incerteza de ser ou não despejado, a sua condição socioeconômica, as vendas duplas das terras, o contrato de compra e venda, o pagamento de algumas parcelas da terra, mas o que poderia caracterizá-lo como intruso talvez seja a falta de uma documentação que pudesse

comprovar que a posse da terra fosse efetivamente sua e, assim, sair do contexto da intrusão.

A mercantilização da terra ao pequeno agricultor poderia ser dificultada pelo fato de que: “A terra está completamente devassada e muito *inçada com ervas daninhas*, tornando-se difícil a venda à um colono”.³ A quantidade de hectares que os intrusos possuíam no período do levantamento se relaciona à sua estruturação,

[...] uma vez estabelecido num pedaço de terra no qual estruturava, a seu modo uma nova unidade camponesa de produção, na qual cada planta, cada construção, cada pedaço tinha um significado próprio, e a partir a qual estabelecia relações com seu grupo vizinho, relativamente fixo, e participava de uma comunidade onde era reconhecido e valorizado como pessoa, única e ‘pessoal’ [...], o camponês resistia à ideia de abandoná-la, vendê-la ou trocá-la por outra propriedade qualquer (POLI, 2002, p. 134-135).

O pedaço de terra para o intruso significava uma estruturação de seu modo de vida. Num pequeno espaço de terra, com a posse de terra, o intruso buscava tirar o seu sustento. Acreditou-se que seria interessante ter uma noção da quantidade de hectares que cada intruso possuía nas seções, isso daria uma prévia da reocupação espacial deles. Isso possibilitou ter um entendimento da variedade do plantio, da criação dos animais e até mesmo da sua condição social para conseguir conduzir e controlar a sua posse.

³ A Companhia Territorial Sul Brasil poderia ter problemas com as vendas de lotes de terras, pois poderiam estar ocupadas por intrusos, por isso a expressão referenciada pela companhia de que a área das terras estaria completamente “*devassada e muito inçada com ervas daninha*”. Documento de 30 de dezembro de 1974. Documento avulso do acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando, Maravilha, Santa Catarina.

A propriedade da terra desempenhou uma condição fundamental para a construção de uma unificação de produção, à medida que se reproduziam na família as condições que o intruso viabilizava, o que os caboclos desejavam da propriedade de terra. Para tanto, “[...] era a produção das condições de sobrevivência e reprodução da família e não a renda da terra, o lucro ou a acumulação de capital [...]” (POLI, 2002, p. 134). O intruso almejava ser um proprietário, pois a propriedade poderia lhe trazer emancipação, demonstrando ter um valor na condição de ter posse. O acesso à propriedade possibilitaria o seu desenvolvimento e criaria um horizonte de fixação a um determinado local, com o intuito de construir seu modo de vida e estreitar vínculos com os grupos sociais já estabelecidos.

A área que os intrusos objetivavam nas cercanias de Campo Erê estava muito relacionada à sua situação econômica. Não havia estimativa de adquirir uma grande área, mas apenas alguns hectares, que permitissem dar o sustento à sua família e deixar a condição de intruso, o que lhe traria um pouco de tranquilidade. A maior dificuldade dos intrusos nas cercanias de Campo Erê em adquirir uma área de terra e possuir uma titulação deve-se à sua condição econômica. Tanto para o caboclo quanto para o colono, o principal fator tido como obstáculo era a condição de pobreza. A Companhia Territorial Sul Brasil buscava ter o controle das suas terras, para tanto, realizava incursões, por intermédio de seus encarregados e mostradores de terras, a fim de verificar a situação de intrusão nas suas áreas de domínio.

As multidimensionalidades do pequeno agricultor intruso nas cercanias de Campo Erê, no oeste catarinense, demonstram que esses grupos tiveram semelhanças e diferenças no acesso a terras e na permanência nelas. A intrusão foi relacional e esses fatores dimensionam a sua multidimensionalidade.

Considerações finais

Nas cercanias de Campo Erê, havia vários sujeitos, tratados de forma singularizada pela Companhia Territorial Sul Brasil, pelo governo construído, pelo Poder Judiciário e pela sociedade, pois estavam a mercê de uma escritura, que provavelmente lhes garantisse a posse da terra em definitivo, mas, mesmo assim, talvez esses sujeitos, os pequenos agricultores, continuassem sendo multi-identitários, multifacetados e multidimensionalizados, porque, possivelmente, ainda estariam vivenciando conflitos, não mais pela posse da terra, talvez alguns ainda estivessem, entretanto, esses pequenos agricultores estariam vivenciando as dificuldades das cercanias de Campo Erê, algumas dificuldades pontuais, como: assistência ao crédito; educação; saúde; escoamento de seu produto; comercialização de seu produto; questões religiosas; estradas; energia elétrica.

A intrusão é um processo produzido, envolve sujeitos que se tornavam intrusos em função de diferentes processos. Nas cercanias, tivemos particularidades relacionais de pequenos agricultores, principalmente pela intrusão múltipla desses sujeitos.

Os conflitos agrários nas cercanias de Campo Erê, oeste de Santa Catarina, colocaram em evidência as singularidades da luta pela terra dos pequenos agricultores intrusados. Os conflitos pela posse da terra trouxeram à tona diferentes sujeitos envolvidos nesse processo. Esses sujeitos são pequenos agricultores inseridos num território que é múltiplo, que possui uma heterogeneidade de ações, com seus múltiplos modos, com uma agricultura simples, sujeitos que se deslocam em uma mobilidade constante dentro das próprias cercanias sul e norte de Campo Erê. Foram as companhias colonizadoras que conquistaram a concessão de grandes glebas de terra para promover a sua mercantilização, enquanto o Poder Judiciário, muitas vezes, posicionava-se a favor das colonizadoras ou dos fazendeiros. Por sua vez, o Estado, constituído de poder, em muitos casos, foi omissivo aos conflitos de terra. Então, as instituições como o Incra entram em cena para promover a regulamentação das terras nas cercanias de Campo Erê.

Através do valor mercadológico empregado à terra, o processo de produção capitalista transformou a terra em reserva de valor. Isso trouxe à tona o elemento central da problemática fundiária do oeste catarinense, a terra, isto é, a obtenção ou não de uma regulamentação da posse da terra. Esse processo de não regulamentação da terra desencaixou, na cercania de Campo Erê, o epicentro de intrusão, tronando-se um grande fenômeno.

As cercanias de Campo Erê tornaram-se uma grande área de intrusão, pois tem-se a ação do governo para direcionar as companhias a comercializar essas áreas, com a atuação e a política desenvolvidas pela Companhia Terri-

torial Sul Brasil em seus territórios. Isso faz com que esse epicentro de Campo Erê se torne o principal foco de intrusão nesse espaço. Os pequenos agricultores foram sendo empurrados para esse território, porque essa área era ociosa, uma área de campo, ao norte, e, ao sul, uma área dobrada. É nesse território que estão inseridos esses pequenos agricultores intrusados, que sobrevivem de uma economia mais simples. Pelos entraves estabelecidos nas cercanias de Campo Erê, o Incra passa a promover uma mediação sobre a problemática da terra nesse espaço.

Por que essa região manifestou um grande conflito em sua definição? O que está exposto é o elemento jurídico para regularizar e se manter na terra. Porque essa região represou um contingente grande de pequenos agricultores, que estavam lutando para a incorporação do espaço e definindo esse espaço como deles. O intruso, em primeiro lugar, não é um sujeito, a intrusão é uma relação, é a sua multi-identidade, a sua multidimensionalidade. O intruso é multidimensional. Para alguns, o intruso se encaixa no eixo de ocupação, mas, na medida em que houver uma ação de despejo, uma ação que tenta regulamentar a situação, ou seja, se constitui numa intrusão, no âmbito da intrusão.

O intruso é multi-identitário, multifacetado e multidimensionalizado. O sujeito principal dos conflitos é o intruso, ele pode ser índio, caboclo ou de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa). Mesmo tendo característica e etnicidade diferenciadas, possuía simetrias de identificação. Os sujeitos eram considerados intrusos, porque não tinham escrituras. A intrusão é um processo construído. Esses sujeitos tornavam-se intrusos em função de vários

processos. A intrusão nesse espaço promoveu um grande campo de análise, as multi-identidades e as multidimensionalidades do intruso. Esse pequeno agricultor se torna múltiplo porque é intruso e não possui escritura da posse da terra, assim como pela estruturação agrária no oeste catarinense; pelas ações das companhias colonizadoras; pela estruturação da terra; pela mobilidade; pelos despejos; pela instabilidade social estabelecida nas cercanias de Campo Erê; pela formação dos núcleos agrícolas; pelas estratégias de permanência; pelas ações judiciais. Portanto, esses elementos foram significativos nas cercanias de Campo Erê, pois suas relações processuais foram múltiplas.

Referências

- GRYNSPAN, Mario. Posseiros. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 373-376.
- MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: RS 1890-1930*. Passo Fundo: UPF Editora, 2012.
- MARQUETTI, Délcio. *Bandidos, forasteiros e intrusos: história do crime no Oeste Catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó: Argos, 2008.
- ORTIZ, Helen Scorsatto. *Costumes e conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1857-1927)*. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- POLI, Odilon Luiz. Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 16, n. 15, p. 107-176, 2002.
- RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Cadernos do CEOM: 10 anos de CEOM*, Chapecó, n. 1-8, p. 221-358, 1995.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 29-58, dez. 1996.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, maio/ago. 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Caboclos e colonos: encontros e desencontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Curitiba: Prisma, 2016.

TEDESCO, João Carlos; CARON, Márcia dos Santos. A preocupação com os “de dentro” e a reconstituição do etos de camponês: relações inter-étnicas na colônia Erechim, norte do RS – 1908-1915. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia (org.). *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. v. III. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013. p. 144-169.

TEDESCO, João Carlos; CARON, Márcia dos Santos. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho – 1927-29: o caso do “bando de João Inácio”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 161-185, jan./jun. 2012.

WERLANG, Alceu Antônio. *A colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2002.

WOLOSZYN, Noeli. Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. *Linhas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan./jun. 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.



Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina

Samira Peruchi Moretto

Marlon Brandt

Introdução

O presente texto¹ objetiva discutir de que modo as práticas de uso e acesso à terra pela população cabocla do oeste de Santa Catarina modelaram a paisagem dos espaços rurais dominados pela floresta – até a primeira metade do século XIX. Verifica-se nesses espaços a existência de uma rede complexa de

¹ Este capítulo traz alguns resultados das pesquisas desenvolvidas por meio de fomentos aprovados nos seguintes editais: Edital nº 335/GR/UFS/2019, Edital nº 1010/GR/UFS/2018 e Edital nº 490/GR/UFS/2018. Projeto de pesquisa guarda-chuva: “Memórias e imagens de uma paisagem em transformação: colonização e desmatamento no oeste de Santa Catarina”. Bolsistas: Adriana Elizabeta Seitenfus (UFS), Clóvis Alceu Cassaro (UFS), Gerson Junior Naibo (CNPq), Michely Cristina Ribeiro (CNPq). Para mais informações, consultar outras publicações dos autores, como: Brandt e Silva (2014); Brandt (2015a, 2015b); Moretto (2018); Moretto e Brandt (2019).

elementos naturais e humanos em atividades que combinavam o uso privado e coletivo das áreas de floresta, ligadas à criação de animais soltos, à extração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e à agricultura, formando o que pode ser definido como “paisagem cabocla”.

Para entender o conceito de “paisagem cabocla”, é necessário debruçar-se em autores de diferentes áreas do conhecimento. Dialogar com variadas disciplinas é uma metodologia necessária e muito presente na vertente da História Ambiental, que conduzirá este trabalho. Para o historiador ambiental, Donald Worster (1991, p. 213), esta corrente vem retirando subsídios de várias outras disciplinas, como das ciências naturais, da antropologia e da teologia:

Cada disciplina pode, é claro, ter a sua tradição, sua maneira particular de abordar questões. Mas se esta é uma era de interdependência global, certamente é também o momento para alguma cooperação interdisciplinar. Os pesquisadores precisam disso, a história ambiental precisa disso, e a terra também. [...]. Os historiadores ambientais vêm se apoiando em muitos geógrafos para chegar às suas conclusões.

Dessa forma, o termo caboclo, para Dêlcio Marquetti e Juraci Brandalize Lopes da Silva (2016, p. 109), designa “[...] um dos habitantes das fronteiras do sul do Brasil, que aí vive desde o período anterior à chegada dos colonizadores de origem europeia”. Mesmo que, como aponta Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 48),

[...] não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões.

A paisagem, analisada sob uma ótica geográfica, é a expressão materializada do espaço, compondo “[...] o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza” (SANTOS, 2006, p. 103-104). Sendo determinada pelas formas preexistentes, ela seria o resultado de uma imbricada relação que envolve diferentes objetos e ações em variadas escalas temporais. Compreender a construção de uma paisagem implica não apenas se descrever o ambiente e os modos de vida de suas populações, mas também, como destaca Paul Claval (2004, p. 71), “[...] as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem”.

O historiador Simon Schama (1996, p. 70) traz elementos históricos e culturais para compor o conceito de paisagem, definindo-a da seguinte forma: “[...] paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha”. Schama (1996, p. 70), em seu livro *Paisagem e memória*, afirma que

[...] uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória.

Pensando a partir dos conceitos dos autores citados, a “paisagem cabocla” pode ser definida pelos usos, pelas apropriações e representações em torno da terra e do meio circundante desses grupos sociais mestiços, que ocupavam o oeste catarinense anteriormente à chegada dos migrantes europeus, no século XX. Destaca-se que a paisagem cabocla pode-

ria apresentar outra definição, se o estudo tivesse voltado para outra região. Portanto, para compreender os caboclos do oeste catarinense e a relação desses grupos com o meio natural, é necessário visualizar a região e sua composição florestal.

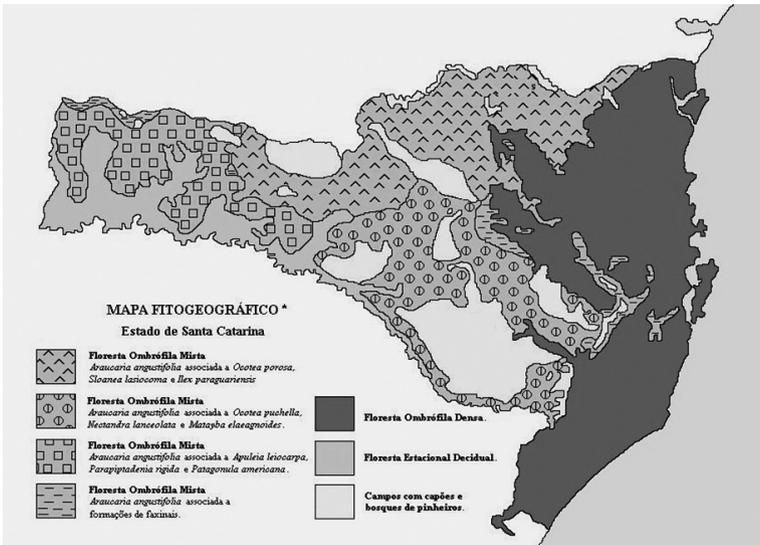
Entre campos e florestas: dualidade no povoamento do oeste catarinense

O Bioma Mata Atlântica, localizado nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, possui em torno de 20.000 espécies vegetais, das quais 8.000 são endêmicas (BRACK; KINUPP; SOBRAL, 2007). A região oeste de Santa Catarina abrigava cobertura vegetal original, isto é, antes do massivo desmatamento, era composta por Floresta Ombrófila Mista (FOM), também conhecida como Mata Preta, e pela Floresta Estacional Decidual (FED). A FOM é uma floresta densa e se difere pelo volume de árvores de outras formações vegetais que ocupam a fronteira sudoeste do Brasil. As áreas de floresta menos densa foram denominadas pelos colonos como Mata Branca, formações entre florestas e Campos².

² Apesar de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística denominar os Campos como “Estepes”, diversos pesquisadores, como Carl Lindmann (1974), Balduino Rambo (2010), Roberto Klein (1978), Valério de Patta Pillar e Fernando L. F. de Quadros (1997) e Gerhard Ernst Overbeck (2007), preferem referir-se a esta vegetação simplesmente como “Campos”, empregando também termos como “campo limpo” e “campo sujo”. No texto, essa formação vegetal será tratada como Campos, com letra maiúscula, para indicar a formação vegetal, enquanto campo, com letra minúscula, será empregado para indicar o tipo fisionômico da paisagem. São estes os Campos também conhecidos como Campos nativos ou naturais, que mantêm as espécies nativas sem o acréscimo ou a substituição por espécies exóticas. São denominados Campos artificiais aqueles formados pela ação humana, sendo cultivadas espécies tanto nativas quanto exóticas, podendo também ser em áreas em que a vegetação não era composta pelos Campos.

No oeste, encontram-se extensões consideráveis dessa formação em meio à FOM, como no caso dos “Campos de Palmas”, cuja maior área está situada no estado do Paraná, além de manchas menores em meio à floresta. Nos campos, também se encontram capões³, bosques, matas ciliares e de galeria, cuja composição florística é idêntica à da FOM. A FOM e a FED, bem como sua distribuição e as diferentes subformações da FOM, podem ser observadas na Figura 1.

Figura 1 – Domínios da Mata Atlântica e associações da FOM no estado de Santa Catarina



Fonte: Klein (1978, p. 22).

³ O nome capão dado às ilhotas de mata existentes espalhadas pelo Campo, geralmente limpo, vem, como aponta João Rodrigues Mattos (1972, p. 106), de *caapuan*, nome guarani que quer dizer caa, mata e puan, redondo.

Essa divisão entre campos e florestas levou a diferentes formas de ocupação e de relações com essa paisagem. A facilidade de encontrar uma região com áreas mais propícias para a lavoura ou para a criação de animais à solta foi preponderante nessas escolhas. Antes mesmo da chegada dos caboclos, populações indígenas usufruíam dos recursos e manejavam a floresta na região. Longe de constituírem uma natureza “primitiva” ou “intocada”, esses campos e florestas foram usufruídos e manejados de diversas formas pelas populações que passaram a percorrer esses espaços há mais de 12 mil anos (LINO, 2016), formando um “[...] mosaico vegetacional de usos pretéritos para populações que se sobrepõem com maior ou menor frequência e muitas vezes deixam vestígios” (OLIVEIRA; FRAGA; BERCK, 2011, p. 288).

No oeste, essas evidências da ocupação humana, descobertas por meio de pesquisas arqueológicas, estudos de partículas de carvão e análises palinológicas realizadas nos perfis sedimentológicos, demonstram o uso e o manejo dos recursos dos campos e florestas em atividades como a caça e a coleta (SILVA; BRANDT; MORETTO, 2018). Um maior registro sobre a presença de populações indígenas, bem como a relação com essa paisagem, passa a acontecer principalmente a partir do século XIX. Entretanto, conforme Clóvis Antônio Brighenti (2015), esses registros trazem poucas informações sobre o manejo dos recursos naturais praticados por esses grupos, apontando, sobretudo, as moradas ou a sua localização. Apenas a partir de pesquisas recentes que surgiram novas evidências em relação ao uso e ao manejo dos recursos da natureza, como a caça e a pes-

ca, além da existência de práticas agrícolas, em que pequenas roças eram abertas em meio à floresta. Índícios líticos, como ferramentas encontradas em achados arqueológicos, são apontamentos dos usos dos recursos e dão uma dimensão de como eram as práticas de caças, coletas e interação desses grupos com a terra.

Os séculos XVI a XVII marcam as primeiras incursões europeias no planalto sul brasileiro, principalmente por meio dos jesuítas com a fundação das missões e dos bandeirantes interessados na captura e escravização dos indígenas. Uma maior fixação europeia se daria a partir do século XVIII, com a captura e exploração do gado introduzido pelos jesuítas nos campos do Rio Grande do Sul. O trânsito desses animais pelos caminhos de tropas que iam sendo abertos a partir de então deu origem a diversas fazendas de pouso e criação, que se aproveitavam dos imensos campos que se abriam em meio às florestas, formando, mais tarde, as primeiras vilas e povoações da região. As características da flora foram essenciais para a escolha dos pousos e nortearam os caminhos dos tropeiros.

Enquanto a atividade pastoril dominava a economia e a paisagem dos Campos, as florestas representavam um espaço marginal. E eram essas florestas e pequenas manchas de Campos que se tratavam, como aponta Paulo Pincheiro Machado (2001, p. 19-20), de uma “[...] fronteira no sentido de ser a vanguarda de um processo específico de apropriação e colonização de terras”, que passaram a ser alvo da ocupação a partir do final da primeira metade do século XIX, por muitas pessoas ligadas até então às atividades de criação. Como agentes dessa expansão espacial,

encontravam-se ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros em busca de novas terras, partindo principalmente das áreas situadas ao leste, nos campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto do noroeste e oeste partiam dos campos de Guaruva e de Palmas no Paraná. No oeste catarinense, a extração da erva-mate, que ocorria desde o final do século XIX⁴ (PARANÁ, 1899), teria também atraído tanto os moradores de origem brasileira quanto da Argentina e do Paraguai (CORREIA, 1970).

Nesse contexto de ocupação, campos e florestas representavam não apenas paisagens distintas, mas também a possibilidade de independência dos laços até então costurados com as fazendas pastoris. Essa população poderia viver da criação de animais, e a fitofisionomia propiciava o extrativismo da erva-mate, a caça, a pesca e a agricultura de subsistência. Formavam o que Maurício Vinhas de Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”, caracterizada, conforme Arlene Renk (2006, p. 107), por “[...] uma prática costumeira de dividir espacialmente as terras em terras de plantar e terras de criar”. Essa divisão pode ser utilizada como a principal característica para identificar a presença da paisagem cabocla do oeste catarinense.

⁴ Marcos Gerhardt (2013) mostra, em sua tese de doutorado, que a prática já era comum durante o século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, na América Meridional.

“Terras de plantar” e “terras de criar”: roças e uso comum da terra na criação de animais

Rinaldo Arruda (1999, p. 81) destaca que o modo de povoamento empreendido pelos portugueses no Brasil ao longo do período colonial foi um dos responsáveis pela formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio, onde os modos de ocupação e o uso dos recursos naturais se devem às influências indígenas e ao caráter cíclico e irregular do povoamento. No planalto sulino em geral, parte do conhecimento indígena foi assimilado pelos europeus, sendo fundamental na construção e adaptação ao novo meio. Heranças nas quais se incluem, mais tarde, as influências africanas, que seriam amalgamadas pela população local, formando seu conjunto de explicações e representações da natureza. O uso do conhecimento dos grupos indígenas para adaptação dos europeus no território não foi exclusivo da Região Sul do Brasil, como apontado por Holanda (1994). Desde o início da colonização, as técnicas e os meios de subsistência, muitas vezes, ampararam o colonizador no meio tão estranho quanto adverso. Nessas condições, foram fixando-se traços culturais indígenas, presentes em diversas regiões do país, assim como no oeste catarinense.

Durante esses processos de povoamento, as sucessivasavas levas populacionais passaram a adotar, resignificar e construir práticas sociais e espaciais condizentes com o meio, desenvolvendo o conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos. Pode-se dizer que ocorreu um amálgama cultural, mas com características bem específicas de cada região. No oeste

catarinense, essas especificidades estão presentes nas técnicas adotadas na formação da “roça cabocla”, nas “terras de plantar” e nas “terras de criar”.

Nas áreas que compunham as “terras de plantar”, ocorria uma policultura com rotação de terras que, conforme Queiroz (1981, p. 36), possuía no milho “[...] o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia”. Essas roças eram cultivadas sob o sistema de rotação de terras, após derrubarem e queimarem parte da floresta. Na “roça cabocla”, cercavam-se não os espaços de criação, mas as “terras de plantar”, para evitar a invasão de animais. Após a abertura da roça, esta poderia ser cercada com tábuas lascadas de pinheiros, os chamados rachões, trincheiras em volta da plantação ou mesmo as imensas araucárias existentes que eram derrubadas para formar, com o tronco, o perímetro da plantação (BRANDT, 2015a).

A FOM, se vista de cima, dada a predominância da araucária, pode parecer homogênea, porém, apresenta subformações e submatas com diferentes espécies que assumem maior ou menor presença em algumas áreas, relacionadas a aspectos como clima e relevo. Encontram-se na FOM diversas espécies de lauráceas, mirtáceas e aquifoliáceas, como a erva-mate, formando grupos distintos de comunidades, como araucárias e lauráceas, como apontam Pedro Furtado Leite e Roberto Miguel Klein (1990) e também como pode ser visto na Figura 1. Essas diferenças encontradas dentro de uma mesma formação vegetal influenciaram também na natureza de ocupação e nos diferentes usos dos seus recursos naturais, como era o caso da presença, com mais destaque, da erva-mate.

A produção ervateira era realizada normalmente nos meses de inverno, quando todo o trabalho dependia da força familiar e não era rara a exploração em comum dos ervais encontrados em terras devolutas (BRANDT; SILVA, 2014). A presença e a importância da erva-mate nessas regiões seriam tais que ela era empregada localmente como moeda corrente, vendida a comerciantes locais – alguns dos quais também ervateiros –, na base da troca por gêneros alimentícios e outros produtos de consumo não produzidos nas suas terras, como tecidos, sal, açúcar, café, pólvora, entre outros. Muitos moradores poderiam também trabalhar como assalariados ou tarefeiros na coleta da erva-mate para diversas companhias ervateiras que se instalaram na região a partir da segunda metade do século XIX (FERRARI, 2011).

A produção ervateira no oeste catarinense tinha destinos variados, dependendo de sua localização. Mais ao oeste, próximo à fronteira argentina, o destino era para as ervateiras argentinas localizadas na fronteira e os comerciantes locais ou filiais de ervateiras paranaenses localizadas na região de Porto União. De lá, o produto poderia seguir, via-férrea, aos portos do Paraná e de Santa Catarina. Nas áreas próximas à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, concluída no início do século XX, cujo traçado seguia o rumo do Rio do Peixe, dinamizou-se a produção ervateira, atraindo ervateiros e comerciantes que despachavam o produto para os países do Prata e o Rio Grande do Sul (PARANÁ, 1899; CORRÊA, 1970; GOULARTI FILHO, 2012).

A criação de suínos era comum no Brasil desde o período colonial, sendo essa forma de criação uma das responsáveis pela conservação da vegetação florestal, embo-

ra pudesse promover impactos na fauna local, competindo com espécies nativas por alimento e espaço (DEAN, 1996). No sul do Brasil, a disseminação da espécie porcina possivelmente se deu acompanhando a formação das primeiras fazendas de criação de gado nos campos, a partir do século XVIII, mais tarde, dispersando-se junto ao povoamento das áreas de florestas nos interstícios das grandes fazendas. Por serem animais onívoros, alimentando-se de frutos caídos, sementes, sobretudo o pinhão, abundante na FOM a partir do outono, raízes, relva e qualquer animal pequeno, eles demandavam menor necessidade de trato e tempo necessário para abate ou comercialização que os herbívoros, como bois, cavalos e mulas (LAGO, 1988; CROSBY, 1993).

O ambiente favorável propiciou a muitas famílias caboclas encontrar na criação do porco, que era criado solto, e numa espécie de suinocultura extensiva (CHANG, 1988) a principal fonte de renda, sobretudo para as famílias que não dispunham de grandes áreas de Campos em suas terras. Criadas em um ambiente rico em fontes de alimento, as porcas poderiam ter grandes ninhadas, com um baixo custo de produção. Soma-se a isso a capacidade de conversão do porco do alimento em carne e banha. Os porcos convertem cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo dos bois, com menor tempo necessário para a comercialização, que poderia ser até de um ano (LAGO, 1988). Esses elementos fizeram com que a criação de porcos fosse amplamente disseminada, também, pelos fazendeiros das áreas de Campos, que se aproveitavam de capões e florestas às margens dos rios.

Quando necessária sua captura em meio à floresta, era comum recorrerem a práticas de auxílio mútuo, em que o ato de arrebanhar os animais era facilitado pelo contato entre os moradores, contando, em muitos casos, com o auxílio de cães para a tarefa. Após a captura, os animais poderiam ser destinados à subsistência da família ou, caso fossem comercializados, depois de arrebanhados, ser confinados em uma encerra de milho aberta em meio à floresta ou em um mangueirão, para continuar a engorda. De lá seguiam para alguma das pequenas fábricas de banha e carne, que passaram a surgir nos nascentes núcleos urbanos, destinados tanto ao consumidor local quanto ao mercado consumidor das grandes cidades das Regiões Sul e Sudeste do país ou a algum comerciante que despachava os animais vivos, em caminhões ou via férrea (MAMIGONIAN, 1986).

O conhecimento de técnicas e estratégias, construído historicamente pela população cabocla para a extração dos recursos naturais e a criação dos animais, conformou, nas palavras de Izabel Mendonça Faria *et al.* (2005, p. 267), “[...] a imbricação dessa população com o meio ambiente e, conseqüentemente, estabeleceu um alto grau de dependência em relação à manutenção dos mesmos”. Essa imbricação com a paisagem florestal, no entender da autora, “[...] se expressa pela elaboração de técnicas dependentes de elementos do ambiente específico”, o que pode ser visto na adaptação das práticas de criação, agricultura e extrativismo aos recursos oferecidos e aos ciclos naturais. Havia todo um calendário formado pelos ciclos da natureza para as atividades de extração de recursos, como a erva-mate e a criação de porcos, no caso estavam fortemente amparadas na produção do pinhão.

A criação dos porcos soltos nessa modalidade requeria amplas áreas, sendo que cada animal necessitava, como aponta Roberto Lobato Corrêa (1970, p. 93), de cerca de cinco hectares de floresta, ou seja, essa atividade não pode coexistir com uma ocupação mais densa: “Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e à medida que o povoamento de colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas”.

Colonização e a derrubada das florestas

Com o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina firmado em 1916 e a criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, atual Joaçaba, no ano de 1917, a migração de colonos passou a ser incentivada pelo governo catarinense. A partir dessa data, a região oeste de Santa Catarina passou a receber migrantes de descendência europeia, oriundos de outras colônias, principalmente do Rio Grande do Sul, em busca de terras para lavoura. O governo do Estado concedeu terras devolutas a algumas companhias colonizadoras, as quais ficaram encarregadas por dividir essas terras em lotes que seriam vendidos aos colonos. O interesse do Estado era incentivar a vinda de migrantes como forma de garantir a legitimidade de posse da região, que havia sido disputada anteriormente tanto pela Argentina quanto pelo estado do Paraná. Esses colonos eram, em sua maioria,

[...] imigrantes alemães e italianos e descendentes de colonos já estabelecidos no Rio Grande do Sul, onde já haviam demonstrado a sua capacidade de colonizar e haviam se mostrado ordeiros e trabalhadores [deixando de lado a presença de indígenas e caboclos] (NODARI, 2012, p. 39).

A colonização introduziu valores externos em toda a região, deixando à população local duas alternativas visíveis: adaptar-se ou ficar excluída. Alternativas que eram impostas pela desestruturação do modo de vida e pelo descompasso existente, em relação aos diferentes usos da terra pela população cabocla e pelos colonizadores. Muitos dos moradores de origem cabocla que possuíam as terras sob o regime da posse passaram a ser alvo da expropriação de suas terras, pois sua presença poderia trazer obstáculos à colonização e à comercialização das terras. A própria relação entre caboclos e colonos que passaram a adquirir os terrenos das colonizadoras que atuavam na região também era complicada, tanto, como aponta Jaci Poli (1995, p. 100), “[...] quando envolvia a necessidade de desocupar a posse para dar lugar ao proprietário”, quanto em relação à incompatibilidade entre os diferentes usos da terra.

Além das diferentes concepções no que tange à noção de propriedade da terra, as situações de tensão e conflitos estavam relacionadas às práticas socioespaciais da população cabocla, como o costume de se criar os animais em comum, como aponta Arlene Renk (1997, p. 107-108):

Os conflitos se originariam por duas razões. A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava à companhia o fim desta prática. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização das terras, isto é, com a agricultura rotativa. Uma utilização mais “racional” permitiria que diversas famílias, em exploração familiar, se valessem da área com resultados que, do ponto de vista do colonizador, seriam, seguramente, melhores.

A presença da floresta madeirável foi, também, um fator que levou a disputas pela terra. Ter terreno com pinheiros significava uma fonte de renda. Porém, essa visão não ocorreu desde o início da colonização, sem a presença de serrarias, era muito difícil a venda da madeira, problema potencializado pela não existência de vias de rodagem na região.

No início do século XX, as empresas colonizadoras enfrentavam dificuldades para transposição da floresta. Foi adotado pelas empresas colonizadoras o termo chamado “limpeza das áreas ou das matas”, que designava a derrubada da floresta com o objetivo de estabelecer áreas propícias para agricultura. Em algumas localidades de Santa Catarina, as agências colonizadoras desempenhavam o papel de venda e distribuição dos terrenos para os colonos, ficando responsáveis pela limpeza dos terrenos (RENK, 1997, p. 110).

O terreno limpo era mais valorizado pelos colonos quando não havia serrarias na região. Uma vez que, quando coberto pela floresta, era sinônimo de maior empenho e maior espera da primeira lavoura. Mesmo assim, a falta de recursos para comprar um terreno limpo obrigava muitas famílias a comprarem terras nas regiões com a densa floresta. Cabe frisar que a presença de madeira era garantia de lenha, mas os terrenos ocupados pela densa floresta apresentavam solos com raízes profundas e de difícil remoção, comprometendo a prática da agricultura.

Para os colonos que adquiriam lotes previamente delimitados, a derrubada deveria ser feita o mais rápido possível para as famílias obterem ganhos com a agricultura ou

a pecuária. Era comum que todos os membros da família se envolvessem na retirada da floresta, para agilizar a introdução agropecuária nos seus lotes.

Em algumas localidades de Santa Catarina, as agências colonizadoras desempenhavam o papel de venda e distribuição dos terrenos para os colonos, ficando responsáveis pela limpeza dos terrenos. No entanto, nem todos os terrenos eram em áreas de densa floresta. A presença de áreas de florestas era vista de bom grado e com usos previamente destinados. A propaganda apresentada pela companhia colonizadora Ângelo de Carli, Irmão & Cia, que vendia os lotes das colônias de Irany e Ressaca, onde atualmente se situa o município de Ponte Serrada, descrevia a região e a infraestrutura ali existente:

As terras das fazendas de Ressaca e Irany, são em sua maioria cobertas de mata branca, adaptáveis a cultura de todos os gêneros coloniais, e dos mais Famosos Hervalis ainda em ser desta região. Além das estradinhas carroçáveis por nos construídas, as nossas terras são atravessadas em toda a sua extensão pela única estrada Estadual, desta zona, conservada e cada vez melhorada pelo governo Estadual, pois pela mesma estrada passa a maioria dos produtos comerciais dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, cujos os escoamentos faz pela estação Herval, onde existem importantes Firmas compradoras e as quais exportam diretamente para São Paulo e Rio de Janeiro. A sede Ponte Serrada, que com um ano apenas de início já conta com uma bem montada serraria, diversas casas comerciais compradoras de qualquer produto, uma ótima escola dirigida por competente professor, um posto telegráfico, e uma Igreja em construção [...] (PROPAGANDA..., [1936], não paginado).

Nessas propagandas, eram enfatizadas as qualidades do local, como a existência de alguma infraestrutura ou empresa e a presença de uma serraria, o que mostraria o potencial madeireiro e a possibilidade de comercialização da madeira nas terras, embora fosse comum omitir ou mascarar muitas informações pejorativas pelas empresas colonizadoras, como a questão da população posseira ou mesmo a topografia dos terrenos, visando não afastar possíveis compradores.

A exploração da erva-mate também foi um dos fatores que contribuíram para o assentamento mais efetivo da população na região, principalmente na fronteira com a Argentina, então principal mercado consumidor. Desse fluxo, por exemplo, surgiram núcleos de povoamento, como Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, Barracão e Santo Antônio do Sudeste, no Paraná, ainda em fins do século XIX (FERRARI, 2011).

Após a instalação de serrarias e madeireiras na região, a atividade se mostrou bastante lucrativa. Durante muitas décadas, a região obteve a maior parte de seu sustento com o corte e a exploração da mata, contudo, sem a preocupação de preservação ou manutenção da floresta, resultando numa drástica transformação da paisagem.

Diversas imagens produzidas por colonos e madeireiros que atuaram na região ilustram esse processo de transformação da paisagem. São imagens que serviam para representar, conforme Susana Cesco (2004, p. 97), “[...] as transformações ambientais chamadas de ‘progresso’”, aproveitando-se das riquezas ignoradas pela população cabocla. A natureza, segundo Cesco (2004, p. 100), “[...] passa

a figurar como símbolo de progresso, desde que dominada, domesticada”. Isso fica claro nas imagens que destacam a derrubada da floresta e as lavouras.

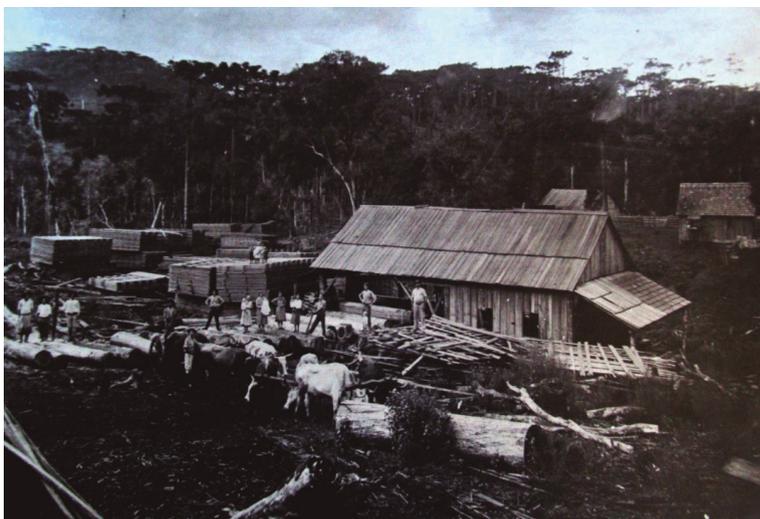
Na Figura 2, aparece um lote com poucas árvores próximas à habitação. Na Figura 3, a família está pousando em frente à serraria, sobre largos troncos de árvores abatidas, moldurada pela floresta ao fundo, simbolizando a prosperidade e o sucesso, ofertados pela derrubada da floresta. Em ambas as imagens, aparecem os animais, sinônimo de posses. A junta de bois que aparece na Figura 3 era utilizada como tração para transporte das toras de madeira.

Figura 2 – Residência de colonos com sua criação de animais



Fonte: Museu do Vinho Mário Pellegrin, Videira, SC.

Figura 3 – Serraria em Boa Esperança em 1937, Videira, SC



Fonte: Museu do Vinho Mário Pellegrin, Videira, SC.

Nas Figuras 2 e 3, são variados os elementos em comum que podem ser percebidos, dando destaque à presença de construções envoltas pelo terreno limpo. Havia a noção de que progresso dependia da transformação da natureza, em que, nas palavras de Silvio Marcus Correa e Juliana Bublitz (2006, p. 124), “[...] o caos da floresta sucumbisse à ordem, à racionalidade, à agricultura, considerada um símbolo da presença e engenhosidade do homem civilizado. A natureza deveria ser subserviente ao homem”, efetivando um modelo de “desmatamento civilizador” (BUBLITZ, 2010), realizado a partir de ideais europeus de antropização da paisagem.

O declínio da erva-mate e a desagregação dos espaços de uso comum

No início do século XX, a extração da erva-mate era reconhecida como uma atividade bastante rentável. Até mesmo os colonos advindos do Rio Grande do Sul eram atraídos pela presença de extensas áreas de ervais. Segundo o agricultor Davi Morsango, morador de Ponte Serrada, sua família migrou do estado vizinho para a região por causa da propaganda apresentada pela companhia colonizadora Empresa Ângelo de Carli e Cia:

A erva-mate tinha os preços daquela época, mais por minha mãe, o meu pai, eu era pequeno, eu tinha apenas oito anos quando ele faleceu. Mas minha mãe sempre contava que veio todos, não só meu finado pai, mas meus tios e outros. Meus avós, veio outros descendentes, muito pessoal lá. Todos vieram com intenção e o futuro de explorar a erva-mate na região. [...]. Eles faziam a propaganda, que era umas terras muito boas, muito férteis, muitos pinhalões, muita parte tinha madeira de lei, imbuia, cedro, as madeiras e principalmente a erva-mate que era o que mais tinha né (MORSANGO, 1996, não paginado).

Mesmo assim, a presença de ervais nativos não foi suficiente para evitar a derrubada das florestas. Se, no início, observavam-se famílias de colonos também explorando a erva-mate, a tendência com a desvalorização da erva-mate seria a derrubada dos ervais. A desvalorização da erva-mate estava também relacionada ao contexto econômico da Argentina, bem como ao início do cultivo da planta no país vizinho, tornando a província de Misiones uma das principais produtoras do país a partir da década de 1930 (FERRARI, 2011, p. 147).

Em matéria publicada no jornal *A Voz de Chapecó* (1940, p. 1), intitulada “Erva-mate”, havia informações sobre o declínio da produção ervateira, comparando a situação do município de Canoinha com o oeste de Santa Catarina, apontando que, mesmo com os esforços do Instituto Nacional do Mate, a situação era muito ruim para os produtores:

A progressista e futura cidade do Norte do Estado, que é grande produtora do mate, está passando presentemente o que Chapecó, que rivalizava com Canoinhas na indústria ervateira, já passou. Escrevemos já passou, porque para nós a erva-mate hoje representa apenas saudosa lembrança do passado. Desde aquela famigerada toska bromatológica, do vizinho Estado do Rio Grande do Sul, de trezentos réis por Kg e aquele privilégio de um único comprador que pagava apenas 3\$000 por arroba de erva posta no passo Goio-en, do Rio Uruguai, que não compensava o custo da produção e do transporte, a indústria morreu em Chapecó. [...]. As leis econômicas de produção, consumo e distribuição das riquezas, escapam muitas vezes à ação humana. A situação de Canoinhas é má, mas lá ainda há esperanças, sonhos e ilusão. E Chapecó? Deixaremos este assunto para evitar tristeza.

A produção ervateira em território argentino, acompanhada de políticas internas de substituição das importações, promoveu a queda na produção e participação na pauta econômica catarinense, sendo substituída simultaneamente na região pela atividade madeireira (GOULARTI FILHO, 2012). Isso fez com que a exploração madeireira, concomitante com a conversão de florestas em terras para a agricultura, fosse a responsável, conforme Maristela Ferrari (2011, p. 222), pelo desaparecimento de grande parte dos ervais nativos na região oeste em um prazo de aproximadamente trinta anos. A autora ressalta que, no caso da

região fronteira à Argentina, foram as próprias ervateiras que, em um contexto de queda na produção, passaram a comercializar a madeira, aproveitando-se dos mesmos circuitos já estruturados pelo fluxo da produção ervateira.

Restaram à população cabocla, excluída de suas terras, onde poderiam criar seus animais e manter sua roça e o acesso aos ervais, a atividade nas serrarias que aportaram na região ou o trabalho na coleta da erva-mate, como assalariados contratados pelas indústrias ervateiras que passaram a explorar os ervais remanescentes. A coleta da erva-mate passou a ser vista pelos colonos e colonizadores como uma atividade inferior, de baixa remuneração, em que o trabalho era, na maioria das vezes, sazonal e itinerante (RENK, 2009). Essa atividade, para Arlene Renk (2006, p. 194), passou a constituir um ofício étnico no oeste catarinense:

Aos italianos cabe o espaço da lavoura (pequena propriedade e granja), do comércio e da indústria. Os grupos produtivos envolvidos na erva distribuem-se de modo similar: os donos são italianos; os produtores de erva-mate são colonos ou fazendeiros; e os extratores, invariavelmente, os caboclos. Neste caso, a extração é naturalizada como atividade de caboclos [...]. O corte da erva é “só com eles”. “Eles só fazem isso e só sabem fazer isso”, afirmam os italianos.

Soma-se a esse fato a desqualificação de suas formas de acesso e uso da terra, ao passo que foram exaltadas as virtudes dos colonos, principalmente de origem germânica e italiana, em relação à valorização do trabalho e às suas práticas agrícolas. Marcados pela exclusão, muitos dos seus descendentes passaram a compor uma parcela dos moradores das periferias de diversas cidades da região, formadas

a partir de diversos núcleos populacionais criados pelas colonizadoras, ou a compor o quadro de diversos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da região (PERTILE, 2013; RENK, 2009).

Considerações finais

A partir do avanço da colonização e da indústria madeireira, as áreas cada vez mais afastadas, gradualmente, foram desagregando os espaços dominados pela floresta, impedindo assim a população cabocla de manter e reproduzir suas práticas costumeiras de uso e acesso à terra e aos recursos naturais, em atividades como a coleta da erva-mate e a criação de porcos soltos na floresta. Estas, até então responsáveis por modelar a paisagem da região, em que se conservavam extensas faixas de floresta, compartilhadas em comum pelos moradores, formando as “paisagens caboclas”.

A presença da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) nas áreas florestais foi um grande atrativo para ocupação. Quando, nas florestas, a erva-mate escasseava, tinha-se a criação dos animais, principalmente porcos, que eram criados soltos, compartilhando em comum a floresta, como principal fonte de renda. O dueto foi responsável pela manutenção de muitos grupos que habitaram a região.

Num período não maior que três décadas, essas terras se transformaram. Os espaços nos quais predominavam vastas florestas nativas, usufruídas em práticas que estavam integradas ao ambiente natural, passaram a ter uma nova paisagem, manejada pela ação das empresas madeireiras e

por lavouras realizadas por diversas famílias, na maioria de descendentes de colonos alemães e italianos, restando, atualmente, apenas pequenas manchas de floresta nativa.

É irrefutável o fato de que o oeste do estado de Santa Catarina passou por drásticas transformações na paisagem, narradas no decorrer deste texto. Entender o processo de formação e dinâmica das paisagens, como no caso das paisagens caboclas do oeste catarinense, a partir da História, é analisar a relação dos grupos sociais com o meio natural, proposto norteador da História Ambiental. Deve-se levar em consideração, também, que paisagem é formada ideologicamente por significados simbólicos, por meio dos imaginários sociais, por isso, a paisagem cabocla está conectada com os usos da terra e a identidade dos moradores do oeste de Santa Catarina.

Referências

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano II, n. 5, p. 79-94, 1999.

BRACK, Paulo; KINUPP, Valdely Ferreira; SOBRAL, Marcos Eduardo Guerra. Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1769-1772, maio 2007. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6655>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRANDT, Marlon; SILVA, Naiara Sampaio. A coleta da erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina: apropriação privada da terra e rupturas (décadas de 1900 a 1940). *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 26, n. 3, 25 nov. 2014.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. *História*, São Paulo, v. 34, p. 303-322, 2015a.

BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Éderson (org.). *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro e João Editores; Chapecó: UFFS, 2015b. p. 11-40.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Processos de colonização e povos indígenas no Oeste catarinense. In: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco (org.). *Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai*. Chapecó: Ed. da UFFS; Porto Alegre: Letra e Vida, 2015. p. 191-219.

BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. 2010. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CESCO, Susana. *Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio o Peixe: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental*. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CHANG, Man Yu. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988. 123 p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagens textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan./mar. 1970.

CORREIA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora; Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2006.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FARIA, Izabel Mendonça *et al.* Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, Anita; PINEIRO, Diego (org.). *Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 259-286.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o Extremo-Oeste de Santa Catarina e Paraná e Província de Misiones (Século XX e XIX)*. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0458-T.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan./abr. 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KLEIN, Roberto. *Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina*. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LAGO, Paulo Fernando. *Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.

LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil: Região Sul*. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 113-187.

LINDMANN, Carl Axel Magnus. *A vegetação do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1974.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos Radin; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo Afonso (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 92-108.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F. (org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 11-29.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: ATLAS de Santa Catarina. Florianópolis: Gaplan, 1986.

MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, José Carlos Radin; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo Afonso (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 109-129.

MATTOS, João Rodrigues. *O pinheiro brasileiro*. São Paulo: Grêmio Politécnico DLP, 1972.

MORETTO, S. P.; RIBEIRO, M. C. Belíssima e de clima mais saudável do Estado – a região Oeste catarinense, sua ocupação e as transformações ambientais. *Revista Inclusiones - Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, Chile, v. 5, p. 192-201, 2018.

MORETTO, Samira Peruchi. Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do Oeste Catarinense, na segunda metade do século XX. *História Revista*, Goiânia, v. 22, p. 107-120, 2017.

NODARI, Eunice Sueli. As florestas do Sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D. E.; DRUMMOND, J. A. (org.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1. p. 241-260.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Eric. Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade dos carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. *Interthesis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 286-315, 2011.

OVERBECK, Gerhard Ernst *et al.* Brazil's neglected biome: the South Brazilian Campos. *Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics*, Zurich, v. 9, n. 9, p. 101-116, 2007.

PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1899.

PERTILE, Noeli. Espacialidade das ações humanas: o trabalho cotidiano na agricultura familiar do Oeste catarinense. In: CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete Webler. *O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 143-158.

PILLAR, Valério de Patta; QUADROS, Fernando L. F. de. Grassland-forest boundaries insouthern Brazil. *Coenoses*, Gorizia, v. 12, n. 1-2, p. 119-126, 1997.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIO-CULTURAL DO OESTE. *Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom*. Chapecó: Unoesc, 1995. p. 71-110.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Ensaios, n. 23).

RAMBO, Balduino. A fisionomia do Rio Grande do Sul. *Cadernos RBMA: Série Documentos Históricos*, n. 31. Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_31.pdf. Acesso em: 3 mar. 2010.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. Expropriação do campesinato do Oeste catarinense. *In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 297-310.*

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Claiton Márcio da; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. *In: CARBONERA, Mirian et al. (org.). Chapecó 100 anos: histórias plurais*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. v. 1. p. 181-214.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Fontes

ERVA-MATE. *A Voz de Chapecó*, 14 de abril de 1940, n. 40, p. 1.

MORSANGO, Davi. Entrevista realizada com o senhor Davi Morsango em sua residência localizada na rua Madre Maria Teodora, 153, no município de Ponte Serrada SC. por Paulo Antônio Pastorello, em 15 de novembro de 1996. Acervo CEOM.

PROPAGANDA de Colonização Ângelo de Carli, Irmão & Cia. Colônias Irany e Ressaca. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Porto Alegre, [1936]. Acervo CEOM.



Elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo

Humberto José da Rocha

Introdução

A mediação é inerente às relações sociais e aos estudos na área das Ciências Humanas em diferentes medidas. No que diz respeito aos movimentos sociais, especialmente no campo, ações de mediação podem ser percebidas em diversos momentos do processo histórico, podendo-se até especular sobre a impossibilidade de haver movimento social sem mediação.

A polissemia do termo e a natural interdisciplinaridade implicada, ao mesmo tempo em que ajudam na compreensão da dinâmica da vida social, podem remeter à banalização conceitual ou à simplificação das análises sobre relações sociais complexas. Por isso, são importantes as tentativas, ainda que parciais, de estabelecer algumas considerações para a abordagem desse tema.

A intenção deste trabalho é apresentar elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo. Estipulamos, como recorte temporal aproximado para a discussão, os anos entre 1930 e 1980, por entendermos que esse período, a partir da ação sistemática dos mediadores, corresponde a um processo de sistematização e estabelecimento de consciências sociais que estruturaram movimentos sociais clássicos.

Concebemos a discussão em quatro partes subsequentes. Primeiro, fazemos o que chamamos de *limpeza do terreno*, tratando a mediação na perspectiva dos movimentos sociais no campo de forma a distinguir sentidos que consideramos oblíquos às pretensões conceituais. Disto, apresentamos elementos constituintes e um recorte histórico para o termo, para que possamos definir um conceito fundamental. Estabelecido um conceito mínimo, as duas outras partes discutem, respectivamente, as ideias de verticalidade e circularidade na perspectiva da história cultural e, depois, a interioridade e a externalidade na perspectiva da consciência de classe.

Limpendo o terreno

“Na vida social, o que não é mediação?”. Essa indagação, com a qual Neves (2008a, p. 21) abre um de seus trabalhos sobre o tema, sintetiza a variedade de possibilidades teóricas e metodológicas possíveis quando da abordagem do tema da mediação. A interdisciplinaridade da discussão é natural. A perspectiva sociológica, interacionista e cultural das Escolas de Chicago e de Frankfurt, a filosófica-cultural

e a historiográfica-cultural são contribuições fundamentais, apenas para mencionar as mais próximas à discussão que ora empreendemos. A própria teoria das mobilizações sociais é transpassada por elementos de mediação. As perspectivas da mobilização de recursos, da mobilização política, dos novos movimentos sociais ou da sociologia latino-americana desenvolvem as análises considerando possibilidades, rivalidades, alianças, avanços e recuos em relação a outros agentes em escalas estruturais e conjunturais que implicam decisivamente mediações.¹

Essa riqueza conceitual e metodológica também pode representar um complicador quando se pretende discutir a mediação sob uma perspectiva específica. Nessa proposta de limpar o terreno e delimitar a discussão, sem desconsiderar as perspectivas antes mencionadas, tomamos como ponto de partida o trabalho de Martín-Barbero (1997, p. 17), quando o autor propõe discussões que escapem do que ele chama de “chantagem culturalista” e dos inevitáveis processos de “degradação cultural”. O importante para esse autor é ir além da relação de dominação e manipulação analisada por meio do exame dos meios de comunicação. No trabalho em que discute “dos meios às mediações”, o autor resgata a trajetória teórica dessa relação e propõe uma mudança metodológica, segundo a qual

[...] o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258).

¹ Sobre essas perspectivas teóricas, ver Gohn (1997) e Alonso (2009).

Embora a temática da mediação permeie as discussões desde os primeiros estudos nas diferentes áreas das Ciências Humanas, Novaes (1994, p. 179) registra que foi a partir da década de 1970 que esse tema entrou para o vocabulário dos estudiosos da questão agrária no Brasil. A autora questiona se “[...] o uso desse recurso teórico tem permitido compreender mais acerca das relações sociais no campo ou as tem ‘naturalizado’ levando a uma economia de reflexão” (NOVAES, 1994, p. 177). Como caminho para essa questão, faz uma advertência, que se impôs como um objetivo para nosso trabalho, ao afirmar que “[...] é preciso atentar para o perigo de, ultrapassando a polissemia, chegar à banalização de seu uso sem estabelecer seu *status* teórico” (NOVAES, 1994, p. 183).

Na busca por esse *status* teórico, mesmo que aproximado, adotaremos a estratégia de Signates (1998), o qual, ao estudar o conceito de mediação no campo da comunicação, começou explicando o que “não é” mediação para tentar estabelecer um conceito. Ainda que tratemos de movimentos sociais no campo, a perspectiva do autor se aproxima desta ao estabelecer um sentido de mediação que não pode ser confundido com “intermediação”, “filtro” ou “intervenção” (SIGNATES, 1998, p. 40-41). Adequando as distinções feitas pelo autor no campo da comunicação e para além de um mero jogo de palavras, a mediação na perspectiva dos movimentos sociais não pode ser confundida com “intermediação”, pela possibilidade de sugestão de grupos preexistentes a partir dos quais um terceiro grupo atuaria de maneira a equalizar as diferenças. A mediação nos movimentos sociais também não significa “filtro”, porque

assim pode sugerir a ideia de que algum grupo conduz as relações mediante manipulação dos conteúdos. Tampouco significa “intervenção”, pelo risco de interpretação da ação segundo um controle arbitrário de um grupo sobre outro no processo.

Paradoxalmente, a busca pelo delineamento conceitual aponta para um alargamento do sentido do termo mediação. Ao apresentar a discussão sobre “mediação, cultura e política”, Velho e Kuschnir (2001) resgatam o fundamento do interacionismo para assinalar que “[...] uma das tarefas importantes para o pesquisador é identificar situações e contextos mais ou menos possíveis à atividade mediadora”. O aspecto situacional implica que, para os atores sociais, “[...] as decisões e escolhas dão-se em um campo de possibilidades sociocultural, entremeado de relações de poder” (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 9). Esse viés situacional não pressupõe uma ação única ou isolada, mas um

[...] contínuo processo de negociação da realidade, escolhas são feitas tendo como referência sistemas simbólicos, crenças e valores, em torno de interesses e objetivos materiais e imateriais dos mais variados tipos (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 10).

Isso posto, os autores consideram elementos processuais, situacionais, simbólicos, de interesses e poder, os quais fazem da mediação “[...] uma ação social permanente, nem sempre óbvia, que está presente nos mais variados níveis e processos interativos” (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 10).

Essa amplitude da ação mediadora que Velho e Kuschnir (2001) defendem, no sentido teórico geral, pode ser verificada em estudos na temática dos movimentos sociais

no campo. O trabalho de Ferrante (1994) sobre a mediação em um cenário de modernização no interior paulista reúne boias-frias, Sindicato, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e antagonistas. No que se refere ao aspecto teórico-metodológico, é importante quando a autora conclui que

[...] fica configurada a dificuldade de ser institucionalizada uma determinada identidade social, assim como fica provada a falência dos modelos que analisam agentes e mediadores por atributos de um dever ser (FERRANTE, 1994, p. 143).

Essa dificuldade de enquadrar a ação ou um mediador aparece também no trabalho de Torrens (1994) sobre a mudança na postura política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir da interação com mediadores tais como sindicato, Igreja, CPT, organizações não governamentais (ONGs), Estado e organizações patronais. O autor analisa que, desde o surgimento, passando pela consolidação e autonomia do movimento social, os mediadores que contribuíram para a viabilidade do nascimento do movimento terminaram participando em espaços de atuação cada vez mais restritos e pontuais pelas diferenças de posição, chegando a haver no movimento um concorrente pelo capital político no campo. Corroborando essa amplitude teórico-metodológica, o autor assinala que essa mudança de rumo dos atores sociais a partir da mediação é percebida desde as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) nos anos 1950 e 1960. E mesmo o fato de os mediadores estarem mais coesos politicamente nos anos 1980 (em função do Partido dos Trabalhadores) não

permite previsibilidade nos resultados da ação mediadora (TORRENS, 1994, p. 153-154).

Esta primeira *limpeza do terreno* tratou de considerar a pluralidade de possibilidades teórico-metodológicas, bem como descartar tentativas de enquadramentos restritivos como “intermediação”, “filtro” e “intervenção”, além de admitir a imprevisibilidade dos resultados dos processos de mediação de forma a evitar a ideia de verticalização e subordinação entre mediador e mediado. Isso posto, podemos inicialmente tomar a mediação enquanto uma unidade de análise com base na qual compreendemos espaços, atores e possíveis desdobramentos sociais, sendo que “[...] a unidade de análise fundamental recai sobre as operações que produzem a interligação e as representações construídas para tal fim” (NEVES, 2008b, p. 39). Desse modo, estamos afastando esquemas rígidos de análise que pressuponham condicionamentos e antecipações, ao passo que admitimos diferentes possibilidades segundo as relações de poder que configuram essas unidades de análise.

Delimitando um perímetro

Distinguimos o que entendemos como mediação das ideias recorrentes de “intermediação”, utilizada nas mediações de conflitos, e de “filtro” e/ou “intervenção”, no sentido da seleção e do controle social por meio da informação. Além disso, evidenciamos a perspectiva situacional, segundo a qual relações de poder conferem imprevisibilidade aos desdobramentos dos processos de mediação. Feita essa *limpeza de terreno*, procuraremos delimitar uma unidade de

análise, o que faremos apresentando um conceito mínimo e alguns elementos constituintes, a relação com a ideia de *práxis* e o enquadramento temporal desse conceito no que diz respeito aos movimentos sociais no campo.

Adotamos como conceituação mínima o que propõe Regina Reyes Novaes (1994, p. 178) ao dizer que, em todas as formas de mediação, “[...] todos se propõem a ser ponte, estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir falas, linguagens...”. Tomando esse conceito como ponto de partida, convém desde já esclarecer que esse “estar entre” não significa a suposição de mundos hierarquizados. O que temos é uma coexistência complexa de agentes e situações nas quais os mediadores procuram conferir o máximo de inteligibilidade para as falas e linguagens, sem que isso signifique verticalização dos agentes, tampouco garantias *a priori* de liberdade ou dominação. Para além dessa conceituação mínima, é importante elencar alguns elementos constituintes que vão ao encontro das restrições anteriores e conferem maior funcionalidade ao conceito. A partir das ideias de Neves (2008b), consideraremos três elementos principais: *situação, reciprocidade e pedagogia*.

A natureza *situacional* da mediação resgata premissas dos estudos sobre interacionismo desenvolvidos no âmbito da Escola de Chicago. Nas palavras de Neves (2008b, p. 22-23),

[...] reafirma-se a exigência de qualificação dos espaços de abrangência, que são contextuais, datados e situados, impregnados por representações sociais que os agentes (mediados e mediadores) são construtores e portadores.

Essa contextualização das significações afasta o perigo da generalidade e permite pensar a mediação de forma processual, tal como nos referimos anteriormente sobre o caso do MST.

A *reciprocidade* é um elemento importante por relativizar as diferenças entre os envolvidos na ação mediadora. Por reunir atores com horizontes culturais distintos, Neves (2008b, p. 35) destaca a necessidade de “[...] elaboração de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social da mediação”. Essa reciprocidade serve também para evitar a verticalização dos atores, conferindo papel de protagonismo não só para mediadores, mas também para mediados, evitando a dualidade ativo/passivo.

A natureza *pedagógica* da mediação advém da ideia de que “[...] toda a mudança de posição social se objetiva por um trabalho educativo” (NEVES, 2008b, p. 36). A autora assinala que essa natureza pedagógica é normalmente considerada pelo viés do mediador que ensina e do mediado que aprende. Todavia, chama a atenção para o fato de que o mediador, ao realizar a sua prática, tem a oportunidade de rever suas próprias contradições, implicando um processo de aprendizagem mútuo.

Esses elementos servem para enriquecer o conceito inicial, permitindo considerar a mediação como um trabalho pedagógico recíproco a partir de significados situacionais. Essa (re)conceituação livre encontra respaldo teórico mediante um exercício de aproximação com a perspectiva filosófica. Nesse sentido, tomamos de empréstimo a ideia de *práxis* que Vázquez (1977, p. 5) conceitua de forma ini-

cial como “[...] a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas como guia de sua transformação”.

Esse conceito geral de *práxis* apresentado pelo autor já demonstra proximidade com a ideia de mediação se observarmos os elementos de “interpretação” e “transformação”. À medida que avançamos nesse conceitual, encontramos dois outros termos que aprimoram tal relação, a saber, os conceitos de *práxis* “criadora” e “reflexiva”. A “*práxis* criadora”, segundo o autor, “[...] não se adapta plenamente a uma lei previamente traçada e culmina num produto novo e único”, tendo entre seus traços marcantes a “[...] indeterminação e imprevisibilidade do processo e do resultado” (VÁZQUEZ, 1977, p. 246). Complementarmente, o conceito de “*práxis* reflexiva”, para o mesmo autor, corresponde à “[...] possibilidade de orientar numa direção geral as ações aparentemente mais pobres para um objetivo mais geral e longínquo, com o qual essas ações ganham sentido” (VÁZQUEZ, 1977, p. 292).

Essa ideia de *práxis*, que será retomada na sequência da discussão, por ora, evidencia mais elementos para o refinamento da conceituação de mediação a partir das características de ação, interpretação e reflexão, bem como criação e transformação. Embora consideremos a mediação uma *práxis*, adotaremos, para o delineamento conceitual, a ideia de uma ação pedagógica recíproca que, com base na interpretação e reflexão situacional, tem a capacidade criadora e transformadora da realidade. O acréscimo de elementos ao conceito não pode significar mero enchimento ou reunião de coisas diferentes, formando um mosaico. É preciso ter

em vista que a mediação supõe o encontro de perspectivas distintas, não acontecendo aleatoriamente, mas com início em um reconhecimento mínimo e recíproco entre os atores e suas aspirações em determinada situação ou contexto.

Situação e contexto são elementos que compõem a perspectiva temporal da análise sobre mediação. Considerando situação como algo mais específico, relacionado a uma fenomenologia da mediação, e contexto como algo mais elástico, do ponto de vista espaço-temporal, o que importa para uma delimitação conceitual é o lapso temporal de referência para o estudo das mediações no campo. Isso não implica afirmar que a mediação acontece em determinado espaço de tempo, mas que, ao longo do processo histórico, essa ação assume perspectivas distintas em função dos atores envolvidos em situações e contextos específicos.

Mobilizações e lutas sociais são inerentes ao processo histórico da humanidade, e diferentes formas de mediações permitiram o surgimento de movimentos utópicos, como os falanstérios ou messiânicos, como Canudos no Nordeste ou o Contestado no Sul do Brasil. Todavia, é a partir da década de 1930 que se verifica um processo social que culminará nos anos 1950, quando a mediação assume um papel preponderante na mobilização social no campo. Seguindo sob a luz do resgate histórico feito por Martín-Barbero (1997), os anos 1930 servem como marcos iniciais em função da formação das nações no sentido moderno, integrando Estado Nacional e mercado internacional mediante um discurso populista. A crise global de 1929 atingiu o Brasil refletindo econômica e politicamente. A ascensão de Vargas ao governo em 1930 foi acompanhada de uma políti-

ca de substituição de importações que acelerou a indústria brasileira (TAVARES, 1973) e, a contar do final dos anos 1930, de uma “Marcha para o Oeste”, empreendida com o objetivo de ocupar “espaços vazios” no interior do território brasileiro com a instalação de Colônias Agrícolas (MARIN; NEVES, 2013). Assim, o período entre 1930 e 1945 ficou marcado pela aceleração da industrialização, a qual refletiu na urbanização paralelamente a ações de interiorização que alteraram a estrutura fundiária de forma a oferecer elementos de identificação popular.

O fim do Estado Novo abriu uma janela de democratização, a partir da qual a ação dos mediadores encontrou oportunidade política para atuar entre o Estado e as massas. Sob a luz da Guerra Fria, esgotava-se o modelo brasileiro de substituição de importações e iniciava-se um novo surto de aceleração industrial com os anos 1950. No meio rural, estava em curso a chamada “Revolução Verde”, uma iniciativa de empresas norte-americanas para a modernização da agricultura mundial por meio da intensificação da mecanização e do uso de adubos e defensivos químicos. Na década de 1960, essa “Revolução” chegou definitivamente ao Brasil com uma indústria pesada instalada, o que permitiu a “industrialização da agricultura” com o estabelecimento de fábricas de máquinas e insumos e o esforço para criar demanda para essa indústria. Nos anos 1970, a opção pela industrialização se reforçou em função da crise do petróleo de 1973, a qual ratificou a opção brasileira pela matriz hidrelétrica para a geração de energia. Nesse período, grandes usinas hidrelétricas foram instaladas, principalmente no Nordeste e no Sul, movimentando os setores

elétrico e da construção civil, ao mesmo tempo que representava a expropriação de milhares de famílias no campo.

Então, o processo histórico desde os anos 1930 representou a reconfiguração do campo através da industrialização e da reorganização fundiária, as quais, mediante ações colonizadoras, a Revolução Verde e a instalação de grandes hidrelétricas, asseveraram a concentração fundiária, acompanhada de uma rápida expansão da fronteira agrícola. O fim do Estado Novo em 1945 e a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI 5) em 1978 são marcos de oportunidade política dentro desse processo, sinalizando para a intensificação das mobilizações sociais contra esse processo que expropriava e empobrecia. É nesse curso que se destacam atores sociais, como partidos políticos (comunistas e trabalhistas), igrejas (Católica e Luterana), universidades e ONGs, como mediadores fundamentais para o processo de amadurecimento da consciência de classe e, consequentemente, do surgimento de movimentos sociais que passariam a protagonizar as lutas no campo.

Verticalidade e circularidade

O recorte temporal apresentado anteriormente compreende os anos de 1930 a 1980, sendo que, em 1950, se interpõe uma revitalização do processo por meio de uma aceleração industrial. Ao resgatar a história dos camponeses e da política no Brasil, Martins (1981) assinala a importância do Partido Comunista e da Igreja Católica na mediação dos movimentos sociais no campo. Embora se registrem ações mediadoras anteriores, o autor chama a atenção para o fato

de que “[...] o despertar político dos camponeses brasileiros teve em ambos uma força propulsora” nos anos 1950 (MARTINS, 1981, p. 81), o que mais tarde contaria ainda com o acréscimo da ação do Partido Trabalhista Brasileiro.

Apesar de não tratar especificamente da mediação, Martins (1981) coloca em questão a discussão acerca da natureza da ação desses atores entre a tutela e a mediação. Ao passo que admite que “[...] a história do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato”, o autor “contra-argumenta” que

[...] a mediação política a que nos referimos dava um novo sentido à reivindicação camponesa, situava o camponês numa perspectiva mais ampla, recuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da expropriação, da exploração e da violência que ele sofria sob a tutela do corone” (MARTINS, 1981, p. 81-82).

Para o nosso debate, ainda que se possa relativizar o conceito de tutela, o segundo caminho se mostra mais claro. No que diz respeito aos movimentos sociais no campo, os comunistas anteciparam a mediação em nível nacional (MEDEIROS, 1995), os trabalhistas predominaram principalmente no Rio Grande do Sul (ECKERT, 1984), enquanto os católicos se mobilizaram em contrariedade aos avanços de ambos (BASSANI, 2009). Não obstante se reconheça a disputa entre esses grupos pelo monopólio da representatividade entre os camponeses, o imprevisível, elemento fundamental da mediação, aconteceu em todos os casos. As Ligas Camponesas passaram a rivalizar com o Partido Comunista (MEDEIROS, 1995), o MASTER passou a tomar

decisões alheamente aos aconselhamentos do governador, Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul (ECKERT, 1984), e, entre os católicos, surgiram iniciativas tangenciando as orientações gerais católicas e considerando mais as aspirações locais dos agricultores (MARQUES; BRUM, 1972).

Seguindo na perspectiva da mediação, é importante analisarmos o processo segundo o qual esta se afirma em detrimento da tutela ou mesmo da dominação do mediador sobre o mediado. Para isso, é preciso resgatar a ideia de reciprocidade enquanto elemento constituinte da mediação; todavia, entendemos que esse elemento pode ser mais bem compreendido se analisado pela perspectiva da “circularidade cultural”, a partir dos trabalhos historiográficos de Carlos Ginzburg e Roger Chartier.

No estudo sobre a inquirição feita pela Igreja Católica sobre um moleiro italiano que desenvolveu teses sobre a origem do mundo de forma a contrariar os ditames da Igreja no século XVI, Ginzburg (2006) se depara com a questão do encontro de mundos distintos: um, erudito, e outro, popular. Então, o autor suscita uma “[...] discussão sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes”, levantando algumas questões pertinentes, tais como:

Até que ponto a primeira está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura? (GINZBURG, 2006, p. 12).

O autor salienta o fato de que o moleiro Menocchio “[...] triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido” (GINZBURG, 2006, p. 95).

Embora tivesse acesso a uma leitura rebuscada, suas ideias extrapolavam as teorias apresentadas por aqueles eruditos. O autor assinala que “[...] não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio: uma mistura explosiva” (GINZBURG, 2006, p. 95). Ante esse encontro de mundos distintos em uma mesma situação e a possibilidade de predomínio de um sobre o outro, Ginzburg (2006) encontrou alternativa teórica no trabalho do filósofo Mikhail Bakhtin, a partir do qual ele apresenta o conceito de “circularidade”, para estabelecer que

[...] entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (GINZBURG, 2006, p. 10).

Mencionando, dentre outros trabalhos da história cultural, este sobre o moleiro italiano, Chartier (1990, p. 134) corrobora a ideia da circularidade cultural, defendendo que

[...] todos os materiais portadores das práticas e dos pensamentos da maioria são sempre mistos, combinando formas e motivos, invenção e tradições, cultura letrada e base folclórica.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o autor argumenta que

[...] a oposição macroscópica entre popular e letrado perdeu a sua pertinência. A essa divisão massiva – que muitas vezes definia o povo, por defeito, como o conjunto daqueles que se situavam fora do modelo das elites –, preferre-se o inventário das divisões múltiplas que fragmentam o corpo social (CHARTIER, 1990, p. 134).

Dessa forma, para escapar de visões compartimentadas ou de dominação de uma classe, grupo ou ideologia sobre outra, o autor aconselha que “[...] o que é necessário reconhecer são as circulações fluídas, as práticas partilhadas, que atravessam os horizontes sociais” (CHARTIER, 1990, p. 134).

Nessa “circularidade” entre os diferentes horizontes sociais, Chartier (1990, p. 136-137) explica que “[...] a aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural”. O autor chama esse processo de “apropriação”, a qual, segundo ele, não precisa ser tratada na perspectiva da exclusão ou da disputa, mas na perspectiva do “uso partilhado”, aproximando-a do que é proposto por Bourdieu (CHARTIER, 1990, p. 136-137). Apesar de Ginzburg estar tratando da Europa do século XVI e Chartier, discutindo caminhos da História Cultural, as ideias de “circularidade”, “apropriação” e “uso partilhado” vão ao encontro do que entendemos aqui como elementos de *reciprocidade*, *situação* e *práxis* na mediação. Traduzindo esses conceitos para o campo da mediação, podemos tomar como parâmetro que a ação mediadora pressupõe uma reciprocidade de significações entre atores de horizontes culturais distintos, sendo que estes, ao se envolverem no processo, partilham e se apropriam de elementos culturais próprios do outro grupo para reformular e ressignificar suas próprias significações e ações.

Voltando estritamente ao campo da mediação, Neves (2008b, p. 25-27) destaca o fato de, nas sociedades complexas, a vida social se manifestar a partir de “fronteiras

simbólicas entre campos determinados de relações” que abrangem contradições de saberes, valores e competências. Das relações entre essas contradições, constituem-se “estilos móveis de vida”, os quais representam reconfigurações indenitárias com base no encontro desses diferentes que buscam reconhecimento fundamentado na própria afirmação da diferenciação cultural.

Então, a teoria da circularidade cultural, bem como seus elementos de apropriação e uso partilhado, pode ser tomada de empréstimo da História Cultural e aplicada na análise das sociedades complexas da contemporaneidade. A pluralidade de atores e significados é reconfigurada por intermédio dos processos de mediação, sem que estes determinem a tutela ou a dominação de determinado ator sobre outro. O que é mais recorrente é a reconfiguração indenitária, até mesmo fazendo surgir novos atores e significados que tendem a se autonomizar em relação aos atores anteriores da mediação. Isso posto, passamos para a discussão de como isso se reflete especificamente nas mobilizações sociais no campo.

Interioridade e exterioridade

Resgatando a ideia de que a mediação implica um “estar entre, fazer meio de campo” (NOVAES, 1994, p. 178), reafirmamos que, nesse “campo”, os atores não podem ser entendidos exclusivamente como ativos ou passivos na ação, o que reforça a ideia da circularidade cultural e de seus elementos de “apropriação” e “uso partilhado”. Considerando o processo histórico entre 1930 e 1980, é importan-

te compreendermos a importância da relação entre determinado grupo e o mundo social. Assim, teceremos algumas considerações acerca da relevância da sistematização das ideias do grupo e sua relação com o exterior, o que faremos tomando como referência as ideias de Thompson (2017), pela proximidade com a perspectiva histórica e indenitária com que o autor desenvolve o tema.

Thompson (2017, p. 10, grifos nossos) acredita que

[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de *experiências comuns* (herdadas ou partilhadas), sentem e *articulam a identidade* de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

As ideias de “experiência” e “identidade” pressupõem o conceito de “consciência de classe”, que o mesmo autor apresenta como:

[...] a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações dos grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei (THOMPSON, 2017, p. 10).

Sobre estudos históricos anteriores à sociedade industrial do século XIX, o autor adverte que o termo classe social, no sentido moderno, não é apropriado (THOMPSON, 1984, p. 37-38). Isso porque é preciso considerar um processo em que a “luta de classe” é condição *sine qua non* para a “consciência de classe”, a qual, finalmente, confere o referencial para a ideia de “classe social”. Nessa fase da

luta de classes, Thompson (1984) assinala que demandas específicas baseadas em questões de família, trabalho e território desencadeavam “fragmentos de protoconflito”, por não implicarem ainda consciência de classe, permitem até mesmo pensar em uma sociedade com apenas uma classe (THOMPSON, 1984, p. 15). Ao considerar o processo histórico da formação do conceito de classe social, Thompson (1984) categoriza o período anterior à aceleração industrial como um período de “luta de classes sem classes”. A luta acontece; todavia, a consciência de classe ainda não está estabelecida, por ser um produto dessa luta em curso. Logo, a classe, enquanto consequência da consciência de classe, tampouco existe em seu sentido moderno.

A importância de relacionar o interno e o externo da mediação com base nas ideias de classe e consciência de classe é evidenciar que, considerando o recorte temporal privilegiado neste trabalho, a mediação pode ser tomada como um elemento fundamental para a consciência de classe no campo brasileiro. Essa conscientização de classe a partir da ação mediadora ressoa a questão da tutela e da circularidade ao suscitar até que ponto é possível que um grupo ou classe tome consciência, por si, da sua situação e de seu papel social e de qual é o lugar dos mediadores nesse processo.

O processo de industrialização e interiorização compreendido no Brasil a partir de 1930 reflete, concomitantemente, na urbanização, no esgotamento das fronteiras agrícolas, na concentração fundiária e na expropriação, sendo esses elementos que permitem uma conscientização das classes trabalhadoras enquanto vítimas desses desdo-

bramentos. Tanto Martins (1981) quanto Medeiros (1995) apontam os anos de 1945 e 1950 como períodos de culminância desse processo em que os mediadores figuram decisivamente no estabelecimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores do campo. Daí o interesse da discussão acerca da capacidade de conscientização de um grupo ou classe social ante uma situação ou contexto adverso.

Retomando a ideia da mediação enquanto *práxis*, Vázquez (1977, p. 294) afirma que “[...] não bastam a opressão e a miséria para que o proletariado possa elevar-se à altura de sua missão histórica e revolucionária”. Em frente a essa dificuldade da classe operária, o autor busca compreender de onde viria ou o que introduziria essa consciência transformadora. Utilizando o caso do marxismo como resposta à questão, Vázquez (1977, p. 299) alega que essa consciência é externa, isto é, vem não de “[...] teóricos proletários, mas sim pensadores de um segmento social diferente e mesmo oposto que puseram em suas mãos o instrumento teórico de sua atividade revolucionária”. E o autor defende essa externalidade lembrando que os próprios Marx e Engels “[...] procediam de meios sociais burgueses e se formaram em instituições burguesas”, todavia, a partir dessa condição social e intelectual, “[...] elaboraram uma nova concepção econômico-filosófica que correspondia a interesses e objetivos opostos aos da classe social de onde procediam” (VÁZQUEZ, 1977, p. 299).

Essa externalidade pode ser contestada, à primeira vista, pela ideia de Gramsci (1982) acerca do “intelectual orgânico”. O autor explica que

[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Entretanto, essa característica é relativizada pelo próprio autor, ao assinalar que, “[...] não existindo atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 1982, p. 7-8) – todos os homens são intelectuais; no entanto, nem todos os homens desempenham funções intelectuais na sociedade.

Essa afirmação de Gramsci (1982) vai ao encontro da ideia de mediação, admitindo diferenças entre classes, intelectuais e não intelectuais, ao mesmo tempo em que se aproxima da ideia anterior de circularidade. Nesse sentido, o intelectual orgânico consiste em:

[...] imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não se chega a dirigente (especialista mais político) (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Essa mudança de um intelectual tradicional ou especialista de sua atividade profissional para uma condição superior, com possibilidade de persuasão e direção, segundo o próprio autor, tende a ser mais fácil para as elites do que para os proletários, pelo fato de os primeiros estarem envolvidos naturalmente em funções de direção e organização de diferentes segmentos, ao passo que os últimos

tendem a desempenhar atividades mais braçais e especializadas (GRAMSCI, 1982, p. 4-7). Essas considerações do autor não reforçam a dicotomia intelectual e não intelectual, tampouco contrariam a ideia de circularidade. O que é preciso compreender dessa realidade é que, por regra, uma conscientização apenas interna seria mais difícil não somente pela simples natureza da atividade braçal, mas também pela restrição da articulação com horizontes culturais externos à classe em questão, sendo que as exceções poderiam ser tomadas como confirmação da regra.

Tanto a possibilidade de uma mediação a partir do interior, por meio do intelectual orgânico, quanto do exterior, com atores oriundos de classes diferentes, embora se concretizem em contextos específicos, implicam processos sociais complexos, segundo os quais confluem elementos políticos, econômicos e culturais nas situações determinadas. O próprio Gramsci (1982, p. 5), tomando como exemplo o papel da Igreja, lembra que cada grupo social “[...] encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes”. Isso pode ser percebido no caso do campo brasileiro se considerarmos que os principais mediadores (comunistas, católicos e trabalhistas) já desenvolviam um trabalho ideológico e que a questão dos camponeses passou a ser mais um campo de mediação para esses atores (MARTINS, 1981). Nesse sentido, vale o apontamento de Gramsci (1982, p. 10) de que

[...] a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas.

Essa “mediatização” de que fala o autor pode ser entendida como o conjunto dos elementos econômicos, políticos e culturais que, em certa situação, identifica atores, estabelecendo uma relação de reconhecimento mútuo que favorece a mediação. Isso converge com o que assinala Bourdieu (2009) ao discutir a identidade regional. De acordo com o autor, uma identidade regional se baseia em critérios de “representação mental e objetiva”, segundo os quais são estabelecidos sentido, consenso e unidade de um grupo (BOURDIEU, 2009, p. 112-113). Isso precisa ser considerado na análise das mediações, tendo em vista o perfil político, cultural e econômico do campo na região estudada em face ao perfil ideológico dos mediadores. Em se tratando do Sul do Brasil, o protagonismo da Igreja Católica na mediação encontra explicação no processo de imigração, colonização e ocupação do espaço com início no século XIX.

Comentando trabalhos de outros autores sobre a mediação no campo, Novaes (1994) levanta a possibilidade de discussão a partir de dentro (interno), de fora (externo) ou mesmo de cima em relação ao grupo mediado. Na perspectiva do campo brasileiro, é notório um protagonismo externo nas mediações dos movimentos sociais. Entretanto, à medida que essa mediação avança e seu poder criador e transformador se materializa, novos atores surgem, e a mediação pode mudar de lugar, acontecendo dentro do próprio grupo ou classe, a partir da capacitação dos atores pelo próprio processo de mediação. Nesse sentido, estudos sobre casos concretos permitem compreender o desempenho e o desdobramento das mediações que comunistas, católicos e

trabalhistas realizaram no tocante aos movimentos sociais no campo no Sul do Brasil.

Considerações finais

Pensar a mediação nos movimentos sociais no campo implica, primeiramente, ter clareza das especificidades dessa perspectiva em vista da polissemia do termo nas Ciências Humanas. Considerando que, em alguma medida, a mediação está implícita em qualquer relação social, ao se referir aos movimentos sociais no campo, é preciso distinguir a ação mediadora de sentidos como intermediação, intervenção ou filtragem no processo comunicativo. Como ponto de partida, é importante ponderar que a mediação, nessa perspectiva, pressupõe *relações de poder*, as quais, pela pluralidade de atores, interesses e ações, envolvem uma considerável margem de *imprevisibilidade* quanto aos desdobramentos. Da abordagem teórico-metodológica, pesando essa complexidade, podemos partir da mediação enquanto uma *unidade de análise*.

No que diz respeito aos movimentos sociais no campo, podemos conceber o período entre 1930 e 1980 como privilegiado para a compreensão da mediação. O processo de modernização no período refletiu na restrição da fronteira agrícola, na expropriação e no empobrecimento dos camponeses. Esses são elementos de contestação que, em interface com períodos de oportunidade política, sobretudo em 1945 e 1978, possibilitam um campo propício para ações de mediadores, dentre os quais destacamos comunistas, trabalhistas e católicos, embora também tenham sido re-

gistradas ações de outros mediadores, como universidades e ONGs. Então, o que esses atores fizeram, em resumo, foram sistematizações das ideias e aspirações e adaptações, de forma a conferir inteligibilidade a essas ideias e aspirações desses camponeses ante a sociedade em seu sentido lato.

Esse “meio de campo” é feito a partir de uma situação na qual o medidor desenvolve uma atividade pedagógica de natureza recíproca. Isso vai ao encontro da mediação enquanto *práxis*, de maneira a evidenciar a sua capacidade de reflexão e transformação sobre atores e ações. Essa reciprocidade implica dizer que a mediação não pode ser entendida como uma ação verticalizada, ocorrendo em sentido único, mas como uma troca em que a circularidade cultural pressupõe apropriação e partilhamento de significados entre grupos de horizontes culturais distintos que acaba refletindo na reconfiguração identitária de ambos ou mesmo no surgimento de um novo grupo.

Esses horizontes culturais que se encontram na mediação podem corresponder a grupos ou classes sociais. Assim, a ideia de mediação está relacionada à ideia de consciência de classe ou de papel social do grupo em questão. A relevância da mediação nesse encontro está no fato de que a sistematização das ideias e dos anseios de determinado grupo ou classe, aos quais nos referimos anteriormente, tende a ser realizada por grupos ou classes diferentes. A simples exposição ao sofrimento não é elemento suficiente para que o grupo ou classe desenvolva uma sistematização que conscientize para a luta. O que é recorrente, inclusive no caso emblemático da sistematização feita por Marx e

Engels acerca da situação da classe operária, é que grupos ou classes munidos de recursos intelectuais e materiais profiram essa ação, confluindo para a situação concreta com elementos abstratos que conferem inteligibilidade e legitimação para ações de mobilização social.

Esses são alguns dos elementos que entendemos como importantes para a discussão sobre mediação na perspectiva dos movimentos sociais. São aspectos difusos e, em alguns momentos, redundantes; todavia, os estudos a partir de casos concretos estabelecerão especificidades que possibilitarão a seleção do que é pertinente para que avancemos na compreensão mais ampla do lugar e da dimensão da mediação nos movimentos sociais no campo.

Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: Eduel, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 107-132.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul 1960-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexos de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 127-144.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (org.). *Campepinato e marcha para Oeste*. Santa Maria: UFSM, 2013.

MARQUES, Mário Osório; BRUM, Argemiro J. *Uma comunidade em busca de seu caminho*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

NEVES, Delma Pessanha. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 2008a. p. 7-19.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 2008b. p. 21-44.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 177-183.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares*, São Paulo, ano I, n. 2, p. 37-49, 2º semestre 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. *Substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 13-61.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. v. 1.

TORRENS, João Carlos Sampaio. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 145-156.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. Apresentação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 7-12.



Discussões acerca dos elementos motivadores da desapropriação da Fazenda Annoni: tensão social no imóvel e uma análise do contexto regional no início da década de 1970

Simone Lopes Dickel

Introdução

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a constituição do latifúndio passou a ser uma das mais expressivas faces da colonização portuguesa. Com o tempo, as contradições emergentes desse processo de concentração/exclusão foram sendo evidenciadas na forma de conflitos, envolvendo os mais variados sujeitos de norte a sul do país. Nesse sentido, a Fazenda Annoni teve um grande destaque na região norte do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1970 e 1990, por ter sido um importante ponto de confluência de diversos sujeitos excluídos do acesso à terra, de uma forma ou de outra. Em virtude disso, o his-

tórico de conflitos e lutas por direitos pode ser considerado elemento fundante da identidade desse lugar.

O presente texto surge para compartilhar, mesmo que de forma sucinta, algumas descobertas que, ao mesmo tempo em que preenchem algumas lacunas, acrescentam outras. Mas, afinal, que lacunas foram preenchidas? A parte já estudada do complexo processo de desapropriação da Fazenda Annoni permitiu intuir que, embora tenha alcançado *status* de empresa rural – o que demandou mudanças no processo judicial e contribuiu para aumentar o valor das indenizações –, o imóvel em litígio não estava cumprindo com sua função social. Ou seja, houve fatores que permitiram o questionamento do direito à propriedade, o que foi legalmente possível em razão do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964), que determina o cumprimento da função social da propriedade.

Apesar da referência ao descumprimento da função social do imóvel, somada à possibilidade legal de desapropriação em função do cadastro do imóvel enquanto um latifúndio por exploração, a pesquisa ainda carecia de um pouco de clareza em relação aos fatores que de fato levaram à escolha do imóvel para solucionar o problema fundiário que emerge em decorrência da construção de barragens. Ou seja, afinal, o que seria esse descumprimento com a função social ao qual o poder desapropriante se refere, apontando como solução a necessidade de dar à terra uma destinação social?

As respostas para essas perguntas são um tanto complexas e fazem parte das discussões que constam no processo judicial de desapropriação da Fazenda Annoni, mas que estão melhor elucidadas na fonte em questão, que consiste

em um Laudo Pericial de 1976, produzido com o propósito de caracterizar o imóvel à época do decreto desapropriatório (Decreto nº 70.232, de 3 de março de 1972). A partir da análise dessa fonte, é possível afirmar que houve fatores externos, relacionados ao problema social causado pelas barragens, e fatores internos, relacionados à forma como o exercício do direito à propriedade se apresenta, e o que ele passa a representar em um determinado contexto, que é o contexto do início da década de 1970, quando o problema da terra reponta no Rio Grande do Sul.

Assim, objetivando discutir os fatores que corroboraram a desapropriação da Annoni, este estudo busca analisar o contexto do início da década de 1970 a partir de um dos laudos periciais produzidos ao longo das décadas em que transcorreu o processo de desapropriação da fazenda. O objetivo do documento – que carrega em si uma riqueza de informações acerca do imóvel e dos conflitos que nele ocorriam – é retratar a situação da propriedade, a fim de verificar o cumprimento ou não da função social.

Graças a essa fonte, que faz parte do extenso e complexo processo de desapropriação da Annoni e encontra-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Porto Alegre, o histórico de conflitos na Annoni ganha um novo capítulo, tornando possível mostrar que a existência de certa “tensão social” no próprio imóvel, somada ao contexto de mudanças no campo na época, teve um grande peso na sua escolha para desapropriação para fins de reforma agrária.

Nesse sentido, o presente texto encontra-se dividido em quatro seções. Na primeira, o objetivo é mostrar a existência de uma demanda externa por terras, que acaba

compelindo o Estado a buscar uma solução. A partir da segunda parte, serão discutidos os fatores que culminaram na indicação da Annoni enquanto solução ao problema dos “afogados”. Desse modo, na segunda seção, o objetivo é contextualizar o imóvel na região em que se situa e diante da emergência de transformações; na terceira seção, são apresentadas as formas de cessão de terras; e, na quarta seção, os conflitos decorrentes dessas relações sociais e seu papel na desapropriação.

A construção de barragens no estado e o problema dos “afogados”

Estudando parte do processo judicial de desapropriação da Annoni, há inúmeras e reiteradas referências à necessidade de desapropriar o imóvel em questão, a fim de solucionar o problema das famílias que foram desalojadas para a construção da Barragem do Passo Real (DICKEL, 2017). A referida obra impactou a vida de milhares de famílias que viviam na área que foi alagada e exigiu do Estado, em pleno regime militar, pensar uma alternativa para esses colonos. Assim, torna-se um imperativo o reassentamento dessas famílias que perderam a terra enquanto modo de viver e produzir.

O projeto de Estado preconizado pelos militares previa a mudança do perfil produtivo do setor primário para o industrial (SEMINOTTI, 2008, p. 131), como uma espécie de alavanca para o chamado Milagre Brasileiro. Para a concretização dessa modernização da economia, torna-se fundamental a ampliação da matriz energética por meio da cons-

trução de usinas hidrelétricas, que passam a constituir uma espécie de pré-requisito para o desenvolvimento econômico.

De acordo com Seminotti (2008, p. 131), o sul do Brasil apresentava condições propícias à geração de energia elétrica, uma vez que a região era rica em bacias hidrográficas. Especialmente, a Bacia do Rio Uruguai destaca-se pelas condições naturais, como relevo acidentado e grandes vales. Na região de Cruz Alta e Espumoso, região central do Rio Grande do Sul, o Rio Jacuí foi represado para a construção da chamada Barragem do Passo Real. Assim, o represamento do Rio Jacuí originou o maior lago artificial do estado, em uma obra faraônica que teve início em 1968, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Hidrelétrica de Passo Real



Fonte: reportagem especial *Gaúcha ZH*, "Nas entranhas do Passo Real: há 50 anos, uma obra mudava a história e a geografia do RS", 17 de agosto de 2018.

No entanto, apesar das condições naturais favoráveis, é preciso ressaltar o impacto social desse tipo de empreendimento, uma vez que “[...] estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras – uma enorme massa de camponeses, de trabalhadores que perderam suas casas, terras e seu trabalho” (SEMINOTTI, 2008, p. 134). Implicando a remoção de centenas de famílias das terras em que viviam, muitas vezes há várias gerações, a construção da Barragem do Passo Real fez com que, em um curto prazo, agricultores e comerciantes fossem “[...] obrigados a abandonar suas casas, terras, trabalho, enfim, romper com um conjunto de relações sociais estruturadas” (MEDEIROS, 1989, p. 141).

Segundo Iokoi (1991, p. 19), com a intensão de ampliar o sistema elétrico na região, a Eletrosul foi a empresa que ficou incumbida da realização dessa grande obra na região central do estado, e era, portanto, a responsável pelo reassentamento das famílias desalojadas. Entretanto, segundo a autora, a Eletrosul alegou não ter competência para resolver o problema dos “afogados”, uma vez que muitos que ali residiam eram posseiros, meeiros, arrendatários ou filhos de proprietários e, portanto, não faziam jus a indenizações.

É o caso de parte das mais de cinquenta famílias alocadas pelo Incra na Annoni no início da década de 1970, antes mesmo da resolução da questão judicial. Para procurar deslegitimar o ato desapropriatório, a defesa dos desapropriados reúne certidões de cartórios da região da construção da barragem, para comprovar que parte dessas famílias sequer possuía registro de propriedade. Segundo essa

lógica da defesa dos desapropriados, essas famílias não teriam direito ao reassentamento. Entretanto, é reconhecido o fato de que essas famílias foram, assim como aquelas que possuíam documento de comprovação da propriedade, atingidas pela construção da barragem.

Surge, assim, um problema social cuja solução foi remetida ao Estado. Logo, a responsabilidade referente ao reassentamento de muitas dessas famílias acaba recaindo sobre o Incra. O órgão – criado em 9 de julho de 1970 pelo Decreto nº 1.110, com o propósito de manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União – é incumbido de encontrar terras para reassentar os “afogados”. Tal tarefa tem natureza difícil, uma vez que a desapropriação de latifúndios na região não era muito comum na época. Sabe-se que os esforços dos militares no que tange à implementação do Estatuto da Terra, documento sobre o qual recaíram inúmeros questionamentos sobre sua intencionalidade e eficácia, restringiram-se à política agrícola, à solução de conflitos pontuais, além de projetos de colonização na região Amazônica, aquilo que Ariovaldo Umbelino Oliveira (2007) chamou de contrarreforma agrária.

A escolha do imóvel a ser desapropriado para ser destinado aos afogados demandou que fossem realizados previamente diversos estudos técnicos, resultando na produção de inúmeros relatórios, que foram incorporados ao processo judicial de desapropriação e usados para legitimar o ato desapropriatório. A escolha aconteceu oficialmente em 1972, quando o Decreto nº 70.232 declarou: “[...] de interesse social para fins de desapropriação o imóvel rural denominado Fazenda Sarandi Annoni, de propriedade de

Ernesto José Annoni e outros” (BRASIL, 1972, p. 1838). A titularidade do imóvel encontrava-se fragmentada entre o patriarca da família e seus herdeiros, em virtude da possibilidade de desapropriação do imóvel ainda na década de 1960. No entanto, a administração da fazenda era centralizada nas mãos do Sr. Annoni (GOES, 2010, p. 78).

Essa seria a razão externa que motivou a desapropriação, o que constituiu um processo histórico que impactou a vida de centenas de famílias no estado, fazendo com que surgisse uma demanda por terras, para a qual a Annoni passa a ser apontada como solução. A grande questão que marca esse processo é: por que a Annoni, se mais de 100 km a separam da região alagada? Será que não existiam outros imóveis em situação semelhante e até mais próximos do Passo Real que poderiam ter sido desapropriados? Afinal, a questão central que se pretende responder é: quais os motivos que levaram à escolha da Annoni?

Na visão dos desapropriados, conforme insiste a defesa em diversos momentos do processo de desapropriação, as motivações foram meramente pessoais e, principalmente, relacionadas ao posicionamento político partidário de Ernesto José Annoni. O patriarca da família e responsável pela administração do imóvel era importante figura da política regional no período anterior ao golpe de 1964, tendo sido eleito prefeito do município de Carazinho por dois mandatos: entre 1951 e 1955; e entre 1959 e 1964.¹

No livro *Caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)*, Wentz (2004) afirma que Er-

¹ Informações do *site* da prefeitura de Carazinho. Disponível em: www.carazinho.rs.gov.br. Acesso em: 12 jan. 2015.

nesto José Annoni destacava-se no cenário regional como produtor, beneficiador e exportador de madeira. Seu nome consta entre os empresários do ramo da madeira que, nas décadas de 1940 e 1950, se destacaram por representar os interesses dos produtores e exportadores de madeira por intermédio de associações e sindicatos. Cumpre ainda ressaltar que a atividade madeireira foi uma importante fonte de acumulação capitalista para diversas famílias que passaram a compor a elite política local. E é, portanto, bastante provável que esse papel de destaque e mesmo liderança exercido no ramo madeireiro tenha contribuído também para sua ascensão na política regional.

Em reportagem do *Jornal do Brasil* (1977, p. 19), um dos herdeiros e procurador da família reiterou essa ideia. Segundo ele, os interesses políticos, motivos provocadores do decreto, teriam surgido em nível municipal e, depois, seguido a outras instâncias. Ele também recordou o fato de que seu pai fora prefeito de Carazinho pelo extinto PTB, e anos depois retomou parte das terras que havia arrendado a um sócio do Bispo de Passo Fundo, Cláudio Cooling, por não cumprimento dos contratos de arrendamento. Há referências no processo ao papel do referido clérigo na indicação da Annoni, mas essa questão será discutida adiante.

Em oposição a essa afirmação, o argumento usado pelo poder desapropriante para justificar a desapropriação era de que o imóvel não cumpria com sua função social. Assim, passa-se a discutir os elementos usados pelo poder público para justificar a desapropriação, questionando o direito à propriedade e atestando o não cumprimento da função social do imóvel.

Cumpra, para isso, reafirmar que, para além da demanda externa, motivos mais incisivos contribuíram para que o imóvel fosse desapropriado. Dentre os fatores que influenciaram na escolha do latifúndio, conflitos entre o proprietário e os arrendatários que plantavam uma parte das terras, além da extensão do imóvel em si e o que ele passa a representar em termos de contradições no contexto regional, precisam ser ponderados, para que se compreenda melhor o que motivou o decreto que desapropriou o imóvel. E este é o mérito deste trabalho, mostrar esses conflitos sociais no imóvel anteriores ao decreto e, assim, compreender a preponderância deles na desapropriação da Annoni.

Elementos intrínsecos ao imóvel e seu papel na desapropriação

Enquanto o Incra alega a necessidade de dar à terra uma destinação social, reassentando famílias que foram tiradas de suas terras e receberam a denominação de “afogados do Passo Real” (IOKOI, 1991) – aproveitando-se para isso da classificação oficial do imóvel como latifúndio por exploração ao qual era permitida a desapropriação –, os desapropriados buscam refúgio na lei para reclassificar o imóvel como empresa rural e, assim, torná-lo imune à desapropriação. A tentativa de solucionar um problema social acabou esbarrando em questões burocráticas e, principalmente, em algumas brechas da legislação (DICKEL, 2017).

No desenrolar do processo judicial, a preterida classificação do imóvel como empresa rural foi alcançada, entretanto, não foi o suficiente para anular o ato desapro-

priatório. A existência de um projeto sendo desenvolvido pelo Incra de reassentamento de colonos na área tornava a retrocessão um ato indesejado. Amparado no princípio de não retrocessão, o poder desapropriante conseguiu levar adiante a desapropriação, o que não se deu de forma simples, demandando mudanças no ato administrativo. A desapropriação por interesse social precisou ser transformada em “desapropriação indireta”, o que, simplificando, contribuiu para aumentar consideravelmente os valores da indenização a ser paga para a família desapropriada, onerando ainda mais os cofres públicos.

Conforme já foi afirmado, a escolha desse latifúndio, entre outros no estado, é apontada pela defesa dos desapropriados como ato de sansão ou perseguição política. Ao analisarmos a questão sob o ponto de vista da defesa do poder desapropriante, vemos que o argumento de que a função social não era cumprida em sua plenitude, especialmente no que se refere ao seu aspecto social, encontra respaldo em alguns fatos que passam a ser explicados.

Antes de analisar as relações sociais e os conflitos originados no imóvel, é importante analisar o que o latifúndio representa no contexto da região em que se localiza e, principalmente, diante das transformações que estavam sendo operadas no campo naquele contexto.

Desde meados do século XVIII, as terras que passaram a ser propriedade dos Annoni foram objeto de conflitos. Com o passar do tempo, “a terra-mãe” imaginada pelos Kaingang ou a “terra como espaço de vida imaginada” pelos caboclos se transforma em terra de negócios, nas mãos de empresas uruguaias responsáveis por alocar famílias

de imigrantes que eram deslocados para essa região (PASQUETTI, 2007). Sob o nome de Fazenda Sarandi, a amplitude do latifúndio e a forma de utilização das terras, com base na especulação visando apenas lucros, geraram exclusão desde sua concepção.

Os conflitos oriundos desse modelo de ocupação territorial não tardaram a aparecer. Não por acaso, é nessa região que surge e tem sua primeira ação organizada o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). O Master organizou na Fazenda Sarandi sua primeira experiência de acampamento no início dos anos 1960, período marcado pela intensificação dos conflitos no campo, que se estenderam inclusive por regiões em que, até então, não tinham tido maior expressão (MEDEIROS, 1989, p. 66). De acordo com Tedesco e Pagliochi (2010, p. 21-22),

[...] [essa] ação serviu, ainda que de forma indireta, para despertar a opinião pública gaúcha para a realidade agrária daquele momento, alertando para o esgotamento da fronteira agrícola e, ao mesmo tempo, denunciando, ainda que de forma tímida em seu início e, muito mais contundente em seu final, a histórica concentração fundiária existente no Brasil em geral, e no estado gaúcho em particular.

Em relação à estrutura fundiária do Rio Grande do Sul e aos problemas relacionados à concentração ou à exclusão que marca o processo de apropriação das terras – não só na região, mas no país de um modo geral –, na introdução de um relatório do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), denominado “Levantamento dos tipos de exploração nas terras de Ernesto José Annoni – Município de Sarandi – RS”, que compõe o Laudo Pericial de 1976, é

caracterizada a estrutura fundiária da região. Assim, ao tratar dos problemas da terra, o documento elenca os problemas relacionados à posse e à propriedade da terra:

Especificamente no município de Sarandi, este problema desponta a olhos vistos, pois o pequeno agricultor, que luta com as dificuldades peculiares do meio agrícola, que apresenta na maioria das vezes família numerosa, conta com pequena fração de terra para seu sustento, pois a zona é caracteristicamente minifundiária. A capacidade de trabalho de muitos fica limitada, pois não possuem terras suficiente para um aproveitamento total. Em decorrência, a procura aumenta diariamente, e o preço obtido por hectare de terra, quando aparece à venda, é exorbitante e completamente fora das condições de aquisição do colono. A terra se apresenta como um fator de comércio, e às vezes, de própria exploração do homem pelo homem (PORTO ALEGRE, 1970, não paginado).

Com relação à caracterização da estrutura fundiária da região em que o imóvel foi desapropriado, o relatório ainda menciona que a região do Alto Uruguai se caracteriza como região de minifúndio, o qual é definido pelo Estatuto da Terra como sendo um “imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar” (PORTO ALEGRE, 1970, não paginado), ou seja, incapaz de gerar o sustento da família mediante exploração da terra. Dedicada quase que exclusivamente à agricultura, a terra, ali, despontava como um dos mais graves problemas, não só sob o aspecto social, mas também sob o prisma econômico, pois apresentava-se como um fator limitante da produção.

Contudo, em meio a tantos minifúndios, a existência de um latifúndio cuja extensão poderia abrigar centenas de famílias passa a soar como uma contradição. Especialmen-

te na década de 1960, quando passa a ser construída uma imagem negativa do latifúndio – o qual passa a ser associado ao atraso –, passa a se constituir um entrave ao desenvolvimento capitalista. Isso se justifica, em primeiro lugar, porque geralmente é improdutivo ou produz aquém da sua capacidade e, em segundo lugar, porque a concentração de terras nas mãos de poucos exclui um grande contingente de camponeses, que, sem perspectivas, pegam o rumo das cidades.

O Igra, órgão estadual responsável pelo referido relatório, foi criado na década de 1960, durante o governo Briozola. Assim que assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul em 1960, o líder pedetista instituiu a criação da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH). Conforme afirma Bernard José Pereira Alves (2010), uma das iniciativas da CETH que merece destaque foi a realização de um grande trabalho de levantamento da situação fundiária do estado do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, funcionários da comissão percorreram cartórios em todo o estado, com o intuito de cadastrar as propriedades com mais de 2.500 hectares. Os dados que foram obtidos levaram o governo a considerar ações voltadas à transformação da estrutura fundiária do estado, objetivo para o qual o Igra foi criado em 1961 (ALVES, 2010).

É nesse contexto que estão inseridas, adjacente à Annoni, a primeira ocupação de terras no Rio Grande do Sul e a reivindicação de sua distribuição entre colonos sem-terra. Em 1962, cerca de trezentos sem-terra organizados em torno do Master acamparam na Fazenda Sarandi e passaram a exigir que ela fosse desapropriada. Ocupando uma área

de aproximadamente 21 mil hectares, a fazenda era de propriedade da Agropecuária Lucena, da Ganadero Horácio Mailhos S.A. e da Estância Júlio de Mailhos S.A. (MARCON, 1997, p. 43), que mantinham as terras incultas ou mau aproveitadas como uma espécie de reserva de valor. De acordo com Alves (2010, p. 3):

Dessa forma, no dia 13 de janeiro de 1962, somente dois dias depois do início do movimento reivindicatório, o governador Brizola assina a desapropriação da fazenda. A rapidez que o governo atendeu a demanda dos interessados tende a sugerir que o aparato burocrático criado pelo governo se mostrava pronto a responder com eficiência à pressão por terras.

Após a desapropriação do imóvel de mais de 21 mil hectares, 9.636,06 foram divididos em 450 lotes de aproximadamente 21 hectares cada e distribuídos a agricultores sem-terra. O restante da área teve outras destinações, entre as quais o arrendamento às granjas Macali e Brilhante, para o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, mediante o pagamento de arrendamento ao estado (MARCON, 1997).

É válido lembrar, entretanto, que, na época, o estado possuía um contingente de cerca de 270 mil famílias de agricultores sem-terra (MARCON, 1997, p. 47). Apesar da notória relevância dessa desapropriação, que pode ser apontada como uma espécie de pontapé inicial para a realização da reforma agrária no estado, o problema dos sem-terra no estado não foi resolvido, vindo a ser ainda mais agravado nos anos que se seguem ao golpe que instaurou a ditadura no país.

Em nível nacional, a discussão em torno da reforma agrária ganha contornos mais sólidos a partir da inclusão de algumas demandas dos camponeses, assim como algumas demandas dos pobres da cidade, no rol de reformas de base pretendidas por João Goulart. No seu famoso discurso no Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o político reafirmou seu compromisso com as camadas menos favorecidas diante do propósito explícito de fazer importantes reformas no país. Entretanto, tais declarações causaram a desaprovação e a desconfiança das classes mais reacionárias, para quem a perda de privilégios seria uma afronta. Esse é um dos fatores que ajudam a explicar como foi possível a deflagração do golpe de 31 de março de 1964, que instaurou a ditadura no Brasil (FICO, 2014).

A ditadura militar, no que tange às questões relacionadas à terra, constitui ainda um terreno bastante fértil e carente de muitas análises. À primeira vista, trata-se de um período ambíguo. De acordo com Leonilde Sérvo Medeiros (1989, p. 85-86), muitas lideranças foram perseguidas, muitos indivíduos foram presos, assassinados ou exilados. Em algumas áreas de conflito mais intenso, foram realizadas verdadeiras ocupações militares, e o governo instituía um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar uma proposta de reforma agrária.

Entre as principais linhas de ação do Estatuto da Terra, estavam previstas a distribuição de terras e a política agrícola. Em relação à primeira diretriz, é importante pontuar que, destoando de uma tradição jurídica em que a propriedade é vista como um direito absoluto, a importância de vincular a terra à sua “função social” apareceu desde

os primeiros estudos da formulação do Estatuto da Terra. Assim, além de passar a exigir que a terra fosse utilizada de forma racional, tornando-a satisfatoriamente produtiva, a lei surge para nortear o exercício do direito à propriedade da terra no que se refere também aos seus aspectos social e ambiental (DICKEL, 2017).

Outro assunto que merece atenção, em se tratando do período posterior à deflagração do golpe, foi a modernização da agricultura, na qual o Estado, segundo Alves (2013, p. 8), teve um papel central, atuando como “fiador, financiador e fomentador da Revolução Verde”. Por meio da política agrícola, o Estado brasileiro tinha por objetivo aumentar a produtividade a partir da modernização da agricultura e de diversos incentivos. Conforme assinala a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no artigo 1º, § 2º (BRASIL, 1964, não paginado):

Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Entre as ações do Estado voltadas à concretização dos objetivos da política agrícola, temos a criação do crédito rural. Criado com o objetivo de “[...] destinar mais recursos financeiros ao setor agrícola, a taxas de juros inferiores às que o mercado financeiro cobraria da agricultura” (MOTTA, 2005 p. 144). Assim, o crédito rural garantiria à agricultura uma oferta abundante de crédito, contribuindo para o crescimento da produção e da produtividade agrícola-

las, beneficiando também os setores industriais produtores de insumos e máquinas agrícolas.

O crédito rural foi fundamental para a modernização dos latifúndios, que se metamorfosearam em “empresas rurais”. Categoria também definida pelo Estatuto da Terra, a empresa rural significa na prática uma propriedade que se adequa aos interesses capitalistas. Assim, pelo Estatuto da Terra, a empresa rural é definida como:

[...] o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias (BRASIL, 1964, não paginado).

Como forma de incentivo à modernização agrícola – processo pelo qual a agricultura se adequa ao modelo de desenvolvimento econômico defendido pelo Estado, passando a se integrar mais na economia por meio da compra de insumos e implementos, além de produzir para a indústria em expansão –, as empresas rurais são protegidas pelo Estado. Essa proteção jurídica concedida às empresas rurais, isentas de desapropriação, surge da negociação com os representantes dos latifundiários na elaboração da versão final do Estatuto da Terra, representando uma “brecha escaotória para o latifúndio” (BRUNO, 1995, p. 23).

É nesse contexto de incentivo à modernização das propriedades rurais como condição necessária à continuidade do latifúndio e à manutenção da arcaica estrutura fundiá-

ria que a família Annoni passa a reivindicar a reclassificação do imóvel de latifúndio por exploração para empresa rural. Em razão da proteção judicial às empresas rurais, incluídas em uma das várias modificações à versão original do Estatuto da Terra, essa categoria passa a ser perseguida pelos Annoni (DICKEL, 2017).

A modificação cadastral foi possível em razão de um decreto presidencial, cuja data de publicação é a mesma do decreto desapropriatório, 3 de março de 1972. O Decreto nº 70.231 ordenava que fossem revisados os cadastros dos imóveis rurais em todo o território nacional, fixando prazos. Por isso, mesmo ciente do decreto de desapropriação, a família buscou reunir documentos, notas fiscais, tudo que pudesse ser usado para comprovar a produtividade do imóvel, para, assim, reclassificá-lo como uma empresa rural, categoria que, segundo os desapropriados, retratava o atual estágio de desenvolvimento do imóvel. Segundo eles, o cadastro oficial, que era de 1966, estava desatualizado e repleto de falhas e desencontros de informações.

Nesse ponto, é necessário destacar mais uma incongruência desse processo de desapropriação. A classificação do imóvel Fazenda Sarandi-Annoni como uma empresa rural foi conquistada mediante praticamente uma batalha judicial que demandou muitos estudos técnicos. Para chegar aos índices e coeficientes necessários, conforme estabelecido em lei, utilizou-se da produção agrícola dos parceiros, que plantavam no imóvel mediante pagamento com uma parte da produção.

Conforme argumento do assistente técnico, no Laudo Pericial de 1976, o que interessa ao cálculo dos fatores e

coeficientes que determinam a classificação da propriedade “[...] é o total da produção obtida na propriedade rural, seja ela dos proprietários, de parceiros ou arrendatários, seja vendida, perdida, consumida ou estocada”. Ou seja, a Annoni conseguiu alçar o *status* de empresa rural graças aos investimentos dos parceiros, responsáveis por boa parte da produção agrícola, já que a família proprietária se dedicava com mais afinco à atividade pecuária extensiva e à exploração florestal, conforme indicam relatórios. Contraditoriamente, era justamente com esses arrendatários que o proprietário havia entrado em conflito.

Formas de cessão e utilização das terras

Para se compreender o que acontecia na fazenda em termos de trabalho, ocupação e produção agrícola, é preciso considerar que, no ano agrícola considerado pelo laudo pericial, a terra encontrava-se cedida a outros agricultores, que produziam no regime de parceria, pagando com parte da produção obtida o arrendamento das terras.

Segundo um relatório que faz parte do laudo pericial, a área de exploração agrícola do imóvel era de 7.314,5 hectares, sendo que, desse total, 2.341,0 eram explorados por parceiros, o que corresponde a 33,2% do total da área explorável. Com relação à produção agrícola, a Tabela 1 apresenta dados que possibilitam que se tenha uma ideia da área de terras destinadas ao cultivo de trigo, soja e milho, de forma direta pelos desapropriados e também por meio do sistema de parceria, em que áreas de terras eram cedidas mediante contratos.

Tabela 1 – Área cultivada em hectares na Fazenda Annoni diretamente e em regime de parceria – ano agrícola 1970-1971

Produtos agrícolas	Diretamente	Em parceria
Trigo	288 ha	1.710,5 ha
Soja	288 ha	824,0 ha
Milho	–	24,0 ha
Mandioca	–	1,0 ha

Fonte: elaboração da autora com base nos dados contidos em um relatório feito pelo Igra, anexado ao Laudo Pericial de 1976, do Incra de Porto Alegre.

Nota-se que, embora a porcentagem da área explorada pelos parceiros seja estipulada em cerca de um terço do total da área agricultável, estes são responsáveis por uma parcela expressivamente maior da produção agrícola. Ou seja, mesmo dispondo de uma área de cultivo bem menor, os parceiros conseguiam auferir uma produção muito maior de grãos que o próprio proprietário, em área maior. Isso pode ser explicado não apenas pelo tratamento empresarial destinado à lavoura pelos não proprietários, mas também pela destinação de grande parte das terras à atividade pecuária pelo proprietário.

O chamado sistema de parceria consistia numa forma de trabalho em que o proprietário cedia uma determinada área de terra que passava a ser cultivada pelo arrendatário ou parceiro, mediante pagamento estipulado por contrato escrito ou verbal. Sobre tal prática, o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964, não paginado), em seu Capítulo IV, do Uso ou da Posse Temporária da Terra, define:

Art. 92. A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, nos termos desta Lei.

Ainda no mesmo artigo, no § 1º, o regramento legal define o dever do proprietário de garantir ao arrendatário ou parceiro o uso e o gozo do imóvel arrendado ou cedido em parceria. A tranquilidade da posse, necessária ao desenvolvimento das atividades agrícolas, foi reclamada por um dos arrendatários, segundo o qual perturbações causadas por terceiros e mesmo pelo gado do proprietário foram responsáveis por prejuízos, levando a um litígio com o proprietário, que, por sua vez, entrou com ação de despejo contra esse.

Com relação à divisão da área da fazenda entre as diferentes formas de cessão das terras, segundo relatório do Igra de 1970, é possível dividir assim o total da área do imóvel: 900 hectares cedidos por contratos de prestação de serviços; 2.537 hectares arrendados a granjas; 90 hectares explorados por colonos em regime de parceria; e 13.473 hectares explorados de forma direta pelos proprietários.

A cessão de terras por prestação de serviços, uma das formas de utilização de terras por terceiros, consiste na exploração anual de área a ser definida pelo proprietário. Como geralmente as terras eram de campo bruto, o preparo do solo para receber as culturas requeria trabalhos mais intensos, além de adubação mais concentrada para suprir as carências do solo. Além de esses fatores interferirem de forma negativa na lucratividade do agricultor, havia uma

grande instabilidade, justificada pela necessidade de liberar a terra após um ano e pela impossibilidade, portanto, de construir benfeitorias. Essa forma de cessão de terras constitui uma alternativa a agricultores mecanizados que não possuem terras em quantidade suficiente para auferir maiores lucros de forma a compensar os investimentos feitos na aquisição de implementos.

Uma visão mais técnica do sistema de cessão de terras por prestação de serviços permite afirmar que ele é negativo também sob esse ponto de vista, uma vez que os métodos culturais empregados são irracionais, pois a modalidade de ocupação das terras não permite que sejam realizadas obras, nem conservação do solo, nem ações de recuperação que se fazem necessárias para garantir a produtividade e a conservação do solo.

Assim, praticamente a totalidade dos ocupantes nessa modalidade manifestou vontade de abandonar a área tão logo fosse possível conseguir outras terras. Contra eles, o proprietário moveu ação de despejo; porém, caso viessem a sair das terras, dificilmente encontrariam na região outros espaços para a implantação de nova granja, ficando os maquinários obsoletos. Trata-se de uma forma de utilização da terra que permite o trabalho, mas sobre o qual dificilmente são auferidos lucros significativos.

Com relação à parte das terras arrendada às granjas, eram contratos baseados em parceria agrícola, cuja área soma mais de dois mil hectares, divididos entre três arrendatários, que deveriam pagar 12% do bruto de produção. O arrendamento é uma “[...] forma contratual pela qual um

proprietário cede o uso da terra mediante um pagamento de uma renda ou aluguel” (SECRETO, 2005, p. 40).

Assim, a terra constitui-se num meio para a produção de riqueza que é alugado pelo proprietário mediante pagamento feito pelo arrendatário com parte dessa riqueza produzida, uma vez que o dono não pode ou não deseja explorá-la diretamente. Para o proprietário, a terra é um meio de obtenção de renda, enquanto que, para o arrendatário, ela se constitui em ferramenta de trabalho, que possibilita a multiplicação do capital investido na aquisição de implementos, maquinários e também mão de obra.

Nesse caso, essas eram as áreas que estavam em litígio, pois os arrendatários ou parceiros questionavam a posse do imóvel na justiça com o proprietário. Nos três casos apontados, foi possível constatar – em relatórios contidos no laudo pericial – que havia uma grande soma de capital investido na produção agrícola, tanto em termos de implementos e maquinários quanto em construções ou em benfeitorias dentro da área cedida pelo proprietário. Além disso, nos três casos, os granjeiros empregavam algumas famílias que dali tiravam seu sustento. Para eles, a terra era imprescindível, pois, se não a tivessem, o grande investimento feito seria inútil.

Litígios e tensões envolvendo a posse do imóvel

Embora as ações judiciais não tenham sido localizadas para esta pesquisa, há documentos anexados ao laudo pericial que ajudam a dar uma ideia da tensão existente no imóvel. No caso do primeiro arrendador em questão, o Sr.

I. F.,² o empresário rural em questão ocupava uma área da fazenda desde 1957. No período referente ao ano agrícola 1970/1971, a área ocupada era de cerca de 860 hectares, dedicados em sua grande parte à lavoura mecanizada, a partir do uso de implementos modernos, e a entrega da produção em uma cooperativa localizada em Sarandi, RS, da qual o arrendatário era membro associado bastante atuante. Na área arrendada, que funcionava nos moldes de uma empresa agrícola, participavam, além do parceiro em questão, seus três irmãos, dois operários com família trabalhando como efetivos, além de empreiteiros em épocas de safras e preparos de lavouras.

Um dos mais expressivos conflitos entre arrendatários e proprietário se deu em função da posse do imóvel, protagonizado pelo Sr. I. F. Ele, que inicialmente arrendava uma determinada área de terras, com o tempo, conseguiu a permissão verbal para aumentar essa área, chegando a 860 hectares. Um dia, por ordem do proprietário, empregados cortaram as terras por ele utilizadas com uma cerca de arame farpado, dividindo-a em duas partes. E não o deixaram plantar naquela área, impedindo a continuidade das atividades agrícolas naquele espaço.

Enquanto o proprietário moveu contra o arrendatário uma ação de despejo, alegando que este não estaria cumprindo com as cláusulas do contrato de arrendamento, o arrendatário moveu contra o proprietário uma ação

² Optou-se por omitir o nome completo dos sujeitos que protagonizaram litígios com o Sr. Annoni, utilizando, para identificá-los, apenas as iniciais do nome. Pela intervenção do Bispo de Passo Fundo, de sindicatos rurais e cooperativas, foi possível presumir que se tratam de empresários rurais com notoriedade na região.

pedindo reintegração de posse, acusando-lhe de esbulho, por estar privando o possuidor de sua posse, mediante ameaças às atividades agrícolas exercidas na área por ele ocupada.

A posição defendida pelo arrendatário era a de que ele exercia uma posse legítima, mansa e pacífica. Por estar em consonância com os interesses da coletividade, conseguiu arrolar um conjunto de relações sociais a seu favor, o que foi propalado em documentos que sugeriam a desapropriação do imóvel. Tentando por via judicial despejar do imóvel os arrendatários, a ação de despejo movida pelo proprietário, embora revestida de proteção ao direito de propriedade, segundo o Sr. I. F., estaria representando uma espécie de “ode à improdutividade”, uma vez que a área mantida pelo proprietário tinha uma produção agrícola irrisória, enquanto os arrendatários que eram responsáveis por significativa produção agrícola estavam sendo impedidos de continuar produzindo no imóvel.

Com relação ao segundo arrendatário, o Sr. O. G., este também era protagonista de litígio com o proprietário. Ele plantava a área desde 1958, tendo seu contrato prorrogado por moratória até 1972. Trata-se de um produtor de sementes de trigo devidamente registrado no Ministério da Agricultura, que destinava cerca de 600 hectares para a produção agrícola, de um total de 800 hectares que ele ocupava. Ele tinha seis operários efetivos, mais empreiteiros em época de safra e de preparo da lavoura.

O proprietário executou ação de despejo contra esse arrendatário, que, por sua vez, estava pedindo na justiça indenização por prejuízos à lavoura causados por pertur-

bações à atividade agrícola na área que ele ocupava. Além de investimentos em correção do solo e benfeitorias, havia também um valor bastante expressivo investido em maquinários, em um montante que girava em torno de CR\$ 369.700,00. A produção prevista para o ano agrícola 1970/1971 era de 10.880 sacas de trigo.

Havia ainda um terceiro arrendatário nesse sistema de parceira. Trata-se de uma granja cujo dono faleceu. A viúva passou a procuração a um sobrinho, que reclama a diminuição da área, de 700 hectares para 250 hectares, e contra o qual também foi movida uma ação de despejo pelo proprietário.

É interessante observar o espaço social ocupado pelos arrendatários dentro de um processo de modernização agrícola, do qual eles são representativos, o que faz com que consigam angariar apoio de diferentes setores da sociedade, que acabam convergindo para a desapropriação do grande imóvel rural como solução aos conflitos entre aquele que detém a propriedade do imóvel e dela se utiliza para obter renda e aqueles que a utilizam dispondo de sua posse, que, sendo mansa e pacífica, também faz jus à proteção judicial. Trata-se claramente de um conflito de direitos pela terra.

Os granjeiros, conceito que caracteriza a categoria de produtores rurais que conferiam à atividade agrícola um caráter empresarial, eram, em geral, empresários rurais plantadores de trigo e soja, que tiveram um papel de destaque no processo de modernização produtiva (TEDESCO; PAGLIOCHI, 2010).

Geralmente, são proprietários que dão à atividade agrícola um tratamento empresarial e também são proprietários de terras, mas isso não obrigatoriamente se efetiva. Embora não tenham sido encontradas na fonte referências ao fato de serem ou não proprietários de terras, fica evidente o manifesto desejo de ambos em adquirir áreas de terra no referido imóvel, desde que por elas fosse cobrado “um preço justo”. Cabe lembrar que a existência de procura por terras – seja pela impossibilidade de reprodução social decorrente do minifúndio, seja pela, e principalmente, possibilidade de expansão da agricultura mecanizada em função das novas tecnologias incorporadas no campo durante o processo conhecido como revolução verde – contribui para que as terras se valorizem na região, aumentando consideravelmente o preço do hectare.

É nesse mesmo processo de modernização agrícola e surgimento da figura do granjeiro, representando o moderno, em substituição ao latifundiário, que ganham visibilidade as cooperativas, como elemento articulador do processo de modernização agrícola. Nelas, que são definidas como uma sociedade civil “[...] organizada para a defesa dos interesses e a promoção econômica e social de seus associados” (MOTTA, 2005, p. 128), os associados adquirem sementes e demais insumos necessários ao feitura da lavoura, cuja produção também é comercializada na cooperativa, conforme pôde ser visto no caso dos arrendatários que cultivavam áreas da Annoni.

Em relação ao apoio de duas cooperativas recebido pelos dois arrendatários, que eram associados em cooperativas situadas em cidades vizinhas à grande propriedade,

essa adesão se deu por meio de cartas, ambas endereçadas diretamente ao Presidente da República, Emílio G. Médici, em 1970. Na expectativa de que levariam ao atendimento das demandas, os documentos reivindicavam apoio e proteção aos arrendatários, para poder continuar com suas atividades agrícolas e, assim, contribuir para o desenvolvimento da nação.

Pode-se compreender que há, aqui, uma referência ao fato de que os arrendatários, mais do que o próprio proprietário, estariam em plena consonância com o modelo de desenvolvimento econômico defendido pelo Estado, em especial no que se refere ao papel que cabe ao campo nessa modernização da economia. Nesse sentido, cabe lembrar que o próprio Estatuto da Terra previa a transformação dos latifúndios em empresas rurais, possibilitando o desenvolvimento do campo e a eliminação do latifúndio improdutivo, que configurava uma anomalia dentro daquele projeto de nação.

Ambas as cartas enviadas pelas duas cooperativas ressaltam o caráter empresarial das atividades desenvolvidas pelos respectivos arrendatários na propriedade do Sr. Annoni, sendo destacada também a importante atuação desses enquanto membros associados da cooperativa. Além disso, um dos documentos assinala que o Sr. O. G. “canoniza nesta cooperativa toda sua produção”, sendo ela de soja e trigo principalmente. Com relação ao Sr. I. F., a cooperativa da qual é associado refere-se ao produtor como “autor de movimentação econômica das mais expressivas”, além do destaque para a produção de sementes.

Em relação à situação de “incômodo aos arrendatários”, uma das referidas cartas traduz o posicionamento da cooperativa em relação aos litígios decorrentes da tentativa de despejo dos arrendatários. Assim explica:

Lícito é, para esta Cooperativa, testemunhar da séria intranquilidade que, àqueles produtores, tais demandas representam. Ao lado da interrupção dos seus planos de trabalho e expansão, fatores econômicos e financeiros, os mais diversos, representados por inversões em benfeitorias, maquinaria, correção de solo, etc.... bastam por si só, para justificar esta intranquilidade diante da ameaça pendente de prejuízos inabsorvíveis (Carta da Cooperativa Triticola de Sarandi ao Presidente Médici. Sarandi, 11 de julho de 1970. Anexa ao Laudo Pericial de 1976 do Incra).

Ainda no mesmo documento que integra o laudo pericial, há uma descrição pormenorizada dos investimentos feitos pelos arrendatários, entre benfeitorias e implementos. Tal exposição permite que se conclua que havia uma grande quantidade de capital investida na produção e também na aquisição de maquinário agrícola de alta tecnologia para a época. Esse capital investido passa a circular através de bons índices de produtividade e da comercialização dos produtos nas cooperativas. Tomando I. F. por exemplo, o montante investido em benfeitorias foi de CR\$ 66.080,00, enquanto o valor investido na aquisição de maquinários ultrapassa CR\$ 400.000,00. A previsão de colheita de trigo na safra 1970/1971, nos 860 hectares plantados, era de 15.480 sacas.

Além do papel das cooperativas, atuantes na defesa dos interesses de seus associados, a conhecida referência

à figura do Bispo Cláudio Cooling³ já na carta de sentença (parte do processo analisado em estudo anterior) passa a ser melhor compreendida a partir do laudo pericial objeto da presente análise. Conforme consta no documento, e o que reitera uma suposição para a qual as fontes já analisadas não haviam dado conta de explicar, o posicionamento do clérigo acerca da suposta tensão social existente no imóvel foi de suma importância para a desapropriação.

Solicitado para dar sua opinião pessoal sobre a situação do imóvel, o Bispo, em sua declaração datada de 08 de junho de 1970 e anexada ao laudo pericial, faz referência ao fato de que o proprietário, antigo prefeito municipal de Carazinho, RS, “[...] possui uma área de terras que chega à casa de quase duzentas quadras de sesmaria, em uma região onde predomina o minifúndio”. Ele chama atenção, portanto, à contradição que o latifúndio representa na região em que se insere, um dos fatores que tornam possível o seu questionamento. Segundo ele, e conforme pode ser confirmado nos contratos anexados ao laudo, essas terras estavam arrendadas a diversos tricultores, que pagavam arrendamento de 12% ao proprietário. No entanto, o proprietário queria desalojar os referidos arrendatários de suas terras, “[...] que estão sendo trabalhadas e minoram

³ Não é novidade a referência ao papel do então Bispo de Passo Fundo, Cláudio Cooling, no processo de desapropriação da Fazenda Annoni. Na parte analisada anteriormente, a carta de sentença do processo nº 9.31201071-9 (DICKEL, 2017), a defesa dos desapropriados fazia uma breve menção ao apoio prestado pelo Bispo a um dos arrendatários citados, para justificar sua pretensão em afirmar que a desapropriação foi um ato de perseguição política ou pessoal. Ainda carece de uma investigação mais apurada a relação do Bispo com o proprietário e o arrendatário em favor do qual interveio.

a fome de tantos brasileiros, enquanto que as que ele administra pessoalmente e através de seus filhos continuam improdutivas”. Ao final do documento, o Bispo é enfático, afirmando que considera a questão:

[...] um verdadeiro problema social, no qual a autoridade competente não poderia permanecer indiferente, ainda mais que os arrendatários, reais produtores da riqueza nacional, estão dispostos a adquirir as áreas que patrioticamente trabalham, pagando pelas mesmas o justo preço (Declaração do Bispo Dom Cláudio Cooling, datada de 08 de junho de 1970 – Laudo Pericial de 1976).

No mesmo ano, outra carta foi enviada ao Presidente Médici, fazendo referência à necessidade de desapropriar a Fazenda Sarandi-Annoni. Assinada e remetida em conjunto pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Sarandi, Rondinha e Constantina, a carta inicia com um tom incisivo, lembrando “[...] ser o propósito do governo resolver gradativamente os problemas sociais no meio rural sob a bandeira da reforma agrária justa no país”.

A despeito da ideia já cristalizada acerca da inércia que passa a marcar a ação dos sindicatos em função da repressão e do engessamento promovidos pela ditadura, é profícuo assinalar, nesse caso, o papel dos sindicatos de trabalhadores rurais na recomendação do cumprimento da lei. Afinal, não havia teoricamente nada de tão revolucionário ou subversivo em cobrar do governo o cumprimento da lei, já que a realização da reforma agrária estava prevista no Estatuto da Terra, elaborado por um grupo de trabalho designado pelo próprio Castelo Branco assim que assumiu a presidência. Assim, a reforma agrária era, junto com a po-

lítica agrícola, um dos pilares do documento, tendo como finalidade “[...] atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade” (BRASIL, 1964, não paginado).

Esse documento, embora reforce o caráter empresarial das atividades desenvolvidas pelos arrendatários, “homens de grande projeção no mundo dos negócios e maiores tricultores do município”, em contraposição ao proprietário, “ávido pelo recebimento dos arrendamentos”, caminha muito mais no sentido de ressaltar a contradição que representa uma grande propriedade em uma região onde o minifúndio apresenta-se como problema, uma vez que ele é um obstáculo à reprodução social dos pequenos proprietários, impossibilitados de tirar da terra o sustento do grupo familiar, o que contribui em grande parte para o êxodo rural, que se mostra uma preocupação recorrente naquele contexto.

A carta remetida ao Presidente Médici em 1970, ao final, registra:

Apelam estes sindicatos à V. Exa. para que seja desapropriada urgentemente a fazenda de Ernesto José Annoni, bem como tantas quantas necessárias para a colocação dos nossos trabalhadores rurais sem terra a fim de que possamos viver a paz social e o progresso do nosso imenso e amado torrão brasileiro (Carta dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Sarandi, Rondinha e Constantina, 1970 – Laudo Pericial de 1976).

A recomendação de que seja realizada a reforma agrária nas terras da Annoni prevê tal ação como solução ao impasse existente na região, que é a existência, ao mesmo tempo, de famílias com pouca terra, tendo sua capacidade produtiva limitada em função da quantidade de terras, que

é insuficiente, e do grande latifúndio, que poderia proporcionar trabalho e moradia a tantas famílias necessitadas, como é o caso dos próprios empregados e dos colonos que trabalham em pequenas áreas de terras na própria Fazenda Annoni.

Além da cessão de áreas de terra mediante prestação de serviço e arrendamento de extensões maiores de terras a granjeiros, havia também o sistema de parceria com colonos residentes no interior da fazenda. Esses agricultores geralmente plantavam uma área que antes era de mato, pagando em torno de 25% da produção ao proprietário. Havia um total de vinte colonos, dos quais apenas um era solteiro, os outros todos casados. As áreas cultivadas por eles iam de 1 hectare a 15 hectares, distribuídos de forma desigual entre os colonos, totalizando uma área descontínua de 103 hectares. Um desses colonos afirma ter comprado uma colônia de terras, mas, devido a atrasos no pagamento das prestações, teve que a devolver.

Nota-se que a interferência dos sindicatos de trabalhadores rurais em muito se caracteriza pela dedicação a chamar a atenção para os problemas decorrentes da estrutura fundiária da região, para a qual o grande latifúndio constitui uma irregularidade. O documento é enfático ao afirmar que a estrutura fundiária, marcada principalmente pelo minifúndio, constitui-se também um entrave, na medida em que a terra deixa de prover a subsistência e a reprodução material das famílias, o que acaba contribuindo para acentuar ainda mais o processo de êxodo rural (GEHLEN, 1983).

A desapropriação do latifúndio em questão contribuiria para que essas famílias, cuja permanência no campo era inviável, permanecessem no campo, minimizando os efeitos do êxodo rural, que também impactam negativamente nas cidades, e tornando produtivas terras pouco produtivas ou cuja produção não atendia aos anseios da sociedade. Tal natureza difere um pouco do apoio das cooperativas, o qual gira em torno da defesa de uma exploração agrícola mais intensiva, que busca investir em tecnologias e que confia sua produção à cooperativa, embora obviamente não deixe de considerar a existência de uma demanda por terras na região.

Os litígios entre arrendadores e proprietário, originando um conflito de direitos pela terra que acaba indo parar na justiça, podem ser interpretados também como um conflito entre dois modelos de agricultura, em um contexto no qual um tenta sobrepor-se ao outro. Enquanto o proprietário apega-se ao direito à propriedade para mover a ação de despejo contra aqueles que, segundo ele, estariam descumprindo algumas cláusulas do contrato de arrendamento, logo, exercendo uma posse ilegítima no imóvel, os arrendatários usam como justificativa o fato de estarem produzindo no imóvel, gerando riqueza, fazendo investimentos, o que tornaria sua posse legítima. O argumento dos arrendatários de que sua forma de utilização da terra estaria contribuindo para o progresso da nação é usado para legitimar a posse, e, com base nessa defesa, eles demonstram estar em consonância com o modelo de agricultura preconizado pelo Estado, atendendo aos ideais de aumento da produção e da produtividade.

Considerações finais

Ainda não de todo desvendado, o vasto conjunto de processos, documentos, relatórios, etc., que compõe o processo judicial de desapropriação da Fazenda Annoni ganha mais algumas páginas, as quais são dedicadas não à sua simplificação, mas à compreensão da sua complexidade. E ainda abre, por sua vez, novas lacunas, a partir da pretensão idealista do historiador de apropriar-se em sua plenitude desses fragmentos do passado, o que o leva a investigar mais, a querer encontrar respostas para suas dúvidas e seus anseios.

O propósito da desapropriação da Annoni já é conhecido. Neste estudo, muitas questões foram elucidadas, uma vez que ainda careciam de esclarecimentos, ou talvez ainda careçam, eis que talvez não estejam de todo elucidadas. Contudo, espera-se ter conseguido conjecturar sobre as razões que motivaram a escolha do imóvel para solucionar o problema causado pelos desalojamentos em função da construção de barragens.

Embora o cumprimento da função social fosse estabelecido pelo Estatuto da Terra, à época da desapropriação, não se tinha conhecimento a respeito de muitos imóveis sobre os quais havia incidido esse tipo de desapropriação, conforme relata a defesa dos desapropriados na Carta de Sentença nº 93.1201071.9. Assim, procurou-se identificar quais elementos foram utilizados para asseverar que a propriedade não cumpria com uma função social, e esse olhar conduziu a algumas respostas.

A grande contradição representada por um latifúndio insuficientemente explorado, em uma região em que a estrutura fundiária centrada no minifúndio constituía um entrave para a reprodução social camponesa e sua sobrevivência por meio da atividade agrícola, é um dos fatores que justificam a pertinência de desapropriar um imóvel como a Fazenda Annoni. Afinal, havia uma demanda por terras na região, eis que, impossibilitados de trabalhar na terra própria, muitos sujeitos se submetem à exploração de terras alheias, sem garantias, sem possibilidade de investimentos e planejamentos em longo prazo. Nesse cenário, cabia aos excluídos do campo outra alternativa: o êxodo rural, que se mostra uma preocupação latente na década de 1970.

Além disso, tiveram grande e talvez até maior relevância enquanto elemento motivador da desapropriação os conflitos envolvendo a família proprietária e seus arrendatários, sendo estes responsáveis pela maior parte da produção agrícola do imóvel. Também, enquanto atividade que demandava menos investimentos e em função das mudanças advindas da modernização no campo, a pecuária estava sendo suplantada pelas lavouras mecanizadas na região, atendendo aos anseios de um projeto de Estado que pretendia integrar a agricultura à indústria, aumentando a produção e a produtividade, a fim de suprir a demanda por alimentos de uma sociedade cada vez mais urbanizada.

Referências

ALVES, B. J. P. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, C. T. *A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

BRASIL. Decreto nº 70.232, de 3 de março de 1972. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 3 mar. 1972, página 1838.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 30 jan. 2014.

BRUNO, R. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 5-31, nov. 1995.

DICKEL, S. L. *Terras da Annoni: entre a propriedade e a função social*. Curitiba: Prismas, 2017.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014.

GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1983.

GOES, V. da S. *Entre cruzeiros e bandeiras: a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960-2009)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

IOKOI, Z. M. G. As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do M.S.T. *Revista Brasileira de História - Estruturas Agrárias e Relações de Poder*, São Paulo: Marco Zero, Fapesp, v. 11, n. 22, p. 46-71, 1991.

MARCON, T. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.

MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MOTTA, M. (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PASQUETTI, L. A. *Terra ocupada: identidades reconstruídas 1984-2004*. 2007. Tese (Doutorado em História cultural) – UnB, Brasília, DF, 2007.

SECRETO, M. V. Arrendamento. In: MOTTA, M. (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 40-43.

SEMINOTTI, J. J. O movimento dos atingidos por barragens no norte do RS – 1979-2007. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos agrários no norte gaúcho, 1980-2008*. Porto Alegre: EST Edições, 2008. p. 128-153.

TEDESCO, J. C.; PAGLIOCHI, C. *O conflito na Fazenda Coqueiros: criminalização, judicialização e a luta social no norte do RS*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

WENTZ, L. I. M. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

Fontes

CARTA de sentença 93.1201071.9. Parte integrante do grande processo de desapropriação da Fazenda Annoni. Composto por 6 volumes que tramitaram na década de 1970 e 1980, a carta de sentença possibilita um resgate histórico da disputa judicial que teve início com o decreto de desapropriação da Annoni (70.232 de 3 de março de 1972), resultando na tramitação de duas ações simultâneas.

INCRA. Laudo Pericial: ações de desapropriação e anulação. Porto Alegre, 1976.

JORNAL DO BRASIL. 19 de novembro de 1977, p. 19.

NAS ENTRANHAS do Passo Real: há 50 anos, uma obra mudava a história e a geografia do RS. *Zero Hora*, Porto Alegre, Reportagem Especial Gaúcha ZH, 17 de agosto de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2018/08/nas-entranhas-do-passo-real-ha-50-anos-uma-obra-mudava-a-historia-e-a-geografia-do-rs-cjkwyfstl024r01qksvr2488k.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

PORTO ALEGRE. Relatório do Igra. “Levantamento dos tipos de exploração nas terras de Ernesto José Annoni – Município de Sarandi – RS”. Porto Alegre, 12 de agosto de 1970.



Políticas públicas para a agricultura familiar: a trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Passo Fundo, RS¹

Indaia Dias Lopes

David Basso

Introdução

O tema deste estudo é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual destina-se aos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias conveniadas com o poder público, beneficiando milhões de estudantes brasileiros (FNDE, 2016). Enquanto um Programa de Alimentação Escolar (PAE) sustentável, conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (2016), o

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Código de Financiamento 001.

PNAE possui entre suas diretrizes: estimular uma alimentação saudável e adequada; fomentar a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; atender a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica; favorecer a participação social por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs); incentivar a compra de gêneros alimentícios diversificados, produzidos no âmbito local e priorizando os fornecedores da agricultura familiar; e garantir aos alunos a alimentação no ambiente escolar, respeitando as diferenças por faixa etária, de saúde e de alunos que se encontrem em condições de vulnerabilidade social.

As refeições escolares desempenham um importante papel na formação de uma nova geração de consumidores dotados de informação em relação à importância de uma alimentação saudável, por isso as escolas precisam ser pensadas como mercados para produtores de alimentos de qualidade. Vários países utilizam a alimentação escolar como estratégia para desenvolver novas cadeias de suprimentos que valorizam a utilização de alimentos frescos e com origem na produção local (MORGAN; SONINNO, 2010), como é o caso do PAE brasileiro.

O incentivo à aquisição de alimentos cultivados localmente tem como objetivo construir mercados para agricultores familiares locais, articulados à promoção da saúde e da educação dos alunos (MORGAN; SONINNO, 2010) e é considerado como um instrumento de desenvolvimento (SONNINO; SPAYDE; ASHE, 2016).

Para Maluf (2007), o acesso das famílias aos alimentos e às políticas públicas oportuniza uma melhoria na

condição alimentar. Nesse sentido, o PNAE é considerado como um instrumento capaz de melhorar os hábitos alimentares na escola e de também consolidar estes hábitos para as futuras gerações (TRICHES; TEO, 2016). Esse programa pode beneficiar todos os atores sociais envolvidos, para isso, deve haver comprometimento desses e das instituições locais envolvidas, evitando que este mercado seja ocupado pelos agricultores com habilidades já desenvolvidas ou mesmo por grandes cooperativas (BALEM, 2015).

A Lei nº 11.947/2009 favoreceu a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar e, também, propiciou a construção de novos mercados pautados nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O Brasil foi o primeiro país da América Latina que estabeleceu uma legislação regulamentando que uma porcentagem dos produtos para a alimentação escolar deveria ter origem em produtos da agricultura familiar (FAO; OPAS, 2017). De acordo com o artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009, não paginado):

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo compreender, a partir da Lei nº 11.947/2009, como ocorreu o processo de inserção dos agricultores familiares enquanto fornecedores para as escolas estaduais e municipais de

Passo Fundo, na região norte do Rio Grande do Sul, do ponto de vista dos atores sociais envolvidos com a gestão do programa neste município.

A escolha de Passo Fundo, enquanto *locus* de pesquisa, justifica-se por ser a maior cidade do norte do estado do Rio Grande do Sul, considerada uma cidade média, com população estimada em 198.799,00 habitantes, em 2017, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). Além disso, Passo Fundo possui 109 escolas públicas, com aproximadamente 33 mil alunos matriculados (FNDE, 2017), sendo importante verificar qual a realidade do PNAE no município.

Este estudo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda aborda aspectos conceituais sobre a agricultura familiar; a terceira apresenta os procedimentos metodológicos, seguidos da quarta parte, em que são apresentados e discutidos os resultados do PNAE em Passo Fundo a partir da Lei nº 11.947/2009. Por fim, seguem-se as considerações finais.

Agricultura familiar

Os estudos sobre a agricultura familiar revelam que esta é uma forma social reconhecida e legitimada em uma parcela significativa dos países desenvolvidos que possuem uma estrutura agrária composta por um número expressivo de explorações, cujo trabalho dos membros da família não só é majoritário como também possui poder de decisão (SCHNEIDER, 2003).

A Constituição federal de 1988 representou um marco legal para a agricultura familiar enquanto categoria social, oportunizando novos espaços para participação social e direitos reconhecidos. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, resultou na necessidade de outras políticas diferenciadas para o desenvolvimento rural, assim como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e, no âmbito deste, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001 (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Conforme Grisa e Schneider (2015), a partir de 2003 foram construídas e institucionalizadas no Brasil políticas públicas para a agricultura familiar tendo como base a construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade.

A agricultura familiar diversificada oferece oportunidades para que se estabeleçam relações produtivas e comerciais, no âmbito regional, direcionados a produção, distribuição e consumo de alimentos diferenciados. Nesse sentido, Maluf (2004) ressalta que é importante a elaboração de ações públicas voltadas à promoção da produção e do consumo de alimentos regionais de qualidade, sob a forma de programas e projetos públicos que envolvam organizações não governamentais e entidades representativas dos agricultores e dos consumidores.

Os agricultores familiares enfrentam diversos desafios para acessar os mercados, tais como: dificuldades de transporte/logística, dificuldades para conhecer os preços e para identificar a preferência dos consumidores. Como destaca Schneider (2017), os mercados são controlados por ato-

res que possuem o monopólio de transporte, de formação de preços, de acesso aos consumidores, de modo que, nesse contexto, os agricultores familiares são desfavorecidos.

De acordo com Schneider e Cassol (2017), tendo como base o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, o Brasil possuía, no período, um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, destes, 4.367.902 enquadravam-se na classificação de agricultores familiares. Para os autores, a agricultura familiar brasileira representa 84% dos estabelecimentos agropecuários do país, ocupando uma área de 80,3 milhões de hectares, correspondendo a 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais. A agricultura familiar contribui para a produção agropecuária com 38% do valor da produção e 34% do total das receitas desse setor têm origem nele. No entanto, apesar de os estabelecimentos não familiares representarem um total de 16% do total de unidades, eles ocupam 76% da área de terra e contribuem com a maior parte da produção e da receita do agro brasileiro: 62% e 66%, respectivamente.

Segundo Schneider (2016), os mercados públicos e institucionais, nos quais o PNAE está inserido, vêm sendo ocupados de forma crescente por agricultores familiares no Brasil e também em outros países do mundo, tendo como principal agente o Estado ou um organismo público. Nesses mercados, os preços pagos pela demanda possuem uma tendência de serem mais elevados do que os preços praticados pelos mercados convencionais, o que desperta grande interesse por parte dos agricultores familiares, além de existir, geralmente, garantia de receber o pagamento pelos produtos vendidos.

O Estado possui importante papel no abastecimento alimentar e nas políticas de segurança alimentar e pode atuar em setores em que os mercados enfrentam dificuldades (SCHNEIDER, 2017). Assim sendo, o governo brasileiro, ao implementar a Lei nº 11.947/2009, utilizou das compras públicas para beneficiar a alocação dos agricultores familiares locais aos mercados institucionais de alimentação escolar (TRICHES, 2015). Ainda existem entraves operacionais, estruturais, políticos e econômicos que devem ser enfrentados na construção e no gerenciamento desse mercado, mas cabe ressaltar que a ação e a relação entre os atores sociais envolvidos no processo de aquisição pública são aspectos fundamentais para que a legislação tenha ou não efetividade.

Delineamentos metodológicos

Na sociedade, os atores não possuem os mesmos entendimentos, aspirações e projetos, isso pressupõe a necessidade de superar divergências. Para entender uma experiência como a operacionalização do PNAE, que ocorre a partir de um processo de relacionamentos em torno de um objetivo comum, é necessário compreender a partir da interação entre os diferentes sujeitos.

Quanto ao nível de estudo, constitui-se em uma pesquisa explicativa de campo, considerada como principal meio para compreender o objeto de estudo e encontrar explicações para alcançar os objetivos propostos. Quanto à abordagem dos dados, trata-se de uma pesquisa qualitativa (GIL, 2016), a qual buscou conteúdos explicativos espe-

cialmente em dados primários, ainda que utilizando dados secundários para subsidiar qualitativamente a análise.

O recorte temporal deste estudo é de 2009 a 2017, mas se insere na perspectiva da história do tempo presente, visto que trata de um fenômeno contemporâneo (DELGADO; FERREIRA, 2013). Foram utilizadas fontes orais, com entrevistas realizadas com 68 indivíduos envolvidos direta e indiretamente com o PNAE em Passo Fundo. Também foram utilizadas fontes documentais, legislações, Chamadas Públicas² realizadas pelas escolas estaduais e municipais, além de livros e artigos.

Os procedimentos de coleta de dados ocorreram por meio de observações diretas e entrevistas abertas em profundidade. As entrevistas foram realizadas no período de março a novembro de 2017, na cidade de Passo Fundo, RS. Todas as entrevistas foram direcionadas em conformidade com os roteiros de entrevista. Tais roteiros foram elaborados pelos autores com base nos roteiros validados por Triches (2010) e Balem (2015), adaptando as questões às particularidades do presente estudo.

Foram entrevistados 68 indivíduos envolvidos direta e indiretamente com o PNAE no município de Passo Fundo, conforme pode-se visualizar no Quadro 1.

² Nas compras da agricultura familiar para o PNAE, é permitida a dispensa do processo licitatório tradicional (Lei nº 8.666/1993) e as compras podem ser realizadas por meio do instrumento de compra denominado Chamada Pública, desde que atendidos os preceitos constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e os preços estejam em conformidade com os preços médios praticados no mercado local (AMARAL, 2016).

Quadro 1 – Relação dos entrevistados

Instituição	Informantes-chave	Nº de entrevistados
Escolas estaduais	Diretores, secretárias, merendeiras, professores e alunos	53
7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE)	Nutricionista e assistente administrativo	2
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)	Presidente	1
Emater (Escritório Municipal e Regional de Passo Fundo e UCP de Erechim)	Extensionistas	5
Representantes das Cooperativas de Agricultores Familiares	Representantes	7
Total de entrevistados		68

Fonte: elaboração dos autores.

Neste estudo, o método de análise e interpretação dos dados ocorreu por meio da “análise de situações de desenvolvimento³”, a qual tem como base as pesquisas realizadas por Silva Neto (2007) e Basso (2012), que, por sua vez, apoiam-se epistemologicamente nas contribuições do realismo crítico de Bhaskar (2008) e no materialismo histórico e dialético (SILVA NETO, 2016), e operacionalmente na análise-diagnóstico de sistemas agrários (DUFUMIER, 2007; MAZOYER; ROUDART, 2010; SILVA NETO; BASSO, 2015).

³ Segundo Basso (2012), esta metodologia de análise surgiu a partir do método de estudos denominado “análise-diagnóstico de sistemas agrários” (ADSA), que foi desenvolvido pela cátedra de Agricultura Comparada e Desenvolvimento do Instituto Nacional Agrônomo de Paris-Grignon.

Para realizar este tipo de análise, o pesquisador deve priorizar o contato direto com a realidade para compreender o que se propõe a estudar (BASSO, 2012). Cada nível de estudo deve ser analisado separado e progressivamente, por meio de observações e falas de indivíduos selecionados *a priori*, de forma que sejam respondidas as questões mais relevantes de cada etapa. Quando as principais questões de cada nível forem respondidas, deve então ser realizada uma síntese daquele nível, procurando identificar as questões pertinentes para o próximo nível. O foco deve ser dado às informações com maior poder de explicação, de modo que se tenha maior poder explicativo do objeto de estudo (SILVA NETO, 2007).

Resultados e discussões

Esta seção busca explicar como ocorreu o processo de inserção dos agricultores familiares enquanto fornecedores para as escolas estaduais e municipais de Passo Fundo. Para tanto, subdivide-se em três partes. A primeira analisa a operacionalização do PNAE nas escolas estaduais de Passo Fundo; a segunda analisa a operacionalização do PNAE nas escolas municipais; e a terceira discute o relacionamento entre os atores sociais envolvidos na operacionalização do programa.

A operacionalização do PNAE na rede estadual

O setor educacional estadual de Passo Fundo é composto por 39 escolas, com aproximadamente 16 mil alunos (FNDE, 2017). Com relação à forma de operacionalização

do PNAE executada em todas as escolas estaduais de Passo Fundo, estas realizam a modalidade escolarizada, ou seja, cada escola é responsável pela execução deste programa. Como o período de análise é 2009-2017, esta modalidade não foi a única utilizada.

Destaca-se que no PNAE constam como atores do programa o FNDE, as Entidades Executoras (EEx)⁴, as Unidades Executoras (UEEx)⁵ e os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). O FNDE é quem faz a gestão do programa em âmbito nacional, ficando sob sua responsabilidade a normatização, a assistência financeira, a coordenação, o acompanhamento, o monitoramento, a cooperação técnica e a fiscalização da sua execução. As EExs, mediante o recebimento dos recursos, executam o PNAE em suas respectivas redes escolares, utilizando-se das formas operacionais previstas na legislação em vigor. Os CAEs atuam como órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento do programa (BRASIL, 2009; FNDE, 2013).

Os recursos para a compra da alimentação escolar são repassados pelo FNDE, em dez parcelas mensais (fevereiro a novembro), para a Secretaria de Educação, a qual os repassa integralmente, também em dez parcelas, para as direções das escolas (SEDUC-RS, 2017). Em Passo Fundo,

⁴ As EExs incluem os estados e o Distrito Federal, os municípios e as escolas federais de educação básica. As EExs, mediante o recebimento dos recursos, executam o PNAE em suas respectivas redes escolares, utilizando-se das formas operacionais previstas na legislação em vigor.

⁵ Entidade privada formalmente constituída e sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (Caixa Escolar, Associação de Pais e Mestres ou similar), responsável pelo recebimento dos recursos financeiros transferidos pela Entidade Executora e pela prestação de contas a esta (FNDE, 2013).

cada escola estadual possui um Caixa Escolar⁶ ou uma Associação de Pais e Mestres (APM), responsável pelo recebimento dos recursos financeiros transferidos pela Secretaria de Educação bem como pela prestação de contas a esta.

Conforme determina o artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, do total de recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, no mínimo 30% devem ser investidos em produtos de agricultores familiares. No caso de Passo Fundo, as compras para alimentação escolar das escolas estaduais até o ano de 2009 eram realizadas somente via licitação (Lei nº 8666/1993), sendo considerado o menor preço, e não eram adquiridos gêneros alimentícios de agricultores familiares. A Lei nº 11.947/2009 trouxe avanços e mudanças para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica, dessa forma, as escolas precisaram se estruturar para atender às diretrizes da nova legislação.

Além do processo licitatório que as escolas já realizavam para a compra dos produtos no mercado local, as mudanças na legislação de 2009 passaram a exigir dos responsáveis pela execução do PNAE as tarefas inerentes à aquisição de alimentos da agricultura familiar, o que envolve a elaboração do instrumento de compras denominado Chamada Pública.

Nas Chamadas Públicas são divulgadas as demandas de cada escola em termos de produtos da agricultura familiar, e ela envolve diversas etapas, as quais antecedem a própria elaboração desse instrumento.

⁶ Entidade privada, sem fins lucrativos, constituída da comunidade escolar, em geral os integrantes são a diretora da escola, um tesoureiro e representantes de pais de alunos.

A articulação entre os atores locais da alimentação escolar com os fornecedores da agricultura familiar em Passo Fundo teve início em 2013, tendo o envolvimento da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), da Emater-RS e das cooperativas da agricultura familiar, dentre outros. Até o segundo semestre de 2014, a gestão das aquisições de alimentos da agricultura familiar para a rede escolar estadual de Passo Fundo era descentralizada, ou seja, cada escola realizava as suas compras de forma individual. As observações diretas e as entrevistas feitas ao longo da pesquisa evidenciaram que este processo de gestão descentralizada, realizado a partir de cada escola, gerava dificuldades para os diferentes atores envolvidos na gestão do programa. Do lado das cooperativas, não existia conhecimento relativo à demanda total das escolas. Por parte das escolas, existiam dificuldades em identificar os fornecedores e os produtos, ocasionando o não atendimento do percentual mínimo disposto na legislação. Isso explica porque a média de aquisições de produtos da agricultura familiar pelas escolas estaduais de Passo Fundo não atingiu o mínimo de 30%, previsto na Lei nº 11.947/2009, nos anos 2010 a 2013.

No tocante ao mercado institucional da alimentação escolar, não existia em Passo Fundo uma aproximação entre Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS), cooperativas e escolas até o ano de 2013. As escolas reclamavam de irregularidade e falta de pontualidade na entrega dos alimentos pelos fornecedores, não existiam fornecedores locais e havia problema nas embalagens e no acondicionamento dos alimentos. Os problemas existentes apontavam para a necessidade de construção de estraté-

gias de enfrentamento das barreiras na operacionalização do PNAE, problemas que também foram enfrentados no âmbito das escolas municipais. De acordo com Pauli, Schulz e Zajonz (2016), as entidades articuladoras devem desempenhar o papel de intermediar a negociação entre os agricultores e as escolas.

Para Belik (2016), inúmeros problemas ocorrem no atendimento das demandas da alimentação escolar no Brasil, dentre os quais: ausência de agricultores familiares próximos das áreas metropolitanas, logística, documentação e certificação exigida, dificuldades que os produtores isolados e também as cooperativas possuem em operar sistemas de distribuição para atender os municípios grandes. Para o referido autor, deve-se levar em consideração que a maioria dos agricultores trabalha com alimentos frescos, e fazer entrega ponto a ponto, conforme é exigido na maioria das Chamadas Públicas, é uma das dificuldades enfrentadas por esses fornecedores.

A Emater-RS, representada pela Unidade de Cooperativismo⁷ (UCP) de Erechim, RS, teve sua inserção no processo de compras da agricultura familiar para o PNAE em Passo Fundo, por meio de recursos do Ministério do Desen-

⁷ Desde o ano de 2011, a Emater-RS possui sete Unidades de Cooperativismo (UCP) no estado, as quais foram implementadas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho. A UCP da Emater de Erechim atua em 72 municípios nas regiões administrativas de Erechim e Passo Fundo, no estado, buscando melhorias técnico-gereciais para cooperativas, contemplando agricultores familiares associados (ALBRECHT *et al.*, 2015). Evidencia-se as atividades desenvolvidas pela UCP junto aos empreendimentos da agricultura familiar no mercado institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no PNAE, que é objeto de investigação deste estudo.

volvimento Agrário (MDA) e de duas Chamadas Públicas de Ater em Cooperativismo. Essa iniciativa possibilitou a construção de estratégias para enfrentar as dificuldades existentes no âmbito local. Os objetivos deste projeto de cooperativismo empreendido pela Emater era qualificar a gestão e possibilitar o acesso das cooperativas da agricultura familiar no mercado da alimentação escolar, estimulando a realização de reuniões sobre os aspectos legais e operacionais do PNAE (ALBRECHT *et al.*, 2015).

Conforme o extensionista da UCP da Emater, no primeiro semestre de 2014, foi realizado um evento no município de Ijuí, RS, no qual foi divulgado para todas as CREs a possibilidade da realização de Chamadas Públicas Unificadas, utilizando-se da SEDUC-RS como EEx, tendo em vista que alguns municípios possuem um elevado número de escolas estaduais e o processo de compras de produtos da agricultura familiar envolve uma complexidade operacional. Nesse evento, foi apresentada a experiência do município de Três Passos, RS, o qual já estava realizando Chamada Pública Unificada. A partir dessa experiência e da possibilidade de que as outras CREs também pudessem realizar as compras das escolas estaduais por meio de Chamadas Públicas Unificadas, a UCP da Emater de Erechim realizou esforços no intuito de construir estratégias para aproximar os diferentes atores sociais envolvidos com o PNAE na rede escolar estadual de Passo Fundo, para implementar a Chamada Pública Unificada a partir do segundo semestre de 2014.

A partir das entrevistas com os diferentes atores sociais envolvidos com a alimentação escolar: UCP da Emater,

7ª CRE, escolas e cooperativas de agricultores familiares, constatou-se que a UCP desempenhou o papel de articulador desta metodologia, buscando organizar a comercialização da alimentação escolar nas escolas estaduais, de modo a atender o disposto na Lei nº 11.947/2009. A atuação da Emater foi primordial em todo o processo de Chamada Pública Unificada, possibilitando aos atores sociais envolvidos o entendimento da legislação a respeito da alimentação escolar e oportunizando a construção de uma metodologia capaz de alcançar melhores resultados.

Sobre a importância da atuação da Ater para os mercados institucionais no Brasil, Niederle (2017, p. 191) destaca que:

De modo geral, os novos mercados têm se constituído como o resultado do esforço de uma rede de atores onde, no centro, aparecem frequentemente os extensionistas rurais. Não apenas parece importante ampliar o sistema de ATER, como qualificar os agentes para atuar como facilitadores de novas redes. O aprendizado organizacional demandado pelos mercados institucionais contribuiu para mostrar que é possível inovar neste sentido. Ao mesmo tempo, parece urgente resolver problemas básicos de infraestrutura rural: estradas, internet, telefonia, pequenas centrais de distribuição, estruturação das associações e pequenas cooperativas, sistemas de gestão [...] são pontos de estrangulamento que, nas condições atuais, não apenas bloqueiam novas estratégias de comercialização, mas dificultam a presença da agricultura familiar naquelas já existentes, inclusive nos mercados institucionais.

Para Albrecht *et al.* (2015), a construção de um diálogo entre as cooperativas, a 7ª CRE e a UCP da Emater de Erechim alterou o caráter competitivo que existia entre os fornecedores para um processo de valorização da coo-

peração, possibilitando a inclusão de diferentes categorias sociais, como agricultores familiares, assentados da reforma agrária e produtores de alimentos orgânicos. Além disso, o trabalho desenvolvido em conjunto com os diferentes atores sociais, além do aumento do percentual de compras, possibilitou um aumento da diversidade da produção, resultando, conseqüentemente, em oportunidades de renda e qualidade de vida para famílias que vivem no campo.

As Chamadas Públicas Unificadas, resultantes da articulação protagonizada pela Emater de Erechim, via Unidade de Cooperativismo, e a 7ª CRE de Passo Fundo, produziram efeitos positivos tanto para as escolas e seus alunos quanto para as cooperativas familiares e seus associados. Do segundo semestre de 2014 até o primeiro semestre do ano de 2016, as compras de alimentos da agricultura familiar para as escolas estaduais de Passo Fundo foram realizadas pela 7ª CRE, com a participação da UCP de Erechim, por meio do instrumento de Chamada Pública Unificada.

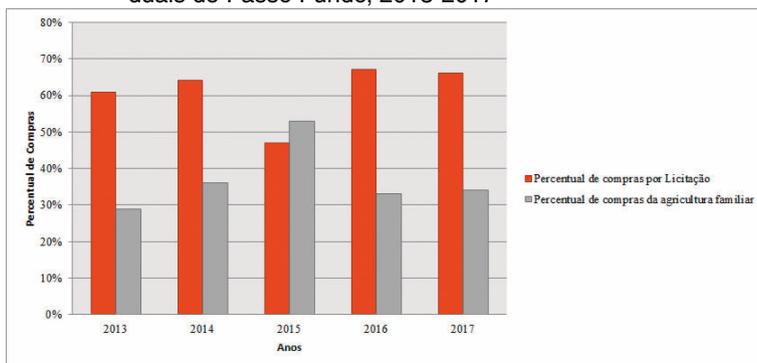
A partir do segundo semestre de 2016, o governo do estado do RS, por meio da Secretaria de Educação, suspendeu a modalidade de Chamada Pública Unificada para aquisições do PNAE em toda a rede estadual, determinando que cada escola realizaria a sua Chamada Pública Individual, modalidade cuja responsabilidade pelos processos de compra e de gestão da alimentação escolar passa a ser de cada escola (UEx). Com essa mudança, a Chamada Pública Unificada deixou de ser feita pela 7ª CRE e cada escola voltou a fazer a Chamada Pública individualmente, como

acontecera antes do segundo semestre de 2014 nas escolas estaduais de Passo Fundo.

Tal alteração provocada unilateralmente pelo governo estadual, sem uma avaliação *a priori* com as coordenadorias regionais e as comunidades escolares, teve repercussões diretas na efetividade do PNAE nas escolas estaduais de Passo Fundo, começando pelo enfraquecimento das relações em processo de consolidação entre a 7^a CRE e a UCP da Emater de Erechim. Do lado das escolas, essa mudança vem acarretando mais trabalho e representa um retrocesso em relação aos avanços que até então haviam sido conquistados. Para as cooperativas fornecedoras, que representam os agricultores familiares, voltar a negociar diretamente com cada escola, habilitando-se a vários editais de Chamadas Públicas, é igualmente considerado um retrocesso. Para cada escola que as cooperativas desejarem comercializar seus produtos, é necessário entregar um envelope com os documentos e as certidões negativas para participar da Chamada Pública. De forma oposta, quando era feita a Chamada Pública Unificada, essa documentação era entregue somente uma vez na 7^a CRE.

Apesar de tal alteração ser recente, o Gráfico 1 permite visualizar alguns impactos na operacionalização do PNAE nas escolas da rede estadual de Passo Fundo, contemplando os dois mecanismos de execução das Chamadas Públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Gráfico 1 – Percentual de compras da agricultura familiar para o PNAE em relação ao total repassado pelo FNDE às escolas estaduais de Passo Fundo, 2013-2017



Fonte: elaboração da autora a partir de dados do FNDE (2017) e da pesquisa de campo.

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, em 2013, o valor médio comprado pelas escolas estaduais de Passo Fundo em produtos da agricultura atingiu o percentual de 29% do total transferido pelo FNDE. Em 2014, até o primeiro semestre, as compras de produtos da agricultura familiar eram realizadas por cada escola por meio de Chamada Pública Individual. No segundo semestre de 2014, ocorreu a primeira Chamada Pública Unificada, e o percentual em compras da agricultura familiar chegou a 36%. Somente em 2015, ano em que foram realizadas Chamadas Públicas Unificadas nos dois semestres, a rede estadual de Passo Fundo utilizou mais de 50% dos recursos destinados ao PNAE para compras de produtos dessa categoria social. Esses dados evidenciam o aumento da participação de agricultores familiares no mercado institucional da alimentação escolar em Passo Fundo até 2015. Isso explica principalmente o esforço de interação entre os diversos segmentos sociais envolvidos

na operacionalização do PNAE, em especial a 7ª CRE e as escolas, pelo lado da demanda, e a Emater e as cooperativas de agricultores familiares, pelo lado da oferta.

O volume de compras da agricultura familiar das escolas estaduais no ano de 2016 reflete a mudança no mecanismo de compra (Chamada Pública Unificada para Chamada Pública Individual), diminuindo o percentual destinado aos fornecedores da agricultura familiar em relação aos recursos do FNDE (aproximadamente 53% em 2015 para 33% em 2016), mesmo considerando que no primeiro semestre de 2016 ainda tenha sido realizada a Chamada Pública Unificada.

Em termos de percentuais de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar, o ano de 2017 seguiu a mesma tendência de 2016, alcançando o índice de aproximadamente 34% dos recursos do FNDE, sugerindo, ao analisar as escolas estaduais em sua totalidade, que elas realizam as compras da agricultura familiar procurando atingir o percentual de 30% dos recursos repassados pelo FNDE para cumprir a legislação. Em geral, não existe um esforço sendo realizado por parte das escolas para aumentar as aquisições desses fornecedores, como ocorreu com a realização das Chamadas Públicas Unificadas.

A operacionalização do PNAE na rede municipal

A gestão do PNAE nas escolas municipais de Passo Fundo é centralizada na Prefeitura Municipal (EEx), por meio da Secretaria Municipal de Educação, representada pela Coordenadoria de Nutrição Escolar (CNE). Essa modalidade de gestão do PNAE é conhecida como centralizada

ou municipalizada, em que as compras são centralizadas no município, neste caso na CNE, que faz as compras para todas as escolas da rede municipal. Além das escolas da rede municipal, existem oito escolas filantrópicas em Passo Fundo, que oferecem alimentação escolar aos seus alunos com recursos advindos do FNDE. Esses recursos são recebidos pela Secretaria Municipal de Educação, que faz a gestão juntamente com os recursos destinados às escolas municipais. A distribuição do número de alunos na rede escolar municipal de Passo Fundo, incluindo as escolas filantrópicas que recebem recursos do PNAE, está organizada na Tabela 1.

Tabela 1 – Rede escolar pública municipal de Passo Fundo, 2017

	Nº de escolas	Nº de alunos
Educação infantil	35	5.158
Ensino fundamental	35	10.274
Filantrópicas	8	2.085
Total	78	17.517

Fonte: elaboração da autora com dados da pesquisa.

A rede escolar municipal de Passo Fundo é constituída por 70 escolas, sendo 35 escolas municipais de educação infantil (EMEI) e 35 escolas municipais de ensino fundamental (EMEF).

As compras para a alimentação escolar são realizadas pela CNE em duas modalidades: a) Pregão eletrônico (Lei nº 8666/1993), para itens adquiridos de supermercados locais; e b) Chamada Pública, para itens de agricultores familiares. Destaca-se que os mecanismos de regulação dos mercados

institucionais se dão por contratos públicos e são regidos por legislação específica, no caso do PNAE a Lei nº 11.947/2009, o que limita a sua agilidade, porém, possibilita um maior controle para o gestor público (SCHNEIDER, 2016).

A CNE possui sede própria e separada das instalações da Prefeitura Municipal. No local, ficam lotados os funcionários que desempenham atividades relacionadas à alimentação escolar: duas nutricionistas, sendo uma delas a Coordenadora de Nutrição Escolar e Nutricionista Responsável Técnica (RT) pelo PNAE, uma funcionária responsável por encaminhar os alimentos para as escolas, uma funcionária responsável por controlar os alimentos do estoque, um menor aprendiz, três motoristas (terceirizados), para realizar as entregas nas escolas, e uma servente responsável pela limpeza do setor.

Quanto à origem dos recursos financeiros, o FNDE faz o repasse dos valores em dez parcelas ao ano para a cobertura de 200 dias letivos (FNDE, 2015a). Além disso, é realizada uma complementação⁸ com recursos financeiros da Prefeitura Municipal somente para as escolas municipais, as escolas filantrópicas recebem somente os alimentos adquiridos com recursos advindos do FNDE.

Quando a Lei nº 11.947/2009 passou a vigorar, não existia ainda fornecedores da agricultura familiar organizados no município de Passo Fundo para abastecer a alimentação escolar. Dessa forma, a CNE precisou identificar se no município havia agricultores familiares individuais ou organizados em cooperativas que pudessem suprir esse mercado.

⁸ A complementação financeira realizada pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo varia de um ano para o outro, tendo chegado, em 2016, a quase duas vezes o valor repassado pelo FNDE.

Em primeiro lugar, a CNE ligou para a Feira dos Produtores,⁹ buscando informações sobre a oferta dos produtos e para verificar se esses agricultores teriam condições de participar do PNAE. Assim, alguns agricultores familiares participantes da Feira do Produtor se organizaram e criaram a Associação de Agricultores Familiares de Passo Fundo e Região (AGROPASSO) em 2010, a qual atendeu a alimentação escolar da rede municipal até 2012. Após esse período, alguns agricultores familiares saíram e associaram-se na Cooperativa dos Produtores de Leite de Passo Fundo (AGROLEITE). As duas instituições também abasteciam o PNAE nas escolas locais da rede estadual. Essas instituições foram desarticuladas, segundo relatado nas entrevistas, devido principalmente a problemas de gestão, relacionados ao cumprimento de compromissos assumidos na habilitação à Chamada Pública, tais como a quantidade e a qualidade dos produtos, bem como a regularidade das entregas.

De 2009 até 2011, não foram realizadas Chamadas Públicas para a agricultura familiar, de modo que este processo de compra começou a ser realizado somente em 2012. Até 2011, as compras eram realizadas somente via licitação, inclusive as compras realizadas de agricultores familiares a partir de Lei nº 11.947/2009.

Com a inserção da atual nutricionista da CNE, no final do ano de 2012, foram identificados diversos problemas com os fornecedores da agricultura familiar, tais como: entrega

⁹ A Feira do Produtor iniciou no ano de 1975, no município de Passo Fundo, com a participação de 12 famílias de feirantes que vendiam os produtos oriundos da lavoura. Desde então, essa feira é realizada semanalmente em frente ao Parque da Gare e, atualmente, conta com a participação de mais de 70 grupos de agricultores (TEDESCO, 2006).

de alimentos diferentes dos solicitados, embalagens inadequadas, dentre outros. Para participar da Chamada Pública, as cooperativas de agricultores familiares apresentavam alimentos de boa qualidade nas amostras, mas nas escolas eram entregues produtos com outro padrão de qualidade.

Para que fosse possível construir um diálogo com fornecedores da agricultura familiar, visando qualificar a alimentação escolar e cumprir o disposto no artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, foi necessário criar relações e parcerias com duas importantes instituições. A primeira é a UCP da Emater de Erechim, apresentada enquanto articuladora entre as cooperativas de agricultores familiares e as escolas estaduais na seção anterior. A UCP da Emater atua com as cooperativas de agricultores familiares auxiliando com documentação, legislação, alvará sanitário, organização de produção, dentre outras atividades. A segunda é o escritório municipal da Emater de Passo Fundo, atuando diretamente com os agricultores familiares, auxiliando com a realização de oficinas, tais como para formação de preços para os produtos, preparação de bolachas, instruções sobre a elaboração de embalagens, dentre outras necessidades.

Com a participação da UCP da Emater de Erechim, a partir de 2013, da mesma maneira que esta instituição começou a atuar na comercialização do PNAE na rede estadual, foi desenvolvido um trabalho de sensibilização e motivação entre os atores sociais envolvidos com a alimentação escolar na rede municipal, visando estimular aquisições de produtos de agricultores familiares. Estavam envolvidos: o secretário municipal de educação, as nutricionistas do programa, a Emater, o Conselho de Alimentação Escolar

(CAE), o Comsea e cooperativas de agricultores familiares, dentre outros.

Foram realizadas reuniões de articulação entre os representantes dos referidos órgãos com vistas a buscar entendimento mútuo acerca da legislação, a fim de construir um diálogo entre esses diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente com a alimentação escolar, identificando as dificuldades existentes tanto do lado da oferta quanto da demanda, criando estratégias para superar os problemas e aprimorar o processo de comercialização. A importância de articulações entre agentes locais para a consecução de interesses comuns é destacada por Abramovay (2004, p. 47-48), ao afirmar que:

O desenvolvimento dos mercados supõe formas localizadas, concretas de cooperação para as quais as ciências sociais contemporâneas voltam de maneira crescente seus estudos. Sob essa ótica, são muito mais que a soma cega e inconsciente de interesses privados, cujos protagonistas reúnem produzindo uma ordem que ninguém previu e sobre a qual ninguém tem controle. Eles envolvem algumas formas voluntárias de cooperação sem as quais nunca poderiam funcionar.

Quando iniciado este trabalho de aproximação entre a Emater e a CNE, no ano de 2013, existiam quatro organizações da agricultura familiar, fornecendo alimentos para a rede municipal. Ao final de 2015, contava com 11 organizações, resultando na inclusão de novas cooperativas da agricultura familiar, oportunizando o acesso ao mercado por atores sociais até então excluídos e, também, possibilitando ofertar uma maior diversidade de produtos.

Na Tabela 2, pode-se observar a evolução da operacionalização do PNAE relativa aos recursos repassados pelo FNDE para a rede municipal de ensino de Passo Fundo.

Tabela 2 – Evolução da operacionalização do PNAE nas escolas municipais de Passo Fundo, 2011-2017

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de escolas	62	62	71	76	76	76	78
Nº de alunos	13.552	14.090	16.055	14.105	14.105	15.350	15.500
Recursos do FNDE	1.295.580,00	1.559.796,00	1.785.384,00	1.660.560,00	1.784.768,00	1.216.986,00	1.727.584,00
R\$ 30%	388.674,00	467.938,80	535.615,20	448.351,20	527.760,00	365.986,00	518.275,20
R\$ absoluto	0	535.866,04	477.768,75	515.054,92	957.884,98	406.473,32	932.895,36
% da AF	0	34,35%	26,76%	34,46%	53,67%	33,4%	54%
Modalidade de aquisição	Não houve Chamada Pública para agricultura familiar	Chamada Pública "Menor Preço Global por item"	Chamada Pública "Menor Preço Global por item"	Chamada Pública "Menor Preço Global por item"	Concorrência Pública	Chamada Pública	Chamada Pública

Fonte: elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

Na primeira coluna da Tabela 2, na linha que corresponde a R\$ 30%, apresentam-se em valores monetários (R\$) os 30% dos recursos que o FNDE repassou ao município na série analisada, o que seria o mínimo a ser investido em compras da agricultura familiar, segundo a Lei nº 11.947/2009. E, na linha seguinte, apresenta-se, em termos absolutos, também em valores monetários (R\$), quanto foi efetivamente investido em compras da agricultura familiar.

Nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2017, foi possível elevar a participação das compras da agricultura familiar no total das compras realizadas para as escolas municipais com recursos do FNDE. Em parte, atribui-se essa elevação das compras da agricultura familiar ao esforço empreendido pela equipe da CNE em parceria com a Emater (UCP e Emater municipal), buscando aprimorar a comercialização com a qualificação dos fornecedores da agricultura familiar.

A modalidade de aquisição utilizada pela CNE para as compras de agricultores familiares até o ano de 2014 era feita por Chamada Pública, considerando o “menor preço global por item”, e não pelo preço de aquisição,¹⁰ conforme determina a Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015 (FNDE, 2015b). Dessa forma, os fornecedores que apresentavam as propostas com menor preço venciam o processo.

No ano de 2015, as compras da agricultura familiar foram realizadas por Concorrência Pública ao invés do proces-

¹⁰ O preço de aquisição é o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados locais, territoriais, estaduais ou nacionais, nessa ordem, com prioridade, quando houver, para a Feira do Produtor da Agricultura Familiar. Tais pesquisas devem contemplar produtos que possuam as mesmas condições de embalagens e logística de entrega, devendo ser publicados no edital de Chamada Pública (BRASIL, 2017a).

so de Chamada Pública. Para a CNE, o objetivo da realização desta modalidade de aquisição era alertar os agricultores de que, se não houvesse uma organização nas entregas, eles acabariam sendo excluídos do mercado institucional. A partir de 2016, a modalidade de aquisição da agricultura familiar voltou a ser a Chamada Pública, considerando o preço de aquisição. Essas alterações na modalidade de aquisição, como se observa na Tabela 2, devem-se, em parte, ao trabalho de entendimento da legislação por parte da CNE, o qual foi desenvolvido conjuntamente pela própria coordenação com auxílio da UCP da Emater de Erechim.

No ano de 2016, ocorreu uma redução significativa dos recursos destinados às compras da agricultura familiar para o PNAE, se comparado ao ano anterior, com aumento no ano de 2017. A CNE explica que foram reduzidos os recursos financeiros destinados pela Prefeitura Municipal para a alimentação escolar, assim, foi necessário reduzir também as compras em produtos da agricultura familiar com os recursos do FNDE, para poder atender a totalidade das escolas e manter o padrão de qualidade dos alimentos até então adquiridos.

Destaca-se que, de forma geral, os fornecedores da agricultura familiar para a rede municipal são os mesmos que fornecem para a rede estadual, com exceção de algumas escolas estaduais, que compram direto de agricultores familiares que não estão ligados a cooperativas e que possuem propriedades próximas às escolas.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas a partir de 2013 na operacionalização do PNAE em relação às compras da agricultura familiar no âmbito da rede escolar mu-

nicipal, a CNE destacou: exigências sanitárias (alvarás), padronização na rotulagem dos produtos, falta de conhecimento do agricultor sobre comercialização e capacidade de organização do agricultor (formação de preços) e logística de entrega.

Do ponto de vista sanitário, alguns agricultores familiares precisaram regularizar suas agroindústrias e obter os alvarás sanitários que os possibilitassem participar das Chamadas Públicas. Salienta-se que muitos desses agricultores familiares, mesmo vinculados a cooperativas, possuem limitados conhecimentos acerca da comercialização, e a exigência de alvarás se constitui em uma das dificuldades enfrentadas pela CNE. Muitos agricultores e pequenas cooperativas participavam das Chamadas Públicas, mas sendo os alvarás uma exigência, muitas vezes acabavam desclassificadas.

Belik (2016) destaca que a exigência de alvará sanitário se constitui em uma garantia para as prefeituras de que os fornecedores são empresas confiáveis e de que os produtos adquiridos são de qualidade. Porém, essas exigências também podem ser uma barreira para os agricultores familiares devido ao custo financeiro.

A rotulagem também é outra dificuldade destacada pela CNE. Alguns produtos, tais como pães, bolachas, cucas, em especial das agroindústrias, eram entregues em embalagens sem padronização, com datas de validade escritas a caneta. Em prol de melhorias nas condições das embalagens dos produtos, os extensionistas da Emater municipal realizaram oficinas sobre rotulagem de alimentos da agricultura familiar. Tais oficinas possibilitam qualifi-

car os produtos desses agricultores familiares para que eles possuam um padrão de apresentação.

As dificuldades destacadas vêm sendo superadas a partir da atuação da Emater municipal, auxiliando diretamente os agricultores familiares e da UCP da Emater de Erechim, atuando com as cooperativas, além de todo o empenho da CNE. O relacionamento entre os diferentes órgãos vem possibilitando melhores resultados.

O PNAE e a produção agrícola local

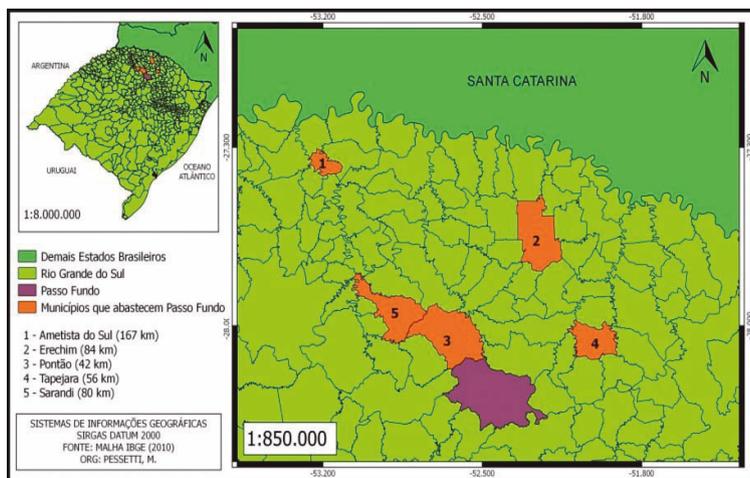
Em Passo Fundo, o mercado de alimentação escolar tem a maior parcela de sua demanda absorvida por cooperativas sediadas em outros municípios. A atuação da Emater municipal junto aos agricultores familiares do município, particularmente no caso da comercialização para escolas estaduais, em que, muitas vezes, a logística desfavorece alguns fornecedores, e tendo agricultores familiares que residam próximos a estas escolas, favorece a inserção desses na condição de fornecedores individuais para as escolas sem a intermediação de cooperativas, como é o caso de algumas escolas estaduais.

Os fornecedores da agricultura familiar para o PNAE em Passo Fundo atualmente estão organizados, em sua maioria, em cooperativas de agricultores familiares, sendo sete as principais mencionadas pela CNE municipal e pelos gestores das escolas estaduais em que foi realizada a pesquisa de campo: a Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida Ltda. (Coopervita), localizada no município de Tapejara (47 km de distância de Passo Fundo);

a Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecafes), de Erechim (76 km); a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda. (Cooptar) e a Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão Ltda. (Cooperlat), de Pontão (42 km); a Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativo Ltda. (Coonalter), sediada em Passo Fundo; a Cooperativa de Produtores de Uva e Derivados de Ametista do Sul (Cooperametista), de Ametista do Sul (156,8 km); e a Cooperativa da Produção dos Agricultores Familiares de Sarandi e Região (Coopafs), de Sarandi (85,1 km).

Na Figura 1, destaca-se a localização geográfica das principais cooperativas fornecedoras para a alimentação escolar de Passo Fundo, bem como a distância destas até o município de Passo Fundo.

Figura 1 – Localização geográfica das principais cooperativas de agricultores familiares que fornecem produtos para o PNAE em Passo Fundo



Fonte: IBGE (2010).

Das sete principais cooperativas, a Coonalter é a única que possui sede em Passo Fundo e outras duas cooperativas localizam-se em Pontão (Cooptar e Cooperlat). Dessa forma, evidenciam-se, na Figura 1, os cinco municípios referentes às cooperativas, com suas respectivas distâncias até o município de Passo Fundo (destacado em roxo), onde está sendo estudado o PNAE.

Destaca-se o caso da Coopervita, pois, mesmo situando-se no município de Tapejara, possui em seu quadro de associados agricultores familiares de Passo Fundo. Para o fornecimento de produtos para a alimentação escolar deste município, a cooperativa prioriza os produtos provenientes desses agricultores, mas também são comercializados produtos oriundos de outras regiões.

A Coopervita não se enquadra no grupo de fornecedores locais e nem no mesmo território rural, conforme a ordem de prioridade estabelecida na Resolução nº 4/2015. O município de Passo Fundo integra o território rural Produção-RS; já Tapejara, o município-sede desta cooperativa, integra o território rural Nordeste-RS, de acordo com a classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2017a). Porém, esta cooperativa localiza-se relativamente próxima a Passo Fundo e também fornece alimentos de agricultores associados residentes no município, conforme já referido.

Os representantes das cooperativas destacaram os limites e as potencialidades no âmbito da comercialização de seus produtos para o PNAE no município de Passo Fundo. No tocante às escolas estaduais, o principal limitante se refere ao retorno da Chamada Pública Individual por escola,

a partir do segundo semestre de 2016, o que gera dificuldades para mensurar a demanda total e também excesso de procedimentos burocráticos, como entrega de documentos em cada uma das escolas. Em relação à Chamada Pública Unificada, o representante da Cooperlat relatou o seguinte:

[...] era uma forma mais rápida de desenrolar toda a documentação burocrática das Chamadas Públicas, agora precisamos fazer várias viagens a Passo Fundo para levar e assinar contratos das escolas estaduais.

Ainda sobre a Chamada Pública Unificada, cabe destacar o relato do representante da Cecafes:

A Chamada Pública Unificada facilitou muito, reduzia custos em papéis, autenticações em cartórios, pois era um único envelope para habilitação, era um único orçamento. A exclusão agregou maiores despesas ao participar das Chamadas Públicas, agregando um custo maior nos projetos e tornando certas vezes inviável a participação.

Outro ponto destacado pelos representantes das cooperativas refere-se à falta de conhecimento dos executores do PNAE nas escolas estaduais. Os funcionários responsáveis pelas compras nessas escolas, em sua maioria, possuem formação pedagógica, dificultando a articulação com os agricultores familiares.

Para as cooperativas sediadas fora do município de Passo Fundo, o acesso às Chamadas Públicas é visto também como uma limitação ao ingresso nesse mercado, pois, muitas vezes, eles não têm conhecimento dos editais, perdendo os prazos para participar do certame. No caso das cooperativas que fornecem para as escolas da rede municipal, existe um grau de exigência em relação à padroni-

zação de produtos, embalagens e forma de apresentação, o que, de acordo com a CNE, propicia um melhor controle dos alimentos recebidos. No entanto, tais exigências são consideradas como uma dificuldade por parte das cooperativas, que precisam se adequar para garantir esse mercado.

As sete principais cooperativas que comercializam produtos para o PNAE em Passo Fundo apontam a logística como uma dificuldade. As entregas de hortifrutigranjeiros são semanais e devem ser realizadas ponto a ponto, ou seja, em cada escola, nas estaduais e nas municipais. Nas escolas municipais, os produtos não perecíveis são entregues no depósito da CNE e, posteriormente, distribuídos para as escolas. Nas escolas estaduais, todos os tipos de produtos são entregues em cada escola.

Outra limitação mencionada pelos representantes das cooperativas refere-se aos pagamentos pelos produtos vendidos no âmbito da rede municipal, o qual muitas vezes demora em função dos trâmites burocráticos exigidos pelo setor de finanças da Prefeitura de Passo Fundo, e esta situação gera descontentamento por parte dos fornecedores, pois são cooperativas de pequeno porte, formadas essencialmente por agricultores familiares que produzem em pequenas quantidades. Para Belik (2016), levando em consideração os procedimentos da área de finanças adotados em cada município, os agricultores podem esperar até 60 dias para o recebimento pelos produtos fornecidos para a alimentação escolar.

Procurando dimensionar a importância do mercado de alimentação escolar de Passo Fundo para as cooperativas de agricultores familiares selecionadas, questionou-se os seus

representantes sobre as potencialidades visualizadas com este mercado institucional. Dentre o que foi exposto, evidencia-se a fala do representante da Coopervita, o qual também é agricultor familiar e associado da referida cooperativa:

[...] é uma oportunidade importante de comercialização e fixação dos agricultores familiares no campo, pois propicia a geração de trabalho e renda, além de criar perspectivas para os filhos fazerem a sucessão familiar dos mesmos na propriedade.

Nesse sentido, destaca-se também a fala da representante da Cooperametista, que destacou:

A comercialização de sucos para a alimentação escolar de Passo Fundo e outros municípios da região representa a garantia de venda de produtos *in natura* produzidos nas propriedades familiares, contribuindo, conseqüentemente, para a permanência da unidade familiar no campo.

Percebe-se, por meio da fala dos representantes das cooperativas, os quais também são agricultores familiares, que o PNAE vem contribuindo para a permanência do agricultor no campo com a geração de renda. Para Maluf (2007, p. 32), a agricultura familiar “[...] possibilita a ocupação do espaço agrário e favorece a valorização das dimensões social, ambiental e cultural da produção agroalimentar”. Ao mesmo tempo em que as atividades agroalimentares em pequena escala geram ocupação e renda para as famílias rurais, estas famílias, em sua maioria, também se encontram em condição de pobreza, com dificuldades de acesso aos alimentos (MALUF, 2007).

Em relação à participação de agricultores familiares em mercados institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destaca-se a fala do representante da Cooperametista, que destacou:

sição de Alimentos (PAA¹¹) e o PNAE, Strapasolas (2017, p. 451) explica que:

Ainda é muito reduzido o número de agricultores familiares que participam do PAA e do PNAE, sendo muito baixo o valor dos recursos públicos destinados para estas políticas. Por outro lado, os agricultores familiares, principalmente os setores excluídos, não têm produtos suficientes e não estão preparados para abastecer estas políticas institucionais. Mais precisamente, o volume de compras governamentais ainda é reduzido não exercendo influência sobre o volume total comercializável, seja em termos de preço praticado seja em termos de disponibilidade de crédito. Alguns fatores são levantados para justificar a insuficiência e pouca abrangência destas políticas, entre os quais verifica-se que tanto o PAA como o PNAE não utilizam a sistemática de adiantar recursos (compra antecipada) para o produtor. Ao mesmo tempo, existem dificuldades em termos de documentação, de logística para o atendimento às grandes cidades, além de que os padrões de qualidade estabelecidos por muitas prefeituras dificultam uma maior inserção dos agricultores familiares.

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares e apontadas por Strapasolas (2017) coincidem com a realidade observada na comercialização do PNAE em Passo Fundo. Além disso, para os agricultores participarem desse mercado institucional, são necessários: um investimento inicial, formalização de documentação, padrão regular de qualidade, adequação de embalagens, registros e certificados em dia, todos elementos que, sem o apoio da assistência

¹¹ O PAA foi criado em 2003 e consiste em uma ação do governo federal com o objetivo de contribuir no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, fortalecendo a agricultura familiar. Os mecanismos de comercialização utilizados favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores ou de suas organizações (BRASIL, 2017b).

técnica ou de cooperativas, representam dificuldades para serem alcançados (BELIK, 2016).

As análises realizadas a partir das entrevistas com os representantes das cooperativas fornecedoras para alimentação escolar em Passo Fundo e com os responsáveis pela aquisição dos produtos nas escolas e na CNE permitem fazer algumas considerações. Os problemas gerados com a Agropasso e a Agroleite, enquanto fornecedores para a alimentação escolar, criaram um ambiente de insegurança para os agricultores familiares que estavam inseridos nessas organizações, resultando na saída de muitos do mercado institucional.

Com vistas a buscar uma maior inserção dos agricultores familiares locais nesse mercado, a Emater municipal de Passo Fundo, enquanto agente articulador, está realizando um trabalho de sensibilização dos agricultores familiares em Passo Fundo, e a UCP da Emater de Erechim vem atuando desde 2013 com as cooperativas.

Identificou-se que o mercado gerado pelo PNAE em Passo Fundo, a partir da Lei nº 11.947/2009, está sendo ocupado, em grande parte, por agricultores familiares organizados em cooperativas de outros municípios. As cooperativas não são de Passo Fundo, tendo em vista a pouca representatividade da agricultura familiar no município, assim, os agricultores familiares que têm interesse em participar do PNAE já o fazem ou podem fazer via Coopervita ou outras cooperativas mais próximas.

Destaca-se que as cooperativas que estão atendendo o PNAE possuem um número significativo de agricultores familiares associados e a atuação dessas famílias por inter-

médio das cooperativas é importante para o atendimento do artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, para a renda das famílias e também para o desenvolvimento da região. Pela configuração do mercado do PNAE em Passo Fundo e pelo número de alunos que são atendidos diariamente pelo programa, trata-se de algo muito importante para os agricultores familiares locais e do entorno.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi compreender, a partir da Lei nº 11.947/2009, como ocorreu o processo de inserção dos agricultores familiares enquanto fornecedores para a alimentação escolar das escolas estaduais e municipais de Passo Fundo, do ponto de vista dos atores sociais envolvidos com a gestão do programa nesse município.

A metodologia empregada neste trabalho permitiu compreender o objeto de estudo enquanto totalidade e conhecer como a realidade manifesta-se nos distintos lugares. Mesmo não sendo um método que comprove situações, a análise de situações de desenvolvimento possibilitou compreender o PNAE enquanto um programa que possui abrangência nacional, mas que a efetividade depende do relacionamento entre os atores no nível local.

O PNAE passa por um processo no qual ocorrem avanços e recuos, constituindo-se em um projeto social e econômico que tem entre seus objetivos a mudança de hábitos no consumo alimentar. No entanto, a realidade ainda é bastante distante da lei e é a partir da interação entre os

diferentes atores sociais envolvidos com o programa que o projeto do PNAE se materializa.

O município de Passo Fundo possui uma demanda importante em termos de alimentação escolar. Porém, mesmo depois da Lei nº 11.947/2009, que abriu a possibilidade de realização de compras de agricultores familiares por meio de Chamada Pública, ainda decorreu um período relativamente longo de adaptação, sem a articulação entre diferentes órgãos de Passo Fundo, com vistas a comprar gêneros alimentícios desses fornecedores, e as compras eram realizadas apenas por licitação e priorizando o fornecedor com menor preço. Ainda assim, decorreu um tempo até que as escolas estaduais e a CNE conseguissem operacionalizar tal instrumento, criado para facilitar o acesso ao mercado institucional por agricultores familiares. A organização em Passo Fundo aconteceu a partir de 2013, proveniente de uma provocação de um ente externo, a UCP de Erechim. Desse período em diante, a dinâmica da operacionalização do PNAE nas escolas foi alterada com a participação de diferentes atores sociais: a UCP da Emater de Erechim, a Emater local de Passo Fundo, o Comsea, as cooperativas de agricultores familiares e a CRE.

O PNAE é um programa que depende da mobilização e da interação de diferentes atores sociais para garantir a efetividade do mercado institucional. No caso de Passo Fundo, aponta-se a UCP da Emater de Erechim como um ator social hábil, que conseguiu identificar as dificuldades existentes tanto no âmbito da oferta quanto no da demanda de produtos da agricultura familiar, bem como mobilizar

e articular os atores propondo estratégias em busca de melhores resultados.

É preciso mencionar que a experimentação das Chamadas Públicas Unificadas, no caso das escolas estaduais, evidenciou melhorias importantes no relacionamento entre gestores do PNAE, via 7ª CRE, direções das escolas, cooperativas de agricultores familiares, com intermediação importante de extensionistas da Emater-RS. Além disso, essas relações criadas localmente permitiram uma participação maior da agricultura familiar de Passo Fundo e dos municípios do entorno, em especial pela articulação das cooperativas de agricultores familiares.

A realização de Chamada Pública Individual por escola, determinada pelo governo do RS para a operacionalização do programa a partir de 2016, agrava a dificuldade de relacionamento entre escolas demandantes e agricultores familiares fornecedores. Pode-se identificar, após o segundo semestre de 2016, uma tendência por parte das escolas estaduais de apenas cumprir a meta em termos mínimos, sem ter uma preocupação com a qualidade dos alimentos. Algumas escolas, individualmente, superam a meta em compras da agricultura familiar, enquanto outras não fazem esforço em cumpri-la. A alteração representou um retrocesso em relação ao que foi possível construir nos dois anos anteriores via Chamada Pública Unificada.

O que se observa na gestão do PNAE como um todo é que existe uma diversidade de elementos que precisam ser avaliados para que possam ser traçadas estratégias capazes de alcançar melhores resultados, e isso é diferente do âmbito municipal para o estadual.

Quanto às limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade na obtenção dos dados financeiros das compras da agricultura familiar para a alimentação das escolas estaduais após o período em que as Chamadas Públicas voltaram a ser individuais por escola, o que refletiu na análise da evolução da participação da agricultura familiar nas compras para o PNAE nesse âmbito, sendo apresentado um valor aproximado da realidade.

Por fim, ao estimular aquisições de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, o PNAE pressupõe que isso, de um lado, oportunizaria melhoria na qualidade alimentar aos beneficiários e, de outro, estimularia agricultores familiares locais por meio do acesso a esse mercado institucional. Dessa forma, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas analisando o PNAE em Passo Fundo, aprofundando a compreensão de sua importância a partir da perspectiva dos alunos e dos agricultores.

Referências

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercado e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.

ALBRECHT, A. L. *et al.* A dinâmica de ATERs na efetivação do PNAE no município de Passo Fundo/RS. 2015. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1035/Oficial%20Emater%20RS%20%28mercados%20institucionais%29_0.pdf. Acesso em: 05 jun. 2017.

AMARAL, V. R. *Potencialidades e limites da política de alimentação escolar na promoção da agricultura familiar*. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

BALEM, T. A. *O Programa de Alimentação Escolar Brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios*. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BASSO, D. Fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos para a análise de processos reais de desenvolvimento. In: SIENBERG, D. R. (org.). *Desenvolvimento sob múltiplos olhares*. Ijuí: Unijuí, 2012. p. 101-137.

BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 183-205.

BHASKAR, R. *A realist theory of Science*. London; New York: Routledge, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Alimentação escolar: Como funciona a compra e venda de produtos da agricultura familiar?* 2017a. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/como-funciona-compra-e-venda-de-produtos-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. PAA. Sobre o Programa. 2017b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. Acesso em: 19 dez. 2017.

DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de M. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DUFUMIER, M. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: EDUFBA, 2007.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 14 jun. 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Cartilha Nacional da Alimentação Escolar*. Brasília, DF: 2015a.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 4 de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF, 2 abr. 2015b.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional de Alimentação Escolar: Histórico*. 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 17 nov. 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Alunado por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 161-200.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Bases e referenciais*. Bases cartográficas. Mapas municipais. 2010. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/rs/passos_fundo_v2.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Passo Fundo. 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passos_fundo/panorama. Acesso em: 10 dez. 2017.

MALUF, R. S. J. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MALUF, R. S. J. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. [Tradução de Cláudia Ferreira]. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2010.

MORGAN, K.; SONNINO, R. Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público. In: WORLDWATCH INSTITUTE. *Estado do Mundo: transformando culturas – do consumismo à sustentabilidade*. Bahia: Ed. UMA, 2010. p. 60-73.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 168-196.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA; ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. América Latina y el Caribe. *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional*. Sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición. Santiago, 2017.

PAULI, R. I. P.; SCHULZ, J. R. S.; ZAJONZ, B. T. Aportes institucionais na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas Escolas Estaduais do município de Santa Maria-RS. *Raízes*, Campina Grande, v. 36, n. 2, p. 96-110, 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y mercados. *Boletín de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe*, Santiago, Chile, n. 17, p. 5-7, en./mar. 2017.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 84-109.

SEDUC-RS. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. *Busca de escolas*. 2017. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp. Acesso em: 03 jan. 2017.

SILVA NETO, B. Análise diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na Teoria da Complexidade e no Realismo Crítico. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 33-58, jan./jun. 2007.

SILVA NETO, B. *Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético*. Cerro Largo: UFFS, 2016.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

SONNINO, R.; SPAYDE, J.; ASHE, L. Políticas Públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 311-329.

STRAPASOLAS, V. L. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 436-472.

TEDESCO, J. C. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – pós-anos 90*. Passo Fundo: UPF, 2006. p. 101-142.

TRICHES, R. M. *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar*. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o meio rural. *In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 161-200.

TRICHES, M. R.; TEO, C. R. P. A. Alimentação escolar no Brasil: ampliando perspectivas e construindo interfaces ao longo de sua trajetória histórica. *In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (org.). Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Unochapecó, 2016. p. 15-32.

Sobre os autores



Arlene Renk

Mestre e doutora em Antropologia pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha na Unochapecó, nos programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e de Direito. Pesquisa temáticas relacionadas a questões ambientais e agrárias e formação regional. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br



Diego José Baccin

Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em História pela UPF e em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim. Licenciado em História pela UPF e bacharel em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (Ifibe). E-mail: baccin@ifibe.edu.br



Humberto José da Rocha

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor adjunto na licenciatura em Ciências Sociais e Educação do Campo e no mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde mantém pesquisas acerca da temática dos movimentos sociais e barragens, sendo líder do grupo de pesquisa “Movimentos Sociais na Fronteira Sul” (UFFS/CNPq). E-mail: humberto.rocha@uffs.edu.br



Ironita Adenir Policarpo Machado

Doutora em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou período pós-doutoral em História, na área de Economia e Sociedade na passagem à modernidade, pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR) e pesquisadora associada da Rede Proprietas (UFF). É professora do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Atua principalmente nos seguintes temas: história do mundo rural (história agrária e história da propriedade), história e direito. E-mail: iropm@upf.br



Isabel Rosa Gritti

Graduada em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Erechim (1982). Especializada em História da Educação Brasileira Contemporânea (1988). Mestra em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (1992). Doutora em História do Brasil pela PUCRS (2002). Atuou como Coordenadora Adjunta da Coordenadoria Regional de Educação do estado do Rio Grande do Sul – 15ª CRE, em Erechim, RS, no período de 2000 a 2002. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), membro da Diretoria da Obra Promocional Santa Marta (Voluntária). Foi professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* de Erechim, e professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). E-mail: isabel.gritti@uffs.edu.br



João Carlos Tedesco

Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade de Passo Fundo e, em particular, no Programa de Pós-Graduação em História. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisa questões ligadas ao meio rural e, em particular, sobre movimentos sociais, colonização, imigração, cultura camponesa, indígenas e caboclos. E-mail: jctedesco@upf.br



Luiz Fernando Ferrari

Doutorando em História na Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em História pela UPF (2015). Graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2001). Integra o Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). Atualmente é professor da Escola de Educação Básica Vendelino Junges, Pinhalzinho, SC. Tem experiência nas áreas de história regional, colonização, imigração, campesinato, caboclo e intrusão. E-mail: nico.ferrari25@hotmail.com



Marlon Brandt

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no curso de graduação em Geografia – Licenciatura, no Programa de Pós-Graduação em História e no

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó. É integrante do Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS e do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC). Pesquisa nas áreas de história ambiental, geografia histórica e geografia cultural. E-mail: marlon.brandt@uffs.edu.br



Samira Peruchi Moretto

Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2007). Mestra em História pela UFSC (2010). Doutora em História pela UFSC (2014), com período sanduíche na California State University, Long Beach (2013).

Atualmente é professora efetiva do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Univer-

sidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Faz parte dos Grupos de Pesquisa do CNPq: Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC e Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS. Pesquisadora dos seguintes temas: história ambiental, domesticação e introdução de espécies vegetais, desmatamento, reflorestamento e conservação da biodiversidade. E-mail: samira.moreto@uffs.edu.br



Simone Lopes Dickel

Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em História pela UPF. Graduada em História – Licenciatura Plena pela UPF (2009). Professora de História da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, na EEEM Zumbi dos Palmares e na EEEF 29 de Outubro. É integrante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR). E-mail: simone.lobes.dickel@gmail.com



Indaia Dias Lopes

Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), bolsista Prosuc/Capes. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Economista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: indaia_lopes@yahoo.com.br



David Basso

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Desenvolvimento Regional (PPGDR) na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Editor da revista *Desenvolvimento em Questão* (ISSN 2237-6453). E-mail: davidbasso@unijui.edu.br



Silvana Winckler

Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona. Professora dos programas de pós-graduação em Direito e em Ciências Ambientais da Unochapecó. Membro dos grupos de pesquisa Direito, democracia e participação cidadã e Estudos históricos do mundo rural. Atua nos temas direito ambiental, cidadania, conflitos e dinâmicas socioambientais. E-mail: silvanaw@unochapeco.edu.br

Mundo rural,

regiões e fronteiras no
processo de (re)apropriação
territorial e agrária



A propriedade é a relação entre a pessoa e a coisa, que se assenta na vontade da lei, implicando um poder jurídico e criando uma relação de direito...

A propriedade é vista como um direito absoluto, a importância de vincular a terra à sua "função social" apareceu desde os primeiros estudos da formulação do Estatuto da Terra...

Intrusos eram os colonos que, por não possuírem condições de adquirir terras nos moldes ditados pela Lei de Terras de 1850 e nem serem alvo das políticas de colonização oficiais, estabeleciam-se espontaneamente em terras devolutas...

Deve-se levar em consideração, também, que paisagem é formada ideologicamente por significados simbólicos, por intermédio dos imaginários sociais, por este fato, a paisagem cabocla está conectada com os usos da terra...



ISBN 978-85-523-0078-6

